



Luiz Francisco Ferreira Léo

Mídia e democracia na América Latina: Um modelo de análise de comunicação política comparada para a região

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho

Rio de Janeiro
Março de 2020

Luiz Francisco Ferreira Léo

Mídia e democracia na América Latina: Um modelo de análise de comunicação política comparada para a região

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho

Orientador
Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Afonso de Albuquerque

Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Marco Antonio Villela Pamplona

Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Mauro Pereira Porto

University Tulane

Prof. Fernando Lattman-Weltman

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Luiz Francisco Ferreira Léo

Graduou-se em Comunicação Social pela PUC-Rio, primeiro em Publicidade, em 1990 e depois em Jornalismo, em 1991. Concluiu o Mestrado em Relações Internacionais pelo IRI-PUC Rio em 1996. Graduou-se em Direito pela PUC Rio de 2010. É professor do Departamento de Comunicação Social da PUC Rio desde 1996.

Ficha Catalográfica

Leo, Luiz Francisco Ferreira

Mídia e democracia na América Latina: um modelo de análise de comunicação política comparada para a região / / Luiz Francisco Ferreira Leo; orientador: Arthur Cezar de Araujo Ituassu Filho. – 2020.

258 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Mídia. 3. democracia. 4. Comunicação 5. Política. 6. Estudo comparado. 7. América Latina I. Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Aos meus amados pais, Gino e Marialva
(in memoriam)

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Arthur Ituassu pela colaboração com este trabalho.

Arthur não só me inspirou, como estimulou a realizar o que parecia impossível.

À PUC-Rio, pelo auxílio concedido.

Aos meus colegas do COMP, pelos debates fraternos e aprendizados contínuos.

À querida professora Angeluccia Habert que, de muitas formas, me trouxe até aqui.

Aos professores da Comissão examinadora, pelos ensinamentos e generosidade.

Aos colegas, funcionários e alunos do Departamento, pelas trocas e pelos afetos.

A uma dupla de Mestres que levo no coração: Drauzio Gonzaga e Aluísio Pires.

Aos meus amigos de fé, que me fazem verdadeiramente feliz.

Às famílias com que me deparei pelo caminho: as de sangue e as de alma,

Eric, João Pedro, Yuri e Vitor. Todos Léo. Cada um, pedaços de mim.

Às minhas irmãs Cláudia e Ana Paula, pelo amor incondicional.

Ao outro (e imenso) amor, que transborda do nome,

Gislaine. Um amor que é só meu!

Finalmente, tomando emprestado de Guimarães Rosa:

À vida, que quer da gente é coragem....

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Leo, Luiz Francisco Ferreira; Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo. **Mídia e democracia na América Latina: um modelo de análise de comunicação política comparada para a região.** Rio de Janeiro, 2020. 258p. Tese de Doutorado - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta é uma tese no campo da Comunicação Política Comparada, que também se articula com a linha de estudos da relação entre mídia e democracia. De forma mais específica, propõe um modelo de análise comparada de comunicação política, voltado à investigação da relação entre mídia e democracia na América Latina. Em termos mais amplos, a metodologia desenvolvida contribui para ampliar o entendimento dos fenômenos de comunicação política dos países do continente, no contexto de sua particular realidade democrática. Por se tratar de um estudo teórico, está voltado para a aplicação em estudos de casos futuros. A perspectiva assumida na elaboração do trabalho é alternativa à tradição racionalista, em suas inclinações funcionalistas (e baseadas em relações de causa e efeito), que nutrem parte considerável das reflexões do campo. Desenvolve, a partir de uma revisão a tais fundamentos, um *framework* informado por outra epistemologia, mais próxima à Teoria Crítica, ao construtivismo e à hermenêutica, que dá ênfase à interdependência e à recursividade como diretrizes de análise importantes. Discute, assim, a lógica dos efeitos da comunicação e da política na vida em sociedade e priviligia, em seu lugar, a compreensão de como tais fenômenos *afetam* e *são afetados* pelas dinâmicas sociais. Em essência, o modelo é pensando em termos de um contexto *da* comunicação política (formado pelos ambientes sociocultural, político e midiático) em que se dão os fenômenos práticos *de* comunicação política. Ultrapassa, portanto, a dimensão das estruturas e das instituições, para incorporar, também as práticas (a comunicação política *per se*) – trazendo relevo (ainda) para o público, frequentemente “negligenciado” pelos estudos do gênero (de comunicação política comparada).

Palavras-chave

Mídia; democracia; comunicação; política; estudo comparado; América Latina.

Abstract

Leo, Luiz Francisco Ferreira; Ituassu Filho, Arthur Cezar de Araujo. (Advisor) **Media and democracy in Latin America: A comparative model of analysis to political communication in the region.** Rio de Janeiro, 2020. 258p. Tese de Doutorado - Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This is a thesis in the field of Comparative Political Communication, which is also articulated with the studies of media and democracy. More specifically, it proposes a comparative model of analysis to political communication, focusing on the relationship between media and democracy in Latin America. In broader terms, the methodology developed helps to broaden the understanding of political communication phenomena, in the countries of the continent, in the context of their particular democratic reality. As it is a theoretical study, it is intended for application in future case studies. The perspective assumed in this work is an alternative to the rationalist tradition, in its functionalist inclinations (based on cause and effect relations), which nourish a considerable part of the field's reflections. It develops, based on a review of these foundations, a framework informed by another epistemology, closer to Critical Theory, constructivism and hermeneutics, which emphasizes interdependence and recursion as important analysis guidelines. Thus, it discusses the logic of the effects of communication and politics on life in society and privileges, instead, the understanding of how such phenomena affect and are affected by social dynamics. In essence, the model is thinking in terms of a context of political communication (formed by the socio-cultural, political and media environments) in which the practical phenomena of political communication occur. Therefore, it goes beyond the dimension of structures and institutions, to also incorporate practices (political communication per se) - bringing relief (still) to the public, often “neglected” by gender studies (communication) compared policy).

Keywords

Media; democracy; communication; politics; comparative study; Latin America.

Sumário

1. Introdução	16
1.1. Definição e delimitação temática.....	18
1.2. Justificativas	22
1.3. Objetivos	25
1.4. Objeto.....	26
1.5. Metodologia.....	26
1.6. Resultados esperados.....	32
1.7. Organização do trabalho	33
2. Da comunicação política ao viés comparado	35
2.1. Política em tempos de comunicação: os efeitos democráticos	35
2.2. Fundamentos da tradição: comunicação e política	39
2.2.1. Comunicação e política: o desafio da imprecisão dos sentidos	42
2.2.2. Democracia no contexto midiático.....	48
2.3. O foco na comparação	52
2.4. As razões da comparação – e suas influências	53
2.5. A evolução dos estudos comparados na comunicação política	57
2.6. Problemas e tendências de pesquisa comparada em comunicação política.....	63
2.6.1. Desafios teóricos, metodológicos e de dados	63
2.6.2. Tendências: da americanização à transnacionalização híbrida	69
2.7. Por uma síntese revisionista	74
3. Mídia e democracia na América Latina: as abordagens sistêmicas	75
3.1. A dimensão sistêmica dos estudos comparados.....	75
3.2. Do passado ao presente: o viés sistêmico comparado	79
3.2.1. A tipologia como método científico e a teoria dos sistemas	82
3.3. A comparação de sistemas de mídia em escala regional.....	87
3.4. Pesquisas sistêmicas de comunicação política comparada na América Latina	95
3.4.1. As primeiras tentativas comparatistas latino americanas	98
3.4.2. Comparando mídia e democracia na América Latina.....	102
3.5. Da revisão da literatura comparada na América Latina.....	111
4. Por um framework para a comunicação política comparada: modelo de análise para a América Latina	112
4.1. O legado da tradição: origens de uma epistemologia “hegemônica”	114
4.1.1. Dos clássicos à modernidade.....	117
4.1.2. A era da crítica: os limites da razão e o cientificismo contemporâneo	119
4.1.3. A influência da “epistemologia dominante” na comunicação política e comparada	122
4.1.3.1. O determinismo e a lógica causal da comunicação política e comparada	124
4.1.3.2. A normatividade dos parâmetros que orientam as análises	126
4.1.3.3. A objetividade como critério definidor de formas e conteúdos constitutivos das investigações	129

4.2. Uma epistemologia crítica para a comunicação política comparada	132
4.2.1. A crítica à razão moderna	132
4.2.1.1. A teoria crítica	134
4.2.1.2. O construtivismo (social)	137
4.2.1.3. A hermenêutica	140
4.2.2. Em defesa de uma epistemologia crítica	144
4.3. Modelo de análise	148
4.3.1. Por um approach mais integrado	159
4.3.1.1. O ambiente sociocultural	166
4.3.1.2. O ambiente político	181
4.3.1.3. O ambiente midiático	193
4.4. Síntese do modelo de análise, limites e apontamentos para o futuro	223
5. Conclusão	227
6. Referências bibliográficas	235
7. Fontes e Referências	255

Lista de figuras

Figura 01: Modelo de Análise – Concepção Geral 150

Figura 02: Modelo de Análise – Constituição dos Ambientes 155

Lista de quadros

Quadro 01: Quadro de Recursos165

Lista de abreviações

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV
ABRAÇO	Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
ACF	<i>Advocacy Coalition Framework</i>
ADC	<i>Asociación por los Derechos Civiles</i>
AIR-IAB	Associação Internacional de Radiodifusão (Asociación Internacional de Radiodifusión)
ALAI	<i>Asociación Latinoamericana de Internet</i>
AMARC	<i>World Association of Community Radio Broadcasters</i>
AMARC-ALC	<i>Asociación Mundial de Radios Comunitarias - América Latina y Caribe</i>
ANARCIHI	<i>Asociación Nacional de Radios Comunitarias y Ciudadanas de Chile</i>
BIRD	Banco Mundial (<i>International Bank for Reconstruction and Development</i>)
CEE	Comunidade de Países do Centro e do Leste da Europa (Central and Eastern Europe)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América (<i>Central Intelligence Agency</i>)
CIESPAL	Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina
CMC	Comunicação Mediada por Computador
CMI	Centro de Mídia Independente
CP	Comunicação Política
CPC	Comunicação Política Comparada
CRD	<i>Coalición por una Radiodifusión Democrática</i>
EPC	Economia Política da Comunicação
FARCO	<i>Foro Argentino de Radios Comunitarias</i>
FH	<i>Freedom House</i>
FIPP	<i>Fédération Internationale de la Presse Périodique/International Federation of Periodical Publishers</i>
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
GRULAC	Grupo de Países da América Latina e do Caribe (<i>The Group of Latin America and Caribbean Countries</i>)
IAPA	<i>Inter American Press Association</i>
ICT's	<i>Information and Communication Technologies</i>
IDB	Banco Inter Americano de Desenvolvimento (<i>Inter-American Development Bank</i>)
IDD-LAT	<i>Índice de Desarrollo Democrático de America Latina</i>
IDEA	Instituto para a Democracia e a Assistência Eleitoral
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFEX ALC	Intercâmbio Internacional de Liberdade de Expressão (<i>International Freedom of Expression eXchange</i>)
INAI	Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção dos Dados Pessoais (<i>Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales</i>)
IPTV	<i>Internet Protocol Television</i>

IPYS	<i>Prensa y Sociedad Venezuela</i>
ITU	União das Telecomunicações Internacionais (<i>International Telecommunication Union</i>)
LAC	América Latina e Caribe (<i>Latin America y Caribbean Countries</i>)
LAPOP	Projeto de Opinião Pública da América Latina (<i>Latin American Public Opinion Project</i>)
MOM	<i>Media Ownership Monitor</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização de Estados Ibero-americanos
OIBC	Observatório de Cultura Ibero-Americana
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas (<i>United Nations</i>)
OTT	<i>Over-the-Top</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNMA	<i>Red Nacional de Medios Alternativos</i>
ROI	Retorno sobre o Investimento (<i>Return on Investment</i>)
RSF	Repórteres Sem Fronteiras (<i>Reporters Sans Frontières</i>)
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social
TEDIC	<i>Comunidad y Tecnología del Paraguay</i>
TI	Transparência Internacional (<i>Transparency International</i>)
TIC's	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UJ	Universidade de Johannesburg (<i>University of Johannesburg</i>)
UN	<i>United Nations</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>)
UNISA	Universidade da África do Sul (<i>University of South Africa</i>)
VOD	<i>Video On Demand</i>
WAN-IFRA	<i>World Association of Newspapers</i>
WVS	<i>World Values Survey</i>

Latinoamerica

Soy
Soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que te robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano
El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Soy una canasta con frijoles
Soy maradona contra inglaterra anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria no quiere a su madre
Soy américa latina
Un pueblo sin piernas pero que camina, oye
Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
Tengo los lagos, tengo los ríos
Tengo mis dientes pa' cuando me sonrío
La nieve que maquilla mis montañas
Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña
Un desierto embriagado con bellos de un trago de pulque
Para cantar con los coyotes, todo lo que necesito
Tengo mis pulmones respirando azul clarito
La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca mascando coca

El otoño con sus hojas desmalladas
Los versos escritos bajo la noche estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en cuba
Soy el mar caribe que vigila las casitas
Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabello
Soy todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural
Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
Não se pode comprar o vento
Não se pode comprar o sol
Não se pode comprar a chuva
Não se pode comprar o calor
Não se pode comprar as nuvens
Não se pode comprar as cores
Não se pode comprar minha'legria
Não se pode comprar minhas dores
No puedes comprar al sol
No puedes comprar la lluvia
Vamos caminando
Vamos dibujando el camino
No puedes comprar mi vida
Mi tierra no se vende
Trabajo bruto pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullos
Y si se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que recuerdes mi apellido
La operación cóndor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido, oye
Aquí se respira lucha
(Vamos caminando)
Yo canto porque se escucha (vamos caminando)
Aquí estamos de pie
Que viva la América
No puedes comprar mi vida

Calle 13
(Rafael Ignacio Arcaute)

1. Introdução

Este é um trabalho na área da Comunicação (social), com ênfase no campo da Comunicação Política (CP). Tem como eixo de desenvolvimento a abordagem comparada da comunicação política. De forma extensiva e complementar, também está articulado com a linha de investigações sobre a relação entre mídia e democracia.

Nos seus termos mais específicos, a pesquisa contribui com um modelo de análise comparada de comunicação política, voltado à investigação da relação entre mídia e democracia na América Latina. De forma mais abrangente, a metodologia aqui desenvolvida também oferece – para aplicação em estudos de casos futuros – a possibilidade de ampliar o entendimento dos fenômenos de comunicação política dos países do continente, no contexto de sua particular realidade democrática.

Assim, o objetivo principal da tese é construir um modelo de análise orientado para o exame dos fenômenos de comunicação política, em perspectiva comparada, no contexto particular da América Latina. Consoante tal orientação, o *framework* gerado contempla a possibilidade de investigação de uma diversidade de potenciais objetos de análise - aqui concebidos como manifestações práticas dos fenômenos de comunicação política – com preferência àqueles incidentes na América Latina.

Para efeito de delimitação, esta pesquisa compreende como fenômenos da comunicação política um conjunto de dinâmicas que manifestam a comunicação política *per se*, isto é, na sua dimensão prática. Neste sentido, consiste nas ações práticas empreendidas pelos agentes políticos, midiáticos e do público, tradicionalmente percebidos pela literatura do campo da comunicação política como artífices dos processos, instituições e estruturas que conformam o *sistema* de comunicação política. Assim sendo, esta pesquisa considera, a título de ilustração, como possibilidades destas manifestações, o debate público, as campanhas eleitorais, os movimentos sociais, o jornalismo político, dentre outras práticas igualmente importantes.

O sentido mais tangível do trabalho aqui desenvolvido é oferecer um instrumento de análise que permita uma melhor compreensão destas ocorrências, em termos comparativos, no contexto próprio da realidade latino americana.

Nesta direção, a abordagem proposta confronta os limites convencionados pela tradição do campo de pesquisas da Comunicação Política Comparada (CPC), defendendo uma análise multinível que contemple estruturas, processos e práticas, de forma a integrá-las. Dá relevo ainda, tanto a aspectos quantitativos, quanto qualitativos nas análises. Avança, por fim, nas discussões sobre a importância das mídias em contextos democráticos em transição, como é o caso dos países latino americanos.

Com isso, esta tese não tem um caráter empírico, mas, antes, teórico (e metodológico). Propõe uma crítica às premissas (epistêmicas) estabelecidas no campo da comunicação política e, de certa forma, reificadas pela literatura da área.

Desenvolve, a partir de uma revisão a tais fundamentos, um modelo de investigação alternativo àqueles orientados por uma racionalidade determinista (baseadas em relações de causa e efeito). Nele, discute a lógica dos efeitos da comunicação e da política na vida em sociedade, privilegiando a compreensão de como tais fenômenos *afetam* e *são afetados* pelas dinâmicas sociais. Portanto, o que se defende, aqui, é um modelo de análise de comunicação política que ultrapassa a dimensão das estruturas e processos, para incorporar, também as práticas (a comunicação política *per se*) – trazendo relevo (ainda) para o público, frequentemente “negligenciado” pelos estudos do gênero (de comunicação política comparada).

Nas próximas seções serão destacados os elementos metodológicos que orientam esta pesquisa, isto é: a definição e a delimitação temática, as justificativas de sua relevância, os objetivos perseguidos, o objeto sobre o qual se debruça, a metodologia que a alicerça e os resultados que se espera alcançar com a investigação.

Ao término destes apontamentos acima referidos, a introdução será finalizada com algumas indicações mais específicas quanto a forma como o trabalho está organizado: além desta introdução, dois capítulos teóricos, um capítulo metodológico (de desenvolvimento do modelo de análise) e uma conclusão.

1.1. Definição e delimitação temática

Não é de hoje – tampouco restrito ao quadrilátero latino americano – que se manifestam preocupações quanto aos modos pelos quais a política é comunicada ao público (BLUMLER; GUREVITCH, 1995). O assunto ganha relevo, à medida que a democracia liberal vai se consolidando como um regime dominante na segunda metade do século XX (SCHUMPETER, 1961; FUKUYAMA, 1992; RAWLS, 2011) e o papel dos meios de comunicação se acentua na vida em sociedade. O quadro traz novas perspectivas, mas também incertezas para o debate.

Sobretudo, as discussões em torno da centralidade dos meios, na sua relação com a política têm gerado desdobramentos e confluências as mais variadas. Dos mais críticos (ALGER, 1998; BARNOUW, 1998; BAGDIKIAN, 1993; HERMAN, 1999; COMPAINE; GOMERY, 2000; MCCHESENEY, 1997; 2000; HERMAN; CHOMSKY, 2010) aos mais moderados (BENNETT, 1990; BENNETT; ENT-MAN, 2000) e entusiastas (MCLUHAN, 1973; LÈVY, 1993; 1999; 2003; CASTELLS, 1999) há um ecletismo de posições que desafia os limites (e a literatura) do campo.

Como sugerem Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli (2010), o ambiente social contemporâneo é configurado, em grande parte, pela mídia. E da articulação dos meios com a política resultam inúmeras manifestações de suas possibilidades. Das estratégias de campanhas eleitorais à relação entre representantes e representados, passando por novas formas de discurso são muitos os modos de ilustrar a complexa e sempre dinâmica relação entre comunicação e política (MIGUEL; BIROLI, 2010: 7).

Trata-se de um campo de estudos rico de possibilidades, mas que vem sendo construindo há relativamente pouco tempo. Não há consenso sobre sua definição, embora, grosso modo possa ser entendido como um processo interativo referente à circulação de informações entre políticos, a mídia e o público (NORRIS, 2008). Ou, ainda, como o conjunto das mensagens que circula dentro de um sistema político (BOBBIO, 1998). Tampouco existe uma terminologia única para sua denominação. No Brasil, “Comunicação e Política” (RUBIM, 2001) é uma das variações utilizadas.

Wilson Gomes (2014) propõe três estágios na literatura constitutiva da área: uma primeira, mais longa e dispersa, em que o caráter instrumental dos meios prepondera e a relação entre a política e a comunicação é inconstante e indeterminada. Por volta dos anos 60 inicia-se uma segunda fase, em que a percepção institucional da comunicação (como indústria) ganha espaço nas análises e sua relação com a política passa a ser de determinação, como um campo social que exerce ingerência sobre múltiplos outros aspectos da vida. Só mais recentemente vem se estabelecendo uma nova geração de estudos em que a perspectiva crítica e “pessimista” dos primeiros estágios se abre para análises mais descritivas dos fenômenos ligados à comunicação política.

Não obstante o relativo frescor do tema, nas últimas décadas se intensificaram os esforços para a afirmação e ampliação das fronteiras temáticas que abrangem os estudos da interface entre a Comunicação e a Política. Como defende Sérgio Capparelli (2000), mais do que uma interseção entre dois campos, o que melhor poderia traduzir tal relação (comunicação-política) seria a consubstanciação entre duas instâncias que existem de forma interdependente, porém, em constante diálogo.

Neste processo de aproximações, mas também de disputas, estabeleceu-se entre o universo da política e a sociedade um espaço intermediário (GOMES, 2014) ocupado por dispositivos de comunicação. Os meios, além de se incumbir da tarefa de mediar relações, adquiriram uma relativa autonomia e se reconfiguraram como um sistema com características particulares, penetrando (quase) tudo em seu entorno.

Para efeitos desta pesquisa, a perspectiva sistêmica – tomada da teoria dos sistemas, em seu caráter dinâmico e multidimensional (LUHMANN, 1995) – funciona como um delimitador do trabalho, na medida em que exerce influência no desenvolvimento de parte dos estudos da área. Sobretudo aqueles que tratam as relações entre comunicação e política como “conjuntos” com desenvolvimentos, complexidades e desafios próprios, mas que também podem ser percebidos incorporados um ao outro, na medida em que seus interesses e possibilidades se refletem mutuamente.

Desta seara de trabalhos resultam alguns esforços, ainda mais específicos, que perseguem um tipo de enquadramento comparativo da relação entre comunicação e

política. Do clássico “*Four theories of the press: the authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do*” (SIEBERT; PETERSON; SCHRAMM, 1956) aos avanços trazidos por “*Comparing media systems: three models of media and politics*” (HALLIN; MANCINI, 2004), vem se formando uma literatura que busca explicar, a partir de critérios metodológicos rigorosos, os modelos de mídia (e as variedades de seus efeitos) que se estabelecem no contexto de determinados regimes políticos nacionais e/ou regionais.

Em tais estudos, porém, algumas lacunas ainda não parecem ter sido suficientemente preenchidas. Uma delas, significativa para os propósitos desta pesquisa, consiste na “ausência” de um modelo analítico específico, que permita avaliar a comunicação política na América Latina, em sua relação com a conjuntura política democrática da região. A despeito da existência de algumas pesquisas em tal direção (FOX, 1988; FOX; WAISBORD, 2002; HALLIN; PAPATHANASSOPOULOU, 2002; HALLIN; MANCINI, 2012; MATOS, 2012; MELLADO; LAGOS, 2013; GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014; PORTO, 2015; OCANDO; SANTAMARÍA, 2015; MAUERSBERGER, 2016, dentre algumas outras referências importantes), os horizontes da reflexão continuam razoavelmente abertos, em termos de metodologias de análise (mais precisas e) cabíveis ao objeto em questão.

O interesse deste estudo vai justamente nesta direção: contribuir, mesmo que parcialmente, com o desenvolvimento de um recorte metodológico mais singular, que permita identificar, com maior acuidade, as características da comunicação política, em termos de América Latina, através da análise dos seus ambientes de mídia e da interface destes últimos com os regimes democráticos prevaletentes na região.

Para viabilizar respostas ao problema de pesquisa apontado, alguns questionamentos serão confrontados na presente análise. Sem deixar de reconhecer os avanços alcançados pelos estudos de Comunicação Política Comparada, esta tese argumenta, em prol de uma contribuição para os estudos da área, que há controvérsias importantes pouco desenvolvidas na literatura estabelecida e defende que o campo necessita de uma reavaliação e atualização de alguns de seus pressupostos básicos. Há problemas teóricos, conceituais e metodológicos que precisam ser enfrentados. As preocupações não são recentes, mas continua insuficiente o que se

fez, até aqui, para encontrar saídas efetivas para determinados impasses, que alimentam uma relativa estagnação dos estudos produzidos nas últimas décadas.

De uma forma geral, as críticas dirigidas à Comunicação Política Comparada decorrem dos questionamentos que vem sendo feitos à própria Comunicação Política (NORRIS, 2000; BRANTS; VOLTMER, 2011; BARNHURST, 2011; NIELSEN, 2014; BLUMLER; COLEMAN, 2015; HENN; VOWE, 2015). As discussões que se estabelecem nestes trabalhos sugerem um “*rethinking*” da comunicação política, destacando problemas como: a ênfase excessiva na perspectiva sistêmica (isto é, *macro*); o foco praticamente restrito nas relações de causa e efeito da mídia em relação à política (ou vice versa); a ampla preponderância das análises quantitativas às qualitativas, no exame dos fenômenos de comunicação política; a noção limitada (pois, frequentemente instrumental) de comunicação nos debates sobre mídia e política; o papel passivo do público como sujeito *de* efeitos da comunicação política; e, entre outras coisas, a ênfase, muitas vezes excessiva, quanto ao estado dos meios na atualidade, face suas transformações tecnológicas e econômicas mais recentes.

Das várias possibilidades de desenvolvimento analítico existentes, há pelo menos três percepções críticas que determinam a orientação desta tese. Primeiro, o relativo conformismo em relação aos pressupostos epistemológicos que informam grande parte dos estudos da comunicação política comparada, na forma de abordagens de cunho excessivamente deterministas (isto é, com foco predominante em relações de causa e efeito). Segundo, a prevalência de critérios normativos mais afins à realidade do hemisfério Norte (Ocidental), o que leva a análises carregadas de etnocentrismo e resultados, por vezes, enviesados, nos estudos comparados de comunicação política. Terceiro, uma reduzida atenção à comunicação política *per se* – no sentido de um entendimento mais concreto dos fenômenos de comunicação política em si mesmos, resultantes das interações entre os agentes envolvidos no processo.

Como já assinalado, esta pesquisa não tem natureza empírica. Pretende, na verdade, confrontar, no plano teórico, conceitual e metodológico, alguns dos condicionamentos apontados, esperando, com isso, contribuir com uma nova abordagem que ajude a preencher lacunas importantes do campo. Neste sentido, tem como

objetivo principal propor uma metodologia de análise que possibilite, futuramente, investigações das práticas de comunicação política no contexto latino americano.

1.2. Justificativas

A atualidade dos estudos comparados é indiscutível em um mundo cujas fronteiras estão em constante redefinição. De certa forma, até mesmo por isso, a própria natureza da comparação como técnica de estudo comporta continuas revisões (RAGIN, 2014). Face o desafio da globalidade, novas e importantes questões vêm sendo impostas ao pensamento científico – e na área da Comunicação Política, a urgência de respostas é ainda maior, dado o caráter incipiente das investigações de tal ordem.

Diferente da Ciência Política e da Sociologia, disciplinas em que os esforços comparados e a orientação internacional das pesquisas já estão consolidados há tempos, as perspectivas comparadas com foco na comunicação política só experimentaram um desenvolvimento a partir do início da década de 1990 (ESSER; PFETSCH, 2004).

Isso não significa que as dificuldades metodológicas tenham sido superadas e que os fundamentos teóricos que orientam as pesquisas estejam estabelecidos. Ao contrário, o desafio de situar o lugar, sempre difuso, da comunicação na política permanece – independente de se reconhecer que toda a dinâmica da política implique alguma forma de atividade comunicativa (BLUMLER; GUREVITCH, 1995).

Para efeito dos principais estudos do campo, adota-se convencionalmente o pressuposto de que os estudos comparados de comunicação política se referem a “comparação entre um mínimo de dois sistemas políticos ou culturas (ou seus subelementos) em relação a pelo menos um objeto de investigação relevante para os estudos de comunicação” (ESSER; PFETSCH, 2004: 8). Neste mesmo sentido, entende-se também, em reforço à tradição, que as estruturas, normas e valores específicos dos sistemas políticos moldam os papéis e comportamentos da comunicação política.

Da gama de perspectivas analíticas que a comunicação política comparada tem se debruçado nos últimos anos, um domínio tem adquirido especial atenção: as relações estruturais entre sistemas de mídia e sistemas políticos mais amplos, de

caráter transnacional. Nesta vertente, há desde estudos que procuram uma compreensão aprofundada de sistemas de nacionais únicos, a partir de esquemas fixos de análise, até aqueles que vislumbram a situação de determinadas regiões do mundo.

Com o foco na relação entre sistemas de mídias e regimes políticos democráticos, alguns dos desenvolvimentos metodológicos mais importantes decorrem dos esforços de pesquisa de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), em “*Comparing media systems*” (2004), depois ampliado pelos próprios autores em “*Comparing media systems beyond the western world*”, de 2011. Nestes dois trabalhos, os pesquisadores sintetizam uma série de características que traduziriam os ambientes de mídia em algumas das mais importantes regiões do mundo, permitindo classificá-los de acordo com alguns modelos: o liberal, o corporativo e o pluralista polarizado. O trabalho se tornou referência decisiva no campo – consolidando uma certa convencionalidade às abordagens comparadas de comunicação política que se seguiram, desde então.

Alinhado a estas vertentes, uma série de trabalhos tem dedicado atenção a ampliar o escopo das análises comparadas de comunicação política, em novos parâmetros e alcances geográficos. É o caso da coletânea de artigos organizada por Jan Zielonka (2015), articulando a relação entre mídia e política nas emergentes democracias do leste europeu. Ou, da compilação de análises sobre os sistemas de mídia das nações com rápido nível de crescimento econômico (BRICS), organizada por Kaarle Nordenstreng e Daya Kishan Thussu, “*Mapping BRICS media*” (2015). Assim como, dos estudos produzidos por Carolina Matos, “*Media and politics in Latin America: globalization, democracy and identity*” (2012) e os editados por Manuel Alejandro Guerrero e Mireya Márquez-Ramírez, “*Media systems and communication policies in Latin America*” (2014), com ênfase mais específica nas correspondências entre os sistemas de mídia latino americanos e o seu ambiente político.

Naturalmente, o quadro apontado não tem caráter excludente, tendo em vista a existência de diversas outras e importantes obras que se dedicam, igualmente ao difícil empreendimento em tela. Algumas de forma abrangente e precedente às referências acima mencionadas, como o clássico trabalho de James Curran e Myung-

Jin Park “*De-Westernization media studies*”, que reúne analistas de diferentes partes do mundo para refletir sobre as relações da mídia com o poder, com a sociedade e com uma realidade global em transformação, a partir do “olhar” não ocidental.

Não obstante a relevância destas contribuições e desenvolvimentos, o que ainda se pode identificar em exame mais atento à literatura da área é a existência de determinadas lacunas ou limitações nas análises sistêmicas (comparadas) de comunicação política em geral – e da América Latina, em particular.

Portanto, acrescenta-se à relevância desta pesquisa, investigar mais a fundo as raízes em que se assentam tais problemas – que, como já foi destacado anteriormente, são de ordem teórico, conceitual e metodológica. Neste sentido, o estudo contribui, também, questionando o relativo conformismo em torno dos pressupostos epistemológicos sobre os quais se apoia a maioria dos estudos de comunicação política comparada, na forma de abordagens positivistas (ou seja, predominantemente focadas nas relações de causa e efeito) – embora, aqui, não se pretenda fazer uma crítica propriamente ao positivismo, mas à falta de diversidade epistemológica no campo. Na mesma linha, a importância da crítica à prevalência de critérios normativos mais adequados à realidade do Hemisfério Norte, o que potencialmente contribui para reforçar o etnocentrismo dos estudos comparados de comunicação política. Por fim, o trabalho sinaliza, ainda, para a reduzida atenção dedicada à comunicação política em si, no sentido da necessidade de uma compreensão mais efetiva dos processos de comunicação política, resultantes das interações entre agentes.

De toda a sorte, as contribuições aqui reunidas não implicam uma ruptura com outras tradições de estudo e linhas de pesquisa já consolidadas, no campo da comunicação política comparada. Trata-se, mais, de uma combinação de possibilidades. O ângulo de aproximação aqui oferecido simplesmente amplia as oportunidades de exame dos fenômenos de comunicação política no contexto latino americano.

Mas, como qualquer estudo propositivo, de natureza teórica, resulta em um empreendimento complexo, oferecendo desafios substantivos ao pesquisador – dada a própria natureza ampla e dinâmica dos objetos em questão. Não apenas a mídia vive em constante transformação, como a própria democracia é, em essência, um fenômeno marcado por mutações contínuas – no olhar de Norberto Bobbio, em um regime

democrático, o estar em transformação é seu estado natural: “a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo” (BOBBIO, 1997: 9).

Portanto, refletir sobre a comunicação política latino americana à luz das mudanças que cercam a contemporaneidade, associado a uma conjuntura democrática tão peculiar da região não consiste em tarefa trivial. A perspectiva comparada aqui assumida, implica um necessário diálogo com contextos e circunstâncias em permanente transformação. Extrair desta combinação de possibilidades algum tipo de regra de valor que possa ser aplicada à explicação das realidades examinadas é a expectativa assumida – mas, sem deixar de reconhecer que há limites inevitáveis.

1.3. Objetivos

A finalidade deste trabalho é propor um modelo de análise para a comunicação política no contexto latino americano. Em vez de aplicar modelos de comunicação política comparados já existentes, oriundos de conjunturas externas (e fundados em parâmetros exógenos à América Latina) o objetivo primário da pesquisa é desenvolver uma metodologia específica, que permita avaliar futuramente, com maior precisão e profundidade, as características da comunicação política dos países da região, a partir de critérios e contextos mais afins a esta realidade subcontinental.

De forma acessória a estes propósitos principais e preliminarmente, o estudo demanda uma discussão dos fundamentos em que se apoiam as tradições de pesquisa da área. Nesta direção, pressupostos epistemológicos, fundamentos teóricos e conceituais, bem como metodologias de análise precedentes serão problematizados – e, destes recursos, serão extraídos os parâmetros constitutivos do trabalho. É, portanto, a partir destas reflexões iniciais que a pesquisa irá identificar e combinar dimensões e variáveis de análise já existentes na literatura da área, para a conformação do modelo – isto é, para a proposição de uma metodologia alternativa de análise.

Em termos mais amplos, a pesquisa objetiva, ainda, uma compreensão da relação entre mídia e democracia no contexto regional assinalado, com especial interesse em identificar o papel do público em tais processos. É, portanto, imperativo

uma revisão da literatura da área, com ênfase nas pesquisas sobre mídia e democracia, sobretudo, aquelas que empregam métodos comparativos no estudo dos sistemas de comunicação e de política, que não deixam de reconhecer a importância da dimensão do público como agente do processo. Também como objetivo vinculado aquele principal, a necessidade de reunir uma ampla gama de informações sobre os ambientes e contextos próprios da região em foco, de maneira a confrontá-los com os parâmetros metodológicos traçados, possibilitando avaliá-los futuramente.

1.4. Objeto

O objeto desta pesquisa é de ordem metodológica. Consiste em (termos positivos) um modelo de análise de comunicação política comparado orientado a (possibilitar, futuramente) ampliar a compreensão dos fenômenos de comunicação política que se desenvolvem a partir da interface entre os sistemas de mídia e os regimes democráticos, com ênfase no contexto latino americano. Conforme já foi assinalado nesta introdução, a comunicação política pode ser entendida, em um sentido amplo, como um processo interativo referente à circulação de informações entre políticos, a mídia e o público (NORRIS, 2008). Ou, ainda, como o conjunto das mensagens que circula dentro de um sistema político (BOBBIO, 1998). Por se tratarem tais fenômenos de algo difuso, subjetivo e abrangente, a pesquisa propõe um modelo de análise que possibilita ampliar a compreensão de suas dinâmicas, no contexto regional assinalado. Neste sentido, a partir de uma revisão crítica da literatura existente o modelo proposto é resultado da combinação de dimensões e variáveis de análise metodologicamente alternativas a outros estudos do gênero.

1.5. Metodologia

Face às ponderações de Umberto Eco (2002), este trabalho não persegue uma tese com amplitude demasiado panorâmica. Ao contrário, procura se circunscrever, ao máximo possível, à temática mais nuclear já delimitada anteriormente: a comunicação política, em viés comparado, associada a realidade regional da América Latina. Entretanto, de forma inequívoca, opta por uma abordagem de natureza mais teórica

do que experimental. Neste sentido, o método de estudo assumido é de revisão (histórica) da literatura precedente. E, baseado nesta, de proposição de um modelo de análise das práticas de comunicação política, no contexto latino americano.

Assim sendo, aquilo que aqui é definido como modelo de análise, em última instância, equivale a elaboração do recorte metodológico pretendido, como objetivo (e objeto) principal desta tese. A necessidade de empreender o desenvolvimento de uma metodologia específica para avaliar, futuramente, as práticas de comunicação política na América Latina decorre da compreensão de que há uma questão-problema (que orienta esta pesquisa) ainda não completamente exaurida pela produção do campo: a ausência de um tipo de abordagem, mais específica, que possibilite entender as relações entre políticos, mídia e público, na realidade própria da América Latina.

Portanto, o sentido da expressão “metodologia” a que nos referimos, neste texto, é tanto meio quanto fim para esta pesquisa. Na sua acepção instrumental, a metodologia (enquanto meio) é o método de revisão bibliográfica que conduz à proposição de um modelo de análise. Este, por sua vez, é a metodologia (enquanto fim) que servirá, em termos futuros, à ampliação da compreensão dos fenômenos de comunicação política nos países que integram o continente latino americano.

Nunca é demais reforçar que não é objetivo desta tese testar o modelo proposto. Esta aplicação, futuramente, poderá servir a propósitos comparativos no contexto regional dos países que integram a América Latina – seja pelo próprio autor ou terceiros.

Também é preciso assinalar, desde já, que o contexto de análise que serve como referência para o modelo comparado proposto nada tem de homogêneo. A América Latina é um conjunto diverso, complexo e abrangente de possibilidades. Não é a pretensão deste estudo tratar a região como uma unidade harmoniosa e uniforme. E muito menos que os argumentos comparativos venham a desconsiderar as assimetrias, as contradições, os paradoxos e a profunda heterogeneidade inerente e distintiva do continente – aspectos estes que serão aprofundados em capítulo próprio, adiante.

Não obstante estas delimitações e esclarecimentos, convém ainda enfatizar que, como método de estudo, as pesquisas comparadas são um recurso recorrente nas

ciências sociais. Visam estabelecer padrões e encontrar respostas para questões relativas a diferentes países ou culturas, a partir de um conjunto de referências comuns.

Angela Alonso (2016) esclarece que as ciências sociais oscilam entre dois métodos de pesquisa desde sua origem. Um derivado das práticas experimentais das ciências naturais, baseado em medições e comparações, de caráter explicativo, que se vale da estatística para analisar múltiplos eventos (e cujo viés quantitativo é predominante). Outro, que visa entender a lógica de processos e estruturas sociais, baseado na interpretação dos fenômenos, onde a relação sujeito-sujeito dita a razão de ser, exigindo a análise de casos em profundidade (e, no qual, como regra, os interesses qualitativos preponderam). É nesta última vertente que se circunscreve este trabalho – embora deva ser ressaltado que, apesar de diferentes, as técnicas quantitativas e qualitativas comportam aspectos complementares (RAGIN, 2014). E isto permite seu emprego combinado para uma melhor compreensão dos fenômenos sociais – seja numa amplitude generalizante (em que o quantitativo pode ser mais útil), seja em uma escala reduzida, em que as circunstâncias particulares (e qualitativas) devem prevalecer.

Quanto a adoção da comparação como recurso analítico, a tradição remonta aos gregos, nos seus esforços para o desenvolvimento de um pensamento filosófico. E atravessa gerações, com contribuições de pensadores de todas as áreas. De John Stuart Mill, com seu “*Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*”, de 1843, que firma as bases do raciocínio lógico científico das ciências naturais, às inferências de Max Weber, na sociologia, com seus “tipos ideais” e o “método compreensivo”.

Na Ciência Política, a “Política Comparada” é um subcampo de pesquisas bastante tradicional e consolidado, utilizado para refletir sobre o conjunto de fenômenos políticos, combinando análise empírica e teoria política (LIJPHART, 1971).

Na História, que tem no passado o seu horizonte de interesse, igualmente, há uma tradição de pesquisas que usa as técnicas da comparação para analisar as ações humanas em diferentes épocas (TILLY, 1984; FERRO, 1996; BLOCH, 1998).

Na Comunicação, as abordagens comparativas são mais incipientes. Porém, tem crescido nos últimos anos. Como apontam Frank Esser e Thomas Hanitzsch

(2012), no “*Handbook of comparative communication research*”, em duas décadas a pesquisa comparativa em comunicação fez notáveis progressos, “passando da descrição para a explicação, da simplificação à sofisticação teórica, da escolha acidental de casos para sua seleção sistemática e de evidências frequentemente anedóticas para um rigor metodológico” (ESSER; HANITZSCH, 2012: 3).

Jay Blumler e Michael Gurevitch, pioneiros dos primeiros inventários sobre o “estado da arte” da pesquisa comparativa em Comunicação Política sugerem que o campo passou de sua “infância”, nos idos dos anos 70 (onde o tom era de incertezas), para uma espécie de “adolescência” na entrada dos 90 (marcados de forma mais otimista pelo crescimento e identidade emergente das pesquisas). Em meados dos anos 2000, levando a metáfora biológica adiante, os mesmos autores sustentam que se alcançou um caminho de maturidade para a área, face o maior embasamento teórico dos trabalhos e uma utilidade empírica mais abrangente dos resultados alcançados pelas pesquisas (ESSER; PFETSCH, 2004: 325).

Buscando contribuir com estes avanços das análises do campo, este estudo procura ampliar o escopo das pesquisas comparativas regionais já existentes, sobretudo aquelas que se dedicam, de alguma forma, a refletir sobre comunicação política no continente latino americano. Desta maneira, o propósito, aqui, é oferecer uma metodologia alternativa, que contemple dimensões e variáveis de análise que melhor de adequem ao contexto e as características da realidade da América Latina.

Como será detalhado em capítulo próprio, o modelo de análise aqui defendido apoia-se em um tipo de abordagem “holística” que dialoga com esforços revisionistas que vem sendo feitos na área (BRANTS; VOLTMER, 2011; BARNHURST, 2011; BLUMLER; COLEMAN, 2015; HENN; VOWE, 2015, dentre outros). Neste sentido, confere mais ênfase à complexidade, à diversidade e à subjetividade, com interesse dirigido aos aspectos de natureza qualitativa que cercam as práticas de comunicação política observados na América Latina, no contexto das mudanças culturais, políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que marcam o início do século XXI.

Ao sustentar um desafio à tradição que orienta os estudos do campo a premissa básica em que se apoia esta reflexão é a de que a comunicação política constitui a realidade política – sem deixar de ser, também por esta, a todo tempo modificada. A perspectiva, portanto, é menos de um determinismo formal, normativo e objetivo

para a explicação dos fenômenos – e mais de um viés crítico, construtivista e hermenêutico, cujos pressupostos informam o modelo (e serão aprofundados oportunamente).

Em linhas gerais, o modelo defendido comporta dois elos conexos e mutuamente constitutivos: um amplo, em que estão presentes os *aspectos gerais* que conformam o *contexto* (integrado em seus *ambientes* socioculturais, políticos e midiáticos); e um restrito, em que se dão as *práticas* de comunicação política *per se* (fenômenos a serem examinados pelo modelo, futuramente), a partir do contexto em que estão inseridas. Os *aspectos* acima aludidos dizem respeito a uma série de características, variáveis e vertentes (que serão desenvolvidos em capítulo próprio), que *afetam* as práticas de comunicação política, mas que por estas também são *afetados*.

A título de ilustração (e não de síntese), as *variáveis analíticas* empregues na concepção do nosso modelo, abrangem, *a priori*, elementos como: características do mercado de mídia, relação dos operadores com o Estado, nível de desenvolvimento tecnológico, perfil sociocultural das populações, concentração de propriedades de mídia, modelos de Estado, tipo de democracia, condições de liberdade de expressão, dentre alguns dos vários elementos de análise que já vem sendo estudados.

Neste mesmo sentido, há uma diversidade de *vertentes de análise* que *podem* ser combinadas na constituição das variáveis analíticas do modelo, como, por exemplo: os modelos de distribuição de receitas das empresas de comunicação, os índices de audiência dos meios, os perfis de consumo dos indivíduos, a inclinação ideológica dos veículos, os modelos de financiamento público da mídia, tipos de legislação e mecanismos de regulamentação dos meios – enfim, um conjunto amplo de possibilidades que *devem* ser percebidas através de um rol de referências empíricas (fontes), a partir dos quais é *possível* obter os dados, na formulação do modelo.

Uma observação importante quanto ao encaminhamento metodológico aqui considerado diz respeito as potenciais dificuldades em operacionalizar um conjunto muito amplo e diversificado de variáveis e vertentes de análise. Como lembra Arend Lijphart (1971) os estudos orientados para um número de casos relativamente reduzido, confronta-se com o dilema de lidar com “muitas variáveis e um N pequeno”.

Porém, em se tratando do contexto de análise pretendido por este estudo, a América Latina, não se limita à realidade nacional de cada Estado que a integra. Os fenômenos de comunicação política que atravessam o continente são incontavelmente plurais – embora o interesse primário seja examiná-los a partir de um recorte geográfico mais específico. Assim, a possibilidade de aplicação da metodologia comparada aqui apresentada pressupõe uma necessária ampliação do quadro de referências analíticas possíveis, de forma a que este rol (de variáveis e vertentes) possa ser adequado, de forma mais parcimoniosa, no tratamento de cada fenômeno específico sob investigação.

Dito de outro modo, a proposta metodológica aqui contida se pretende abrangente, porém, flexível, de forma que o quadro mais extenso de elementos analíticos indicados por este framework possa ser considerado de maneira mais ampla ou mais restrita, consoante as necessidades de investigação de cada fenômeno examinado. Tal manejo metodológico será aprofundado em capítulo próprio.

No plano teórico, o recorte metodológico aqui proposto tem sede em algumas tradições de estudos que serão revisadas em capítulo próprio, como: a Teoria Crítica, no que tange a compreensão da cultura como elemento de transformação da sociedade; o construtivismo, que entende a realidade como um “produto” da vida social, constituído e modificado continuamente através das interações dos sujeitos com o mundo; e da hermenêutica, com base na noção de “círculo hermenêutico” e das “redes de significações” que são informadas por determinadas linguagens históricas.

Neste sentido, o argumento central aqui defendido é o de que não há possibilidade de compreensão dos fenômenos (textos), senão a partir do entendimento *em comum* da realidade (contexto) em que aqueles se desenvolvem – pedra angular da tradição hermenêutica (GADAMER, 2003; RICOUER, 1990; HEIDEGGER, 1989). Também, em reforço a esta direção, assume-se aqui, que as dinâmicas dos indivíduos, em suas interações com o mundo, desempenham um papel relevante para as estruturas e os processos (inclusos os da comunicação política), o que reforça a percepção de que toda realidade fenomenológica é construída cultural e socialmente.

1.6. Resultados esperados

Como sugere Francisco Rüdiger (1998), os meios de comunicação não se esgotam em sua função comunicativa, constituindo, ao contrário, realidade social complexa. Como fenômeno de largo alcance, não é um campo que se exaure nele mesmo. Caracterizado por sua penetrabilidade, absorve e modifica os demais campos sociais em que atua, constituindo-se, desta forma, como um âmbito de interfaces.

É, pois, na sua relação com a política, que se revela uma das facetas desafiadoras da comunicação. Compreender as maneiras como se estabelece este vínculo consiste em tarefa sempre urgente e necessária, sobretudo num tempo em que as mídias são tão onipresentes e o estado da democracia tão problemático – em particular na América Latina, que vive contínuos momentos de transformação de sua realidade.

Neste contexto, esta pesquisa espera contribuir com uma metodologia de análise comparada para a comunicação política na realidade latino americana, face aos regimes democráticos da região. O propósito comporta relevância, em razão dos métodos de análises existentes tratarem das configurações sistêmicas da comunicação política subcontinental de forma limitada – quando não, caricatural.

Os estudos em questão, via de regra, reforçam constatações razoavelmente pacificadas na literatura da área (FOX, 1988a; 1988b; LUGO, 2008; WAISBORD, 2012; MAUERSBERGER, 2016; SORJ, 2016), bem como dos centros de pesquisas dedicados a monitorar aspectos relacionados à mídia e à democracia no mundo ¹. Tais análises apontam, de maneira geral, que há concentração no ambiente midiático latino americano, possivelmente sendo esta a sua característica mais predominante entre os países da região. Decorrem daí alguns efeitos, conforme à tradição da área, dentre os quais, principalmente: a ausência de pluralidade e diversidade

¹ Dentre outros, mas não somente, o CIMA (*The Center for International Media Assistance*), iniciativa da *National Endowment for Democracy* norte-americana, voltada para a promoção da mídia independente nos países em desenvolvimento, em seu último relatório, de 2016, “*Media in Latin America: a path forward*”, disponível em: <http://www.cima.ned.org/publication/media-in-latin-america-a-path-forward/>; ou, o tradicional ranking do RSF (*Reporters without Borders*) sobre “Liberdade de Expressão na Mídia”, disponível em: <https://rsf.org/en/ranking>, bem como nos relatórios sobre “concentração da mídia”, disponíveis em: <http://www.mom-rsf.org/en/>.

informativa, a pouca competitividade entre os operadores, a baixa transparência acerca dos regimes de propriedade dos meios, a excessiva regulação por parte dos Estados, levando a eventuais censuras e ausência de independência da mídia pública, bem como dificuldades (crescentes) de sustentação econômica dos negócios.

Cabe enfatizar que estes recortes estão, em geral, alinhados a uma literatura que compreende os fenômenos de comunicação política à luz de uma epistemologia determinista (calcada em relações de causa e efeito), fundada em uma normatividade Norte Ocidental e com um cunho sistêmico que confere mais ênfase às estruturas e processos, do que às práticas efetivas da comunicação política – sobretudo às dinâmicas de seus agentes, em particular o público, praticamente ignorado.

Pretendemos, assim, alcançar os seguintes (e específicos) resultados com esta pesquisa: (1) oferecer uma crítica à literatura tradicional de comunicação política, com ênfase na sua vertente comparada e, em particular, aquela relativa à América Latina, nos domínios da comunicação política comparada; (2) com base nesta revisão crítica, formular um modelo próprio para análise (futura) das práticas de comunicação política da América Latina, face ao contexto democrático da região.

1.7. Organização do trabalho

Quanto a estrutura, este trabalho está dividido em cinco partes. A primeira corresponde a esta introdução, em que foram delimitados os interesses temáticos da pesquisa e apontados os elementos metodológicos que a integram: justificativa, objetivos, objeto, metodologia e os resultados esperados. A segunda parte corresponde ao primeiro capítulo, que localiza algumas das contribuições teóricas que conformam as discussões da área da comunicação política, em seu sentido mais amplo e revisa, de forma crítica, estudos que empregam a perspectiva comparada nas análises de comunicação política. A terceira parte, que corresponde ao segundo capítulo, relaciona e discute pesquisas que examinam a comunicação política, na América Latina, por um viés comparado. A quarta parte, que corresponde ao terceiro capítulo, desenvolve um modelo alternativo de análise comparada de comunicação política, voltado à investigação da relação entre mídia e democracia na América Latina, que possibilite ampliar o entendimento das dinâmicas (*práticas*) da comunica-

ção política dos países do continente, no contexto de sua particular realidade democrática. A quinta e última parte, que corresponde a conclusão, sintetiza as principais discussões propostas ao longo do trabalho, indicando, ainda, os potenciais avanços que o estudo comporta – para o campo da comunicação política comparada.

2. Da comunicação política ao viés comparado

A proposta deste capítulo é assinalar algumas contribuições da literatura do campo, em um percurso que se inicia pela via da Comunicação Política até sua vertente mais específica, de caráter comparado. Neste sentido, a primeira parte estabelece um olhar histórico e mais descritivo sobre a produção do campo principal (a Comunicação Política). Em caráter subsidiário, ainda na metade inicial do capítulo são aprofundadas algumas referências que fundamentam a investigação: as noções de comunicação e política, assim como seus derivativos mais específicos: mídia e democracia. Maior ênfase e preocupação sistemática são conferidas à segunda parte do capítulo, onde se dispensa um tratamento de crítica à literatura da Comunicação Política Comparada. Neste espaço, a intenção é fazer um recorte dos desenvolvimentos do campo, apontando para certas limitações e destacando alguns dos principais desafios e tendências com que os analistas têm se confrontado.

2.1. Política em tempos de comunicação: os efeitos democráticos

A atualidade dos estudos sobre a relação entre comunicação e política decorre, em grande parte, ao fato da ampliação da presença do fenômeno comunicativo na vida em sociedade. Não apenas a profusão de meios, o aumento do alcance, a maior velocidade e variedades de formas, mas, sobretudo, a continua troca informativa, deram lugar a uma verdadeira enxurrada, nos dizeres de Leonardo Valente (2007).

Nos últimos dois séculos, a humanidade produziu um desenvolvimento sem precedentes no campo da tecnologia, com destaque para as mídias. E no rastro de tais mudanças, as “Tecnologias da Informação e da Comunicação” (TICs) tornaram-se parte indissociável da vida diária (CASTELLS, 1999).

Tal onipresença da comunicação tem sido apontada, há décadas, como um fator relevante para as transformações nos regimes democráticos (BENNETT; ENTMAN, 2000). É célebre, aliás, o debate entre Walter Lippmann ([1922]/1961) e John Dewey ([1927]/2012), acerca da sensível relação entre sociedade, política e meios de comunicação. Evidência de que não há consenso em torno dos seus potenciais e ameaças, as análises costumam variar em um espectro que vai dos mais

entusiastas aos mais céticos quanto às possibilidades dos recursos comunicativos no contexto da política em geral e, mais especificamente, quanto ao que podem representar em termos de impacto de participação nas sociedades democráticas.

James Bohman (2004) percebe que falta um maior embasamento teórico ao debate entre os que se colocam numa posição mais otimista e aqueles que são pessimistas, acerca do potencial democrático das novas tecnologias. E aponta o apego excessivo à vitalidade da técnica em si (que esvazia uma importante dimensão do uso social das mesmas) como um dos problemas das análises. Refletindo sobre as “Comunicações Mediadas por Computadores” (CMC), o autor acredita que estas podem oferecer novas soluções para o problema do alcance das interações comunicativas através do tempo e do espaço – assinalando a emergência de uma esfera pública que não está sujeita às limitações linguísticas, culturais e espaciais (das fronteiras nacionais de um Estado). Porém, questiona se tais recursos seriam capazes de preservar o caráter dialógico das trocas informativas – que é algo essencial para a democracia.

Na mesma linha, Andrew Chadwick (2009) pondera sobre as dificuldades dos analistas em relacionar as tecnologias comunicativas – sobretudo as novas gerações técnicas, em particular a internet – com o ambiente democrático contemporâneo: “os acadêmicos tem se alternado em ondas sucessivas, de entusiasmo precoce ao pessimismo exacerbado, até a tendência recente de abordagens mais equilibradas e empiricamente sustentadas acerca da era *pontocom*” (CHADWICK, 2009: 11).

Seja como for, em um mundo atravessado por múltiplos canais e dispositivos de informação potencializando diálogos em tempo contínuo, a discussão em torno da democracia assumiu novos contornos e impôs desafios ao tradicional modelo liberal representativo. A corrente da participação ganhou adeptos e, no seu extremo, advogados do formato deliberativo. Dentre eles, Jurgen Habermas (1996; 2003; 2012), que é um dos principais expoentes do campo da Comunicação Política, em função de sua concepção de esfera pública, apresentada numa de suas mais importantes obras: “*Mudança estrutural da esfera pública*” ([1962]/2003). No rastro do autor alemão, Amy Gutmann e Dennis Thompson (2009) defendem que a vida política seria bem melhor se houvesse mais discussões e decisões justificadas por

parte dos cidadãos e seus representantes. Sob tal recorte, a democracia, em alguma medida, poderia retomar alguns dos ideais clássicos, atenuando suas limitações.

Naturalmente, a proposta de refletir sobre a relação entre comunicação e política, ainda que se assuma uma premissa mais determinista acerca dos impactos da mídia sobre a democracia, não pode desconsiderar que, na sua dimensão prática, a própria democracia está cercada (e, possivelmente, sempre esteve) de preocupações, incertezas e problemas não resolvidos – como os temas da exclusão, da desigualdade e das dificuldades de acesso mais amplo ao processo de tomada de decisões, os chamados déficits democráticos, em linguagem eufemística.

Em “*O ódio à democracia*”, Jacques Rancière (2015) faz uma crítica aguda a um destes problemas, que é o pressuposto da igualdade, que dá sentido maior à noção de democracia. Para o autor, é justamente tal atributo que desencadeia as reações mais viscerais dos “adversários” da democracia. Seu argumento é que os setores privilegiados da sociedade jamais compactuaram com a principal implicação prática do regime democrático, no âmbito da política: que o governo de qualquer um possa, efetivamente, ser exercido por um qualquer – sem títulos ou posses.

O autor questiona os princípios e a própria legitimidade do modelo democrático representativo, pois fundamentado primordialmente no privilégio das elites, que se propõem a governar em nome do povo, mas sem a participação direta deste. Considera, neste sentido, que a democracia, nos seus termos contemporâneos, nada mais traduziria do que um paradoxo, voltado a assegurar que representantes com poder econômico façam políticas públicas que visem manter “exclusivamente” seu próprio poder – de poucos, para poucos. E dá algum destaque, em sua reflexão, para o lugar que as mídias exerceriam neste processo, ao lembrar que, dentre as alianças que se formam oligarquias estatais e econômicas, em muitos regimes democráticos contemporâneos, os donos de impérios midiáticos privados “apoderam-se” do controle de meios de comunicação públicos por meio de suas funções públicas.

Colocada sob tal perspectiva, esta não parece ser uma realidade tão estranha às sociedades que integram o continente latino americano. Embora atravessados por trajetórias históricas e contextos situacionais relativamente diferentes, o bloco de

Estados (cerca de vinte) que formam a região da América Latina compartilha algumas singularidades, como sinaliza Guillermo O'Donnell (2010), que tornam as formas democráticas aqui ensejadas, merecedoras de uma análise própria.

Em artigo publicado na sessão de opinião do jornal *O Estado de São Paulo*, Daniel Zovatto (2016), diretor regional para a América Latina e o Caribe, do Instituto para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA) já alertava para as preocupações com o desempenho da democracia na região. Baseado no Índice de Democracia *The Economist Intelligence Unit* (UNIT, 2016), da revista inglesa de mesmo nome, destacava o fato de que apenas um país, o Uruguai, era então classificado como uma “democracia madura”. Brasil e México, por exemplo, potências regionais, ocupavam a categoria “democracia com falhas”, perdendo posições no ranking, ao deixar sem respostas questões cruciais para o futuro de suas experiências democráticas.

Segue a mesma linha o *Latinobarómetro*, organismo internacional que há décadas produz um estudo de opinião pública nos países da região latino-americana acerca das condições de suas democracias. Em seus últimos informes, o relatório vem constatando um declínio de “apoio à democracia” ano após ano, nos países da região. Em 2018 (último dado disponível), destacou a queda em todos os indicadores econômicos políticos e sociais, alguns dos quais tendo atingido os valores mais negativos desde o início das medições em 1995 (LATINOBARÓMETRO, 2018).

A perspectiva de que cidadãos latino-americanos dão pouco valor à democracia não é recente. Consta também no relatório “A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãs e cidadãos”, do Compêndio Estatístico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2004). As percepções derivadas da pesquisa sinalizam um inequívoco desprestígio na democracia na América Latina – decorrente das frequentes ascensões eleitorais de líderes carismáticos, reeleições sucessivas do chefe do poder executivo, fragilidades institucionais, dentre outras bandeiras incongruentes com relação à democracia moderna.

O que parece pouco relevante nestas análises, entretanto, é a vinculação das mídias com a democracia no contexto dos países que formam o continente latino americano. Por certo, tal preocupação, de natureza mais específica, pertence ao do-

mínio do campo de estudos próprio a esta investigação, que é a comunicação política. Neste sentido, há um conjunto de reflexões que vem sendo produzido ao longo das últimas décadas, com ênfase na relação entre os domínios da comunicação e da política, assim como de uma vertente mais específica, de inclinação comparada.

O problema, como já sinalizado nesta obra, é que há uma certa limitação, senão mesmo uma lacuna na literatura, em termos da produção científica de análises que se dediquem a explorar as possíveis correspondências existentes entre os sistemas de comunicação e os sistemas políticos em funcionamento na América Latina. Os poucos trabalhos que existem (FOX, 1988; FOX; WAISBORD, 2002; HALLIN; PAPATHANASSOPOULOU, 2002; HALLIN; MANCINI, 2011; MATOS, 2012; MELLADO; LAGOS, 2013; GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014; MAUERSBERGER, 2016; OCANDO; SANTAMARÍA, 2015, dentre outros), em geral, comungam com uma tradição epistemológica calcada na lógica determinista (que privilegia relações de causa e efeito) e são orientados por um conjunto de referências normativas convencionalmente estabelecidas no Norte (Ocidental).

Em reforço ao que já foi sublinhado em outras passagens deste texto, de fato, nada há de errado com os pressupostos que informam boa parte das análises de comunicação política e sua vertente comparada que preponderam no campo. O que se discute aqui é (1) a pouca diversidade epistemológica do campo; (2) a prevalência de critérios normativos mais adequados a realidade do hemisfério Norte (Ocidental), levando muitas vezes ao condicionamento dos resultados das pesquisas; e (3) uma preocupação concentrada nas análises sistêmicas, de ordem *macro*, que privilegiam estruturas e processos, em detrimento das práticas de comunicação política *per se* – isto é, as efetivas interações entre os agentes políticos, da mídia e do público, sendo este último ainda menos considerado, no grosso das investigações.

2.2. Fundamentos da tradição: comunicação e política

Como sustentam alguns autores que se debruçam sobre o campo de estudos da comunicação política (BLUMLER; GUREVITCH, 1975; 1995; 2004; BLUMLER; KAVANAGH, 1999; HALLIN; MANCINI, 2004; 2011; ESSER; PFETSCH, 2004;

2016; CANEL; VOLTMER, 2014), o esforço comparativo tem como intenção alinhar um conjunto mais amplo de fatores que permitam uma melhor compreensão das circunstâncias em que vivem as sociedades. No entanto, trata-se de uma linha de abordagem sensivelmente difícil. A começar pela própria natureza mais complexa das democracias contemporâneas, em suas relações com a mídia – o que significa, por extensão, o envolvimento de agentes do mundo político, com agentes do universo midiático, bem como – e não menos importante – a própria cidadania.

Nesta perspectiva, uma das abordagens relevantes para os propósitos desta investigação é a contribuição sistêmica desenvolvida por Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995), em “*The crisis of public communication*”, para guiar uma reflexão sobre a comunicação política. Os autores defendem que, para uma melhor compreensão sobre a dimensão da comunicação nas democracias atuais é preciso compreender que as mensagens políticas emanam efetivamente de um *sistema* de comunicação política. Nos termos desta concepção, as mídias não estariam subordinadas às forças políticas, mas entrelaçadas, gerando pressões e constrangimentos próprios.

Para referendar seus argumentos propõe um *modelo* estruturado em torno de quatro componentes: (1) as instituições políticas em seus aspectos comunicativos; (2) as instituições midiáticas em seus aspectos políticos; (3) as orientações da audiência para a comunicação política; e, (4) os aspectos relevantes de comunicação da cultura política. Entendem, portanto, o sistema de comunicação política como dois conjuntos de instituições – organizações políticas e de mídia – que estão envolvidas na preparação de mensagens, em interação horizontal entre si, enquanto, em um eixo vertical, estão separadas e conjuntamente engajadas na divulgação e no processamento de informações e ideias de e para os cidadãos. Tais interações entre instituições estão condicionadas por relações mútuas de poder – poderes independentes, porém, emanados de uma mesma fonte, que são suas relações com a audiência/sociedade. Um pressuposto subjacente a tal abordagem é que, no processo de comunicação política que se desenvolve, a variação de um componente poderia estar associada à variação dos demais – através de um conjunto de relações entrada-saída, que vinculam os elementos constituintes em uma rede de dependências mútuas (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 12-13).

Ao defender a adoção de uma perspectiva de investigação sistêmica, os autores apontam uma série de vantagens para o campo de estudos da comunicação política: (1) a capacidade integrar múltiplas evidências de pesquisa em uma perspectiva analítica mais ampla; (2) a possibilidade de prevenir contra as tendências de subjugar ou enfatizar demasiadamente um elemento específico do sistema; e, (3) facilitar as abordagens transnacionais, na medida em que fatores de nível macro (estruturas e processos) poderiam ser comparados de forma mais efetiva.

Sem concorrer com outras linhas de investigação, mas sendo capaz de incorporá-las, a abordagem sistêmica de Blumler e Gurevitch (1995) ganhou projeção e inspirou uma série de avanços na pesquisa de comunicação política comparada, como será visto adiante. Porém, embora sofisticada, o que a tese dos autores não conseguiu superar foram alguns dos “limites” hoje mais discutidos por leituras revisionistas do campo. Em um primeiro plano, a preocupação mais centrada na comparação de fatores de nível macro (estruturas e processos), cujos parâmetros constitutivos são, no mais das vezes, baseados em uma normatividade de origem norteamericana. Em parte, a “fórmula” decorre de uma tradição sedimentada na própria Ciência Política, cuja “herança” de um pensamento determinista, formal e de natureza mais objetiva é a tônica. O relevo menor desempenhado pelo público nos processos da comunicação política (como sujeito de efeitos) é outro elemento problemático do modelo de análise sugerido pelos autores, na medida em que concentra maior importância nos papéis desempenhados pela mídia e pelos políticos.

De forma geral, como discorre Pippa Norris (2002), o estudo da comunicação política é inerentemente interdisciplinar, reunindo historiadores culturais, sociólogos, economistas, escolas de jornalismo profissional e psicólogos sociais, bem como analistas de mídia e cientistas políticos. Porém, há uma diferença significativa de enfoque nas abordagens que atravessam grande parte dos estudos da área. Nas análises de cunho comunicacional, prevalece o tratamento do conteúdo das mensagens políticas como “a variável dependente central” para a explicação dos fenômenos em termos de um contexto social, econômico e político mais amplo. Por outro lado, cientistas políticos “tendem a considerar o conteúdo das comunicações políticas principalmente como variáveis independentes, na tentativa de explicar padrões de atitudes e comportamentos em massa” (NORRIS, 2009: 2). Em ambos os casos, a despeito da diferença de importância dada às variáveis em análise, o que prevalece

é uma lógica funcionalista, orientando a reflexão dos autores – calcada em relações de causa e efeito, do que, o trabalho de Blumler e Gurevitch (1995) não foge.

Antes de avançarmos para outros apontamentos de um arcabouço teórico que perpassa o campo da comunicação política, julgamos cabível uma breve digressão acerca de determinadas ideias nucleares que serão tratadas no contexto desta pesquisa. A começar pelos difíceis, pois, desde sempre amplos, difusos e contestados conceitos de comunicação e política – e, na sequência deles, algumas breves considerações sobre as noções de mídia e democracia, que atravessam toda a tese.

2.2.1. Comunicação e política: o desafio da imprecisão dos sentidos

Nos léxicos, o termo comunicação é, invariavelmente, associado a um caráter técnico, resultado de uma dinâmica tangenciada por dispositivos artificiais e orientada para e pelos indivíduos humanos. Nos compêndios dedicados ao tema, o sentido não foge à regra. A “*Encyclopedia of Communication Theory*” (2009), propõe que “o impulso central da comunicação humana diz respeito à troca simbólica mutuamente compreendida [onde] o termo é comumente usado em sentidos amplos e estreitos, desde o simples contato humano até usos técnicos” (p. 295).

Na “*The International Encyclopedia of Communication*” (2008), prevalece o sentido histórico da ideia, como primeira medida de definição: “A raiz latina da [palavra] ‘comunicação’ - *comunicare* - significa ‘compartilhar’ ou ‘estar em relação com’ (p. 660). Através de raízes etimológicas indo-européias, relaciona-se ainda com as palavras ‘comum’, ‘comuna’ e ‘comunidade’ sugerindo um ato de ‘reunir’.

Anthony Wilden (2011), na sua contribuição à “*Enciclopédia Einaudi*”, com o verbete “comunicação”, vai na contra corrente, ao associar à noção um sentido dialético, ecossistêmico e contextual, que tem alcance muito mais amplo “no plano biológico, ecológico, social e econômico, mesmo que, para alguns [comunicação] seja ainda considerada como um processo limitado à troca de mensagens entre seres humanos” (p. 121).

O aprofundamento destas reflexões, aqui, seria incabível, pois desviante. De forma pragmática, o que se deve sublinhar a mais é que, em meio a pluralidade e as

dispersões (MATTELART, 2014) que caracterizam o campo de estudos da comunicação, ao menos duas tradições “concorrentes” subsumiriam o pensamento ocidental, acerca da compreensão sobre o fenômeno comunicativo. Numa delas prevalece um entendimento dos aspectos transmissionais, que caracterizam a prática comunicativa (estando reunidos, em torno, a corrente de estudos que enfatiza a mensagem ou conteúdos ou sinais). Segundo Adriana Braga (2016), trata-se de visão reducionista, pois dá lugar apenas aquelas tecnologias de caráter mais tangível e “avançadas”, desconsiderando a abrangência em termos de possibilidades de mediação que a prática comunicativa envolve. É do que trata a outra vertente de estudos, que entende o fenômeno na sua perspectiva ritual (isto é, que enfatiza a experiência, o caráter coletivo, interacional e, portanto, comunitário da prática comunicativa).

No que diz respeito a esta reflexão em particular, que propõe um modelo de análise para a comunicação política na América Latina, mais importância assumem as práticas do que as estruturas e processos – embora estes últimos sejam também relevantes para a análise efetiva daquilo que se pratica em termos de comunicação política, *per se*, no contexto da realidade regional de interesse a esta pesquisa.

Outro desafio semelhante que também se apresenta a esta investigação são os caminhos não menos difíceis que levam à discussão sobre a política – ou, ao menos a sua compreensão, enquanto uma convenção teórica, em termos de um conceito de mais ampla aceitação. Aqui, o peso do “legado” helênico é oportuno. É àquela tradição que ainda se voltam grande parte dos autores contemporâneos.

O ciclo de conferências organizado pelo jornalista e filósofo Adauto Novaes (2007), em 2006, e depois levado a publicação sob o título “*O esquecimento da política*” trouxe à tona uma preocupação que acompanha os intelectuais há eras: o que esperar, afinal, da política? Ou, em termos mais diretos, o que é a política?

Marilena Chauí, na sua contribuição para o debate, lembra que para “os filósofos antigos, [...] a política é definida como uma forma superior de vida – a vida justa, segundo Platão; a vida boa e bela, segundo Aristóteles” (CHAUÍ, 2007: 27). Ainda que, para aqueles pioneiros deste longo debate, os ideais se distinguissem, a noção de justiça (e do bem comum) estava na base da política.

De forma lamentável, esta noção fundamental tem se perdido – tanto na perspectiva deste autor, quanto daqueles que integram a coletânea de artigos citada (para quem, a política conforme concebida pelos antigos tem sido paulatinamente “esquecida”). Dentre algumas das razões para este esquecimento, as contínuas formas de privatização da vida (que promovem o esvaziamento dos sentidos coletivos em proveito do particular); o predomínio da moral (em lugar da virtude, eivada de um raso moralismo, fundado no dever, na obrigação e na obediência cega a interesses da ordem institucional); e, ainda, o enfraquecimento da esfera pública (e, com ela, a capacidade de exprimir opiniões de forma equivalente e divergir, mediante um debate coletivo).

Historicamente, esta ordem de mudanças não acontece de forma isolado. Há precedentes contínuos, longínquos e (alguns deles) ainda mais acentuados, que transformaram o mundo e levaram a novas formas de pensar a política. Desde o medievo, articulada a uma visão mais teológica, até as primeiras rupturas trazidas pela modernidade, que fortaleceu uma associação mais estreita com uma perspectiva de poder. São vias que pavimentaram os contornos da conformação da política às dimensões do Estado, tal qual a reconhecemos, mais convencionalmente, hoje. Numa leitura panorâmica, alguns destes são, aliás, os sentidos tomados por Norberto Bobbio (1998) para enquadrar o verbete do dicionário que organiza sobre política:

Derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade [...] O termo Política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado [...] Na época moderna, o termo perdeu seu significado original [...], passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado [...] O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder (BOBBIO, 1998: 954).

No contexto presente (e deste trabalho) discute-se uma crise ainda mais grave a respeito das formas de exercício do poder político. A afirmação dos ideais republicanos, constitutivos dos Estados modernos, oriundos das revoluções democráticas norte-americanas e europeias, em alguma medida ressignificaram a articulação entre o social e o individual. E instauraram uma ordem política que “vem de baixo”. Porém, criou também as condições para uma progressiva diminuição do ímpeto de uma cidadania mais ativa, deslocada para diferentes formas de representação destes interesses – ao menos em tese, capacitadas a decidir o que é melhor para todos.

Em meio a guerras, revoluções, ascensão e queda de regimes totalitários, modelos concorrentes de políticas, com viés democrático, floresceram. Ganharam maior destaque aqueles fundados na representação (para alguns autores, procedimental ou minimalista), o que Joseph Schumpeter (1961), abraçando o legado de Max Weber (2004), definiu como um método de escolha dos dirigentes políticos. Por meio dele, o envolvimento do corpo de cidadãos com a política é mínimo, tendo em vista que esta última estaria reduzida a um sistema institucional para a tomada de decisões, no qual a disputa pelos votos é o que dá sentido a própria atividade política.

Dito em sentido mais amplo, trata-se de uma lógica da política determinada pela dinâmica dos consensos. Política como instrumento formal. De ideal existencial à ferramenta prática. Exercício traduzido, sobretudo, na “política profissional” empreendida pelos políticos. Algo contra o que Jacques Rancière (1996) irá se indispor. Para o autor, a política, é o momento (de um *continuum*) em que se dá o questionamento sobre a ordem estabelecida. Quando aqueles que são considerados animais, sem o direito à fala e ao reconhecimento institucional, declaram-se iguais perante os padrões de dominação. É a reivindicação da parte dos que não tem parte. “A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela” (RANCIÈRE, 1996: 26).

Na percepção do filósofo francês, se há uma origem da política, ela nasce do “desentendimento”. “Só há política mediante a interrupção, mediante a torção primária que institui a política como o desdobramento de um dano ou de um litígio

fundamental” (RANCIÈRE, 1996: 28). É a ruptura que demarca a natureza conflituosa da política como essência insuperável, em termos ontológicos. Para o autor, jamais há um fim para os conflitos contingentes na sociedade, assim como não há níveis mínimos de racionalidade capazes de exauri-los; ao contrário, a natureza da política é justamente uma continua interrogação sobre a ordem estabelecida.

No contexto geral de sua obra, Jacques Rancière (1996) advoga uma emancipação da política por entender que o consenso é um disfarce para a dominação (em torno da qual se fundaria uma ordem explicadora do mundo e que está enraizada na política contemporânea como algo natural e legítimo). Compreende, assim, a política atual como uma anti-política, pois legitimada na desigualdade.

Trata-se de uma linha de reflexão muito próxima aquela que demarca o debate entre Luc Boltanski e Nancy Fraser (2016), intermediado por Philippe Corcuff, em que os autores inicialmente citados opõem às formas de dominação (e consenso) a necessidade de uma emancipação – e que não passa necessariamente por “esta” democracia, que segundo Fraser, encontra-se atualmente desmoralizada e incapaz de propor uma alternativa (BOLTANSKI; FRASER, 2016: 56).

Dentro das perspectivas desejáveis para uma ação emancipadora, Boltanski e Fraser (2016) advertem para a importância de se resistir às preocupações excessivas com o estatismo centrado sobre o nacional. Para ambos, há outras forças em jogo atravessando a política contemporânea: além das nacionalistas, cujo propósito é preservar as políticas de proteção social; as neoliberais, cujas motivações são as liberdades negativas e o ideal das escolhas sobre os mercados; e as forças da emancipação (ligadas às esquerdas libertárias), cujo princípio é superar a dominação. Como lembra Fraser, o perigo é estas forças se articularem de forma desproporcional, esvaziando a urgência que existe na emancipação. Compreendê-las de forma integrada, associando o que existe de melhor em cada uma delas é o caminho mais adequado para uma verdadeira transformação do quadro político atual.

Nesta direção, rumo a uma emancipação da política, os autores defendem “a recuperação de uma parte do liberalismo político como uma das dimensões de emancipação, um dos recursos capazes de neutralizar a dominação estatal e os efeitos de exclusão das fronteiras nacionais” (BOLTANSKI; FRASER, 2016: 42). Com tal enfoque, contrariam as visões estigmatizadas que colocam no mesmo patamar o

liberalismo político e econômico, ligando, sobretudo o primeiro, com o capitalismo e a direita – sem perceber, com isso, que reforçam uma leitura míope de que os coletivos estão ligados a forças de esquerda e os indivíduos às forças de direita.

Miguel Abensour (2007), em seu artigo na já citada coletânea organizada por Adauto Novaes (2007) indaga em que medida a filosofia política seria capaz de contribuir para esta emancipação da política. Propõe, para tanto, uma articulação entre as teorias críticas da dominação (retomadas da Escola de Frankfurt) e uma “redescoberta da política, das coisas políticas, na sua irreduzível heterogeneidade, na sua consistência e dignidade, no sentido de que elas não podem ser trocadas uma pela outra” (ABENSOUR, 2007: 195). Enxerga, neste caminho, uma possibilidade efetiva (embora laboriosa) para a emancipação, sem perder de vista que:

A redescoberta da política não autoriza de forma alguma a ignorar o fato da dominação, ou a ocultá-lo. É, portanto, dando prioridade ao paradigma político, mas recusando torná-lo absoluto, que poderemos instaurar uma relação com a teoria crítica. Será preciso ainda que os pensadores do político estejam suficientemente prevenidos de sua fragilidade, e saibam que toda forma de liberdade pode ser corrompida, pode degenerar, por exemplo, em um Estado autoritário (ABENSOUR, 2007: 218).

Nos termos que compõe esta seção, denota-se as dificuldades em se estabelecer definições singulares, para ideias oriundas de campos de pensamentos tão densos, como a comunicação e a política – o que, em última análise não é pretensão desta pesquisa aprofundar. Quando muito, o que se pode sustentar é que haverá sempre, um grau de imprecisão relativo cercado as definições de comunicação e política para além dos léxicos, tendo em vista que seus desenvolvimentos teóricos comportam nuances que, por mais que se queira, não estão fadadas a convenções.

De natureza semelhante, mesmo porque, espécies derivadas dos seus respectivos gêneros, as noções de mídia e democracia estão intrinsecamente associadas. A elas dedicaremos algumas breves linhas, antes de retomar o curso principal do estudo.

2.2.2. Democracia no contexto midiático

“A democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as demais”

Winston Churchill

Na mesma medida que a política (de uma forma geral) enfrenta dilemas, a democracia (feição mais abrangente da política no mundo contemporâneo), também experimenta as suas próprias agruras. Em 2015, as democracias eleitorais se faziam presentes em 125 dos 195 países monitorados pela *Freedom House*. Mas, mesmo antes disso (e nos anos subsequentes), a organização tem constatado o crescimento contínuo dos movimentos populistas e nacionalistas em nações democráticas, contribuindo para a manutenção do declínio na liberdade global (FH, 2019).

Porém, a perspectiva de uma crise da democracia não é uníssona – e tem seus críticos. Um deles é Norberto Bobbio (1997), para quem é preferível falar em transformações em “um sentido axiologicamente neutro” e não em crise, porque “nos faz pensar num colapso iminente”. Para o autor “a democracia não goza no mundo de ótima saúde, mas não está à beira do túmulo” (BOBBIO, 1997: 9).

Com ou sem crise, fato é que a democracia vem sobrevivendo ao tempo. Seja como concepção sistêmica de organização política, seja em termos mais estritos, como regime de administração pública, a expressão herdada dos gregos “*demo* (do povo) + *kratia* (poder)” resulta, hoje, numa concepção praticamente universal que traduz algo como uma forma de governo de todos ou da maioria dos cidadãos elegíveis de um Estado, mais comumente exercido através de representantes eleitos.

Embora seja razoável considerar que outras civilizações tenham experimentado variações do modelo, em diferentes épocas e lugares, o ideal político grego, de exercício de poder pelo povo através do sufrágio “universal”, de forma livre e igual, fundada num Estado de direito (ou seu equivalente, dependendo do contexto), data de dois milênios e meio. Originalmente concebida por oposição aos sistemas monárquicos (poder centralizado nas mãos de um) ou oligárquicos (poder concentrado nas mãos de alguns), esta forma de sistematização proposta por Aristóteles (1997), em sua “*Política*”, constitui uma classificação “ainda” vigente.

De toda maneira, com as mudanças históricas e as variações experimentadas pelas dinâmicas de mundo, a democracia se tornou um fenômeno mais complexo, passando por múltiplas adequações, ao mesmo tempo em que foi se constituindo como o regime prevalecente das sociedades contemporâneas. Hoje, sobretudo na sua forma indireta ou representativa (em que as decisões de poder são tomadas por representantes eleitos) um dos debates que cerca quase todos os regimes democráticos contemporâneos é o dos efeitos que as mais recentes tecnologias de comunicação potencialmente podem exercer (ou já vêm exercendo) sobre as práticas democráticas – tanto para o bem e quanto para o mal. O papel das mídias no contexto democrático tem sido decisivo para uma reflexão revitalizada sobre o fenômeno.

Neste debate, uma das vertentes mais que despertam mais entusiasmo são as expectativas em torno de uma democracia virtual (também denominada democracia digital ou *e-democracy*) como resultado da convergência e disseminação dos dispositivos tecnológicos de última geração. Para Wilson Gomes (2010), “não existem democracias digitais, existem iniciativas e experiências digitais pró-democracia em Estados democráticos reais. Que são, em geral, Estados de base institucional liberal-democrata” (GOMES, 2010: 24). Para o autor, as “repúblicas digitais” consistem basicamente em um conjunto de ferramentas e dispositivos baseados na *web* (padrão mínimo) ou o desenho de instituições ou de dimensões de instituições políticas digitais (padrão máximo) que se acoplam a uma plataforma institucional de um Estado liberal-democrático. “Às vezes, tornando digitalmente funcionais instituições pré-existentes do Estado (padrão mínimo), outras vezes modificando ou reconfigurando outras instituições (padrão máximo)” (idem, p. 24).

Em linha de argumentação diametralmente oposta, um dos autores que assumiu considerável “visibilidade” nestas discussões é o filósofo tunisiano Pierre Lévy (2003; 2010). Em pelo menos duas de suas obras mais recentes “*Ciberdemocracia*” e “*O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*”, advoga a tese de uma inexorável mudança nos rumos da democracia, que envolve o resgate dos ideais gregos (de democracia direta ou deliberativa, em que todos exercem imediatamente seus papéis como cidadãos-políticos), ao mesmo tempo em que, com o suporte de um regime tecnológico mais inclusivo, integra à prática democrática um conjunto cada vez mais plural de indivíduos (os cibercidadãos).

A reflexão de Lévy se estabelece a partir de, pelo menos, dois argumentos centrais. Primeiro, compreende que o aparato tecnológico contemporâneo (“mídias interativas”) favorecerá a construção de uma nova esfera pública (“*ágora* virtual”), que ampliará a liberdade de expressão, tornando-se um espaço de comunicação mais “inclusivo, transparente e universal”. A partir da existência deste “lugar” tecnológico, potencialmente se viabilizaria um exercício de cidadania mais pleno. Segundo, por decorrência deste contexto, entende que o estatuto *online* inauguraria uma sincronicidade original na forma das relações humanas: quanto mais se expande a “sociedade informativa”, mais acentuada se tornam as práticas políticas democráticas, que subvertem as hierarquias e constituem regimes de poder mais horizontais, estimulando a “passagem do poder à potência” (de agir).

Em termos mais amplos, o autor entende os subprodutos da revolução da informática como “tecnologias inteligentes” (1993) capazes de fomentar e disseminar saberes numa espécie de “árvore do conhecimento” (1995) em escala coletiva e planetária. No domínio do “virtual” (1996) formular-se-ia um tipo de “universalidade sem totalidade” (1999) que possibilitaria um “cidadão em rede” (2003) mais mobilizado e engajado politicamente. A “cultura do diálogo” (2003) se tornaria regra, favorecendo o espírito democrático, o que transcende ao voto (objeto por excelência das democracias convencionais) ao contribuir para uma mutação do espaço público, do funcionamento do Estado, da vida nas cidades e nas práticas da comunicação e da cidadania, resultando uma forma de “inteligência coletiva” (2000).

Naturalmente, as digressões de Pierre Lévy promovem tanto adesões quanto críticas. As evidências práticas de uma democracia mais vigorosa como resultado de uma maior vitalidade técnica parecem ainda distantes das expectativas do autor. De certa maneira, as teses remontam à lógica de um determinismo que demarca parte considerável da ciência – e que tem sido objeto de ponderação desta pesquisa.

Neste sentido, para uma reflexão mais bem estruturada sobre a democracia em um contexto de mídias onipresentes, parece oportuno salientar, ainda que de forma pontual, algumas perspectivas de entendimento acerca da noção de mídia. Adriano Duarte Rodrigues (2016), em seu provocativo ensaio “*O que são afinal os media?*” defende haver uma falta de clareza, bem como de preocupação com uma melhor fundamentação teórica para a definição de mídia. Para o autor, aquilo que a

expressão define, compreende artefatos técnicos, em sua essência. Tais objetos, sempre tiveram importância, para o homem, na sua experiência de mundo. “Não é possível pensar a existência de seres humanos apenas dependentes dos seus dispositivos naturais” (RODRIGUES, 2016: 177). No entendimento de Duarte Rodrigues, a experiência técnica está relacionada com o próprio processo de hominização. Da linguagem aos objetos, todos fazem parte de um mesmo processo, intelectual, de constituição de experiência de mundo perseguida pelo homem, inclusive, conferindo uma dimensão de espaço e tempo definidora da sua existência (idem, p. 178).

O que precisamente o autor português (aqui em referência) denomina como mídias, na acepção de sentido que se universalizou, através do vocábulo “*media*”, de matriz anglo-saxônica, são os dispositivos de enunciação, isto é, os artifícios fabricados, as invenções técnicas, os objetos que intervêm no desencadeamento das interações discursivas dos seres humanos, aqueles incorporados (ou interiorizados) aos nossos dispositivos naturais de enunciação e que nos habilitam a produzir discursos. Do grafismo aos avançados recursos cibernéticos, abrangem uma multiplicidade crescente de formas com as quais nos habituamos a lidar dia após dia.

Para Rodrigues, o mais importante para os estudos que pretendam ter os *media* como objeto de estudo é não perder de vista a característica de sua natureza vinculativa à própria existência humana. Neste sentido, o funcionamento de tais recursos técnicos não consiste em uma realidade exterior à própria experiência do mundo, da sociedade que os concebeu e os utiliza – mas sim, algo intrínseco a ela.

Sob tal concepção, que se alinha à uma tradição de pensamento sobre os meios antes como dimensões próprias da cultura (CAREY, 2008; HALL, 2010) do que instâncias de dominação (ALGER, 1998; COMPAINE; GOMERY, 2000), este trabalho também se desenvolve. Portanto, na segunda parte deste capítulo, a próxima seção examinará algumas das contribuições que a literatura da comunicação política vem desenvolvendo sobre a vertente comparada para os estudos da área.

2.3. O foco na comparação

Se a comunicação política é um campo de estudos recente, mais ainda é a sua dimensão comparada. Nos manuais que dimensionam a área de estudos principal, embora alguns autores não resistam à tentação de associar as origens da comunicação política aos escritos primitivos de Aristóteles e Platão, a realidade é que sua afirmação como campo de pesquisas distintivo é incomensuravelmente mais atual.

Lynda Lee Kaid (2004) o localiza como “um campo interdisciplinar de estudo, baseando-se em conceitos de comunicação, ciência política, jornalismo, sociologia, psicologia, história, retórica e outros campos” (KAID, 2004: 1). E, em alusão a obra pioneira de Dan Nimmo e Keith Sanders (1981), autores do primeiro “*Handbook of Political Communication*”, situa o desenvolvimento do campo, como uma disciplina acadêmica, somente a partir da segunda metade do século XX.

Não é diferente do que fazem os autores das coletâneas mais especificamente dedicadas à discussão do viés comparado aplicado à comunicação política. Na obra editada por Frank Esser e Bárbara Pfetsch (2004), conforme já citado na introdução desta tese, os autores fazem referência ao clássico artigo de Jay Blumler e Michael Gurovitch, “*Towards a comparative framework for political communication research*”, publicado em 1975, que reivindicava a necessidade de maior incorporação da perspectiva comparativa internacional, aos estudos de comunicação política daquela época. Passados vinte anos, os próprios Jay Blumler e Michael Gurovitch (1995) refizeram seu “inventário” para constatar que o campo evoluía, até finalmente consolidar-se como domínio científico estabelecido, pouco menos de uma década depois (ESSER; PFETSCH, 2004: 325-326).

Embora aqui não se tenha a pretensão de fazer uma síntese, o que se pode depurar dos recortes históricos propostos pelos autores é que, tanto os estudos mais gerais sobre a relação entre comunicação e política, quanto a sua subespécie mais específica, da comunicação política comparada, são expressões de ciências sociais razoavelmente jovens. O que difere substantivamente de outras áreas de estudos, como a política, como a sociologia e, em alguma medida, como a própria comunicação.

Face o brevíssimo panorama constitutivo da disciplina, não é sem surpresa que se constata significativas transformações experimentadas pela pesquisa no

ambiente da comunicação política comparada, em seu pouco mais de meio século de existência. É o que a próxima seção procurará apresentar em mais detalhes.

2.4. As razões da comparação – e suas influências

Existem diversas linhas de argumentação que referendam o valor da comparação como método. No extremo, Hans J. Kleinsteuber (2004) lembra que a comparação pode ser vista como categoria universal do comportamento humano na vida cotidiana (a “comparação dos preços”, como um exemplo dos mais óbvios), assim como nos procedimentos estruturados e metodológicos da ciência (dos quais são exemplos, os estudos comparativos linguísticos e jurídicos).

O autor pondera, ainda, que em um mundo globalizado, os desenvolvimentos transnacionais têm resultados mais imediatos e impactantes dentro das realidades domésticas – de cada lar, de cada cidade, de cada país. Dos satélites à internet, somos confrontados, como nunca antes, com outras culturas e seus produtos de mídia. Neste sentido, a pesquisa comparativa é uma ferramenta para melhor compreensão de um mundo mutante, política e culturalmente fragmentado, mas que também compartilha aspectos comuns – e tanto semelhanças quanto diferenças estão no cerne da abordagem comparativa (KLEINSTEUBER, 2004: 64).

Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995) também entendem que as consequências dos arranjos regulatórios na interface das organizações políticas e midiáticas não podem ser medidas sem algum elemento comparativo. Consideram que as análises relativas à realidade interna dos países, no que tange às articulações estabelecidas entre a comunicação e a política, não são capazes de refletir a gama de variações potenciais que subsistem além de suas fronteiras geográficas – bem como historicamente. É por isso que defendem a essencialidade das comparações transnacionais, como caminho de investigação e compreensão dos efeitos que as diferentes formas de controle político sobre os meios assumem – no tempo e no espaço, conforme irão enfatizar Maria Canel e Katrin Voltmer (2014), em obra mais recente.

Antes de ampliar a compreensão do uso do recurso comparado na Comunicação Política, parece oportuno retornar às provocações de um dos interlocutores

centrais deste debate, acerca das razões da comparação. “Por que comparar?”, “o que comparar?” e “como comparar?” é o que indagam os cientistas políticos Leonardo Morlino e Giovanni Sartori (1994). Para eles, as perguntas não comportam respostas simples, muito menos definitivas. Como instrumento científico, a comparação tem natureza epistemológica abrangente e difusa. Neste sentido, “não existe uma lógica de comparação exclusiva da ciência política e uma diferente na sociologia, na economia ou em outras ciências sociais” (MORLINO; SARTORI, 1994: 12).

Comparar é prática inerente a toda atividade cognitiva. Para a ciência, o que importa é o conjunto de procedimentos que permitam estabelecer comparações conscientes e com propósitos previamente definidos. Neste sentido, os caminhos que se abrem são muitos. A comparação comporta múltiplas dimensões, finalidades e usos, dos quais, praticamente todas as vertentes do conhecimento humano irão se beneficiar.

Para efeito desta revisão da literatura comparada aplicada ao campo da comunicação política, ponderamos acerca de alguns limites que marcam os desenvolvimentos da abordagem comparada – e cujo detalhamento será retomado no capítulo terceiro, de ordem metodológica. Não obstante os problemas, é preciso reconhecer que seu emprego traz vantagens visíveis à pesquisa, na medida em que permite conhecer, compreender e relativizar, libertando-nos de nossos etnocentrismos e “de todo o peso insidioso do universal e do uniforme” (BADIE; HERMET, 1993, p. 8).

Quanto às limitações, Arend Lijphart (1971) destaca a complexa relação entre a grande quantidade (potencial) de variáveis de análise e a necessidade (prática) de um reduzido número de casos sob investigação. O autor define a comparação como um dos métodos básicos de investigação científica não experimental (da mesma natureza, portanto, que os métodos estatísticos e os estudos de caso, mas contrastante com o método experimental). Enfatiza não se tratar do único método, nem necessariamente o melhor. Neste sentido, entende o autor que a comparação se presta mais às descobertas das relações empíricas entre variáveis. E tem um propósito mais abrangente, distinguindo-se de mera técnica, de caráter preciso, servindo, assim, como estratégia e não tática de pesquisa (LIJPHART, 1971: 682-685).

Deve-se muito à tradição de descobertas, experimentos e refinamento teórico oriundos do subcampo da Política Comparada, os avanços registrados nos estudos da área de interesse desta tese: a Comunicação Política Comparada. Como argumentam Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995), às graves dificuldades metodológicas e falta de discussão sustentada de questões teóricas relativas a comparações dos estudos de comunicação política, identificadas nos primeiros trabalhos, seguiu-se um esforço de sistematização reconhecível.

Se as contribuições advindas da Ciência Política (e de sua vertente comparada) são um incremento importante ao desenvolvimento das pesquisas de comunicação política comparada, por outro lado, carregam consigo suas próprias idiossincrasias. O legado do positivismo, de Augusto Comte (1798-1857) e John Stuart Mill (1806-1873), em particular, com sede no rigor do método e no determinismo científico é uma delas. Face as ponderações de Boaventura de Souza Santos (1998), quanto a prevalência de uma certa “ordem científica hegemônica” (baseada nas ciências da natureza), a percepção dos fenômenos de natureza política a partir de uma lógica de causalidade, direcionada por um cientificismo instrumental e normativo, que privilegia os aspectos quantitativos dos fenômenos e persegue uma certa regularidade linear da natureza, com vista a possibilidade de prever um comportamento futuro, é um dos aspectos sensíveis discutidos neste trabalho.

Naturalmente, não se trata de propor, aqui, que toda a Ciência Política esteja fundada numa mesma premissa epistemológica – ou mesmo discutir a sua validade. O que se defende, como argumento, é que existem fundamentos intrínsecos daquela tal “ordem científica hegemônica”, postulada por Santos (1998), que atravessam parte considerável das análises da Ciência Política (e comparada), alcançando, por extensão, o domínio da Comunicação Política (e seus estudos comparados). Neste pressuposto, preponderaria nas pesquisas comparadas de comunicação política um viés, baseado em critérios funcionalistas e causais – o que, em parte, decorre da proximidade do campo com a tradição das pesquisas da Ciência Política.

Ao fim e ao cabo, este é um componente da reflexão que dirige este trabalho a ser aprofundado no capítulo terceiro, de desenvolvimento de um modelo específico para a avaliação da comunicação política no contexto da América Latina. Mas, a título de mapeamento desta breve revisão da literatura de Comunicação Política

Comparada, o caráter determinista dos estudos do campo pode ser percebido numa das contribuições pioneiras de Jay Blumler e Michael Gurevtitch (1995) – em alguma medida já sinalizadas, nas seções precedentes, do presente capítulo.

O ponto de partida dos autores, com o propósito de estruturação do campo, consistiu na formulação de uma indagação central para a pesquisa da comunicação política em geral e de sua vertente comparada, por extensão: “como a articulação das instituições midiáticas de um país, com as suas instituições políticas, afeta o processamento do conteúdo de comunicação política e o impacto de tal conteúdo nas orientações para a política dos membros da audiência” (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 60). Duas questões teóricas desdobraram-se a partir daí: (1) Quais as principais variedades de articulações pelas quais instituições políticas, de mídia e indivíduos podem estar conectados? (2) Quais as prováveis consequências das variações de como os meios de comunicação de massa são politicamente regulamentados?

Jay Blumler e Michael Gurevtich (1995) propõem, então, uma abordagem metodológica e teórica para as questões levantadas, na forma de uma estrutura de análise, composta por quatro dimensões, através das quais, os arranjos de comunicação política de diferentes Estados poderiam ser representados e suas consequências para a produção, a recepção e as repercussões mais amplas das mensagens políticas hipoteticamente especificadas. São elas: (1) o grau de controle estatal sobre organizações de mídia; (2) o grau de partidarismo mediático; (3) o grau de integração da elite mídia-política; (4) a natureza da legitimidade das instituições de mídia. Para os autores, tais dimensões devem, em conjunto: (a) cobrir as principais características da estrutura de comunicação política de um país; (b) serem capazes de explorar e explicar diferenças de performance política de sistemas de mídia sob condições estruturais altamente variáveis (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 61-62).

Complementarmente, os autores indicam, ainda, algumas das consequências que poderiam resultar das variações nos vínculos estruturais entre os meios de comunicação e a política. Resumidamente, estas dimensões de *efeitos* seriam: (1) a avaliação da política como tal; (2) o grau de compromisso partidário; e, (3) o grau

de consenso sobre a agenda de questões políticas da sociedade. Cada uma das dimensões é concebida para abranger as consequências (ou impactos) tanto no nível dos meios quanto no nível das audiências. Trata-se, desta sorte, de um modelo de análise fundacional para o campo e base futura para o desenvolvimento de outras variações de estudos, com ênfase nas análises comparadas. O que não passa despercebido, aqui, são as marcas constitutivas de uma forma de pensar alimentada por preceitos funcionais, causais e marcadamente normativos.

Ao contributo teórico e metodológico dos autores em tela, desenvolvimentos variados e crescentemente inovadores começaram a tomar forma no campo. Sintetizam-nos algumas coletâneas e artigos mais específicos, que ora passaremos a examinar.

2.5. A evolução dos estudos comparados na comunicação política

É, uma vez mais, Jay Blumler (1999), desta feita em colaboração com Dennis Kavanagh (1999) que irá argumentar em prol do estabelecimento de uma “terceira era da comunicação política”, no limiar do século XXI, que trará importantes consequências para os estudos comparados do campo. Os autores elencam algumas mudanças fundamentais na sociedade e nos meios de comunicação, que modelaram a comunicação política em diversas democracias do pós-guerra.

Consoante a linha de argumentação proposta, descrevem três fases distintas para as mudanças. Na primeira delas, entre os anos 1950 e 60, grande parte da comunicação política era subordinada a instituições e crenças políticas relativamente fortes e estáveis. Na segunda, ao longo dos anos 1960, até a entrada dos anos 1990, diante de um eleitorado com maior mobilidade, os partidos políticos ingressam em um processo de maior “profissionalização”, adaptando suas comunicações aos valores-notícia e aos formatos da TV, dentro de uma gama de canais ainda limitados.

Na terceira fase, emergente à época em que escreviam o artigo, a análise aponta para o advento de uma era que, a partir de então, se caracterizaria pela abundância das mídias. Nela, a comunicação política poderia ser remodelada por cinco tendências principais: intensificação do imperativo da profissionalização dos operadores; o aumento da pressão competitiva entre os agentes; o surgimento de um

populismo antielitista; a ampliação de um processo de “diversificação centrífuga” (em que as forças sociais passariam a exercer um maior protagonismo sobre as instâncias estabelecidas); e, finalmente, mudanças na forma como as pessoas recebem a política (em um ambiente de ofertas mais diversificadas). Para os autores, este sistema cheio de tensões, determinaria novas prioridades para as pesquisas no campo.

É isso que, de certa forma, irão constatar Frank Esser e Barbara Pfetsch (2004), em trabalho já citado, mais de uma vez, no corpo deste texto – por se tratar da primeira publicação com pretensões de traçar uma panorâmica dos esforços comparativos empreendidos no campo da comunicação política até então. Em uma edição colaborativa do seu *Comparing political communication*, reuniram artigos de alguns dos principais expoentes da área para discutir, em três seções principais, fundamentos teóricos e métodos, aplicações práticas em estudos de casos e perspectivas e desafios futuros para a pesquisa comparada de comunicação política.

Na primeira parte do livro, os editores reúnem textos dos especialistas que dão acesso ao “estado da arte” da comunicação política comparada, expondo temas básicos, problemas e desenvolvimentos, além de oferecer uma visão geral do espectro de estudos comparados, abordando dificuldades na elaboração de projetos comparativos de pesquisa e seus fundamentos metodológicos. Na segunda parte, destacam exemplos concretos de estudos comparados em subáreas específicas de comunicação política (com foco nas estruturas, processos, atores, conteúdos e efeitos da comunicação política). A terceira parte olha para o futuro e discute as perspectivas teóricas e metodológicas da abordagem comparativa (ESSER; PFETSCH, 2004: 6).

O que se aprende com a multiplicidade de assuntos e abordagens recobertos pela coletânea é sintetizado no capítulo introdutório, da pena dos editores. A começar pelo alerta, sempre presente na obra, da importância do esforço comparado em um mundo confrontado por tantos desenvolvimentos nos domínios da política e das comunicações. Nesse cenário, reforçam não fazer sentido a concepção da comunicação política como um fenômeno definível apenas dentro de limites singulares nacionais, culturais ou linguísticos – indicando a necessidade de uma abertura.

O desafio que se coloca, portanto, é o de se enfrentar os desenvolvimentos e as consequências decorrentes da modernização e da globalização dos processos políticos, na medida em que os estudos demonstram, de forma reiterada, que os aparatos de comunicação e mídia afetam sistematicamente o desenvolvimento da democracia, a legitimação do poder político e a própria participação cidadã na política. No entender dos editores, trata-se de um quadro ainda mais complexo se considerado que este papel da comunicação política não é uniforme, pois o desenvolvimento de sistemas e processos de comunicação globais não mais obedece a fronteiras nacionais, impondo aos pesquisadores o ônus de procurar por tendências, semelhanças e desvios transnacionais de padrões gerais que só se tornam evidentes quando uma perspectiva comparativa ampla é adotada (idem, p. 6).

Entendida a pesquisa comparativa internacional como estratégia valiosa de investigação, Esser e Pfetsch (2004) também destacam a preocupação com a necessidade de critérios metodológicos bem definidos serem adotados nas pesquisas comparadas. Sobretudo porque, há grande incidência do contexto na modelagem dos objetos sob investigação do campo, na mesma medida em que tais objetos também geram repercussões dentro do próprio ambiente investigado. Definir os critérios para que as análises sejam sustentáveis é, portanto, de suma importância.

É, como sintetizam os autores, a diretriz dos trabalhos reunidos na sua coletânea:

O entendimento da abordagem comparativa subjacente a este volume pode ser complementado da seguinte maneira: a pesquisa comparativa de comunicação política refere-se a uma estratégia específica para obter uma visão que permita conclusões gerais, cujo escopo cobre mais de um sistema e mais de um contexto cultural, permitindo explicar diferenças (ou semelhanças) entre objetos de investigação dentro das condições contextuais dos sistemas ou culturas circundantes (ESSER; PFETSCH, 2004: 9).

Outro importante trabalho, este já com uma declarada preocupação revisional dos esforços e progressos alcançados pelo campo, é o artigo de Pippa Norris (2009), *Comparative political communications: common frameworks or babelian confusion?*. Muito mais concisa e seletiva, a autora lança um olhar crítico sobre as

direções apontadas por algumas obras marcantes da literatura de comunicação política comparada, para o futuro da área – dentre elas, o clássico “*Comparing media systems*”, de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004).

Embora inicialmente celebre o crescimento substancial das pesquisas, especialmente os estudos focados nos aspectos transnacionais das estruturas, dos conteúdos e dos efeitos dos meios de comunicação – em particular os desenvolvimentos europeus –, pondera que os sinais encorajadores de muitas obras publicadas no campo das comunicações políticas comparadas ocultam a manutenção dos mesmos “vícios” e limitações de outrora: estudos de caso nacionais separados, vagamente integrados em torno de alguns subtemas organizacionais comuns.

Sugere, assim, que, em contraste com o progresso experimentado por alguns outros campos da pesquisa comparada, como o da Política, o subcampo da Comunicação Política Comparada ainda não desenvolveu um corpo de literatura extenso o suficiente para estabelecer estruturas analíticas teoricamente sofisticadas, apoiadas por generalizações científicas rigorosamente testadas, conceitos comuns, instrumentos padronizados e conjuntos de dados compartilhados, capazes de identificar regularidades comuns robustas, em contextos amplamente variados.

E identifica problemas que serão aprofundados adiante, neste capítulo, como a excessiva influência norte-americana nas pesquisas (e o caráter etnocêntrico do campo, como um todo). Algo que, no seu entender, muitas vezes, contribui para o aumento do nevoeiro conceitual da área, levando à busca por fenômenos difusos e mal definidos, que pouco contribui para a geração de *insights* mais frutíferos, hipóteses mais imaginativas e observações mais interessantes para a comparação em uma ampla gama de estados, regimes, eras e contextos (NORRIS, 2009: 323).

Sem deixar de reconhecer “avanços genuínos na literatura de pesquisa, como aqueles revisados no volume editado por Esser e Pfetsch” (2004), Pippa Norris (2009) considera que em suas críticas dos textos selecionados por seu artigo, a conclusão mais plausível é que muitos estudiosos permanecem ainda enclachados em uma Babel, sem um mapa teórico ou uma bússola conceitual adequada.

Dando um salto adiante, Maria José Canel e Katrin Voltmer (2014) se reúnem para editar a coletânea “*Comparing political communication across time and*

space: new studies in an emerging field". O texto traz contribuições de pesquisas em um estágio supostamente mais avançado do campo – como demandava Norris (2009), de uma perspectiva mais recente e Blumler e Gurevitch (1975; 1995; 2004), desde sempre.

As autoras parte do pressuposto de que há graves mudanças sofridas pela comunicação política, sobretudo (mas não somente) nas democracias avançadas, que geraram reflexos decisivos na relação entre governantes e governados. Destacam desenvolvimentos como a comercialização dos sistemas de mídia, as mudanças nas normas e práticas do jornalismo, o aumento do número de assessores de comunicação profissional e de relações públicas (na política), bem como a forte presença da internet, com sua natureza imprevisível, que estão alterando a forma como as questões políticas são comunicadas na esfera pública.

Lembrando que a relação entre mídia e política é altamente dependente de fatores contextuais, como instituições políticas, regimes regulatórios da mídia e da cultura política, reforçam o “mantra” em favor da (urgência da) pesquisa comparativa, por entender que ela oferece um quadro conceitual e metodológico que permite aos pesquisadores abordar questões de causalidade e contextualização em processos de comunicação política. E indicam, na introdução da coletânea, que os pesquisadores da área têm desenvolvido mais pesquisas comparativas, tanto no espaço como no tempo, confirmando que, após um início lento, a pesquisa comparativa de comunicação política se afirmou como “um campo florescente que adquiriu sofisticação metodológica e raciocínio teórico” (CANEL; VOLMER, 2004: 2).

O texto das autoras compila uma quantidade significativa de trabalhos (doze, ao todo) que procuram contribuir com o corpo de conhecimentos já estabelecidos pela área, apresentando novas pesquisas a partir de uma ampla gama de preocupações temáticas e abordagens metodológicas – algumas das quais, de fato, menos ortodoxas. Dividido em três partes, aborda os desafios enfrentados pela comunicação política, a partir de uma perspectiva comparada que se vale de princípios e métodos de comparação tanto no espaço (transnacional) como no tempo (longitudinal).

Pretendem, com isso, avançar na compreensão das tendências globais e das diferenças culturais, contemplando, para tanto, uma ampla gama de países e culturas que abrangem democracias ocidentais avançadas e além. Neste espírito, reforçam que as pesquisas reunidas pelo livro estão imbuídas dos pressupostos-chaves à pesquisa comparada, defendidos por Frank Esser e Thomas Hanitzsch (2012) na importante coletânea “*Handbook of Comparative Communication Research*”. Nela, os autores argumentam que os propósitos da comparação devem ser claramente definidos; as unidades de análise, bem como os fatores contextuais que se supõe afetar o objeto de análise identificados; variáveis funcionalmente equivalentes devem ser empregues nas análises; e, por fim, um quadro teórico comum deve ser usado.

Na primeira parte do seu livro, Maria Canel e Katrin Voltmer (2014) reúnem trabalhos que se dedicam a abordar questões metodológicas atuais na pesquisa comparada de comunicação política, abrangendo formatos de pesquisas transnacionais, equivalência de medidas e métodos comparativos qualitativos. Os capítulos da segunda parte concentram-se na análise dos atores políticos (partidos, candidatos, parlamentos e governos), como se comunicam com os cidadãos e de que maneira são representados pela mídia. A terceira parte versa sobre os jornalistas, suas orientações e rotinas profissionais, bem como aspectos relativos às normas que regem o seu relacionamento com os políticos.

Finalmente, para concluir esta varredura inicial de contribuições que sintetizam o “estado do conhecimento” do campo, destacamos o artigo mais recente de Frank Esser e Barbara Pfetsch (2016), “*Comparing political communication: an updated*”. No trabalho, os autores problematizam o significado e a relevância da comunicação política, reiterando a utilidade da pesquisa comparada para o campo. Em segundo lugar, apresentam um modelo heurístico do sistema de comunicação política que, segundo eles, permite identificar e contextualizar os atores relevantes, os seus relacionamentos e fluxos de informação. Com base neste modelo, procuram delinear algumas trajetórias importantes da pesquisa comparada e as vertentes do debate acadêmico que ganhou forma ao longo dos anos. Concentram-se, em particular, no exame das estruturas, culturas, mensagens consumo e nos efeitos da informação política numa perspectiva comparada. Desenvolvem ainda, ao final do capítulo, uma reflexão sobre realizações e implicações normativas.

Neste breve quadro de referências aqui assinalado, ganha relevo alguns dos limites que esta tese procura discutir. O sentido estrutural das análises, em uma regra mais geral, sinaliza preocupações de ordem funcional, determinista e com forte preferência pelo exame das causalidades das relações. A lógica dos efeitos parece informar a compreensão de parte significativa dos autores, acerca da relação entre os campos da comunicação e da política – alternando-se a prevalência de um sobre o outro, a depender da perspectiva de investigação e orientação epistemológica assumida por cada um. Em mais um reforço às ressalvas já feitas no decurso desta redação, em essência, não há nada errado com as orientações de tais análises. O que se poderá, aqui, é quanto a relativa falta de diversidade epistemológica do campo.

Na seção que encerra este capítulo são apresentadas algumas problematizações e tendências mapeadas pela própria literatura anteriormente compilada. Ainda que não avancem para muito além dos limites discutidos por esta pesquisa, encerram preocupações que tem contribuído, de alguma forma, para desenvolvimento da área.

2.6. Problemas e tendências de pesquisa comparada em comunicação política

O empenho dos autores apresentados na seção precedente, no sentido de um olhar conjuntural sobre as evoluções do campo de pesquisas da comunicação política comparada, comporta pelo menos dois aspectos estruturantes, que ajudam a compreender melhor a área de interesse da presente tese: os problemas ainda enfrentados pelos estudos, sobretudo os desafios de natureza teórica e metodológica – que precisam ser superados; e as tendências que vão se consolidando pelo caminho, definindo o escopo da disciplina. É o que será tratado nos tópicos seguintes deste capítulo.

2.6.1. Desafios teóricos, metodológicos e de dados

Não obstante as naturais dificuldades, já assinaladas, de lidar conjuntamente com dois campos de conhecimento tão complexos – a comunicação e a política –,

maiores ainda são os desafios de colocá-los em perspectiva comparada, face à multiplicidade de arranjos potenciais, que se estabelecem no tempo e no espaço, para esta dinâmica relação – tal como propõem Maria Canel e Katrin Voltmer (2014).

De forma recorrente, os autores (ESSER; PFETSCH, 2004; 2016; NORRIS, 2009; HALLIN; MANCINI, 2004; 2010; 2011; 2016; CANEL; VOLTMER, 2014) apontam para um trinômio que sintetizaria grande parte, senão os maiores embaraços para os avanços da pesquisa de comunicação política comparada: a inconsistência teórica, as fragilidades metodológicas e a ausência de uma base de dados consolidada, que pudessem emprestar aos estudos um conjunto de fundamentos mais seguros. É do que irá tratar esta seção, ainda que não de forma exaustiva.

Quem faz as primeiras advertências quanto aos efetivos desafios e problemas da pesquisa comparada são Jay Blumler e Michael Guvevitch (1995). Em sua análise, destacam, com frequência, o paroquialismo teórico e conceitual como, possivelmente, o perigo mais comum nas concepções de pesquisas comparadas. Ao mesmo tempo, ponderam que este talvez seja, ironicamente, o tipo de problema para o qual as pesquisas comparadas podem oferecer uma solução – já que permitem, ao menos em tese, desvelar os contrastes existentes entre as diferentes realidades.

Outro desafio para o qual chamam a atenção é de ordem metodológica e diz respeito as dificuldades que se estabelecem quanto a critérios para medições na pesquisa transnacional ou intercultural, dada a frequente incompatibilidade de parâmetros teoricamente idênticos. Ainda, decorrente das dificuldades metodológicas que se apresentam na área, identificam como algo prejudicial para efeitos da pesquisa o número tipicamente pequeno de casos disponíveis para fins comparativos.

Por fim, conferem algum destaque, também, para o fato de que a pesquisa comparada implica sempre uma perda de diversidade da complexidade cultural e da riqueza de detalhes das realidades examinadas que, em contraste, poderiam ser aprofundados em um único país estudado (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 80-81).

Em uma linha de raciocínio muito próxima, Frank Esser e Bárbara Pfetsch (2004) apontam para dilema semelhante: “o reconhecimento da relevância da comunicação em processos políticos não é, naturalmente, sinônimo de uma implementação bem-sucedida dos estudos comparativos” (ESSER; PFETSCH, 2004: 7).

A dupla de europeus, Werner Wirth e Steffen Kolb (2004), defende que a comparabilidade e a manutenção da equivalência podem ser vistos como os principais problemas de pesquisa comparativa, “já que os objetos a se comparar geralmente pertencem a diferentes contextos do sistema” (WIRTH; KOLB, 2004: 88).

Como ponderam Frank Esser e Bárbara Pfetsch (2004), a regra da pesquisa comparativa é que “toda observação carece de significado se não puder ser comparada com outras observações” (ESSER; PFETSCH, 2004: 7). Em termos epistemológicos, as próprias ideias sobre as coisas só se formam se as mesmas puderem ser comparadas. A despeito da amplitude teórica deste raciocínio, na prática, os desafios da pesquisa comparada em comunicação política são imensos, tendo em vista que suas “unidades” de análise são sistemas políticos, frequentemente compreendidos como Estados-nações, o que em si só já comporta inúmeras divergências.

Pippa Norris (2009), em reforço a este raciocínio, recorda que o coração do estudo comparativo das comunicações políticas, convencionalmente, se concentra mais estreitamente em unidades espaciais contrastantes, geralmente Estados-nação – embora também, comunidades locais, mercados de mídia ou regiões globais possam ser tratados. Acerca desta prevalência dos estudos com base em um recorte espacial (geográfico) se dirigem parte das críticas dos artigos da coletânea organizada por Maria Canel e Katrin Voltmer (2014). Para as autoras, trata-se de uma limitação o fato da maioria dos projetos comparados de pesquisa ainda estarem presos aos limites conceituais dos Estados-nação. Esta, aliás, é a mesma premissa discutida por Frank Esser (2014), quando faz um alerta para a necessidade de atualização das abordagens metodológicas em um contexto de globalidade. Para o autor, são legítimas as ponderações dos autores que consideram “a ‘nação’ como uma categoria muito pouco teorizada na pesquisa acadêmica e também muito enfraquecida pela influência súbita da transnacionalização” (ESSER, 2014: 16).

As reflexões sobre os problemas com a equivalência de parâmetros analíticos (que serão melhor desenvolvidas adiante), não remetem apenas à discussão em

torno da pertinência do Estado-nação como unidade de análise prevalente. Também se abrem para outro tipo de complexidade na área dos estudos comparados de comunicação política: o lugar da cultura ou mais especificamente da cultura política nas análises comparativas da disciplina. Para Esser e Pfetsch (2004), embora as noções de “cultura” e “nação” possam se sobrepor, não são fundamentos necessariamente congruentes. Culturas constituem comunidades de valores num sentido mais amplo. E o fato de as investigações comparadas de comunicação política comportarem sempre, em alguma medida, comparações culturais, não as torna equivalentes.

Barbara Pfetsch (2004) se propõe a enfrentar o problema, a partir de uma proposição teórica, tendo por base o modelo desenvolvido por Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), na década de 60, que fundamenta as primeiras discussões acadêmicas sobre cultura política no Ocidente. A autora defende que, a fim de explicar semelhanças e diferenças na comunicação política em países distintos, se faz necessário deixar de lado as premissas implícitas e as particularidades nacionais, tanto na política como na comunicação, na busca por padrões generalizáveis na comunicação de conteúdo político e suas consequências.

Orientada por este raciocínio, sugere que a comunicação política deve ser tratada, nas abordagens comparativas, como um sistema que possui tanto uma dimensão estrutural quanto uma dimensão cultural. A estrutura da comunicação política envolve as condições institucionais do sistema político e do sistema de mídia, nos níveis macro e médio. A dimensão cultural envolve a descrição dos atores e as orientações de ações suas subjetivas, atitudes e normas (adotadas pelos agentes) no desempenho dos papéis profissionais da comunicação política (no nível micro).

Com base neste modelo, a comunicação política é um fenômeno que se dá na interação entre o comportamento dos atores e as condições estruturais existentes. Em tal contexto, a cultura da comunicação política é um componente essencial da cultura política de um país. E, neste sentido, a relação entre política e mídia é um fator central para a legitimidade e a estabilidade do processo democrático, bem como para o estilo e a qualidade do discurso político. Logo, compreender os tipos de cultura de comunicação política que são concebíveis sob as condições estruturais

em diferentes arenas nacionais é determinante para o esforço de pesquisas do campo.

Na mesma medida em que há discussões quanto aos aspectos teóricos que atravessam o campo, também há preocupações quanto ao desenvolvimento metodológico das pesquisas. Christian Schemer, Rinaldo Kühne e Jörg Matthes (2014) ampliam o debate sobre os problemas advindos da “comparabilidade” e da necessidade de incorporação da equivalência para os estudos da área. Em seu trabalho, os autores propõem a adoção de medidas de invariância, como ferramentas metodológicas já bem estabelecidas, que permitem testar se uma comparação é válida ou não.

Segundo esta linha de investigação, as medições de invariância ocorrem quando os parâmetros de um modelo de medição são iguais em todas as populações de interesse ou ao longo do tempo de uma pesquisa. Neste sentido, diversas formas de invariância de medição podem ser testadas. Destacam três das mais importantes (as configuráveis, as métricas e as invariantes escalares), justificando que, embora pouco conhecidas na área, são fundamentais às comparações entre contextos, culturas ou ao longo do tempo, de forma que os pesquisadores possam extrair delas conclusões válidas sobre diferenças observadas ou relações (por exemplo, efeitos do uso de mídia em atitudes políticas), sem incorrer no “perigo” das idiosincrasias de medição ou de outros fatores desconhecidos (SCHEMER et al, 2014: 31-32).

Outra ponderação de âmbito metodológico, levantada por John Downey e James Stanyer (2014), diz respeito a importância do emprego de análises difusas nos estudos comparados de comunicação política. Para estes autores, a consolidada tradição de pesquisas comparadas baseadas em “casos específicos” (*small-N*) trouxe muitas contribuições positivas para a área, porém, “seu poder explicativo tem sido frequentemente dificultado pela dependência da descrição e pela falta de técnicas alternativas adequadas para análise cruzada” (DOWNEY; STANYER, 2014: 47).

Neste sentido, propõem ser possível corrigir esta situação através da introdução de um método analítico alternativo que se baseie nos pontos fortes da pesquisa comparada qualitativa e quantitativa, a saber, a “análise comparativa qualitativa de conjuntos difusos” (*fsQCA*). Para os autores, trata-se de um método ideal

para comparações reduzidas (de quatro a quinze casos), que são muito pequenos para o uso efetivo de técnicas estatísticas convencionais e muito grandes para comparações descritivas de casos cruzados. Além disso, a *fsQCA* também traz uma nova abordagem para pensar sobre a causalidade, tanto para pesquisadores de questões quantitativas quanto qualitativas. Outrossim, em vez de perceber as causas trabalhando independentemente umas das outras, com cada uma delas tendo um efeito autônomo – efeito de rede – a *fsQCA* concebe as mesmas (causas) como fatores conjunturais, equifinais (isto é, com um mesmo resultado) e assimétricos.

Naturalmente, algumas destas proposições encontradas na literatura, de simples não tem nada. Porém, ao menos sinalizam os esforços que vêm sendo empreendidos pelos autores para superar os desafios que cercam a área. Como argumenta Bárbara Pfetsch (2014) “a pesquisa comparada ainda enfrenta obstáculos para alcançar sua aspiração de ir além da simples descrição e gerar conhecimento explicativo de como funciona a comunicação política” (PFETSCH, 2014: 228).

Os progressos contínuos das últimas décadas têm contribuído inegavelmente para diminuir as lacunas que ainda subsistem no campo. Em particular, o conjunto dos resultados de pesquisas já consolidadas, que tornam possível, em alguma medida, minimizar o sempre problemático acesso aos dados transnacionais primários. É certo que a tecnologia e o maior intercâmbio entre os pesquisadores relativizam as dificuldades, mas não a superam definitivamente. Como pondera Hans Kleinsteuber (2004) “a maioria dos estudos comparativos confia em uma avaliação secundária de material existente que já tenham sido produzidos no país em questão e avaliados de acordo com os critérios comparativos” (KLEINSTEUBER, 2004: 68).

O problema da meta-análise também é identificado por Pippa Norris (2009) como algo ainda sensível e de difícil solução: “Os conjuntos de dados de análise de conteúdo disponíveis também têm problemas de padronização metodológica, transparência e replicabilidade, de modo que cada estudo geralmente [precisa] reinventa[r] a roda” (NORRIS, 2009: 336). Em alguma medida, os limites relativos à disponibilidade e uso das bases de dados é o que faz Daniel Hallin e Paolo Mancini (2011) concluírem que, para a pesquisa comparativa ser mais eficiente, além de

mais dados serem necessários, um melhor uso das bases de dados existentes deve ser feito.

Em resumo, as complexidades do campo estão longe de um equacionamento definitivo. Mas, o otimismo dos autores quanto ao aperfeiçoamento das soluções para os problemas apresentados dá lugar a algumas tendências que vem se consolidando nos últimos anos. É a este exame que passamos em seguida, na próxima seção.

2.6.2. Tendências: da americanização à transnacionalização híbrida

A gama de temas e questões de pesquisa associadas à pesquisa de comunicação política comparada é ampla e diversificada. Enquanto alguns assuntos sobrevivem à passagem do tempo, outros caem em desuso, face às transformações históricas. O objetivo desta seção é apontar algumas destas discussões em voga na área.

Quem contribui para um mapeamento inicial do cenário é Hans Kleinsteuber (2004), que lança um olhar mais amplo e genérico sobre esforços comparativos de grande apelo no âmbito da pesquisa acadêmica. Em seu texto, destaca que os trabalhos transitam desde os estudos comparados de teorias da comunicação, às clássicas reflexões sobre cultura política (e política comunicacional), passando pelos não menos recorrentes modelos de campanhas eleitorais e formas de publicidade política e se estendendo, ainda, para discussões mais específicas, como as análises sobre noticiário político (conteúdos da mídia), mecanismos de vigilância e regimes regulatórios, ou abordagens mais abrangentes, como os estudos sobre transformações tecnológicas, tipos de organização midiática, além das perspectivas sistêmicas – que, de certa maneira, é uma temática de interesse desta tese.

Em uma tentativa de sintetizar ainda mais as vertentes de análise preponderantes no campo, Frank Esser e Barbara Pfetsch (2004) destacam duas grandes linhas de abordagem que, à época em que editaram a sua coletânea de artigos, vigoravam: numa direção, as discussões envolvendo as preocupações a respeito da homogeneização da mídia, dos seus conteúdos e dos processos de comunicação política, como resultado das mudanças tecnológicas, sociais e políticas em curso – e

que levaram à intensificação do debate de conceitos como americanização, globalização e modernização; de outro, o receio de que os meios de comunicação dominariam o moderno processo de publicização da política, gerando efeitos disfuncionais sobre as democracias e alimentando o debate sobre as estruturas, os atores, os conteúdos dos meios de comunicação e os efeitos da comunicação política.

Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004a) enfrentam a discussão sobre a tendência para a homogeneização global dos sistemas de mídia e da esfera pública, focalizando particularmente as relações entre os meios de comunicação e os sistemas políticos, nas democracias industrializadas e capitalistas da Europa Ocidental e da América do Norte. Descrevem o fenômeno como uma mescla de influências externas e internas que levariam a importantes mudanças nos sistemas sociais e políticos dos Estados nacionais. Homogeneidade que traduziria o crescimento de uma sociedade de mercado secularizada, subsumida pelas explicações da teoria da modernização e que, em alguma medida conferiria melhores respostas às insatisfações dos críticos da americanização e/ou da globalização do sistema internacional. Em última instância, os autores “apostam” numa convergência ao modelo liberal, de seu importante, porém, discutido “*Comparing media systems*” (2004).

Acerca da atualidade desta discussão, se é certo que os incômodos com a excessiva “americanização” das análises comparativas vêm arrefecendo, tampouco se confirmaram, até aqui, as preocupações com uma definitiva pasteurização do ambiente da comunicação política internacional. Ao contrário, a tese do hibridismo (VOLTMER, 2012; ZIELONKA, 2015) parece ganhar força, apontando para um cenário de maior multiplicidade de arranjos institucionais, modelos sistêmicos e práticas de comunicação política, do que as primeiras gerações de estudiosos, talvez, julgassem possível.

Neste contexto, sobretudo as análises regionais adquiriram mais relevância, como demonstra a própria coletânea organizada por Jan Zielonka (2015), acerca das experiências de comunicação política nas jovens democracias da Europa Central e Oriental. Da mesma forma, uma série de novas pesquisas que vem se desenvolvendo em outras regiões do mundo (NORDENSTRENG; THUSSU, 2015), incluso a América Latina (MATOS, 2012; GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014).

Tendências transnacionais é o tema de que trata David Swanson (2004), ao contrapor o que denomina por “sabedorias convencionais” – sobre as tendências transnacionais na comunicação política, que surgiram a partir de estudos comparativos –, aos seus desenvolvimentos mais recentes que, segundo o autor “parecem, alternativamente, confirmar e desafiar a visão estabelecida” (SWANSON 2004: 45).

O que o autor define como convenções estabelecidas são pelo menos três vertentes que modelariam a comunicação política moderna: a secularização da política, traduzida na forma de uma apatia do público e do cinismo sobre a política e os governos; o marketing político, expresso na forma de um estilo de jornalismo mais voltado para o entretenimento, logo menos informativo e mais apelativo; e o noticiário político como “exposição”, o que significa uma condução dos assuntos políticos pelos governos que estaria mais próxima das relações públicas. Para Swanson (2004), dois desenvolvimentos recentes levantam dúvidas sobre alguns destes pontos de vista. Um deles é se o cinismo em relação à política é, de fato, resultado da moderna comunicação política (e as pesquisas ao mesmo tempo revelam que as respostas ora confirmam, ora não reconhecem tal efeito). O outro diz respeito aos questionamentos sobre a capacidade dos noticiários internacionais minarem os pontos de vista locais e as culturas políticas, levando à aceitação de um modelo moderno e comum de comunicação política – o que algumas pesquisas refutam.

Em seu artigo mais recente, em que fazem uma revisão de seus achados da obra de 2004, Frank Esser e Barbara Pfetsch (2016) discorrem sobre uma comunicação política atual, de muitas maneiras, caracterizada por uma mistura de comunicação pública e personalizada, mídia de massa e mídias sociais, comunicadores estabelecidos e não estabelecidos, fronteiras indistintas entre seriedade e entretenimento político, uma fronteira que se estende aos sistemas políticos não-ocidentais e a crescente globalização, todos os quais afetam o status do Estado-nação como variável padrão na pesquisa comparativa (ESSER; PFETSCH, 2016: 2).

A dupla de autores entende que as condições atuais de comunicação política oferecem oportunidades para atualizar abordagens existentes de maneiras inovadoras, tendo em vista que os arranjos de comunicação política, em vários países, estão

expostos a forças simultâneas de estabilidade e mudança. Neste sentido, defendem sobretudo a vitalidade das abordagens sistêmicas e propõem um modelo holístico, para a compreensão dos processos de “criação, modelagem, disseminação, processamento e efeitos da informação entre atores do sistema político, os meios de comunicação e o público” (ESSER; PFETSCH, 2016: 2).

É a partir destas abordagens, com base na heurística do sistema de comunicação política, (inspirado originalmente em Jay Blumler e Michael Gurevitch) que analisam uma seleção relevante de estudos comparativos que contribuíram para desenvolvimentos de longo prazo. É o caso das pesquisas sobre interações institucionais entre organizações de mídia e política; sobre culturas de interação profissional entre jornalistas e elites políticas; sobre padrões de construção de mensagens por atores políticos e por atores de mídia; sobre padrões de uso de informações políticas; e estudos versando sobre os efeitos sobre o público. Os dois primeiros recortes referem-se às “relações horizontais mídia-política” e os demais aos “fluxos verticais de comunicação política com o público” – em sintonia com a tradição da área.

Sobre o primeiro recorte, reforçam a importância do modelo teórico proposto por Hallin e Mancini (2004) e seus três tipos/modelos explicativos da relação entre mídia e política, aplicado a uma parcela de países do Norte Ocidental – e suas contribuições para o desenvolvimento do campo. Para Frank Esser e Barbara Pfetsch (2016), o “*Comparing media systems*” de Hallin e Mancini (2004) estabeleceu parâmetros relevantes de pesquisa, que vem sendo complementados e refinados por outros autores – o que tem possibilitado o desenvolvimento de modelos adicionais para explicar sistemas não-ocidentais e uma melhora do quadro conceitual, traduzidos por índices quantificáveis que viabilizam análises empíricas mais rigorosas.

Da mesma maneira, ainda segundo Frank Esser e Barbara Pfetsch (2016), naquilo que sugerem ser um primeiro recorte mais amplo de estudos, as pesquisas em torno das elites políticas e midiáticas tem trazido importantes contribuições sobre as atitudes profissionais, as percepções dos próprios papéis e as culturas de interação entre jornalistas e políticos. Embora a maioria deles esteja focada em países europeus, denotam diferenças claras e divisões entre o Norte e o Sul e Leste e Oeste. O que os autores assinalam é que a pesquisa futura deve dedicar ainda mais atenção ao desvendamento das interações político-midiáticas em países não-ocidentais e em

democracias jovens, tendo em vista que o papel da cultura da comunicação política é crítico à compreensão das transições política e mudanças do sistema.

Quanto ao segundo recorte sugerido pela análise do artigo de Frank Esser e Barbara Pfetsch (2016), relativo aos fluxos político informativos, os autores apontam as pesquisas que avançam na compreensão da profissionalização dos atores políticos e sua crescente adequação à relevância dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, dão ênfase aos estudos sobre a produção de conteúdos jornalísticos políticos, que alternam objetividade, com interpretação, negatividade e sensacionalismo, sem, no entanto, levar a uma necessária convergência de estilos de reportagens.

Ainda nesta mesma linha de investigações quanto aos fluxos informativos, Esser e Pfetsch (2016), destacam os estudos orientados para os cidadãos e seus desejos de estarem bem informados, muito embora algumas destas pesquisas revelem que os níveis de interesse por informação de boa qualidade e de acesso aos serviços de notícias não sejam distribuídos igualmente em todas as sociedades, prevalecendo distinções de caráter transnacional no comportamento de uso da mídia.

Por fim, ainda no artigo aqui em revisão, os mesmos Esser e Pfetsch (2016) indicam também que os estudos de efeitos transnacionais vêm estabelecendo um papel positivo para as emissoras de serviços públicos para a aprendizagem política. Outros meios noticiosos de alta qualidade contribuiriam de forma semelhante com informação para a cidadania se disponíveis e amplamente utilizados. Estudos de efeitos também mostram que durante a eleição, o enquadramento de conflitos em notícias de campanha mobiliza o interesse dos eleitores e aumenta a sua participação.

De alguma forma, estes indicativos reforçam os progressos do campo. E, se não permitem concluir que os problemas estão superados (em termos teóricos, metodológicos e de conhecimentos mais fundados para a área), pode-se creditar isso, também às naturais transformações de qualquer domínio do saber, que estão sempre a desafiar o já conhecido. O empenho dos pesquisadores tem sido valioso, sinalizando que as projeções de maturidade para o campo não são infundadas.

2.7. Por uma síntese revisionista

O objetivo deste capítulo foi realizar uma revisão da literatura da área de comunicação política, com mais ênfase no seu subcampo comparado. Na primeira parte foram apontados alguns dos aspectos estruturantes da discussão do campo principal, o que incluiu referências gerais sobre conceitos importantes que atravessam esta pesquisa em tempo contínuo. A segunda parte do capítulo procurou aprofundar a compreensão de alguns dos estudos de comunicação política comparada, a partir de sua problematização, bem como de suas implicações, desenvolvimentos, desafios e tendências, com base no que tem sido produzido pelos autores nos últimos anos.

O próximo capítulo será dedicado a uma das vertentes específicas do campo comparado da comunicação política: os estudos sistêmicos. E, com base neste recorte, será aprofundada a revisão desta literatura mais específica, com uma particular atenção às análises dos sistemas regionais, dentre os quais, os estudos orientados para as pesquisas do sistema latino americano de comunicação política e afins.

“Nós que defendemos outra fé, nós que consideramos a democracia não só como uma forma degenerada da organização política, mas como uma forma decadente e diminuída da humanidade, que ela reduz a mediocridade, onde colocaremos nossa esperança?”

Friedrich Nietzsche

3. Mídia e democracia na América Latina: as abordagens sistêmicas

O objetivo deste capítulo é duplo. Em primeiro lugar, dimensionar a vertente mais específica dos *estudos sistêmicos*, no contexto das pesquisas comparadas de comunicação política. Para tanto, serão revisados alguns trabalhos de referência na literatura do campo, com base na sua importância para a estruturação das análises do gênero. Em segundo lugar, discutir alguns estudos voltados à relação entre sistemas de mídia e regimes democráticos, com foco na América Latina. Em ambas as abordagens, a proposta é contextualizar e problematizar, de forma crítica, as principais discussões já entabuladas com viés comparatista sistêmico (sobretudo na região latino americana) e depreender delas aspectos estruturantes para esta tese.

3.1. A dimensão sistêmica dos estudos comparados

No capítulo de conclusão da primeira coletânea organizada sobre os estudos comparados de comunicação política, Frank Esser e Bárbara Pfetsch (2004) defendem que a pesquisa de Comunicação Política Comparada difere da pesquisa da Comunicação Política não-comparada em três pontos. Primeiro, envolve uma estratégia particular para obter indicações que são essencialmente de natureza internacional; segundo, tenta chegar a conclusões cujo escopo alcance mais de um sistema e mais de uma cultura; e, terceiro, busca explicar diferenças e semelhanças entre objetos de análise com as condições contextuais dos sistemas ou culturas circundantes.

Em sentido mais amplo, os autores sustentam que a pesquisa comparativa tem relevância para a própria construção do conhecimento, em um momento tão agudo de transformações da realidade contemporânea. Destacam, assim, as contri-

buições das pesquisas comparadas, para a Ciência Social, em duas dimensões: primeiro, auxiliam na avaliação da validade geral e do alcance geográfico de uma teoria (ou hipótese), testando-as em diferentes contextos socioculturais e sistêmicos; segundo, permitem contextualizar as teorias de alcance médio ao discernir os fatores do sistema na presença dos quais uma teoria é válida (ESSER; PFETSCH, 2004: 385).

Como já foi visto no capítulo anterior desta tese, a questão das construções teóricas é um dos aspectos sensíveis dos estudos comparados. Por não haver “tal coisa como uma teoria ou método ideal na pesquisa comparativa, novos desafios exigem projetos estendidos” (ESSER; PFETSCH, 2004: 400). Em uma realidade mais complexa, de comunicações globais, ampla integração política e crescente interdependência conduzindo à formação de um sistema mundial “único”, a proposição de argumentos teóricos que dê conta desta totalidade é desafiadora. Neste sentido, os caminhos dos pesquisadores da comunicação política comparada se dividem em múltiplas direções, abrangendo temas e assuntos de interesse diversificados.

Numa tentativa de inventariar o quadro, Frank Esser e Barbara Pfetsch (2016), em mais recente de revisão dos avanços da área, sistematizam pelo menos seis vertentes que congregam os esforços de pesquisa e dão os contornos do desenvolvimento do campo (conforme já explorado no final do primeiro capítulo, em que foram apontadas e discutidas as tendências dos estudos comparados). São elas:

- (i) as interações institucionais entre mídia e política
- (ii) as culturas de interação profissional entre jornalistas e elites políticas
- (iii) os padrões de construção de mensagens por atores políticos
- (iv) os padrões de construção de mensagens por atores de mídia
- (v) os padrões de uso de informações políticas
- (vi) os efeitos sobre o público nacional

A priori, esta pesquisa está mais alinhada com os estudos da primeira vertente, que trata das relações horizontais entre instituições midiáticas e política.

Neste sentido, se aproxima de um tipo de análise em que as correlações entre as variáveis explicativas – que ajudam a compreender como os ambientes da mídia e da política se conectam – são mais estruturadas em termos “*macro-analíticos*” (isto é, no nível cultural) e “*meso-analítico*” (isto é, no nível organizacional e institucional), do que em termos “*micro-analíticos*” (isto é, no nível da relação entre os atores).

Naturalmente, esta é uma linha de raciocínio que acompanha uma tradição mais enraizada no campo, de que a pesquisa comparada de comunicação política “refere-se a comparação entre um mínimo de dois sistemas políticos ou culturas (ou seus sub elementos) em relação a pelo menos um objeto de investigação relevante para os estudos de comunicação” (ESSER; PFETSCH, 2004: 8) – como também já foi assinalado no primeiro capítulo desta tese. Um argumento que se assenta no duplo entendimento de que: (1) a noção de Estado nação não é o único referencial para os estudos comparativos e que, assim, (2) o termo comparativo “se refere à comparação entre sistemas políticos ou sociedades” – nos quais a dimensão cultural está necessariamente comportada e resulta importante (ESSER; PFETSCH, 2004: 7).

Nunca é demais salientar que esta pesquisa guarda algumas restrições quanto a tais enquadramentos. Defende, alternativamente, um tipo de abordagem menos tradicional, funcional e formalista. Neste sentido, dialoga com posições que compreendem a necessidade de uma revisão de determinados pressupostos da área – dentre os quais, a lógica de causalidade orientando as investigações; a rigidez normativa, fundada em parâmetros, por vezes, excessivamente Norte Ocidentais; e, também, a ausência de maior atenção à comunicação política, *per se*, nos modelos de análise propostos.

Outrossim, por um lado, se aproxima de perspectivas de análise mais integradas, como aquela proposta por Mauro Porto (2003), no que tange aos estudos de comunicação. O autor discute as tradições de pesquisa sobre a recepção e a dos efeitos da mídia, que se desenvolveram no campo da comunicação e dos estudos culturais e propõe um modelo de pesquisa integrado para a análise da recepção e dos efeitos da televisão que incorpora contribuições de ambas tradições de pesquisa.

Naturalmente, está além dos interesses deste capítulo aprofundar o recorte metodológico perseguido pelo autor em referência. No entanto, tendo em conta a prevalência da lógica dos efeitos da mídia, nos estudos de comunicação política (e de sua vertente comparada), a possibilidade de uma abordagem que leve também em consideração a perspectiva da recepção – e, por extensão, do público – no exame dos fenômenos práticos da comunicação política é uma diretriz importante para os interesses desta pesquisa – e que será desenvolvida mais adiante.

Da mesma forma, embora esta tese se proponha a desenvolver um tipo de análise que dialoga com uma tradição de estudos “sistêmicos”, que tem nas relações entre mídia e política uma de suas vertentes de investigação relevantes, compartilha da posição de Richard Gunther e Anthony Mughan (2000), editores da coletânea “*Democracy and the media: a comparative perspective*”, para quem a separação dos níveis analíticos (convencionada pela literatura) é redutora. O argumento dos autores é que os modelos de análise sistêmicos de comunicação política ora tendem a se concentrar no nível *micro* – dos efeitos de nível individual da comunicação política – ora nos estudos *macro* da “estrutura dos sistemas midiáticos e como estes afetam a política”. Porém, poucos têm procurado “combinar as perspectivas *macro* e *micro*” (GUNTHER; MUGHAN, 2000: 1-2), no intuito de examinar a relação entre mídia e política nas sociedades democráticas ou em processo de democratização.

Neste sentido, o interesse que orienta esta pesquisa é conferir mais ênfase à complexidade, à diversidade e à subjetividade, quanto aos aspectos de natureza qualitativa que cercam as práticas de comunicação política – em particular aquelas que se dão no contexto regional da América Latina, face a realidade das mudanças culturais, políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que marcam o início do século XXI.

Trata-se de caminho relativamente diferente daquele que perseguem outros trabalhos. Dentre eles, com ênfase nas relações estruturais e institucionais, de caráter “*macro*” e “*meso*” analítica, entre a mídia e a política, o “*Comparing media systems*”, de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) ocupa uma posição de destaque no campo. Logicamente, não se trata de um esforço isolado e muito menos inédito, já que a pesquisa dos autores supracitados possui precedentes e gerou derivações

que, somadas, formam um *corpus* de literatura específico, de tentativas de compreensão da comunicação política, de ordem comparativa, em termos mais convencionais.

Na próxima seção, alguns destes trabalhos serão localizados e relacionados, com o intuito de demonstrar suas semelhanças e diferenças, na construção de um tronco de pesquisas mais especificamente preocupadas com um olhar comparativo sistêmico.

3.2. Do passado ao presente: o viés sistêmico comparado

Há pouca controvérsia quanto às raízes do estudo “comparatista” internacional, com ênfase na relação interacional entre as estruturas “*macro*” e “*meso*” sistêmicas das mídias e dos regimes políticos de países ou sociedades. Segundo a tradição, o pioneirismo caberia a “*Four theories of the press: the authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do*”, de Fred Seaton Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm (1956).

Hans Kleinsteuber (2004), por exemplo, define o trabalho dos autores norte-americanos como a tipologia mais conhecida das “filosofias globais de mídia”, baseada na avaliação das experiências passadas e presentes dos modelos existentes.

Naquela obra, a proposta dos autores era oferecer, através de um critério normativo rígido e determinista, uma explicação para os diferentes sistemas de mídia existentes no pós II Guerra Mundial. Partem da experiência histórica para localizar correspondências antigas e do (então) momento, tendo como pressuposto básico que os meios de comunicação são influenciados de maneira diferente pelas distintas estruturas sociais e políticas de cada sociedade onde operam: “a imprensa sempre tira a sua forma e colorido das estruturas sociais e políticas de onde está trabalhando” (SIEBERT et al, 1956 apud HALLIN; MANCINI, 2004: 7).

Fred Siebert et al (1956) extraem desta linha de raciocínio pelo menos quatro modelos de organização midiática, que dão forma a sua argumentação: o autoritário, o libertário, o totalitário e o de responsabilidade social. Tratam-nos como concepções teóricas, que podem ser justificadas a partir de convicções filosóficas

(dos próprios autores) acerca da natureza humana, do processo de formação do Estado e das dinâmicas de construção do conhecimento e da verdade (HALLIN, 2016: 1).

O estudo elabora quatro “conceitos sobre o que a imprensa deve ser e fazer”, como consta no subtítulo do original (SIEBERT et al, 1956 apud HALLIN; MANCINI, 2004: 13). Cada modelo (ou teorias, a partir das quais os modelos se originam) é explicado pelos autores a partir de um esquema de raciocínio bastante esquemático, prescritivo (determinista), binário e baseado no contraste entre as partes.

O primeiro modelo, o autoritário, seria produto dos Estados absolutistas europeus, que controlavam ou orientavam os meios de comunicação do seu tempo (fundamentalmente, a imprensa) e são fundados na premissa de que a manutenção da ordem social dependia da autoridade estatal centralizada; o segundo, o libertário, teria se desenvolvido nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, baseado em teses liberais e comprometido com a crença de que a verdade deveria ser determinada no “mercado das ideias”, do qual o Estado deveria manter distância, para permitir um livre intercâmbio entre os indivíduos; o terceiro, é aquilo que compreendiam por responsabilidade social e seria resultado de uma adequação do molde libertário, acerca do qual preconiza corrigir suas deficiências através do aumento do profissionalismo, da auto regulação e de limites claros à intervenção estatal; por fim, quarto, o totalitário (ou comunista), era entendido como uma variação do modelo autoritário, na qual o Estado seria detentor exclusivo dos meios, empregues como ferramenta de transformação social (HALLIN, 2016: 2).

O impacto causado pela publicação de “*Four theories of the press*” trouxe importantes ecos para à pesquisa de comunicação política comparada, nos anos subsequentes. Kaarle Nordenstreng (1997) destaca a importância do estudo, como um dos mais reproduzidos e “também traduzido em mais idiomas do que talvez qualquer outro livro no campo do jornalismo e da comunicação de massa” (NORDENSTRENG, 1997: 97). John Merrill (2002), em uma revisão retrospectiva da obra, quase cinco décadas depois da sua primeira publicação, surpreendia-se com sua vitalidade: “Parece que esse formidável pequeno livro nunca morrerá. Não mostra sinais de desvanecimento [...] nunca vi um livro no campo das comunicações que tem sido usado tão consistentemente” (MERRILL, 1992: 133).

Alguns destes autores, não obstante à celebração, também reconhecem as limitações do estudo. Kaarle Nordenstreng (1997) recorda que, embora o trabalho tenha sido um *best-seller* por décadas, “por preencher uma lacuna intelectual entre os acadêmicos da comunicação e os profissionais do jornalismo”, começou a tornar-se “peça de museu” com os primeiros questionamentos propostos pela Escola Crítica, ainda no final dos anos 1960, quanto a sua inadequação para explicar os papéis e as tarefas dos meios de comunicação de massa – incluindo a sua relação com a política – em sociedades cada vez mais complexas (NORDENSTRENG, 1997: 97).

Na entrada da década de 1990, em meio a evocação de um “espírito comparativo”, que contribuísse para o desenvolvimento das pesquisas na área da comunicação política, Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995) reivindicavam, dentre outras iniciativas, que fossem abandonadas as “tipologizações globais dos sistemas de mídia (à la Siebert, Peterson e Schramm)”, tendo em vista que “essas categorias brutas ignoram uma série de variações teoricamente importantes entre os diferentes tipos de sistemas de comunicação nacionais” (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 82).

Pippa Norris (2004), criticando a ausência de “tipologias conceituais fortes e bem estabelecidas” na tradição das pesquisas comparadas de comunicação política, reconhece valor de “*Four theories of the press*” como “a classificação mais conhecida dos sistemas de mídia”, porém, “desenvolvida no auge da era da Guerra Fria, estando datada para fornecer valor contemporaneamente” (NORRIS, 2004: 122).

Daniel Hallin e Paolo Mancini, apontados como os sucessores naturais do “legado” inaugurado por Fred Seaton Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm assumem a incumbência de “dar um enterro decente” a “*Four theories of the press*” e “avançar para o desenvolvimento de modelos mais sofisticados baseados em análises comparativas reais”, livrando “a paisagem dos estudos de mídia” [de] “um zumbi de filmes de terror” [que sobreviveu] “por décadas além de sua vida natural” (HALLIN; MANCINI, 2004: 10). Ponderam ao fim que, mesmo merecendo homenagens, a obra impediu “o avanço do campo [...], produzindo análises superficiais e não baseadas em pesquisas detalhadas sobre os sistemas de mídia”, em razão do seu caráter universalizante (HALLIN; MANCINI, 2011: 1).

“*Four theories of the press*” não foi o único trabalho do gênero editado antes de “*Comparing media systems*” – que viria a substituí-lo como a principal referência da vertente de estudos sistêmicos de comunicação política comparada. Hans Kleinsteuber (2004) destaca Edmund Lambeth (1995) e a abordagem proposta pelo autor, ainda no contexto da divisão Leste-Oeste, baseada em categorias como “mercado” (relativo aos sistemas de mídia do primeiro mundo), “marxista” (segundo mundo) e “em desenvolvimento” (terceiro mundo). Outros autores também revisaram “*Four theories of the press*” ao longo dos anos (NERONE, 1995; OSTINI; FUNG, 2002; YIN, 2008; TOEPFL, 2016), extraindo dele contribuições para suas próprias pesquisas ou procurando aperfeiçoar o modelo original (MCQUAIL, 1994).

A estratégia de pesquisa assumida por Fred Seaton Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm (1956), naquele passado distante, abre espaço, nesta tese, para a ponderação sobre dois importantes elementos constitutivos das análises comparadas com viés sistêmico: as noções de tipologia e de sistemas. Antes de seguir com a revisão da literatura em tela, a próxima seção fará uma breve incursão na definição de tais valores, em seus termos teóricos e metodológicos.

3.2.1. A tipologia como método científico e a teoria dos sistemas

Imbuídos de um propósito comparativo, os autores de “*Four theories of the press*” tipificaram modelos ideais, que supostamente subsumiriam (e explicariam) as formas de organização dos aparatos comunicativos de sua época. Valendo-se da tipologia como um recurso estruturador do pensamento científico, a metodologia de análise em referência busca, a partir da identificação de padrões comuns nas relações entre elementos sistêmicos, explicar a ocorrência de conjuntos mais específicos, demarcando, entre eles, semelhanças e/ou diferenças.

Quem detalha mais a fundo esta lógica é Hans Kleinsteuber (2004):

O método comparativo está estreitamente interligado com os procedimentos nos quais declarações abstratas e generalizantes e, finalmente, teorias podem ser geradas a partir de observações únicas. Quando uma tipologia é desenvolvida, grupos com características diferentes são criados como resultado da comparação. Os grupos possuindo características semelhantes podem constituir a base de uma tipologia, que se relaciona com a ordem sistêmica do fenômeno (KLEINSTEUBER, 2004: 65-66).

Nos termos weberianos, um “tipo ideal” não tem a finalidade de avaliar, consistindo, antes, em um recurso analítico, formado a partir de um raciocínio indutivo, gerador de um conceito teórico-abstrato que ajuda à compreensão de uma dada realidade. Os tipos ideais baseiam-se em um método compreensivo, fundado na crença de que nem a realidade pode ser alcançada em sua totalidade, nem a neutralidade total e objetiva do cientista é possível, tendo em vista que escolhas subjetivas e valores não são isentos dos sentimentos daquele que os determinam.

Para Max Weber (2006), no mundo do conhecimento científico só se pode falar do que é, não do que deveria ser. Os fatos (os dados da realidade) prevalecem aos valores (as qualidades em nome das quais se avalia a realidade). “Jamais será tarefa de uma ciência empírica produzir normas e ideais obrigatórios, para delas extrair receitas para a prática”, segundo Max Weber (apud COHN, 2006: 8).

Sem a pretensão de alongar este raciocínio – periférico aos objetivos desta tese –, se pode acrescentar, que o tipo ideal como instrumento metodológico weberiano, volta-se ao estudo de evidências particulares e compreensão das mesmas, opondo-se às abordagens comparativas generalizantes das ciências naturais, bem como aos métodos da escola positivista da sociologia de Auguste Comte e Émile Durkheim.

Daniel Hallin (2016) sintetiza que “um conceito de tipo, em geral, envolve um conjunto de características” ou “uma combinação de valores em diferentes variáveis, concebidos em coocorrência de forma regular e padronizada” (HALLIN, 2016: 1). De uma maneira geral, os conceitos de tipos e as tipologias são amplamente utilizadas em todos os ramos da ciência e “na teoria social identificam os padrões na interação social e facilitam a teorização sobre por que os padrões particulares ocorrem e quais são suas consequências” (HALLIN, 2016: 2).

Em termos mais específicos, as tipologias podem ser um instrumento de análise útil, que permite “identificar padrões comuns nas relações entre elementos de sistemas de mídia e sistemas sociais mais amplos” (HALLIN, 2016: 2), servindo ainda para gerar questões de pesquisa como: o porquê dos padrões particulares ocorrerem em sistemas específicos; o porquê dos casos particulares poderem se desviar de padrões comuns; e, ainda, sobre quais as consequências possíveis decorrentes dos padrões existentes. Além dos potenciais identificados, Daniel Hallin (2016) pondera que os tipos são importantes, ainda, para especificar o contexto dentro do qual os processos específicos operam e, assim, possibilitar a identificação de “possíveis causas no nível do sistema, especificando o alcance da aplicabilidade das teorias e avaliando a validade das medidas em todos os sistemas” (HALLIN, 2016: 3).

Tendo em vista que os tipos operam estreitamente vinculados a uma dimensão sistêmica, que lhes dá sentido, reservamos algumas linhas para esta última ideia.

A etimologia da expressão “sistema” aparece nos dicionários (SISTEMA, 2018) derivada dos gregos. Sua grafia original “*sustēma*” tem origem em “*synístanai*”, combinação dos termos “*sin*” que significa “junto” e “*hístanai*” significando “fazer ficar em pé”, remetendo ao sentido de “fazer funcionar”. Do latim antigo “*systema*” traz agregada a noção prevaiente hoje: a “reunião de várias partes diferentes” ou o ato de “colocar junto ao mesmo tempo”, dizendo respeito a um conjunto de elementos interconectados, de modo a formar um todo organizado. A definição perpassa várias disciplinas, como: a física, a medicina, a informática, as relações internacionais, etc. Equivale a “combinar”, “ajustar”, “arranjo” e “conjunto de partes que formam um todo complexo ou unitário” (HOUAISS et al, 2001).

Daniel Hallin (2016) propõe uma forma ainda mais sucinta: “um sistema, na definição mais básica, é um conjunto de elementos inter-relacionados” (HALLIN, 2016: 2). A teoria dos sistemas é um campo de reflexão acadêmica profícuo, com vários níveis de desdobramentos. Uma referência obrigatória para as ciências sociais é o trabalho do sociólogo alemão Niklas Luhmann (1995), que concebeu uma teoria geral dos sistemas sociais (autopoieticos, autoreferentes e operacional-

mente fechados). Nela, a comunicação ocupa um papel central. Para o autor, a função dos meios consiste em “orquestrar a auto-observação do sistema social” e “tornar as coisas conhecidas” (LUHMANN, 2005: 158 e 163).

Outra contribuição – embora razoavelmente periférica aos objetivos desta tese, mas que traz à abordagem sistêmica um efeito importante – é o trabalho de Immanuel Wallerstein (2004). O autor é um dos fundadores da “teoria do sistema-mundo”, tida pelos críticos como um desenvolvimento da “teoria da dependência” e que procura estabelecer uma explicação para o processo de formação e as transformações sofridas pelo sistema mundial, como um desdobramento do sistema capitalista.

O que parece haver de relevante nesta abordagem (por certo, mais complexa do que os propósitos deste estudo permitem perseguir) é que a unidade de análise é o próprio sistema (e mais particularmente as forças produtivas do mercado) – e não os Estados-nação. Neste contexto, as dimensões econômicas, política e sociocultural (no que se incluiria, em alguma medida, a comunicação) são percebidas de forma estreitamente conectadas, importando em um diferencial em relação às abordagens mais tradicionais de outros campos de pesquisa, como o econômico, principalmente.

De toda forma, a crítica contumaz à ordem liberal trazida pela abordagem em referência, converteu a discussão trazida pela “teoria dos sistema-mundo” e seus autores à condição de *anti-establishment*, na medida em que suas teses propõem uma espécie de denúncia à hierarquia que se estabeleceu (por hipótese) no mundo contemporâneo: cidadãos subdimensionados em relação a consumidores, governos frequentemente “reféns” de empresas e, como consequência mais crítica, países marginalizados, face a seus níveis insuficientes de desenvolvimento.

O que importa a esta pesquisa, conforme Daniel Hallin (2016) é um aspecto básico da perspectiva sistêmica: “a ideia de que os elementos de um sistema são definidos por seus relacionamentos uns com os outros e, portanto, não podem ser entendidos sem referência a todo o padrão de relacionamentos” (HALLIN, 2016: 2). Assim, um sistema de mídia compreende “um conjunto de instituições de mídia e práticas entendidas como interagindo com e moldando um ao outro” (idem, p. 2). Porém, de forma relativa, sistemas de mídia também podem ser percebidos como um “conjunto” incorporado a um contexto social, político, econômico e cultural

mais amplo. Ou, em termos mais cartesianos: os sistemas de mídia são comportados por outras razões de organizações sistêmicas. Sofrem, portanto, as injunções procedentes de uma “ordem” de vinculações conjunturais, mas também exercem efeitos sobre a lógica de funcionamento daquelas e sobre o todo no qual operam.

É, a propósito, nesta perspectiva que se inscreve o presente trabalho. O que se defende, aqui, é uma abordagem menos “determinista”, em consonância com alguns dos esforços revisionistas que vem sendo desenvolvidos na área da comunicação política e de sua vertente comparada (BRANTS; VOLTMER, 2011; BARNHURST, 2011; BLUMLER; COLEMAN, 2015; HENN; VOWE, 2015, dentre outros). Neste sentido, se alinha ao argumento de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2011) de que “a relação existente entre os sistemas de mídia e os sistemas políticos não caracteriza mera sequência causal, mas sim de co-evolução” (HALLIN; MANCINI, 2011: 47), porém, se distancia da instrumentalização normativa de seu estudo (dado o caráter etnocêntrico dos parâmetros de análise), bem como dos resultados propostos.

Dada a complexidade crescente do mundo contemporâneo, nem sempre as dimensões sistêmicas conseguem ser claramente diferenciadas. No caso particular dos sistemas de mídia, suas funções, propósitos e até mesmo naturezas constitutivas tem se tornado tão mais plurais e abrangentes que, não sem surpresa, muitas vezes se imiscuem com outras organizações sistêmicas (como o sistema político), nas suas rotinas práticas. Daniel Hallin (2016), mais uma vez, dá como exemplo o fato de que os meios de comunicação podem fazer parte da estrutura pública dos Estados. E, na medida em que se valorizam como instâncias econômicas, tem sido recorrente sua associação com grupos financeiros (COMPAINE; GOMERY, 2000), em um contínuo processo de concentração de capital (ALGER, 1998) e formação de conglomerados (BARNOUW, 1998) e monopólios (BAGDIKIAN, 1993), o que poderia colocar em ameaça a democracia (MCCHESNEY, 1997; 2000).

Em conclusão a este breve recorte sobre a noção de sistemas, Daniel Hallin (2016) nos auxilia a conduzir o raciocínio de volta aos objetivos desta pesquisa, ao sustentar que as análises dos tipos de sistemas de mídia são, com frequência, essencialmente focadas na compreensão de suas relações com outros subsistemas soci-

ais. Em termos práticos, ainda de acordo com o autor, a maioria das análises comparativas dos sistemas de mídia “não se concentrou em sistemas de mídia em sua totalidade, mas em conjuntos de elementos relacionados a “meios jornalísticos, na comunicação política e na política de mídia e governança” (HALLIN, 2016: 2), o que os autores compreendem como particularmente inter-relacionados. Nestas linhas de abordagens, com frequência são deixadas de lado as análises mais detalhadas das indústrias culturais, como a cinematográfica, a fonográfica e as indústrias de videogames, para os quais outros conjuntos de conceitos podem ser relevantes.

Daniel Hallin (2016) reconhece, ainda, a via tendenciosa dos estudos comparados de comunicação política e, por extensão, as análises sistêmicas de mídia, estarem mais concentrados no nexos com a política em razão do pressuposto de se “assumir que a unidade de análise correta para o desenvolvimento de tipologias de sistemas de mídia é o Estado-nação, embora outras unidades de análise às vezes sejam empregadas” (HALLIN, 2016: 2), o que já foi destacado antes.

Na próxima seção, no retorno à revisão da literatura de estudos sistêmicos “*macro*” estruturais, aplicados ao campo da comunicação política comparada, a tendência apontada por Hallin será confirmada, com um trabalho de sua própria lavra.

3.3. A comparação de sistemas de mídia em escala regional

Uma das principais precauções que Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) tomaram na realização de seu estudo comparado, acerca da relação entre os sistemas de mídia e político de algumas nações do Ocidente foi justamente reduzir o escopo da análise pretendida por Siebert e al (1956). Ainda no prefácio de “*Comparing media systems: three models of media and politics*”, declaram categoricamente que:

Por razões metodológicas e práticas [...] optamos por limitar este estudo a um conjunto restrito de países que têm muito em comum em termos de história, cultura e instituições, os da Europa Ocidental e da América do Norte. Nós acreditamos que grande parte da análise será de interesse para aqueles que estudam outras regiões e diremos um pouco sobre como vemos nossos modelos em relação ao resto do mundo; também enfatizamos que não pretendemos que nenhuma dessas análises seja aplicada a outros sistemas sem modificações (HALLIN; MANCINI, 2004: xiv).

Assumidamente “inspirados” pela obra seminal dos autores norte-americanos da Universidade de Illinois, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) compartilham da premissa de que sistemas de mídia podem ser classificados usando um pequeno número de modelos simples e discretos. Porém, advogam a necessidade de cautela na quanto ao alcance pretendido pela sua obra. Neste sentido, estabelecem critérios mais parcimoniosos para a pesquisa proposta: ampliam a variedade de casos examinados, gerando mais diversidade de referências; refutam pretensões normativas para seus achados; e estabelecem fundamentos teóricos e metodológicos mais categóricos, evitando recortes excessivamente simplistas, ambíguos ou tendenciosos.

Como tem sido grifado recorrente nas páginas desta tese, “*Comparing media systems*” é considerado um divisor de águas para os estudos comparados de comunicação política. Para Frank Esser e Bárbara Pfetsch (2016), a pesquisa tornou-se um “ponto de referência central [...] da literatura de comunicação política comparada [que] explora as relações *macro-nível* entre instituições de mídia e instituições políticas e como elas diferem entre países” (ESSER; PFETSCH, 2016: 7).

Maria Canel e Katrin Voltmer (2014), comentando sobre o desenvolvimento do campo, se referem à obra como “um livro seminal [...] tendo se tornado um marco no desenvolvimento conceitual dos estudos de mídia e política desde uma perspectiva comparativa” (CANEL; VOLTMER, 2014: 2-3). Mesmo Pippa Norris (2009), normalmente mais crítica, enxerga, o trabalho como “uma das tentativas mais ambiciosas [de modificar e melhorar a estrutura original de Siebert et al (1956)], atraindo atenção generalizada” (NORRIS, 2009: 330).

Tendo em vista o peso incontestável da linha de análise proposta por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) em seu “*Comparing media systems*”, o que se pretende acrescentar, nesta seção, são aspectos estruturantes do estudo dos autores, que serão melhor problematizados no capítulo metodológico (terceiro) desta pesquisa.

O método comparativo defendido pela dupla de pesquisadores está alicerçado em duas *macrodimensões* de análise e suas necessárias inter-relações. Na primeira destas dimensões, relativa aos meios de comunicação (com ênfase na atividade do jornalismo), procuram definir as características do sistema de mídias a partir de uma série de variáveis, como a estrutura dos mercados de comunicação, o

paralelismo político (entre os ambientes midiático e o político), o profissionalismo da imprensa e o papel do Estado. A segunda dimensão refere-se ao contexto político em que os meios de comunicação operam, acerca da qual os autores invocam conceitos relevantes da literatura sobre política comparada e sociologia política, a fim de compreender melhor as influências políticas sobre o desenvolvimento da mídia. As variáveis desta dimensão de análise são apresentadas com uma dicotomia própria – ou diferentes polos de um conjunto – e são tomadas, em termos amplos, como variáveis independentes do sistema de mídias. São elas: o papel do Estado (democracias liberais ou de Estados de bem-estar), o tipo de democracia prevalecente (por consenso ou majoritária), o tipo de pluralismo (individual ou organizado), o grau de autoridade racional legal (conformador dos Estados) e o clientelismo político.

No contexto da análise proposta, a metodologia consolida os seguintes resultados: são sistemas de mídia liberais aqueles formados por países do Atlântico Norte (Canadá, Estados Unidos, Irlanda e Reino Unido), onde os meios quase não sofrem interferência do Estado e prevalecem as leis do mercado, reguladas pela livre concorrência (com exceções, como a BBC). O sistema corporativo democrático é o que prevalece na Europa Central e do Norte (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega, Suíça e Suécia), no qual a intervenção do Estado pouco afeta a liberdade de operação dos meios e as estruturas são altamente profissionalizadas. Por fim, há o sistema pluralista polarizado, associado aos países do Mediterrâneo (Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal), onde a penetração dos meios é relativamente baixa em relação à população, há uma intervenção acentuada do Estado e o grau de profissionalização dos operadores é reduzido. Por aproximação, a América Latina estaria mais afim a este último sistema, segundo os autores.

Em linhas gerais, o que Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) informam pretender fazer com sua análise é uma série de “tentativas”. Uma delas, “identificar as principais variações que se desenvolveram nas democracias do Ocidente, quanto a estrutura e o papel político das notícias” (HALLIN; MANCINI, 2004: 1), bem como “explorar algumas ideias sobre como explicar essas variações e pensar sobre suas consequências para a política democrática” (idem). O que os autores definem como o “foco principal” da sua análise é a relação entre os sistemas de mídia e os sistemas políticos, o que os levam a enfatizar a análise do jornalismo e dos meios de comunicação e, em menor grau, da política da mídia e seus aspectos legais.

Também argumentam que seu estudo é “de caráter exploratório, utilizando a análise comparada [...] para esclarecimento conceitual e desenvolvimento teórico, muito mais do que para o [...] teste de hipóteses e [geração de] inferências causais” (HALLIN; MANCINI, 2004: 5). Neste contexto, definem que seu objetivo é desenvolver um quadro para comparar os sistemas de mídia e “um conjunto de hipóteses sobre como eles estão ligados estrutural e historicamente ao desenvolvimento do sistema político” (idem), reconhecendo não haver como testar a validade de suas hipóteses, em razão das limitações dos dados disponíveis.

Em termos do escopo de casos examinados, o estudo baseia-se em um projeto de pesquisa de “sistemas mais semelhantes” (o que, como já visto no primeiro capítulo desta tese, consiste numa das estratégias do método comparativo clássico, que remonta à tradição de John Stuart Mill). No caso de “*Comparing media systems*”, os autores optaram pela análise de um grupo de países com níveis supostamente comparáveis de desenvolvimento econômico, contextos culturais e histórias políticas relativamente comuns. Com base em Arend Lijphart (1971) assumem, ainda que relativamente, que os sistemas políticos influenciam os meios de comunicação, a depender de algumas variáveis como o papel do Estado na política e sua forma de regulamentar a atividade da comunicação, o tipo de autoridade política, o maior ou menor pluralismo no espectro político, dentre outros.

Os autores argumentam também que os fatores políticos tiveram um impacto histórico definidor sobre a forma como os meios de comunicação são institucionalizados no mundo Ocidental. Cruzando estas dimensões “políticas” com as dimensões de ordem midiática (o desenvolvimento dos mercados de mídia, o grau e as formas de paralelismo político, o nível de profissionalismo do jornalismo e o papel do Estado), compilam os três modelos que dão subtítulo à obra. A este propósito, ressaltam se tratar de tipos ideais (à la Weber), em torno dos quais “os sistemas de mídia de cada país se encaixam apenas em termos aproximados”. Logo, concordam, de antemão, que “existe uma variação considerável entre os países que estaremos agrupando em nossa discussão sobre esses modelos” (HALLIN; MANCINI, 2004: 11).

Por fim, salientam que o objetivo principal do trabalho e da metodologia adotada não é a classificação de sistemas individuais, mas a identificação de padrões característicos de relacionamento entre as características do sistema. Enfatizam, neste sentido, que “sistemas de mídia não são homogêneos”, pois caracterizados por uma complexa coexistência de ambientes operando de acordo com diferentes princípios. E nem mesmo estáticos, pois suas lógicas de funcionamento são atravessadas por contínuas mudanças ao longo do tempo, o que leva os autores a reconhecer a importância da abordagem histórica para sua análise, bem como as substanciais mudanças trazidas nos últimos anos pelos processos de globalização e comercialização que, segundo os autores, teriam levado a “uma convergência considerável dos sistemas de mídia” no mundo (HALLIN; MANCINI, 2004: 12-13).

A obra de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) recebeu diversas críticas nos últimos anos (NORRIS, 2009; ALBUQUERQUE, 2012; 2013; BRÜGGEMANN et al, 2014, dentre outros). Na mesma proporção gerou, por iniciativa dos próprios autores, respostas (HALLIN; MANCINI, 2010), revisões retrospectivas (HALLIN; MANCINI, 2016) e até uma extensão (HALLIN; MANCINI, 2011), que buscou ampliar o alcance da pesquisa original, confrontando os modelos a outras realidades e regiões do mundo – o “*Comparing media systems beyond the western world*”.

Em termos bastante gerais, tendo em vista a amplitude deste material revisional (e seus desdobramentos), os questionamentos a “*Comparing media systems*” giram, sobretudo, em torno dos aspectos metodológicos e, em parte também, quanto a fundamentação teórica do trabalho. Os autores que discutem a obra, muitas vezes ressentem-se da falta de uma verificação empírica mais eficiente da tipologia proposta. Em particular, lamentam a falta de uma aferição quantitativa, baseada em medidas padronizadas, que possam ser utilizadas nos diferentes casos examinados.

É o caso de Pippa Norris (2009), que mirando nos desenvolvimentos alcançados pelo campo da política comparada, condena os modelos conceituais e tipológicos utilizados nas comunicações políticas, pois “geralmente têm sido baseados em acentuados aspectos normativos, difíceis de operacionalizar e medir, e com aplicabilidade restrita às comparações internacionais” (NORRIS, 2009: 328).

Com base neste argumento mais geral, as críticas de Pippa Norris (2009) à obra de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) se concentram em três pontos mais específicos. Primeiro, pondera se as quatro dimensões relativas aos sistemas midiáticos seriam, de fato, as mais apropriadas para definir os contrastes entre os sistemas de mídia contemporânea (ou mesmo, mais precisamente, entre os sistemas de comunicação política existentes). E ressalta que, no dilema entre a adoção de critérios minimalistas (mais precisos) e maximalistas (mais compreensivos) os autores incorrem em problemas comuns a ambos. Segundo, também identifica problemas quanto a operacionalização dos componentes do modelo proposto, que poderiam gerar padrões e medidas cientificamente replicáveis (e não o fazem a contento). Considera, assim, que os autores têm um olhar mais descritivo, seletivo e datado, com muitas imprecisões nas suas formas de classificação. Terceiro, para Pippa Norris (2009), os autores fornecem muito mais uma visão geral, do que uma tentativa efetiva de operacionalizar cada uma de suas dimensões de análise, com indicadores empíricos mais precisos e confiáveis. E lembra que, na “ciência é importante medir os conceitos fundamentais se quisermos testar rigorosamente até que ponto as diferentes dimensões se agrupam de uma maneira significativa” (NORRIS, 2009: 334).

Outro ponto focal do debate em torno de “*Comparing media systems*” é a aversão dos críticos em aceitar que o modelo pluralista polarizado, usado para caracterizar os sistemas do Sul da Europa seria extensível para “rotular” (por semelhança) outras regiões do mundo. Katrin Voltmer (2011) argumenta que não é plausível assumir o argumento de que dezoito países na Europa Ocidental e América do Norte podem ser diversificados em três arranjos distintos de relações entre mídia e política “enquanto todos os sistemas de mídia restantes em todo o mundo devem ser suficientemente compreendidos por um único modelo” (VOLTMER, 2001: 225).

Ainda na mesma linha, os críticos se manifestam quanto ao caráter essencialmente negativo, quase “marginal”, tanto analítica quanto normativamente, comportado pelo modelo pluralista polarizado. Afonso de Albuquerque (2011) não demonstra muita simpatia por este recorte, ao qual estariam reservados os aspectos mais negativos aos sistemas de mídia e política dos países do Sul da Europa, em

relação aos outros dois modelos, “como se não tivesse desenvolvido suficientemente as características que denotam os outros dois” (ALBUQUERQUE, 2011: 75).

Em termos mais específicos, Afonso de Albuquerque (2012; 2013) também questiona, em outros textos, aspectos metodológicos e o caráter etnocêntrico comportados por “*Comparing media systems*”. Como é o caso da variável do paralelismo político. Para o autor brasileiro, a formulação enseja um traço notadamente mais afim às tradições políticas da Europa Ocidental, mas pouco afeito às trajetórias históricas dos países mais ao sul do Equador, por exemplo. Segundo ele, “considerado sob um prisma mais amplo, para além do mundo ocidental, o paralelismo político se revela um fenômeno histórico bastante contingente”, não fazendo sentido “fazer dele uma categoria universal de comparação” (ALBUQUERQUE, 2012: 19).

Em meio as ponderações de seus pares acadêmicos, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2010) se inserem no debate, promovendo uma espécie de autocrítica dos resultados alcançados pelo seu próprio trabalho. Dão vazão a respostas para os questionamentos mais recorrentes, como a interpretação de que o “modelo liberal” poderia “triunfar” em termos globais, o que refutam de forma direta e objetiva:

Mesmo no âmbito da nossa análise, não pretendemos endossar a ideia de um ‘modelo único de mídia global’ que desloque para si todas as diferenças nacionais. O subtítulo do capítulo [em que as discussões de tal ordem são formuladas] foi ‘as forças e os limites da homogeneização’ e concluímos que ‘as diferenças entre os sistemas de mídia continuam substanciais e provavelmente impedirão a homogeneização completa dos sistemas de mídia no futuro previsível’ (HALLIN; MANCINI, 2010: 64).

Outro caminho assumido pelos Daniel Hallin e Paolo Mancini (2011) foi ampliar sua análise de primitiva à outras realidades regionais. Em edição colaborativa, autores (críticos à obra original) são convidados a explorar (se e como) os conceitos e métodos propostos para a análise dos casos da Europa Ocidental e da América do Norte fora do quadro de análise de “sistemas mais semelhantes”. Assim, em “*Comparing media systems beyond the western world*”, uma gama mais variada de casos é analisada, segundo os editores “tanto para interrogar e esclarecer

o quadro conceitual de ‘*Comparing media systems*’, quanto para propor novos modelos, conceitos e abordagens que serão úteis para lidar com sistemas de mídia não-ocidentais e seus processos de transição política” (HALLIN; MANCINI, 2011: s/n).

O livro cobre realidades tão diferentes quanto Brasil, China, Israel, Líbano, Lituânia, Polônia, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Tailândia. Na conclusão da obra, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2011) buscam uma síntese das questões centrais que emergiram das contribuições apresentadas pelos colaboradores.

Destacam quatro grandes blocos de assuntos que, em alguma medida, remetem às críticas já assinaladas nos parágrafos anteriores do presente texto: (1) as características mais “negativas” comportadas pelo modelo pluralista polarizado e a pertinência de utilizá-lo como referência (mais próxima) para a compreensão dos sistemas de mídia não europeus; (2) a possibilidade de outros sistemas de mídia nacionais estarem convergindo na direção do modelo liberal; (3) os aspectos normativos e conceituais ensejados pelas quatro dimensões constitutivas dos sistemas de mídia, como um *framework* oportuno para a comparação; e (4) um conjunto de questões de ordem metodológica, que remetem ao uso dos “modelos” desenvolvidos na obra original, a adequação do conceito de “sistema”, às unidades de análise empregues no esforço comparativo, bem como questões relacionadas à estrutura e agência.

Ao fim e ao cabo, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2011) admitem que a análise comparativa deve assumir formas diferentes. Neste sentido, ressaltam a importância de entrar “em diálogo com o nosso trabalho – e não, como enfatizamos muitas vezes, ‘aplicá-lo’ de uma maneira qualquer e mecânica”. Com as contribuições reunidas pela edição, esperavam oferecer ao campo de estudos da comunicação política comparada “uma visão cada vez mais global e um quadro de referência diversificado”, em lugar de um aparato conceitual único e estanque, “o que provavelmente é irrealista e contraproducente” (HALLIN, MANCINI, 2011: 304).

Não há dúvidas de que, desde a publicação de “*Comparing media systems*”, esforços consideráveis vem sendo dedicados a melhor operacionalizar os fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos, bem como ampliar suas fronteiras analíticas. No contexto da América Latina, este movimento também floresceu. A

próxima seção será dedicada a apontar alguns dos trabalhos do campo, com ênfase na região.

3.4. Pesquisas sistêmicas de comunicação política comparada na América Latina

“Mucha gente pequeña, en lugares pequeños, haciendo cosas pequeñas, puede cambiar el mundo”

Eduardo Galeano

Antes de tudo, quando se pensa em América Latina há de se ter claro que nada é simples, no que diz respeito a região. Parte expressiva do enorme continente americano, engloba pouco mais de 21 milhões de km², nos quais estão reunidos 20 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). O recorte geográfico do continente comporta sutilezas: compreende a quase totalidade das Américas do Sul e Central, além de alguns países da América Central e, da América do Norte, apenas o México é considerado como parte da América Latina.

Todavia, o recorte suscita controvérsias. Na apresentação da enciclopédia digital “*Latinoamericana*” o que seus organizadores ponderam é que a América Latina é uma construção cultural, histórica e política, antes de ser uma construção geográfica. “Comprimida entre o rio Grande, ao norte, e a Patagônia, ao sul, ninguém duvida de que seja integrada pela América do Sul, pela América Central e pelo México” (SADER et al, 2006, s/n). Porém, há também uma percepção fundada na tradição (CHAUNU, 1979; BETHELL, 2001), de que a América Latina compreende toda uma região colonizada por nações europeias de origem latina (isto é, falantes de línguas derivadas do latim, como o espanhol, o português e o francês).

Do ponto de vista institucional, o critério é mais objetivo: na Assembleia Geral das Nações Unidas, a América Latina integra o GRULAC (“*The Group of Latin America and Caribbean Countries*”), um dos cinco grupos regionais da Or-

ganização, composto por 33 Estados-membros das Américas do Sul, Central e Caribe (reunindo, além dos países acima já citados, Antígua e Barbuda; Bahamas; Barbados; Belize; Dominica; Granada; Guiana; Jamaica; Santa Lúcia; São Cristóvão e Névis; São Vicente e Granadinas; Suriname; e Trinidad e Tobago) ².

No âmbito geopolítico internacional, os países que integram a América Latina e Caribe fazem parte, ainda, da Organização dos Estados Americanos (a qual se somam Canadá e Estados Unidos da América, perfazendo um total de 35 nações)³

Segundo o “*World Population Prospects 2019*”, da ONU (2019), o total da população total latino americana ultrapassa os 650 milhões de habitantes (o que representa aproximadamente 10% da população mundial). De uma perspectiva econômica, a região responde por um PIB superior a U\$ 5,8 trilhões (BIRD, 2019), porém, marcada por desequilíbrios graves. Conforme a Base de Dados e Publicações Estatísticas do CEPAL (CEPAL, 2019) o crescimento do PIB da região (de U\$ 5.679.113, em 2014, para U\$ 5.738.797, em 2018) não foi acompanhado por uma renda per capital proporcional (que regrediu de U\$ 9.163 por habitante, em 2014, para U\$ 8.855 por habitante, em 2018).

Para além das disparidades de ordem econômica (que são uma das tristes e distintivas marcas da região), o conjunto de sociedades que forma a América Latina se caracteriza, também, por tradições culturais enormemente plurais, desenvolvimentos históricos diferentes e, finalmente, por trajetórias políticas não apenas heterogêneas, mas caracterizadas por um processo de transformações intensa e contínua.

Embora este estudo trate a região em referência como uma unidade analítica (em termos geográficos), reconhecê-la na sua multiplicidade é um antepasso crucial para qualquer pretensão investigativa, sobretudo as de ordem comparativa, como aquelas que serão examinadas na continuidade desta revisão de literatura.

² ONU. **Departament for General Assembly and Conference Management**. United Nations Regional Groups of Member States. New York: United Nations, 2019. Disponível em <<https://www.un.org/depts/DGACM/RegionalGroups.shtml>>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

³ OEA. **Estados Membros**. Washington: Organização dos Estados Americanos, 2019. Disponível em <http://www.oas.org/pt/estados_membros/default.asp>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

De certa forma, Frank Esser (2014) endossa esta compreensão. Como já sublinhado no primeiro capítulo desta tese, a pesquisa de comunicação comparada é convencionalmente percebida como o contraste de diferentes casos de nível macro, em relação a pelo menos um objeto de investigação relevante para o campo de comunicação. No que diz respeito ao nível macro aludido, regiões do mundo convertem-se em categorias de análise de interesse crescente. Sobretudo em tempos de acentuadas transformações trazidas pelo contexto de globalidade, em que fluxos de informação (dentre outros) ultrapassam inexoravelmente as fronteiras nacionais dos Estados.

Como lembra Barbara Pfetsch (2014), na conclusão da coletânea de artigos organizada por Maria Canel e Katrin Voltmer (2014), “durante muito tempo, a ênfase nos padrões normativos da democracia ocidental negligenciou a comunicação em outras regiões do mundo”. No entanto, a autora manifesta otimismo ao constatar que uma parte dos estudos da obra em que colaborou já indicavam que o alcance da pesquisa comparativa havia se ampliado para além dos Estados Unidos e da Europa: “há uma cena animadora de estudos de comunicação política na Europa Oriental, Ásia e América Latina. A extensão do escopo não é apenas geográfica, mas introduz novas questões normativas de democracia e comunicação” (PFETSCH, 2014: 239).

De fato, as iniciativas estão longe de serem isoladas ou meros complementos de esforços de pesquisa mais abrangentes, como aqueles integrados por coletâneas de caráter enciclopédico. O livro “*Media and politics in new democracies – Europe in a comparative perspective*”, editado por Jan Zielonka (2015) é quase integralmente dedicado a estudos da relação entre comunicação e política no contexto das emergentes democracias no Leste e do Centro da Europa (CEE). Surge das discussões propostas pelos colaboradores da obra, um quadro efervescente de perspectivas (“diversidade de capitalismo”, GRESKOVITS, 2015), modelagens de estudos (“informalidade política”, SMILOVA; SMILOV, 2015) e proposição de conceitos (“hibridização”, VOLTMER, 2011; 2015; MANCINI, 2015).

Com o foco em outros extremos do globo, destaca-se, também, a compilação de estudos sobre os sistemas de mídia das nações com mais rápido nível de crescimento econômico (os BRICS), editada pelo finlandês Kaarle Nordenstreng e pelo indiano Daya Kishan Thussu (2015), “*Mapping BRICS media*”. Com uma se-

ção dedicada à análise comparativa, seus colaboradores dão especial ênfase às seguintes reflexões: “os modelos de jornalismo dos BRICS” (PASTI; RAMAPRASAD; NDLOVU, 2015), “as trocas informativas inter-BRICS” (WASSERMAN; PAULINO; STROVSKY; PIETILÄINEN, 2015) e a emergência de uma possível “nova ordem informativa digital – NWICO 2.0” (THUSSU, 2015).

E para não alongar demasiadamente o quadro de referências gerais à pesquisas com interesse na perspectiva comparada sistêmica da comunicação política regional, o “*The Media Policy and Democracy Project*” (<https://www.mediaanddemocracy.com/>) iniciativa colaborativa *online*, mantida em conjunto pelo Departamento de Ciência da Comunicação da Universidade da África do Sul (UNISA) e pelo Departamento de Jornalismo, Cinema e Televisão da Universidade de Johannesburg (UJ) mantém-se ativo desde 2012, promovendo discussões em torno de alguns temas e áreas de interesse do campo, como: a liberdade na Internet, a privacidade *online* e a vigilância das comunicações; a diversidade e a transformação da mídia; e a política de comunicação e o interesse público, com grande parte das investigações tendo a colaboração de pesquisadores de diferentes regiões do planeta.

Transportada a discussão das comparações sistêmicas da relação entre mídia e política para a realidade latino-americana, o histórico de contribuições é razoavelmente demarcado no passado recente, porém, longe de ser extenso em termos de quantidade e frequência de publicações. É o que passaremos a examinar, em mais detalhes, nas próximas subseções deste estudo.

3.4.1. As primeiras tentativas comparatistas latino americanas

Dos precursores do campo, destacam-se os trabalhos de Elizabeth Fox (1988a, 1988b, 2002) e Silvio Waisbord (1998, 2000, 2002) – embora este último, mais tardiamente. Os primeiros trabalhos carregam elementos da forte tradição de pesquisas do campo da econômica política da comunicação na região. Autores como Luis Ramiro Beltrán, Ariel Dorfman, Héctor Schmucler, Eriberto Muraro, Patricia Arriaga, Diego Portales, dentre outros, integram um rico movimento intelectual, com as discussões em torno da comunicação assumindo um notável viés

crítico, de certa forma, influenciados pelas Teorias da Dependência e do Imperialismo Cultural, muito em voga nos anos 1960/70 (o que será retomado no próximo capítulo).

Naquela que é, possivelmente, a primeira publicação mais formalmente dedicada a discutir a relação entre mídia e democracia na região, “*Media and politics in Latin America: the struggle for democracy*”, Elizabeth Fox (1988b) tem a incumbência fazer a edição da obra. A crítica positiva da revista *Journalism Quarterly* (URIARTE, 1989), sintetiza os resultados alcançados da seguinte maneira:

Esta coleção de ensaios – cada um focado em uma nação específica – contribui significativamente para preencher o vazio de informação em inglês sobre as políticas de mídia na América Latina [...] Fox fez um bom trabalho ao reunir diversas experiências da mídia na América Latina, através de uma excelente distribuição de trabalho entre estudiosos da área (URIARTE, 1989: 484).

Em linhas gerais, os autores de “*Media and politics in Latin America*” procuravam examinar as dinâmicas entre indivíduos, governos e meios de comunicação de países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Peru e Uruguai, nas últimas décadas do século XX, no contexto pós ditaduras de então.

Já Silvio Wainsbord (1995), antes de enveredar por seus trabalhos com ênfase comparada, manifesta as primeiras preocupações com um quadro de reflexão sistêmica, que permita relacionar as dinâmicas da relação entre mídia e democracia na região, em artigo que examina a intervenção dos Estados na radiodifusão sul americana:

A afirmação da democracia na região representa o desafio de descobrir novos caminhos para desenvolver arenas de comunicação não sujeitas aos caprichos dos governos ou às pressões do mercado. Como construir uma esfera pública onde os cidadãos possam expressar e discutir opiniões e tornar as poderosas forças políticas e econômicas responsáveis permanece ainda um problema crítico, sem solução (WAINSBORD, 1995: 221).

Elizabeth Fox e Silvio Wainsbord (2002) só irão se encontrar na publicação de “*Latin politics, global media*”, obra em que atuam como os editores e na qual se propõem a realizar, com a colaboração de outros autores da área, um “balanço crítico” de como a política local e a globalização dos meios de comunicação moldaram a evolução da mídia na região e “entender as mudanças recentes nos sistemas de

mídia e fornecer análises aprofundadas da interação das dinâmicas locais e globais nas indústrias de mídia” (FOX; WAINSBORD, 2002: 10).

Como salienta Carolina Matos (2012), em trabalho que será retomado em mais detalhes, adiante, “muitos dos estudos internacionais sobre a América Latina tendem a se concentrar nas perspectivas políticas e econômicas ou na identidade nacional, na literatura, nos filmes e nas músicas da região”. Em contrapartida, “tem havido poucos trabalhos sobre as maneiras pelas quais a mídia pode ter um papel nos processos de democratização”. É esta a razão que leva a autora, no seu próprio estudo, a dar maior atenção “ao relacionamento estabelecido entre os sistemas de mídia e a política dentro da tradição de estudos latino-americanos” (MATOS, 2012: 29).

Outro autor que tem contribuições significativas para a discussão em tela é Mauro Porto. Em artigo panorâmico que integra a “*The International Encyclopedia of Political Communication*”, editada por Gianpietro Mazzoleni (2015), o brasileiro traça um diagnóstico otimista para o “estado da arte” da literatura da comunicação política, de caráter regional, latino americano. Segundo ele, “na vasta região conhecida como América Latina, a comunicação política tornou-se um campo de pesquisa vibrante e maduro” (PORTO, 2015: 1). Para o autor, os estudiosos do campo acumularam descobertas relevantes sobre a natureza complexa da relação entre comunicação e política em diversos contextos. Porém, reconhece e sinaliza os obstáculos (recorrentes) à emergência de um sistema midiático mais autônomo, plural e diversificado: o viés comercial do modelo, a excessiva concentração dos meios, as práticas clientelistas e as formas de controle do Estado (PORTO, 2015: 2).

Estas tendências, que contribuíram historicamente para a manutenção de um *status quo* relativamente estável, passaram a sofrer “transformações positivas desde a década de 1980” (PORTO, 2015: 5). Mauro Porto destaca a expansão do jornalismo investigativo na América Latina, por exemplo, como evidência do surgimento de uma mídia mais independente e assertiva. Outra direção importante assumida pelos complexos midiáticos da região é sua maior abertura (isto é, uma mídia mais representativa dos pontos de vista da sociedade e mais independente do controle oficial). Não obstante, a ascensão de líderes de esquerda e neopopulistas também

assumiu um relevo importante, no contexto das graves mudanças políticas que varreram a América Latina, na entrada do século XXI (PORTO, 2015: 6-7).

No entorno da discussão sobre as características da comunicação política latino americana, Mauro Porto (2009) também já havia organizado – em colaboração de Daniel Hallin – uma edição especial do “*International Journal of Press/Politics*” em que os autores convidados apresentaram estudos (então) recentes sobre os vínculos entre mídia e política na América Latina – em meio a um contexto de significativas transformações vividas pela região, à época. A edição especial, surgida por ocasião do seminário “Mídia e Democratização na América Latina”, realizado pela Universidade de Tulane, em 2007, deu forma às discussões sobre “os processos complexos e contraditórios de democratização da América Latina” (PORTO; HALLIN, 2009: 292). Na obra, os autores/colaboradores dão destaque para alguns dos dilemas dos processos de democratização que caracterizam a América Latina contemporânea. E identificam as maneiras pelas quais as práticas e instituições de comunicação moldam processos de responsabilidade política, deliberação democrática e participação cívica, dentre alguns dos temas cobertos pelos estudos.

Em uma parte significativa de seu trabalho acadêmico, Mauro Porto dá ênfase ao papel que desempenha a televisão no ambiente regional latino americano, com interesse particular no contexto brasileiro. Em pesquisas mais recentes, aprofunda a compreensão das implicações democráticas trazidas pelas mudanças ocorridas na região: seja na conformação dos noticiários (2010), seja nas transições experimentadas pelos conglomerados (2012). Suas análises demonstram que as características sistêmicas dos países que integram o continente exercem um peso significativo na configuração do modelo de mídia, porém, não de forma determinativa. Guardando algum grau de paralelismo com os argumentos defendidos por esta tese, Mauro Porto também parece sensível a necessidade de perceber o fenômeno da comunicação política latino americana sob novas lentes: “Na América Latina contemporânea, a comunicação política tem sido frequentemente caracterizada pelos vínculos complexos e ambíguos entre mídia, política e democracia” (PORTO, 2015: 8).

Por fim, mas não menos importante, Silvio Wainsbord (2012), em capítulo colaborativo ao “*Handbook of political communication*”, da SAGE, destaca algumas questões-chave na pesquisa de comunicação política na América Latina. E sua perspectiva é otimista, ao sustentar que o estudo dos meios e dos processos políticos na América Latina permitem contribuições mais expressivas para o campo como um todo. Neste sentido, enxerga no crescimento da pesquisa transnacional e comparativa “um desenvolvimento auspicioso”, que possibilita a superação de lacunas existentes, usando os estudos de casos nacionais e regionais para refinar o pensamento e as conclusões conceituais. Segundo o autor, para evitar a compartimentação e a marginalização dos ‘estudos da área’, a pesquisa nacional e regional deve contribuir para “um conjunto comum de conhecimentos definidos por questões teóricas e analíticas. Mesmo que os estudos não sejam para projetos comparativos, eles devem manter a perspectiva ‘comparativa’ em mente” (WAISBORD, 2012: 437).

Tendo em vista estas indicações preliminares da literatura do campo da comunicação política, com foco comparativo regional latino americano, na próxima seção serão identificados os principais trabalhos com viés sistêmico, da relação entre mídia e política na América Latina, com ênfase nas questões democráticas da região.

3.4.2. Comparando mídia e democracia na América Latina

Se existe algo de curioso nos esforços analíticos voltados a entender a relação entre mídia e democracia nos países que integram a complexa região latino americana, é o olhar dos “*yankees*”. A expressão não pretende encerrar alusão preconceituosa, mas é inquietante que tantos estudos tenham procedências exógenas – quando não pela nacionalidade do pesquisador, por força de sua inserção acadêmica.

Uma destas pesquisas – já citada no primeiro capítulo – tem a autoria de Daniel Hallin e Stylianos Papathanassopoulos (2002). Os autores propõem uma análise comparada entre os sistemas de mídia de quatro países do sul da Europa (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) e de três países da América Latina: Brasil, Colômbia e México. Sua intenção é aferir a questão do clientelismo político, a partir de cinco variáveis de análise: (1) os baixos níveis de circulação de jornais; (2) a

tradição de jornalismo advocatício; (3) a instrumentalização da mídia como propriedade privada; a (4) politização de radiodifusão pública e a regulação das transmissões; e (5) o desenvolvimento limitado do jornalismo como profissão autônoma. Estabelecem com o estudo (que mais tarde contribuirá, ainda que parcialmente, para a realização da pesquisa maior de “*Comparing media systems*”), que os países examinados guardam semelhanças entre si, embora os sistemas latino americanos revelem “índices” mais “alarmantes” nos quesitos visados pela pesquisa, o que sugere um quadro de “defasagem”, ao serem invocados os critérios normativos assumidos pela literatura do campo – isto é, aqueles de procedência típica do hemisfério Norte.

Da perspectiva dos resultados alcançados, os pesquisadores arriscam-se a prever que o clientelismo continuaria a “corroer” os sete países analisados, sendo, ao momento em que realizavam a pesquisa, fator crucial para “para entender os sistemas de mídia do sul da Europa e da América Latina”, bem como “os processos históricos em curso nesses sistemas” (HALLIN; PAPATHANASSOPOULOS, 2002:18).

Taylor Boas (2013), da Universidade de Boston, participa com um capítulo da coletânea organizada por Jorge Domínguez e Michael Shifter, “*Constructing democratic governance in Latin America*”, já na sua quarta edição. Nele, explora a política e os meios de comunicação de massa em oito países cobertos pelo estudo (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela), examinando o grau em que contribuem ou impedem a boa governança democrática. O texto se divide em três blocos de discussões: concentração dos meios e estrutura de propriedade, relações entre mídia e imprensa e eleições, em torno dos quais o autor traça uma panorâmica histórica, complementada por dados que buscam trazer alguma atualidade aos cenários examinados. O trabalho não propõe necessariamente um objeto de análise mais específico, mas um conjunto de temas que pretendem sintetizar as relações entre a mídia e a política da região.

Embora não se trate de um estudo sistematizado, com metodologia definida, a análise aponta para características recorrentemente associadas à conjuntura sistêmica da comunicação política do continente. Traços como a manutenção do quadro concentração dos mercados de mídia e de propriedade horizontal e vertical dos meios, a despeito das transformações no ambiente político subjacente às relações

acolhedoras entre agentes políticos e agentes da comunicação, são identificados. E mesmo que o autor sinalize para uma certa tendência de declínio na colusão direta entre presidentes e a imprensa, em alguns dos países analisados, isso está longe de significar uma mídia local comprometida com a governança democrática. A cobertura das eleições latino-americanas da entrada da década de 2010 oferece um vislumbre dos desequilíbrios regionais: enquanto em determinados países prevaleceu um tratamento equilibrado dos principais candidatos (casos de Brasil, Chile e México, segundo o autor), noutros, como Venezuela e Bolívia, os desvios significativos seriam evidências do forte poder de agenda dos meios (segundo o autor).

O alemão Christof Mauersberger (2016) é outro a empreender uma abrangente análise da comunicação política na região, porém voltada para o principal segmento da indústria da comunicação latino americana, a radiodifusão. Em um livro que resulta de sua dissertação de doutoramento realizada na Universidade Livre de Berlim, a discussão trata da “luta das coalizões da sociedade civil na América Latina”, para mudar um quadro em que os “meios de comunicação de massa se concentram em poucas mãos e estão intimamente ligados a setores políticos específicos”, sendo usados “explicitamente para defender um programa político específico” e silenciar sobre tantas outras questões relevantes, de interesse da cidadania. No contexto da discussão em exame (cujo caráter comparado é menos sistêmico e mais centrado em uma questão temática específica, as reformas jurídicas do setor de radiodifusão), “a luta pela democratização da comunicação social na América Latina pode ser entendida como parte das grandes lutas pela democratização que caracterizam grande parte da história pós-colonial da região” (MAUERSBERGER, 2016: 4).

No seu estudo, o autor problematiza a noção de esfera pública *habermasiana* para argumentar que os meios de comunicação são parte integrante das esferas públicas das sociedades modernas, ponderando sobre a necessidade de intervenções regulatórias que assegurem o caráter democrático de desempenho das mídias. Em contrapartida, contrasta tais argumentos com a perspectiva liberal, em uma crítica acompanhada por uma abordagem regulatória que considera mais de perto como funcionam os mercados de mídia, identificando possíveis falhas dos mesmos. É em torno do debate entre estas duas perspectivas – a democrática e a econômico-liberal

– que se formariam as bases das coalizões advocatícias (por parte da sociedade civil) examinadas no texto. Segundo Christof Mauersberger (2016), o objetivo central da regulação da mídia, com propósitos democráticos, seria fortalecer a esfera pública, isto é, facilitar condições de igualdade de acesso aos meios de comunicação social, independentemente de status social, posição, etnia, gênero ou classe.

Embora assuma a perspectiva crítica (democrática), como um fio condutor do seu estudo, Christof Mauersberger (2016), alerta que “isso não deve ser confundido com uma condenação da mídia comercial *per si*” (MAUERSBERGER, 2016: 23). Apenas, não compactua com os analistas liberais (no sentido econômico do termo) – e mais explicitamente com os da versão neoliberal – que as interferências regulatórias devam ser recebidas com uma rejeição, *a priori*, sob o temor de que impliquem ou se confundam necessariamente com censura.

Ao situar o contexto latino-americano, enfocando os antecedentes históricos da região e os desenvolvimentos recentes no debate sobre a democratização das estruturas de mídia, Christof Mauersberger (2016) demonstra com a sua pesquisa que as mídias de massa se desenvolveram como empresas privadas, intimamente ligadas às elites políticas (conservadoras), resultando em um sistema fortemente concentrado e comercializado. Discute a entrada em cena da Internet e a emergência dos governos de esquerda, a partir dos 2000, para reivindicar um papel de importância para o movimento de ativismo na região, com a sociedade civil mobilizada em prol de reformas do aparato sistêmico da comunicação em diversos Estados.

No que tange às contribuições dos autores de origem latino americana, para a discussão da comunicação política da região com viés comparatista, um dos trabalhos que mais se destaca é o de Carolina Matos (2008; 2012). Radicada na Inglaterra, atualmente desenvolvendo suas pesquisas a partir da *City University of London*, a autora obteve o Prêmio Jabuti de 2014, na categoria comunicação, com o livro “*Media and politics in Latin America: globalization, democracy and identity*” (2012). Embora não seja o seu primeiro trabalho importante na área – há também o livro “*Journalism and political democracy in Brazil* (2008) –, que resultou de sua dissertação de doutorado no *Goldsmiths College*, da *University of London* é certamente o mais importante e afim aos propósitos desta tese.

Na obra, a autora dá ênfase à questão dos sistemas públicos de mídia – não apenas no setor de radiodifusão, mas também para a emergência das novas mídias, em particular a internet – tomados em perspectiva comparada, sobre o quadro de fundo da relação entre mídia e democracia na América Latina. “Este livro contrasta o papel desempenhado pela mídia pública nos países europeus, principalmente no Reino Unido, com o fortalecimento das plataformas de mídias públicas no Brasil e outras nações da América do Sul” (MATOS, 2012: 11).

Em verdade, o trabalho não discute todas as realidades nacionais – dá mais peso ao caso brasileiro – mas, envereda por uma linha de reflexões em que examina aspectos normativos da pesquisa comparada (propõe parâmetros metodológicos diferenciados para a realidade da região e enquadra a América Latina nas discussões teóricas sobre globalização e esfera pública), situa os marcos regulatórios da comunicação pública (contextualizando diferentes situações nacionais, como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Brasil), bem como problematiza aspectos incidentes sobre a dinâmica dos serviços públicos de mídia, como o papel do jornalismo, da radiodifusão e da internet. Na parte final da sua pesquisa, a autora aponta, ainda, caminhos para a democratização da mídia na América Latina, na forma de uma (proposta de) política de desenvolvimento nacional para o serviço público de comunicação, em um contexto alternativo aos modelos globais.

Para efeito de configuração do modelo de análise para a avaliação da comunicação política na América Latina, a discussão proposta por Carolina Matos (2012) parece ser o que mais se aproxima de uma tentativa de estudo sistematizado da comunicação política no ambiente sistêmico regional latino americano. A autora não nega a pretensão: “Este trabalho procura contribuir com a pesquisa comparativa prévia sobre comunicação política, [de estudos que] tentaram discutir como a comunicação política em novas democracias difere da situação das [democracias] estabelecidas” (MATOS, 2012; 26). Com este propósito, explora as semelhanças e diferenças entre a mídia e a política nos países latino-americanos, relacionando-os com as tradições da mídia no Reino Unido e nos EUA – mas, preocupada em dissociar a realidade do Ocidente como algo relacionado apenas à América do Norte ou Europa.

Em termos metodológicos, a principal diferença do projeto de Carolina Matos (2012) em relação ao que será desenvolvido aqui – na sequência do próximo capítulo, o terceiro –, diz respeito aos objetivos e objetos a serem alcançados. Como a autora sinaliza numa passagem de seu texto próprio:

[...] a maioria das pesquisas comparadas ainda se concentra em países específicos, principalmente na América do Norte, no Ocidente e com alguma sorte, Rússia, Índia ou China quando se trata da Ásia. Certas regiões, como a América do Sul, permanecem pouco exploradas [...] Este trabalho faz uso de uma abordagem sofisticada de pesquisa de Comunicação Política Comparada, deslocando-a dos seus focos predominantes, para observar as nações latino-americanas, e principalmente o Brasil, em maior profundidade. No entanto, existem limites [...], na medida em que não esgota informações e dados sobre os sistemas de mídia pública presentes em toda a América Latina (MATOS, 2012: 27).

O estudo não teve como propósito um exame minucioso de cada um dos sistemas de mídia na América Latina, divididos por nações, em diferentes capítulos. A direção assumida foi outra, focada predominantemente em temas específicos, que são refletidos como linhas de pesquisa de sua análise geral – sobre a atualidade dos sistemas públicos de mídia da região. Esses temas, constituem “os principais desafios, problemas e aspirações que tanto os países desenvolvidos como aqueles em desenvolvimento enfrentam em suas lutas pela democratização da mídia”, em seus termos mais amplos, mas também se relacionam com as discussões sobre “liberdade de imprensa” e “o papel que deve ser reservado para os serviços públicos de mídia na construção de nações democráticas na era digital” (MATOS, 2012: 28).

Um trabalho de menor extensão (pois em formato de artigo), de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013) faz uma ponte metodológica mais estreita, para a abordagem sistêmica de caráter regional, com os estudos comparativos de comunicação política com foco na América Latina. Nele, as autoras propõem uma “redefinição das análises comparativas dos sistemas de mídia” (MELLADO; LAGOS, 2013: 1), desde uma perspectiva das novas democracias. A partir do modelo Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), examinam os fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos que definiram o desenvolvimento do jornalismo nos países latino-americanos e, especificamente, no Chile, propondo uma ampliação e uma

redefinição dos aspectos que devem ser considerados para analisar sistemas de mídia em caráter comparativo, sobretudo no contexto das recentes democracias da região.

No artigo, Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013) complementam as dimensões trabalhadas por “*Comparing media systems*” sugerindo novos “fatores de análise”, além de contextualizar e/ou reformular a definição de categorias específicas propostas por aquele. Agrupam as categorias em três dimensões: (1) política – tipo de regime político, estrutura política, nível de paralelismo político, cultura política e liberdade de expressão; (2) cultural – valores culturais na sociedade; e (3) características das mídias – intervenção/participação do Estado no sistema de mídia, desenvolvimento do mercado de mídia e independência profissional no campo do jornalismo, tanto em nível estrutural quanto individual (MELLADO; LAGOS, 2013: 7).

O trabalho tem clara preocupação metodológica. Pretende um avanço em relação a um dos limites já discutidos nesta tese, quanto a ênfase euroamericana do estudo de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) – “e com ela, sua incapacidade de extrapolar seus modelos para realidades que estão fora do mundo ocidental hegemônico, como é o caso latino-americano” (MELLADO; LAGOS, 2013: 19). Outrossim, com base no caso particular do Chile pós-ditadura pinochetista, a análise propõe os nove fatores (associados a indicadores específicos), agrupados nas três dimensões acima destacadas, que podem ser úteis para a análise comparada de sistemas de mídia, incluindo, especialmente, a realidade das novas democracias.

Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013) concluem que, a análise desses “fatores” permitiria exercícios comparativos mais exaustivos, “integrando a realidade e o contexto de países que não se enquadram no arquétipo dos sistemas de mídia ocidentais na discussão internacional e que, devido a caracterização parcial ou exclusiva, tornam-se invisíveis” (MELLADO; LAGOS, 2013: 20). A aposta da dupla é que desenvolvimentos futuros (do seu trabalho) possam contribuir com a reavaliação das dimensões e dos indicadores propostos, na medida em que venham a ser aplicados em investigações empíricas sistemáticas, voltadas à comparação sistemas de mídia e sua influência no desempenho do jornalismo ao redor do mundo.

Finalmente, para consolidar esta breve, pois pontual recuperação da literatura do campo da comunicação política comparada com foco nos estudos sistêmicos

latino americanos, destacamos o artigo de Jairo Lugo-Ocando e Sara García Santamaría (2015), que examina a perspectiva dos meios de comunicação como um pilar essencial da democracia liberal. Aquilo que diversos autores definem como o “quarto estado” (LUGO-OCANDO; SANTAMARIÁ, 2015: 265).

Em sua análise, Jairo Ocando e Sara García Santamaría (2015) questionam a capacidade da mídia em guiar e fortalecer democracias de transição. Refletindo particularmente sobre a realidade latino americana, advogam que “a ideia de uma mídia inerentemente democratizante tem pouco respaldo”, visto que muitas instituições democráticas são frequentemente fracas e voláteis (sobretudo, na região em tela). E apontam para o que consideram algumas das fragilidades sistêmicas da relação entre mídia e política dos países sob investigação em seu texto (muitos deles, à época, no auge dos regimes populistas que dominaram a região, nas primeiras décadas do novo século): “a regulamentação inadequada, a polarização e a falta de uma cultura jornalística independente [que] podem tornar a mídia prisioneira, tanto das influências políticas como do mercado e, portanto, incapaz de cumprir o seu potencial de democratização” (LUGO-OCANDO; SANTAMARIÁ, 2015: 266-267).

Os autores fazem uma espécie de inventário da relação entre mídia e democracia através da lente das reformas que governos de esquerda da região realizaram nas últimas décadas, por vezes levando a uma incompatibilidade entre discurso e prática. Na sua avaliação, tais ações e abordagens oferecem a oportunidade para examinar as estruturas tradicionalmente elitistas e partidárias da mídia na América Latina. Em particular, dão destaque para o traço de polarização, que se tornou essencial na relação entre os governos de esquerda e os meios de comunicação na América Latina. E sugerem que esta polarização corresponde a uma “concepção populista de instituições democráticas liberais”, como os meios jornalísticos, que são “controlados pelo partido no poder em nome do povo, reproduzindo uma estrutura de poder de cima para baixo, em vez de uma cultura democrática verdadeiramente centrada nas pessoas” (LUGO-OCANDO; SANTAMARIÁ, 2015: 267).

A importante questão que Jairo Lugo-Ocando e Sara García Santamaría (2015) colocam, ao fim e ao cabo de sua argumentação, é se os governos de esquerda na América Latina estariam criando um ambiente favorável para a democratização dos sistemas de mídia ou, como alguns analistas suspeitam, “simplesmente

institucionalizando o controle político, reciclando as velhas redes clientelistas e destituindo o pluralismo das agendas públicas” (LUGO-OCANDO; SANTAMARIÁ, 2015: 273). Sua conclusão leva em consideração que, no caso latino americano, os meios de comunicação só podem se tornar uma força democratizante na medida em que as instituições políticas se tornem transparentes, garantindo uma efetiva independência para mídia – neste sentido, preenchendo a lacuna entre políticas e discursos democratizantes por um lado, e práticas informais, do outro.

Esta linha de discussão perseguida pelo texto acima referido é realizada por diversos autores em caráter mais estritamente nacional, isto é, relacionada aos limites geográficos mais específicos de apenas um Estado. A título apenas de ilustração, para não tornar esta revisão da literatura mais extensa do que o necessário, merecem menção os trabalhos do já citado Afonso de Albuquerque (2011; 2012; 2013) e também o de Fernando Azevedo (2006), que problematizam muitas das questões e variáveis de análise discutidas até aqui (em grande parte, “dialogando” com os trabalhos de Daniel Hallin e Paolo Mancini mais diretamente). No entanto, são discussões articuladas com a realidade do Brasil. De forma mais ampla ou mais estrita, o que estes autores agora referidos fazem é situar a reflexão sobre a relação entre mídia e democracia, no contexto sistêmico nacional brasileiro – embora as publicações de Afonso de Albuquerque tenham uma envergadura mais abrangente.

De forma a consolidar este quadro de referências (mas sem a intenção de aprofundar a análise), não menos importantes, ainda, são os trabalhos dedicados à América Latina com ênfase em aspectos comparados próprios a determinadas práticas de comunicação política. Dentre eles, merecem destaque (embora de forma não extensiva e detalhada) os trabalhos de: Sallie Hugues e Chappell Lawson (2005), “*The barriers to media opening in Latin America*”, acerca da contribuição dos meios para a abertura democrática na região; Roberto Espindola (2006), “*Electoral campaigning in Latin America’s new democracies. The Southern cone*”, em seu estudo sobre processos eleitorais; em linha relativamente próxima, Taylor C. Boas (2016), “*Presidential Campaigns in Latin America: Electoral Strategies and Success Contagion*”; e, finalmente, com destaque para o papel dos jornalistas no contexto latino americano, Claudia Mellado, Mireya Márquez-Ramírez, Jacques Mick, Martín Oller Alonso e Dasniel Olivera (2017) “*Journalistic performance in Latin America: a comparative study of professional roles in news content*”.

Para avançar na elaboração de uma metodologia de análise para a comunicação política da América Latina, em perspectiva comparada, que é o objetivo principal do estudo e objeto do próximo capítulo desta tese, serão recuperadas algumas destas contribuições – e incorporados alguns de seus aspectos metodológicos.

3.5. Da revisão da literatura comparada na América Latina

As linhas deste capítulo concentram um apanhado naturalmente não exaustivo e muito menos conclusivo, da produção bibliográfica de comparações sistêmicas no campo da comunicação política. Dá ênfase maior às pesquisas de comunicação política comparada latino americanas. Persegue, assim, o duplo propósito traçado desde o início, isto é, lançar um olhar mais referencial e analítico sobre as discussões sistêmicas de pesquisa comparada e aquelas com eixo na realidade latino americana. Neste sentido, os textos aqui reunidos aqui são um resumo do cenário.

Na primeira parte, o capítulo sintetiza alguns dos trabalhos que tratam da perspectiva sistêmica das análises comparadas de comunicação política. Foram revisadas apenas as principais referências do gênero, ao mesmo tempo em que (e na medida do possível) foram problematizadas e contextualizadas, nos termos que interessam a esta pesquisa, algumas de suas contribuições. Na segunda parte, foram relacionados estudos com algum nível de preocupação sistêmica, com foco na realidade da América Latina. Novamente, ao colacionar tais pesquisas, esta revisão procurou assinalar aspectos estruturantes dos trabalhos dos autores visitados, para fins de desenvolvimento da proposta metodológica que encerra o próximo capítulo desta tese.

4. Por um framework para a comunicação política comparada: modelo de análise para a América Latina

O propósito deste capítulo é apresentar um modelo de análise da relação entre mídia e democracia na América Latina, que permita ampliar a compreensão, em perspectiva comparada, das *práticas* de comunicação política da região, a partir das características constitutivas do contexto em que tais fenômenos se dão.

À luz das revisões e problematizações da literatura, empreendidas nos capítulos precedentes – e tendo como eixo condutor a relação entre mídia e democracia –, o capítulo propõe um tipo de abordagem “holística” (BLUMLER, 2011) que dialoga com esforços revisionistas da área (BRANTS; VOLTMER, 2011; BARNHURST, 2011; HENN; BLUMLER; COLEMAN, 2015; VOWE, 2015, dentre outros). Neste sentido, confere mais ênfase à *complexidade*, à *diversidade* e à *subjetividade*, com interesse dirigido aos aspectos de natureza *qualitativa* que cercam as práticas de comunicação política observados na região, no contexto das mudanças culturais, políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que marcam o início do século XXI.

Ao sustentar um desafio à tradição que orienta os estudos do campo (SIEBERT; PETERSON; SCHRAMM, 1956; NIMMO; SANDERS, 1981; BLUMLER; GUREVITCH, 1975; 1995; 2004; MCNAIR, 1999; KAID, 2004; ESSER; PFETSCH, 2004; 2012; 2016; HALLIN; MANCINI, 2004; 2010; 2011; 2016; CANNEL; VOLTMER, 2014, dentre outros), a premissa básica em que se apoia esta reflexão é a de que a comunicação política *constitui* a realidade política – sem deixar de ser, também por esta, a todo tempo modificada. A perspectiva, portanto, é menos de um determinismo formal, normativo e objetivo para a explicação dos fenômenos – e mais de uma abordagem hermenêutica e construtivista, informadas por uma tradição epistemológica mais próxima à Teoria Crítica, como será detalhado adiante.

O que se defende aqui, portanto, é a análise das práticas comunicativas que estão orientadas *para* a política – mas não necessariamente determinadas por esta (ou, alternativamente, pelas mídias, a depender da perspectiva de análise convencionalizada pelo campo). Aquilo que se enfatiza, por isso mesmo, são as *dinâmicas recursivas* que afetam as dimensões, estruturas e ambientes da comunicação política,

dinamizam a hierarquia entre os atores, possibilitam a definição de agendas diferentes daquelas tradicionais, propõem novas questões e ressignificam instituições – construindo, ao mesmo tempo em que é construída, uma cultura política.

Nesse sentido, a *comunicação política* – entendida tradicionalmente (e grosso modo) na literatura da área como um processo interativo referente à circulação de informações entre políticos, a mídia e o público (NORRIS, 2008); ou, ainda, como o conjunto das mensagens que circula dentro de um sistema político (BOBBIO, 1998) – pode ser compreendida, também (e alternativamente), como um *espaço político*, uma arena de disputas, na qual atores políticos são aqueles que se comunicam politicamente, incluindo não apenas agentes políticos e midiáticos, mas também analistas e pesquisadores, cidadãos, instituições ou autoridades estatais ou cívicas.

O argumento aqui, parafraseando James Carey (2008) é pensar a comunicação política, antes como comunicação (“*political communication as ‘communication’*”). Em outras palavras, a intenção é ultrapassar uma lógica científica que enxerga a comunicação política como fenômeno *transmissional* – logo, orientada por uma razão instrumental/estratégica, geradora de efeitos ou, ainda, servindo a outros fins, como à política, neste caso – para examiná-la segundo uma visão mais abrangente e *ritualística*, como dimensão da cultura. Um olhar investigativo que possibilite analisar as estruturas, processos e práticas da comunicação política como comunicação *per se*, compreendidos, assim, como *fenômenos representacionais* (HALL, 2016) e, portanto, mais ligados à uma tradição de pesquisas que valoriza a crítica, a história, os discursos e a linguagem como constructos sociais da realidade.

Por fim, nesta mesma direção, a abordagem aqui proposta se articula com uma perspectiva de investigação mais integrada - em parte, como aquela proposta por Mauro Porto (2003), que procura aproximar as tradições de pesquisa sobre a recepção e a dos efeitos da mídia, que se desenvolveram no campo da comunicação e dos estudos culturais –, além de compartilhar da posição de Richard Gunther e Anthony Mughan (2000), para quem a separação dos níveis analíticos nos estudos sistêmicos de comunicação política comparada é redutora – levando esta pesquisa à proposição de um modelo que procura “combinar as perspectivas *macro* e *micro*” (GUNTHER; MUGHAN, 2000: 1-2), no intuito de examinar a relação entre mídia e política nas sociedades democráticas ou em processo de democratização.

Também, em termos metodológicos, no que corresponde a abordagem comparada, o estudo partilha de algumas das premissas teóricas levantadas por Charles Ragin (2014), na proposição de uma abordagem estratégica mais sintética, que procura associar aspectos mais relevantes de ordem qualitativa e quantitativa, em relação aos fenômenos examinados – combinando, assim, tradições de métodos de análise comparados mais orientados para casos e determinantes históricos (que são prevaletentes nas investigações baseadas em metodologias qualitativas) com aqueles mais orientados por variáveis e determinantes mais abstratos (que são prevaletentes nas investigações baseadas em metodologias quantitativas).

Nas etapas que se seguem, o capítulo está dividido em quatro partes (seções). A primeira, retoma os primeiros capítulos e contextualiza o desenvolvimento, discutindo os limites da tradição teórica prevaletente no campo da comunicação política, no sentido de encaminhar a crítica epistemológica que sustenta esta abordagem. A segunda, apresenta os argumentos teóricos e conceituais que conformam o modelo de análise proposto, com vistas a possibilitar uma reflexão (futura) sobre as práticas de comunicação política na América Latina, em perspectiva comparada. Nesta mesma parte, indica também os avanços que o modelo proposto (e seu enquadramento) comporta, além da pertinência prática de sua proposição. Tais argumentos conduzem à terceira parte, em que se estabelecem os aspectos metodológicos, constitutivos do modelo de análise em si, objetivo principal do estudo. Por fim, a quarta parte, sintetiza o modelo de análise apresentado, refletindo sobre seus limites e possibilidades de aperfeiçoamento e aplicação empírica futura.

4.1. O legado da tradição: origens de uma epistemologia “hegemônica”

Não é a intenção dos próximos parágrafos resumir a trajetória do Conhecimento, que comporta dimensões mais complexas, diversificadas e contraditórias do que qualquer tentativa de síntese poderia ser capaz de abranger. Dos primeiros modos de consciência mítica (que sobrevivem até hoje) ao maior rigor de argumentação, fundado por uma consciência lógica (que leva à filosofia, à teologia e às ciências), a busca por compreensão é, quase sempre, incompleta, em sua essência.

Esta seção trata de algumas das concepções teóricas que conduziram a uma epistemologia que – na linha de argumentação aqui desenvolvida – se tornou hegemônica na modernidade (com reflexos ainda hoje presentes). Concentra-se naquilo que tem origem no hemisfério Ocidental, deixando de lado outras ricas tradições de pensamento – como aquelas abordadas por Eduard Said em seu *Orientalismo* (2007), por exemplo. Pretende, neste sentido, localizar o debate em torno de um conjunto de referências que, ao se afirmarem, passaram a determinar uma forma preponderante de explicar os fenômenos de sua época – com decisivas extensões para outras.

Naturalmente, as próprias expressões “hegemônico”, “dominante” ou “preponderante” são relativas, pois dependentes da perspectiva assumida para examinar algo. Neste texto, estão associadas a um conjunto de doutrinas de maior relevo, que sobreviveram ao tempo – ao menos em sua essência – dos pré-socráticos à escolástica; dos primeiros esboços do humanismo ao racionalismo e empirismo modernos; do resgate do idealismo crítico por Kant ao positivismo de Comte, Mill e Durkheim; da filosofia à ciência, em suma. Ideias que conduzem o leitor a um repertório amplo, diversificado e, quase sempre, conflituoso de referências. Algo próprio do movimento pendular que o pensamento encerra, invariavelmente, remontando às origens, para redimensioná-las com novas variações e possibilidades. Movimento que comporta um elemento dicotômico permanente, que divide as tradições de conhecimento de forma recorrente, antes de consagrar algumas delas.

Como pondera Arthur Ituassu (2008), em alusão a Donald Puchala (2003), no clássico “*Theory and history in international relations*” (deste último), “O que é aceito como ‘verdade’, ‘conhecimento’ ou ‘reflexo da realidade’, em qualquer tempo, será condicionado pelo paradigma conceitual através do qual a ‘verdade’, o ‘conhecimento’ ou o ‘reflexo da realidade’ foram perseguidos” (ITUASSU, 2008: 48).

A perspectiva epistemológica assumida nesta pesquisa – e que orientará a breve revisão das tradições que se segue – se contrapõe à teoria tradicional, de matriz cartesiana, constituída a partir da revolução científica do século XVI. Está mais próxima, neste sentido, do que propõe Max Horkheimer (1980), ao firmar as bases

intelectuais de uma teoria crítica que se distingue da tradicional, destacando a importância da história para a teoria e a necessidade de uma constante busca de atualização dos diagnósticos de época, com vista à emancipação (do Homem).

Uma linha de argumentação que, nos termos de Boaventura de Souza Santos (1988), não se circunscreve ao “ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica”, fundada nos domínios das ciências naturais e cujo modelo de racionalidade irá alcançar as emergentes ciências sociais, a partir dos séculos XVIII e XIX – mas, “nega” o caráter racional a todas as outras formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 1988: 47-48). Ao contrário desta direção, os pressupostos (epistêmicos) abraçados por este trabalho tem suas raízes no Iluminismo (com Montesquieu, Kant e Rousseau, dentre outros) e se ampliam a partir de uma rica e continua combinação de novas contribuições (de Hegel a Marx, da Escola de Frankfurt à Escola Inglesa dos Estudos Culturais, do construtivismo social à hermenêutica, dentre outras).

Portanto, o propósito aqui é contextualizar alguns dos desenvolvimentos intelectuais que julgamos mais representativos aos interesses desta pesquisa e, então, discutir os limites de uma tradição que se firma “dominante”, visando consubstanciar uma crítica à epistemologia dela resultante. Para efeito de síntese e acompanhando o entendimento de Boaventura de Souza Santos (1998), o que se toma aqui por “tradição dominante” poderia ser caracterizado por: um modelo de racionalidade moldado *pela* e *para* as ciências naturais, direcionado por um cientificismo instrumental, que privilegia os aspectos quantitativos dos fenômenos e persegue uma certa regularidade linear da natureza, com vista à possibilidade de prever um comportamento futuro (SANTOS, 1988: 50-51).

Oportuno sublinhar mais uma vez, antes de avançarmos, que nada há de errado, em si, com o modelo mais convencional de racionalidade que “preside à ciência moderna” (SANTOS, 1988: 48). Problematisa-se, aqui, sua adequação a uma reflexão mais ampla do campo de estudos que é objeto desta investigação: a comunicação política e sua vertente mais específica, da comunicação política comparada – face a necessidade de uma revisão crítica e atualização de algumas das premissas que informam a área, conforme já assinalado nos primeiros capítulos desta tese.

4.1.1. Dos clássicos à modernidade

“Conheça-te a si mesmo e conhecerás os deuses e o universo”

O aforismo, atribuído, não sem controvérsias, a Tales de Mileto é uma das máximas do pensamento grego pré-socrático. Com base nos relatos deixados por Pausânias, em *Description of Greece* (1961), supostamente ornou a entrada do Templo de Apolo, em Delfos, região central da Grécia, local sagrado para o qual afluíam pessoas em busca da palavra divina, proferida por sacerdotisas, há mais de 2500 anos – naquilo que é considerado o berço da civilização ocidental.

Se consensos são possíveis, um dos mais significativos que existe é aquele que diz que dos gregos herdamos quase tudo: da filosofia à literatura, da dramaturgia às artes em geral, numa miríade de expressões, ideias e conceitos que são a raiz remota não apenas das ciências, como as conhecemos hoje, mas da própria noção do conhecimento – da *gnosis*, em sentido *lato*, à *epistème*, em sentido *stricto* (que se aplica aquilo que é verdadeiro, em termos “científicos”), em oposição às crenças e as opiniões (*doxa*). Mesmo os termos centrais que norteiam esta pesquisa, comunicação (*communicare*, tornar comum) e democracia (*demokratia*, governo do povo) tem suas raízes etimológicas mais remotas ligadas aqueles povos e região geográfica do planeta. Portanto, sob as mais distintas perspectivas, a influência da cultura helenística é crucial para a trajetória do pensamento ocidental.

Porém, a hegemonia desta cosmovisão sofreu significativos reveses com a entrada em cena da modernidade. Os fundamentos da lógica aristotélica, já mesclados à razão tomista (que separa a filosofia da teologia, embora colocando aquela subordinada a esta) encontram um de seus mais fortes polos de resistência no método cartesiano, que passou a considerar falso tudo aquilo que pudesse ser posto em dúvida. Seu “*cogito, ergo sum*” sintetiza a ambição de suas meditações para encontrar a verdade, para além dos dogmas, e estabelecer o conhecimento em bases sólidas.

O pensamento cartesiano está consubstanciado em duas obras principais: *Discurso sobre o método*, de 1637; e *Meditações sobre filosofia primeira*, de 1641.

Em alguma medida, suas teses remontam a uma tradição grega pós-socrática, inaugurada por Pirro (318 a.C.-272 a.C.), cujo primado é o de que o homem não tem capacidade de atingir a certeza absoluta sobre uma verdade ou conhecimento específico.

O ceticismo, apesar de suas variadas escalas de concepção e desdobramentos subsequentes, tangencia a filosofia de Descartes, que “se utiliza da dúvida metódica na busca de proposições que resistam ao assalto cético” (ITUASSU, 2005). Ao instituir a dúvida como elemento central para a busca do conhecimento, o autor estabelece um preceito fundamental para a ciência: só existe aquilo que pode ser *provado*. A questão da evidência, que atravessa outras tradições de pensamento, configura-se de forma mais determinante, material e objetivamente, com as contribuições do francês.

Neste sentido, a obra de Descartes renuncia de forma terminativa aos procedimentos silogísticos da escolástica medieval, indo ao encontro de “um novo método para a filosofia que possibilite a invenção e a descoberta e não se restrinja à demonstração do já sabido”, de acordo com o que ensinam Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins (1986), em “*Filosofando: introdução à filosofia*”.

A importância de René Descartes (1596-1650) para a conformação de uma “epistemologia dominante”, todavia, não pode ser avaliada independentemente. Seu apuro intelectual é consequência de um conjunto monumental de referências pretéritas, que conformam os alicerces do que se entende por modernidade – e dos conhecimentos dela advindos, que se consagram universalmente.

A começar por Nicolau Copérnico (1473-1543), que promoveu uma das primeiras e mais importantes revoluções no conhecimento vigente, com sua tese heliocêntrica contrariando a visão hegemônica da terra como o centro do sistema solar – herdada de Aristóteles e Ptolomeu. Suas contribuições irão adquirir ainda mais relevância com Galileu Galilei (1564-1642), Johannes Kepler (1571-1630) e, depois, Isaac Newton (1643-1727), que aperfeiçoam a compreensão astronômica de sua época e, ato contínuo, refundam a ciência como era conhecida até então. Para além da importância das teses por estes autores defendidas, seus esforços são vitais para o estabelecimento de um liminar decisivo para a ciência moderna: a valorização do *método* como forma de pensar o mundo natural, a partir da *observação direta*, do *acúmulo de dados* e da realização de *experimentos*.

Nesta vertente, Francis Bacon (1561-1626), um dos artífices da Escola Britânica, é o expoente de outra tradição científica que confere ênfase ao papel dos sentidos e da experiência sensível para o processo do conhecimento. Ao lado de John Locke (1632-1704) e, adiante, David Hume (1711-1776) integra uma corrente de pensamento que se afirma como outro pilar da modernidade: o empirismo. Dele deriva um elemento inovador, o *método indutivo*, segundo o qual, a ciência começa pela *observação rigorosa e repetição sistemática* de experiências, a partir do que são obtidos *dados seguros* sobre os quais o conhecimento científico pode ser construído.

Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins (1986) assinalam a importância destas duas tendências opostas na modernidade: o racionalismo e o empirismo. Ambas, profundamente determinantes para a ciência como a conhecemos. “Os racionalistas confiam na capacidade humana de atingir verdades universais e eternas”, através da razão e dos métodos dedutivos; enquanto “os empiristas questionam o caráter absoluto da verdade, pois para estes o conhecimento parte de uma realidade em transformação constante, na qual tudo é relativo ao tempo, ao humano” (p. 176).

Embora longe de harmoniosos, os caminhos que se abrem para a ciência, a partir de então, adquirem aspectos constitutivos mais unificados e universais, ancorados em uma nova (e própria) linguagem, metódica e determinista, como propõe Marcelo Gomes Germano (2011), em “*Uma nova ciência para um novo senso comum*”. Seus predicativos subjacentes (como a gradual passagem de um “gabarito” *qualitativo* de percepção da realidade, para um *quantitativo*, mais valorizado) constituem um arcabouço essencial para a afirmação do desenvolvimento científico das novas gerações.

4.1.2. A era da crítica: os limites da razão e o cientificismo contemporâneo

“La vida personal, la expresión, el conocimiento y la historia avanzan oblicuamente, y no directamente, hacia fines o hacia conceptos. Lo que se busca demasiado deliberadamente, no se consigue”

Maurice Merleau-Ponty

É somente com a entrada em cena de Immanuel Kant (1724-1804), que irão se estabelecer novos patamares à questão do conhecimento – e, por extensão, à ciência. Em sua “*Crítica da Razão Pura*”, de 1781, o autor “defende a tese de que existem conhecimentos *a priori* e para além dos dados empíricos”, conforme Marcelo Gomes Germano (2011). Sua obra é um marco na filosofia moderna – e definida pelo próprio como uma “revolução copernicana” para a teoria do conhecimento.

Kant oferece uma resposta ao antagonismo presente nas proposições elaboradas pelos racionalistas, que são analíticas *a priori*, assim como aquelas elaboradas pelos empiristas, sintéticas *a posteriori*. Lançando mão de um juízo sintético, *a priori*, o filósofo prussiano desloca o sujeito da periferia do conhecimento para colocá-lo em seu lugar: o centro (tal como fizera séculos antes Copérnico, desafiando os cânones de sua época, ao defender que a Terra é que gira em torno do Sol, e não o contrário). Neste sentido, ao negar que o conhecimento deva ser regulado pelos objetos, mas sim que estes últimos é que devem ser regulados pelo conhecimento, inaugura um novo estágio para a epistemologia, de alcance incomensurável para as ciências. Como define Ituassu (2005), “Kant conseguiu retirar a filosofia do campo de batalha das metafísicas antagonistas. Conseguiu fazê-la entrar no ramo seguro da ciência. Ciência na subjetividade” (ITUASSU, 2005: 90).

A doutrina que Kant inaugura, denominada pelo próprio de “idealismo transcendental”, se funda na crença de que espaço e tempo são características meramente formais de como percebemos os objetos, não as coisas em si – que existem independentemente dos sujeitos ou de propriedades ou relações entre eles. Os objetos no espaço e no tempo são considerados pelo autor como “aparências” e, portanto, não nos permitem saber nada de substantivo sobre os mesmos em si. Os fenômenos da realidade objetiva, por serem incapazes de se mostrar aos homens exatamente tais como são, configuram-se tão somente como representações subjetivas, construídas pelas faculdades humanas de cognição (ROHLF, 2018).

A revisão crítica de Kant à razão moderna, tanto em termos de seus propósitos quanto de seus limites, trará impactos substantivos às ciências sociais em particular, mas também ao plano macro do pensamento e da filosofia (ITUASSU, 2005).

A partir do século XIX, o surgimento de novas e divergentes correntes teóricas vão ocupar a centralidade do debate científico do período: de um lado, os idealistas, com Friedrich Hegel (1770-1831) a frente, “que levaram às últimas consequências a capacidade que Kant atribuía à razão de impor formas *a priori* ao conteúdo dado pela experiência” (ARANHA; MARTINS, 1986: 182); de outro, os positivistas, que tem como um de seus artífices Auguste Comte (1798-1857), para quem, “a ciência (o saber positivo) é a forma mais adequada de conhecimento, daí ter reduzido o conhecimento à descrição dos fenômenos e a filosofia à mera síntese dos resultados das diversas ciências particulares” (ARANHA; MARTINS, 1986: 183).

Na sua origem, o positivismo de Auguste Comte é uma resposta radical ao transcendentalismo idealista alemão (de Immanuel Kant). Ao lado John Stuart Mill (1806-1873), com seu “*Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva*”, de 1843 (que firma as bases do raciocínio utilitarista aplicado às ciências naturais) e, mais adiante, com o desenvolvimento do funcionalismo por Émile Durkheim (1858-1917), o movimento advoga uma forma de uma compreensão de mundo limitada à experiência do sensível e aos fatos observáveis. Nega, portanto, o lugar da subjetividade à ciência e exalta o cientificismo como o único conhecimento possível e o método das ciências da natureza como o único válido, devendo, portanto, ser estendido a todos os campos de conhecimento e das atividades humanas.

Também é reflexo de uma época de profundas transformações, que tem como marco a afirmação da burguesia, em meio a um processo de crescente de urbanização e industrialização. Neste contexto, ciência e técnica se tornam aliadas, gerando desdobramentos que vão bem além do campo do conhecimento. Como recordam Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins (1986), o positivismo trazia consigo um projeto político, que pretendia colocar a gestão da sociedade nas mãos dos sábios e dos cientistas. E, ainda, empresta às ciências sociais uma moldura mais rígida, ao tomar emprestado os modelos da biologia para explicar a sociedade como um organismo coletivo, naquilo que Auguste Comte irá definir como “física social” (ARANHA; MARTINS, 1986: 188). No extremo, para os positivistas, o progresso da humanidade depende única e exclusivamente dos avanços científicos, único meio capaz de transformar a sociedade e o planeta de forma adequada.

Alexandre Magno Dias Silvino (2007) relativiza a influência que o positivismo exerce sobre a epistemologia contemporânea, sem deixar de considerar a sua importância. Baseia a discordância quanto a sua hegemonia (epistemologicamente falando) em três argumentos: o positivismo está circunscrito historicamente enquanto corrente filosófica; o sentido de investigação, fundamentalmente dedutivo, da ciência contemporânea constitui um rompimento com ele; e a classificação de positivismo adotada coloca, sob a mesma égide, disciplinas essencialmente distintas.

Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins (1986) igualmente ponderam que o positivismo se revela reducionista em sua gênese, ao propor a apologia da ciência em termos absolutos, negando qualquer outra forma de interpretação do real. Na mesma linha crítica, Paul Feyarabend (1989) condena a rigidez metodológica da corrente, que, por inflexível nos seus termos de análise dos fenômenos, sujeita-se a possibilidade de incompreensão das eventuais complexidades inerentes, paradoxalmente, deixando de garantir aquilo que persegue, isto é, uma intervenção objetiva, a partir da qual, as relações entre as variáveis possam ser consideradas verdadeiras.

4.1.3. A influência da “epistemologia dominante” na comunicação política e comparada

Com base nos argumentos apresentados até aqui, chega-se ao tópico principal desta seção: discutir alguns dos limites da “epistemologia dominante” no campo da comunicação política e de sua vertente comparada – já que, com o positivismo do século XVIII se estabelece um ciclo completo de variáveis teórico-conceituais, conformadoras de uma “ordem científica hegemônica” na contemporaneidade.

Segundo Boaventura de Souza Santos (1988), seus traços principais são: um modelo de racionalidade moldado *pela* e *para* as ciências naturais, orientado por uma lógica determinista, causal e formal, que consagra um cientificismo instrumental e mecanicista, privilegiando os aspectos quantitativos dos fenômenos e persegue uma certa regularidade linear da natureza, com vista à possibilidade de prever um comportamento futuro. Em seu conjunto, tais pressupostos denotam uma forma

convencional de refletir sobre os fenômenos (o que, em si, não configura um problema, conforme vem sendo ressaltado a todo o tempo nesta tese) e alcançam o campo da comunicação política, bem como a sua vertente comparada (áreas em que se concentra este estudo e razão pela qual foi proposta esta abordagem epistemológica).

De forma que esta ponderação faça sentido, caberia, antes de mais nada, indagar se existe algo como um “paradigma dominante” no campo da comunicação política. Philipp Henn, Olaf Jandura e Gerhard Vowe (2015) sustentam que sim, embora sua evidência não seja tão clara “uma vez que o termo comunicação política é geralmente vago na literatura relevante”. Além disso, segundo eles, dado o “embasamento conceitual”, dificuldades com a “definição precisa dos vários termos e seus relacionamentos”, a existência de “relativamente poucos meta-estudos ou visões gerais que considerem o campo de pesquisa como um todo”, sua “reconstrução não é fácil” (HENN; JANDURA; VOWE, 2015: 11).

Mais do que reconhecer a existência de um paradigma em que se apoia o campo, Jay Blumler e Stephen Coleman (2017) alertam que há uma grande questão com a qual a maioria dos estudiosos da comunicação política provavelmente concordaria hoje: “o objeto fundamental de sua atenção analítica está em desuso e, possivelmente, passa por uma mudança paradigmática” (BLUMLER; COLEMAN, 2017: 8).

A preocupação não é recente. As discussões entabuladas na coletânea organizada por Kees Brants e Katrin Voltmer (2011), “*Political communication in postmodern democracy: challenging the primacy of politics*”, apontam para a necessidade de um *repensar* a comunicação política, face uma era de democracia pós-moderna, em que a política vem sendo testada de todas as formas. Na introdução da obra, as autoras dão relevo à atmosfera de incertezas, em meio às rápidas mudanças, que conferem ao campo da comunicação política ares de uma “Babel contemporânea” (BRANTS; VOLTMER, 2011: 1). Neste sentido, defendem um outro tipo de abordagem para a área de estudos, dado o contexto de maior midiatização e de descentralização das práticas de comunicação política. Contexto que exige perspectivas de análise mais “interdependentes” e, consoante aos dizeres de Jay Blumler (2011), que prefacia o livro, maior clamor por um “empirismo holístico” (BLUMLER, 2011: ix).

Nas críticas que se seguem, esta tese está em linha, ainda, com a urgência apontada por Kevin Barnhurst (2011) de um “reexame da comunicação na interseção entre mídia e política”, tendo em vista que “a teoria da comunicação política passou a confiar em metáforas funcionais” e na “ênfase no método” como “legado do estruturalismo”. O autor é enfático ao condenar o quanto a comunicação política “permaneceu cautelosa no método e na teoria, por meio de suas firmes tradições e horizontes, gerando poucas novas ideias e tornando inerte o drama que está acontecendo no mundo de hoje” (BARNHURST, 2011: 573-574). Trata-se de mais um autor, cujas observações reforçam a premência por uma revisão do campo.

Para referendar esta ótica, nas seções que se seguem serão localizados elementos daquilo que está se tomando, aqui, por “epistemologia dominante” e que permeiam diversos trabalhos com foco na relação entre a comunicação e a política, assim como em sua vertente comparada (dentre aqueles já visitados nos capítulos precedentes deste trabalho). Visando uma melhor sistematização do raciocínio, os apontamentos estarão concentrados em torno de três dimensões principais, que conformam a “epistemologia dominante” anteriormente destacada: o determinismo causal das relações, a normatividade dos parâmetros que orientam as análises e a objetividade como critério definidor das formas e dos conteúdos constitutivos das investigações – aspectos em que o alinhamento do campo de estudos da comunicação política com a epistemologia tradicional aparece com mais nitidez.

4.1.3.1. O determinismo e a lógica causal da comunicação política e comparada

Primeiramente, no que diz respeito ao caráter determinístico das relações, em geral se estabelece uma hierarquia formal entre os dois principais campos constitutivos da comunicação política: em um primeiro momento, da política sobre a comunicação (por exemplo, SIEBERT; PETERSON; SCHRAMM, 1956; HALLIN; MANCINI, 2004); e, em um momento posterior, de inversão destes termos, com a mídia passando a exercer uma maior influência sobre a política, traduzida por noções como “*media politics*” (ARTERTON, 1984); “*an age of press-politics*” (KALB, 1992); “*mediated politics*” (BENNETT; ENTMAN 1995); “*mediatization*” (MAZZOLENI; SCHULZ, 1999), “*media logic*” (ALTHEIDE, 2004), dentre

algumas variações, o que leva Douglas McLeod, Gerald Kosiscki e Jack McLeod (1994), em termos mais conclusivos para o debate, a afirmarem que “o centro do novo sistema político parece ser a mídia” (apud BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 3).

Semelhante determinismo também pode ser percebido quanto a concepção sistêmica dos níveis analíticos que estruturam o campo: o *macro*, que diz respeito à cultura; o *meso*, que diz respeito às formas de organização e institucionalização; e o *micro*, que diz respeito à relação dos atores (BLUMLER; GUREVITCH, 1995) – convencionalmente aceitos e organizados, de cima para baixo, segundo uma ordem de abrangência e relevância, isto é, do cultural para o organizacional e deste para os agentes. Por hipótese, com o mais amplo estabelecendo o subsequente – embora haja alguma discussão se o processo de dá efetivamente de forma linear e regular, admitindo-se níveis de interdependência variáveis entre as instâncias – ou “redes de mútua dependência” (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 14).

Desdobrada desta relação estrutural, a articulação entre os próprios atores, preferencialmente horizontal quando os agentes são políticos e midiáticos e, vertical, destes primeiros, em relação ao público (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 12-13). Não sem surpresa, o modelo encerra um raciocínio funcionalista, pautado por uma *lógica de causa e efeito* que, com frequência, relativiza excessivamente as complexidades das relações entre as partes – o que, por suposição, não deveria se restringir apenas a critérios objetivos, tendo em vista a natureza inerentemente subjetiva dos agentes que atuam nas estruturas. Nesta formulação, há ainda traços de um certo “dogmatismo” em relação à mídia e à política que pouco se percebe quanto ao público (quase sempre acessório aqueles primeiros). Trata-se de semelhante percepção sustentada por Pippa Norris (2000), em “*The virtual circles: political communications in postindustrial societies*”, quando discute a função das notícias no ambiente democrático, com base na noção schumpteriana de democracia:

As a civic forum, it is widely assumed that the news media should function at the most general level as a conduit providing the government and the governed with opportunities to communicate effectively with each other. In this regard, the news media provide an essential linkage connecting horizontally between political actors and vertically between these actors and the electorate (NORRIS, 2000: 26).

Em posição divergente a tais tendências, Kevin Barnhurst (2011) argumenta que uma maneira de estabelecer novos fundamentos às discussões do campo da comunicação política “é descentralizar o paradigma do funcionalismo – uma visão que se concentra em como os processos de comunicação têm efeitos sobre a política e vice-versa” produzindo resultados de pesquisa úteis dentro das relações de poder existentes da política (e da pesquisa) mas eliminando “questões éticas sobre quem colocará os resultados em prática e para quais fins”, contribuindo, assim, para a aceitação e reforço do *status quo* (BARNHURST, 2011: 574).

Tendo em vista a natureza dos limites (como o determinismo) que a “epistemologia dominante” coloca ao campo de investigações da comunicação política e comparada, esta pesquisa entende a necessidade de um modelo de análise que possibilite aprofundar o entendimento das práticas da comunicação política, dentro de contextos sistêmicos, indo além das deduções decorrentes das análises dos níveis “*macro*” e “*meso*”. Neste sentido, a necessidade de aprofundar o “diálogo” com outras tradições de pensamento, acerca das quais, aspectos como a normatividade de parâmetros analíticos podem ter peso diferente daquele observado na literatura convencional da área. É do que trata a próxima subseção deste capítulo.

4.1.3.2. A normatividade dos parâmetros que orientam as análises

Outro tipo de percepção que se forma ao revisar a literatura da comunicação política (e também sua vertente comparada) é a rígida normatividade dos parâmetros que orientam as análises (entendendo-se, aqui, a noção de normatividade em sentido amplo, como *juízo de valor*). Muitas vezes fundados em premissas apriorísticas, frequentemente tomados “emprestados” de outros campos científicos que já carregam suas próprias idiossincrasias, os critérios que balizam as discussões da relação entre a comunicação e a política evidenciam, em alguma medida, outros traços da influência da “epistemologia dominante” no campo de estudos aqui em exame.

Como ensina Boaventura de Souza Santos (1988) “a natureza teórica do conhecimento científico decorre de pressupostos epistemológicos e regras metodológicas”. Trata-se de um “conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz

de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos” (SANTOS, 1988: 50-51). Nesta linha, conforme o que já foi visto no primeiro capítulo desta tese, o campo da comunicação política, como área de conhecimento científico se estabelece a partir da segunda metade do século 20, de acordo com Dan Nimmo e Keith Sanders (1981), autores do primeiro “*Handbook of political communication*”. É somente a partir desta origem (recente), que se organiza como disciplina acadêmica, porém, recorrendo a (e validando) premissas teóricas e conceituais de outros ramos da ciência social mais consolidados (e antigos).

Lynda Lee Kaid (2004), em seu “*Handbook of political communication research*” identifica uma lógica de apropriações semelhante para a área. Segundo a autora, embora a comunicação política possa traçar suas raízes até os primeiros estudos clássicos de Aristóteles e Platão, desde um ponto de vista teórico e normativo, “a pesquisa em comunicação política moderna é um campo de estudo interdisciplinar, baseado em *conceitos* de comunicação, ciência política, jornalismo, sociologia, psicologia, história, retórica e outros campos” (KAID, 2004: xiii).

De uma perspectiva mais recente (e crítica), Jay Blumler (2011) localiza a comunicação política como um “sub-campo” excepcionalmente rico, complexo, fluido e importante entre aqueles que povoam o campo geral dos estudos de comunicação. Porém, o catedrático autor adverte para o fato de que “seus analistas nem sempre fazem justiça a estas características – seja concentrando-se discretamente em detalhes isolados ou se esforçando para compreender tudo [a amplitude e complexidade do campo] em uma única grande teoria” (BLUMLER, 2011: ix). E reconhece que, para o bem e para o mal, “a *comunicação política é inevitavelmente um domínio normativo*, intimamente envolvido na realização (ou na falha da realização) de processos coletivamente autodeterminantes de cidadania e democracia” (idem).

A normatividade dos parâmetros que orientam as análises na comunicação política e em sua vertente comparada é, com alguma frequência discutida, embora os avanços alcançados muitas vezes redundem em reforço ao já estabelecido [em termos das normas vigentes] ou em novas normatividades. É, por exemplo, o que se dá em torno do debate da “americanização” da literatura (NEGRINE; PAPA-

THANASSOPOULOS, 1996; MANCINI; SWANSON, 1996; HALLIN; MANCINI, 2004a) que assinala a “contaminação” das pesquisas por premissas extrapoladas do contexto norte-americano para outras realidades regionais, o que implica a necessidade de formulação e adoção de conceitos mais amplos – como globalização e modernização – levando as reflexões para outros horizontes de problematização.

De forma em comum, o dilema se aplica a outros domínios temáticos e conceituais que estão incorporados mais diretamente a esta pesquisa. Noções como “mídia” e “democracia” são tomadas, com regularidade, a partir de um conjunto de referências pré-estabelecidas. E, embora possam ser compreendidas a partir dos enquadramentos convencionalmente aceitos, há contextos em que, sem uma devida relativização, passam a operar como *instâncias reificadoras* de visões de mundo dominantes. É, por exemplo, a reflexão que se faz sobre a importância da mídia para a política, a partir da dimensão do jornalismo (ou das notícias – as “*news media*”), como domínio mais representativo das práticas de comunicação política – dada a proximidade histórica da atividade do jornalismo com o ambiente da política (HALLIN; MANCINI, 2004). Sob tal perspectiva, é o caráter institucional de determinadas instâncias do ambiente midiático – como a televisão, o rádio e os jornais e revistas – que explicaria sua primazia nos domínios da política (COOK, 2005; 2006; AABERT; CURRAN, 2010; 2011; HJARVARD, 2013). Tais reduções são, muitas vezes, limitadoras para um efetivo entendimento dos fenômenos pesquisados, levando a resultados parciais e reforço de ortodoxias.

O mesmo pode ser ponderado, no que diz a sempre problemática noção de democracia (conforme já sublinhado no primeiro capítulo deste estudo: irremediavelmente complexa, pois em permanente transformação). Há uma debatida tendência da literatura quanto a sua instrumentalização, como ideal a ser alcançado. O enquadramento se apoia em um conjunto de pressupostos pouco questionados – oriundos de uma tradição que se assentou por vias históricas, mas também geográficas, tendo como eixo o Hemisfério Norte. Na conjuntura da presente pesquisa, por exemplo, pretender extrair conclusões a respeito da relação entre mídia e democracia na América Latina, considerando referências exógenas à tão diversificada, recente e inacabada trajetória das democracias da região parece destinado a erro.

Como chama a atenção Jan Zielonka (2015):

The fact that the established democracies also fall short of some normative ideals is often ignored, not only by international ranking institutions, but also the citizens in new democracies who are aspiring to perfect, if not idyllic, democratic values (ZIELONKA, 2015: 5).

As implicações da normatividade (ou, ao menos o seu caráter excessivo) nos domínios da comunicação política tem consequências ainda mais problemáticas nas pesquisas comparadas. Nestas, soma-se um elemento etnocêntrico ainda mais perturbador. Em trabalho pioneiro de comparação dos sistemas de mídia no mundo do pós II Guerra Mundial, Fred Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm (1956) conceberam “modelos” não apenas antagônicos, separando as sociedades liberais das socialistas, à época, como promoveram deliberadamente um em detrimento de outro. O argumento sobreviveu a outras gerações de analistas (HALLIN; MANCINI, 2004) que, a despeito de todas as relativizações úteis e necessárias, produziram novos modelos, a partir de suas próprias idiossincrasias normativas.

O quadro de evidências do problema normativo é extenso e seria inadequado para esta etapa do estudo. O objetivo, aqui, é somente identificar alguns aspectos que demonstrem a influência de uma “epistemologia dominante” na comunicação política e comparada. Não nos parece frutífero (ou factível) pretender desmontar todas as “armadilhas” da normatividade. Em seção subsequente, de proposição de um “modelo” próprio de análise para a comunicação política na América Latina, confiamos que o recurso a uma epistemologia mais crítica minimizará os impactos de uma reflexão comprometida com juízos de valor *a priori* e acríticos.

4.1.3.3. A objetividade como critério definidor de formas e conteúdos constitutivos das investigações

A objetividade é outro elemento recorrente do campo de estudos aqui em análise. Dialogando com uma epistemologia científica tradicional, que sistematiza em busca das ideias mais simples e claras, assentada numa lógica de redução das complexidades, por meio do rigor das medições e da premissa que “conhecer significa quantificar” (SANTOS, 1988: 50), a comunicação política faz da objetividade um critério primordial para formas e conteúdos sob sua investigação.

Alberto Cupani (1989) aprofunda o problema com mais clareza:

Existe uma concepção tradicional da Ciência, sedimentada nos Manuais de Metodologia Científica e assumida irrefletidamente, creio, pela maioria dos cientistas (particularmente, os naturais), segundo a qual a Ciência constitui um saber “objetivo” em sentido etimológico, vale dizer, um saber que corresponde ao que o objeto pesquisado efetivamente é (CUPANI, 1989: 1).

Trata-se do primado da “verdade por correspondência”, que consiste numa das três vertentes críticas à “epistemologia moderna” e, segundo Arthur Ituassu (2008), problematiza (1) o sujeito, isento, imparcial; (2) o objeto, que poderia “existir” sem o contexto, sem a “interpretação”; e (3) o conceito de signo, que pressupõe a relação de verdade que se estabelece (“verdade por correspondência”) entre o sujeito e o objeto na interpretação da realidade (ITUASSU, 2008: 48).

A orientação para a objetividade no campo da comunicação política possui um apelo irresistível. Seja pela conformação das ordens de grandeza de suas estruturas constitutivas (*macro, meso, micro*), já apontadas; seja pelo entendimento geométrico da relação entre os atores (horizontais e verticais); ou, ainda, pelo viés mecanicista com que as práticas do processo de comunicação política são enquadradas. A lógica transmissional que continua preponderando nas pesquisas sobre os “*media effects*”, por exemplo, é uma linha de abordagem recorrente, a despeito das reiteradas revisões a que o paradigma vem sendo submetido ao longo dos anos (JAMIESON, 2017).

Como pondera Kevin Barnhurst (2011) “a comunicação política pode[ria] se renovar aprofundando a teoria existente e mudar a velha racionalidade dos *efeitos* para uma nova sensibilidade de como a mídia *afeta* os indivíduos” (BARNHURST, 2011: 573) ⁴. Este recorte, no entanto, implicaria lidar uma crença consolidada (e não apenas nas ciências) de que o valor das coisas está no mensurável, no tangível, no quantificável, ou seja, em tudo aquilo que é reduzível a uma escala de padrões.

Sobram evidências acerca do “primado da objetividade” nos estudos em questão. Em particular, com a entrada em cena das tecnologias digitais – e a enorme escala de produção e circulação de mensagens desta ordem – há uma profusão de

⁴ No original: “Political communication can renew itself by deepening existing theory and shifting from old effects rationality to a new “media affect” sensibility”.

pesquisas voltadas à explicar os sentidos por trás da “avalanche” de dados com que as chamadas TIC’s “invadem” o cotidiano da política contemporânea (GUO; MCCOMBS, 2015; GUO; VARGO, 2015; VARGO; GUO; AMAZEEN, 2018).

Também na vertente comparada, no que diz respeito às formas de análise, há inúmeras pesquisas que empregam e endossam ferramentas de análise acessórias como recursos para a equiparação ou distinção de conjunturas regionais ou nacionais. Instrumentos que se valem de seus próprios métodos de coleta e critérios de aferição de dados para reportar aspectos tão diversos como: “liberdade de imprensa” (*Freedom House*), “concentração de mídia” (*Repórteres sem Fronteiras*) e “vitalidade da democracia” (*Latinobarómetro*), dentre outras incontáveis possibilidades.

Para nenhuma das perspectivas aqui levantadas caberia uma crítica em particular, que esvazie a utilidade e aplicabilidade dos elementos teóricos, conceituais e metodológicos destacados. Como já se ressaltou em mais de uma ocasião, ao longo deste percurso revisional, não pretendemos estabelecer um juízo de valor sobre os fundamentos das tradições epistemológicas em si mesmas. O que se vislumbra é uma reflexão acerca da influência de uma “epistemologia dominante” na área da comunicação política e comparada, à falta de diversidade do campo, finalmente, a sua adequação às finalidades perseguidas por esta pesquisa. Neste sentido, o trabalho está em desalinho com as diretrizes deterministas, normativas e objetivas que se estabelecem como quadro de referência preponderante à ciência contemporânea – e, por extensão, aos estudos de comunicação e política e de sua vertente comparada. É, portanto, a partir de outro percurso, mais crítico e heterodoxo, que serão desenvolvidos os esforços de proposição de uma epistemologia de análise para a comunicação política na América Latina, objetivo da seção que se segue.

4.2. Uma epistemologia crítica para a comunicação política comparada

O objetivo desta seção é – à luz das críticas formuladas à “epistemologia dominante” e à sua influência sobre o campo da comunicação política, bem como de sua vertente comparada – apresentar os argumentos teóricos e conceituais que conformam o modelo de análise proposto para esta pesquisa, com vistas a possibilitar a compreensão das práticas de comunicação política na América Latina, em perspectiva comparada.

O desenvolvimento do argumento obedecerá a duas etapas: uma primeira, em que serão expostas as perspectivas analíticas que suportam o modelo metodológico pretendido; e, uma segunda, em que se defende os avanços que o enquadramento analítico comporta, além da pertinência prática de sua proposição.

4.2.1. A crítica à razão moderna

Como já indicado neste capítulo, a perspectiva epistemológica que assumimos é aquela associada a uma vertente teórica de orientação mais crítica, que se contrapõe à teoria tradicional, de matriz cartesiana. Sua característica mais representativa é a proposta de refletir criticamente sobre a sociedade e a cultura, a partir de um conjunto de conhecimentos oriundos das e aplicados às ciências sociais e humanas.

Naturalmente, tal tradição não se estabelece independentemente, mas como desdobramento de uma série de empreendimentos intelectuais de enfrentamento às premissas básicas da filosofia racionalista-empirista (base da ciência moderna) e tem suas origens mais remotas relacionadas ao Iluminismo, com Montesquieu, Kant e Rousseau. Sua razão deriva da compreensão da necessidade de emancipação do homem e da reorganização do mundo humano por meio do conhecimento.

Mas, que conhecimento? Para Kant, não aquele circunscrito ao território de uma “razão pura” ou produto exclusivo dos “domínios dos sentidos”. O filósofo alemão inaugura a vertente do “criticismo” propondo que “o conhecimento é *constituído* de algo que recebemos de fora, da experiência (*a posteriori*) e algo que já existe em nós mesmos (*a priori*) e, portanto, anterior a qualquer experiência”, conforme descrevem Maria Lucia Aranha e Maria Helena Martins (1986).

Em linha com o que já destacado em seção anterior, o pensamento kantiano ocupa um papel central no plano epistemológico, ao promover uma guinada filosófica à discussão metafísica. Desde então, a preocupação com os objetos é deslocada para o questionamento do próprio sujeito e suas possibilidades de conhecimento – tendo em vista o entendimento de que o homem é incapaz de conhecer tudo.

O idealismo transcendental do contributo kantiano dá lugar a uma longa linhagem de pensadores que se colocam à margem de uma forma de pensar a realidade objetiva como algo em si mesmo, mas sim como *representações subjetivas* construídas pelas faculdades humanas de cognição. Neste entorno, partilham alguns denominadores comuns, de Hegel a Marx, da Escola de Frankfurt à Escola Inglesa dos Estudos Culturais, do construtivismo social à hermenêutica, dentre outros.

Arthur Ituassu (2005) destaca que o papel de Kant, em termos históricos, foi o de ampliar as possibilidades da razão, retirar da ciência (e da filosofia) o peso do empirismo radical (baconiano, por exemplo) e “gerar a possibilidade de a subjetividade ser não só objeto de estudo como também base para projetos de transformação. Afinal, depois de Kant, toda aproximação é normativa” (ITUASSU, 2005: 93).

Para a vertente crítica assinalada nos parágrafos anteriores, os limites da ciência tradicional repousam no seu entendimento determinista, orientada por uma lógica positivista e com ênfase na objetividade da investigação dos fenômenos (sejam os naturais, sejam os sociais), que esvaziam a dimensão da crítica, dado terem suas validades ancoradas em si mesmas, por operarem metodologicamente a partir de uma suposta neutralidade axiológica. Ao “romperem” com tal tradição, os “críticos” desviam-se para caminhos cognitivos tão dispares quanto as perspectivas históricas, o pragmatismo, a fenomenologia (em suas diversas vertentes) e até mesmo aqueles mais céticos à racionalidade (que integram uma variedade de correntes pós-modernas). No seu conjunto, aludem a uma crise da razão, com base na forma pela qual a racionalidade foi instituída pela tradição moderna.

Desta universalidade de posições que se estabeleceram no campo da filosofia, da ciência e de outros domínios do conhecimento (afinal, com a emergência da contemporaneidade as ramificações do debate em torno da “verdade” alcançaram novos limites), a partir das críticas à razão moderna, algumas são de interesse mais

particular para esta pesquisa. Tendo em vista a proposição de um modelo de investigação comparado de comunicação política, com vista à análise da relação entre mídia e democracia na América Latina, que ultrapasse os limites paradigmáticos assumidos pela área de estudos em questão, as perspectivas epistemológicas aqui defendidas são determinantes para a sustentação dos (nossos) argumentos.

4.2.1.1. A teoria crítica

O que falta para estes cavalheiros é a dialética. Eles simplesmente olham aqui a causa e ali o efeito. Esta é abstração vazia e estas oposições polares metafísicas só existem no mundo real durante crises quando todo o vasto processo na forma de interação (embora por forças muito desiguais, com o movimento econômico sendo, de longe, o mais poderoso, inicial e mais decisivo) é aqui muito mais relativo e nada absoluto (isto, eles nunca enxergaram). Hegel nunca existiu para eles. (F. Engels - carta para Joseph Bloch - 21-22 de Setembro de 1890)

Em seus termos mais amplos, a Teoria Crítica é o ponto de partida deste recorte epistemológico. Como localiza Raymond Geuss (1981), a ideia de uma teoria crítica deriva dos postulados propostos pelo pensamento marxista, no campo filosófico, mas também das noções trazidas por Sigmund Freud, desde o campo da psicanálise. Alcança Jürgen Habermas e um grupo de filósofos alemães (Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, dentre outros) que apresentam suas propostas como uma forma radicalmente nova de conhecimento, pois, diferente das ciências naturais, essencialmente “reflexivo” – já que orientado tanto para a iluminação de interesses verdadeiros quanto de emancipação de formas frequentemente insuspeitas de coerção externa e interna.

Uma forma de abordagem científica que não se restringe a descrever e explicar os fenômenos sociais, mas também os critica, na medida em que está voltada, principalmente, a entender a cultura como elemento de transformação da sociedade. Neste sentido, a Teoria Crítica utiliza-se de pressupostos do marxismo (sobretudo, a interpretação materialista da História) para explicar o funcionamento da sociedade e a formação de classes e, reforçando seu caráter multidisciplinar, da psicanálise para explicar a formação do indivíduo, enquanto elemento que compõe o corpo social.

Em termos mais específicos, como define a “*Enciclopédia Britânica*” (2015):

[A] Teoria Crítica, [é um] movimento marxista, inspirado na filosofia social e política, originalmente associada ao trabalho da escola de Frankfurt. Baseando-se particularmente no pensamento de Karl Marx e Sigmund Freud, os teóricos críticos sustentam que um objetivo primário da filosofia é compreender e ajudar a superar as estruturas sociais através das quais as pessoas são dominadas e oprimidas. Acreditando que a ciência, como outras formas de conhecimento, tem sido usada como instrumento de opressão, advertem contra uma fé cega no progresso científico, argumentando que o conhecimento científico não deve ser perseguido como um fim em si mesmo sem referência ao objetivo da emancipação humana. Desde os anos 1970, a teoria crítica tem sido imensamente influente no estudo da história, do direito, da literatura e das ciências sociais (op. cit s/n).

De fato, as teses da escola alemã se expandiram para diversos domínios científicos: da comunicação social à economia, da filosofia à antropologia, da psicologia à psicanálise, da história à sociologia. Tem uma forte presença no contexto latino americano, como fundamento para as críticas ao paradigma desenvolvimentista e às questões relacionadas ao imperialismo cultural, em estreita aproximação com as discussões entabuladas pelo campo da Economia Política da Comunicação.

Segundo Armand e Michele Mattelart (2014), a Teoria Crítica teve influência significativa nos debates em torno dos desequilíbrios dos fluxos de informação e produtos culturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no que se convencionou chamar de “teorias da dependência”, nos anos 70.

Sua relação com o campo da comunicação política, porém, é mais residual. Não são muitos os autores que se apoiam nos seus postulados para empreender uma linha de reflexão significativa. Talvez, o mais representativo deles seja Jürgen Habermas (1996; 2003; 2012), sobretudo, na fase inicial de sua obra. Richard Lanigan e Rudolf Strobl (1981), no passado, ponderaram sobre a viabilidade teórica da Teoria Crítica para o campo da comunicação política, no primeiro “*handbook*” de comunicação política publicado por Dan Nimmo e Keith Sanders (1981). Dentre outros eventuais herdeiros da mesma tradição, com foco na pesquisa sobre América Latina, embora localizados em campos distintos, estão Guilhem O'Donnell (2011), na política, e Néstor García Canclini (1997;1998), na antropologia.

Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004) discutem a contribuição da Teoria Crítica – sobretudo, em seus aspectos de redefinição do conceito de espaço público, que nos anos 90 assume a forma de um modelo discursivo. Argumentam sobre a influência da “escola” para as teorias de transição democráticas, que ocuparam relevo no debate acadêmico latino americano, no último quarto de século XX. Porém, relativizam sua pertinência, condenando “a metáfora espacial que sugere, equivocadamente, a existência de uma localização específica na topografia social” (AVRITZER; COSTA, 2004: 722), conforme herança da tradição crítica.

Para os autores, “a [atual noção de] esfera pública diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difuso no qual se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social” (AVRITZER; COSTA, 2004: 722). Neste sentido, em aproximação com o campo de estudos da comunicação política, consideram que o contexto comunicativo “constitui uma arena privilegiada para a observação da maneira como as transformações sociais se processam, o poder político se reconfigura e os novos atores sociais conquistam relevância na política contemporânea” (AVRITZER; COSTA, 2004: 722).

Sem embargo, a Teoria Crítica perdeu considerável apelo no âmbito científico, por deixar de oferecer um indicativo mais claro para a ação política após a crítica. Além disso, pelo caráter “tardio” de suas proposições emancipatórias, pela sua acentuada utilização político-acadêmica, pela indevida homogeneidade doutrinária com que foi enquadrada, pelas revisões constantes sofridas por seus postulados, ou, até mesmo pela deliberada recusa de alguns de seus colaboradores em engajarem-se de forma mais ativa naquilo que pregavam, os desgastes foram inevitáveis.

No entanto, ainda é um recurso teórico útil, no que diz respeito a razão crítica mais específica que persegue, como definem Ricardo Terra e Luiz Repa (2011):

a constante busca de atualizar o diagnóstico de época segundo as exigências de apreender os potenciais emancipatórios inscritos na realidade das sociedades capitalistas contemporâneas e, simultaneamente, identificar os obstáculos ao desenvolvimento desses potenciais (TERRA; REPA, 2011: 245).

Neste sentido, ainda acompanhando o raciocínio dos autores supracitados, os esforços de atualização constante da Teoria Crítica, “que frequentemente se realiza por meio de críticas severas entre os seus representantes”, são “condição mesma da sua unidade e da sua continuidade” (TERRA; REPA, 2011: 246). Assim, tendo em vista o propósito de refletir sobre a comunicação política no contexto latino americano alternativamente aos modelos deterministas, normativos e com ênfase na objetividade, que encerram a tradição da área, a Teoria Crítica, ao menos em termos da essência dos seus postulados, é um componente analítico presente nesta pesquisa.

4.2.1.2. O construtivismo (social)

Paralelamente, este trabalho dialoga também, em sentido mais estrito, com outra vertente crítica (em contraponto à teoria tradicional, de matriz cartesiana, naquilo que vem sendo denominado aqui de “epistemologia dominante”), que é o construtivismo. Gustavo Castanõn (2015) pondera sobre a variedade de acepções e divergências conceituais comportadas pela perspectiva, mas, liga suas raízes epistemológicas ao pensamento de Immanuel Kant, no sentido da inversão da relação entre sujeito e objeto do conhecimento, que o autor alemão promove ainda no século XVIII, origem de toda uma discussão crítica à razão moderna (conforme já assinalado neste texto).

Em suas reflexões, Castanõn problematiza o uso elástico (muitas vezes, indiscriminado) do termo, em diversos campos científicos, o que gera, segundo o autor, debates, controvérsias e incertezas. Neste sentido, entende que os denominadores comuns de todas as alegações de construtivismo estão situados na questão da “fonte do conhecimento”. Seus postulantes rejeitam o objetivismo de matiz empirista e sugerem a adoção do sentido kantiano da metáfora da construção. Tal posicionamento leva o autor a uma definição formal: “Podemos definir positivamente construtivismo como a tese epistemológica que defende o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento” (CASTANÕN, 2015: 209).

O problema deste enquadramento, como irá reconhecer Gustavo Castanõn (2005) é que a concepção fica mais adstrita aos domínios da psicologia e da pedagogia. E esta aceção tem relação mais afim com a contribuição de Jean Piaget (1896-1980), que introduziu o termo no século XX (com a publicação de “*Logique et connaissance scientifique*”, em 1967). Outras derivações da corrente, como o socioconstrutivismo, o construtivismo lógico, o construtivismo radical e o construtivismo social escapariam ao sentido original da tradição filosófica, segundo o autor, por dissolverem o sujeito epistêmico da relação com o conhecimento (CASTANÕN, 2005: 36).

Para evitar incorrer em desvio teórico que alongue demasiadamente o objetivo desta subseção (que é apontar as vertentes teóricas e conceituais que suportam o modelo de análise a ser desenvolvido adiante), a noção de construtivismo a ser tomada aqui é em um sentido amplo. Assim, parte-se da premissa básica de que o conhecimento é uma construção por parte de um sujeito ativo, que se constitui através de suas interações com o mundo, ao mesmo tempo que constrói conhecimento sobre o mundo e sobre si próprio. Neste processo dialético, a interação do sujeito com as estruturas que o cercam é sempre (e em todos os níveis) transformadora.

Como desdobramento desta perspectiva, o construtivismo social assume que a realidade é construída socialmente, esvaziando a centralidade do sujeito na construção do conhecimento (em favor de um maior realismo ontológico). Desloca, neste sentido, a importância da origem do conhecimento para as representações sociais da realidade, o que aproxima seus signatários de um certo relativismo pós-moderno. No que tange a esta pesquisa, a angulação proposta pela corrente é oportuna, tendo em vista a localização dos fenômenos aqui sob investigação, que são de natureza social (a comunicação e a política). Não convém, entretanto, seguir adiante sem ao menos uma breve ponderação sobre a contenda epistemológica que cerca o construtivismo.

Quem presta auxílio a esta discussão é, ainda, Gustavo Castanõn (2015), para quem a grande celeuma entre as variantes do construtivismo encontra-se na compreensão do verbo ‘construir’, que tem origem no verbo latino *struere*, que significa organizar, dar estrutura. Assim, para o autor, desde sua origem, a palavra ‘construir’ “assume implicitamente a existência de um sujeito que organiza”. Difere, portanto, do emprego do verbo ‘formar’, ou quando se compara as noções de ‘construção’ e

‘formação’. E cita como exemplo dois elementos emblemáticos da topografia carioca: o Pão de Açúcar, que foi ‘formado’ e o Cristo Redentor, que foi ‘construído’. Neste sentido, “uma estrutura que se forma, não pressupõe um sujeito que a organiza. Uma estrutura construída pressupõe a atividade de um sujeito” (CASTANÕN, 2015: 231).

O autor cita Joseph Rychlak (1999), filósofo da psicologia contemporânea, adepto do construtivismo, para observar que é o uso do termo indiscriminado do termo, empregue nos dois sentidos anteriormente destacados, que gera confusão nas discussões teóricas. Joseph Rychlak (1999) aceita apenas o sentido alinhado à tradição kantiana e piagetiana, para a qual (considerando Piaget), construção indica o processo de criação mental de algo, incluindo conceitos, interpretações, deduções e análises – aceção do termo que pressupõe a existência de um sujeito ativo e construtor de suas cognições. É outra a direção, conforme Joseph Rychlak (1999) aquela dos que assumem a construção como o processo de associação de partes separadas para a formação de algo. Esse processo dispensa a presença de um sujeito que constrói, sentido no qual o termo é usado pelo construtivismo social (CASTANÕN, 2015: 231).

A reflexão comporta ainda outros desdobramentos, críticas e cisões de parte a parte. O que cabe reforçar aqui, no entanto, é o sentido mais usual da adoção da perspectiva construtivista para a pesquisa sobre a comunicação política na América Latina.

Ao contrário de entendê-la (a comunicação política) como reflexo de uma tradição dominante no campo, que percebe os fenômenos a partir de uma lógica causal, consoante uma racionalidade determinista, normativa e com ênfase na objetividade (o que, segundo temos sublinhado, em termos críticos, conforma suas possibilidades de interpretação dentro de uma rígida formalidade), esta tese entende o fenômeno da discussão aqui proposta, a comunicação política, como um processo em contínua elaboração – sempre sujeito à mudanças. Neste sentido, enfatiza o interesse pela comunicação política *per se*, isto é, como prática de constituição da realidade política – sem deixar de ser, também por esta, a todo tempo modificada.

Tal perspectiva reforça a necessidade de incorporação de um arsenal teórico que permita examinar criticamente os fenômenos da comunicação política, isto é,

suas práticas (o debate público, as campanhas eleitorais, os movimentos sociais, o jornalismo político, dentre outros exemplos) em relação a um contexto em que se desenvolvem (e não como consequências decorrentes de tais contextos, dimensões ou estruturas, nas variações que a literatura tradicional do campo adota para enfatizar seu apreço pela pesquisa da natureza sistêmica da comunicação política – aplicável também a sua vertente comparada). Portanto, a abordagem construtivista contribui para localizar a comunicação política, objeto desta investigação, antes como comunicação, numa perspectiva mais ampla e ritualística (CAREY, 2008) de interações entre indivíduos e estruturas, que se constituem mutuamente e que, enquanto tal, dão vazão à uma dimensão cultural, que a todo tempo se reprocessa, dimensionando novas possibilidades práticas a estes desenvolvimentos.

Como pondera Arthur Ituassu (2008) não há como ignorar o questionamento contemporâneo, presente em diferentes ramos das ciências sociais e trazido à tona pelas perspectivas construtivistas, de que não há fatos fora de um contexto conceitual (que os explique). Invocando a noção de realismo científico (estreita à noção do construtivismo social) pondera que este “se traduz na tentativa de descrever e explicar as estruturas e os processos do mundo que existem além da percepção empírica” (ITUASSU, 2008: 48). Tal perspectiva relativiza os planos da ontologia e da metodologia, dando ênfase à “constituição e não a determinação (por ‘explicações causais’) dos fenômenos, percebidos além do plano empírico e que constituem o mundo” (idem). Neste sentido, “A validade do ‘conhecimento’ só pode estar entre a percepção e a ‘realidade’ ou entre as palavras (as proposições) e o ‘real’. ‘Causas’ só podem ser atribuídas – porque não são observáveis” (ITUASSU, 2008: 47). Decorre destes questionamentos a crise da representação que, conforme lembra o autor, “surge da incerteza com relação a formas adequadas de se descrever a realidade social e é percebida como um fenômeno da modernidade (ou da pós-modernidade) ao ser identificada em muitos campos do saber” (idem).

4.2.1.3. A hermenêutica

Em sintonia com as linhas de pensamento sublinhadas nas últimas subseções, esta pesquisa partilha, ainda, de outra tradição, que procura explicações menos ortodoxas para os fenômenos do mundo social. Trata-se da hermenêutica, corrente que se

insere no mesmo diagrama de esforços intelectuais de compreensão de mundo, a partir da crise da razão, que alimenta nos seus críticos a desconfiança da capacidade humana de conhecer a realidade objetiva (ARANHA; MARTINS, 1986).

As abordagens hermenêuticas se apresentam, assim, assim, como um dos caminhos epistemológicos de resposta ao “problema” da subjetividade (herdado da ciência moderna). Como outras vertentes que se desenvolvem a partir do século XX, equilibra-se entre o ceticismo e o relativismo, para dar sentido à impossibilidade do conhecimento e/ou o subjetivismo de todo conhecimento, que irão sempre depender da pessoa, do lugar e do tempo (ARANHA; MARTINS, 1986: 198).

É possível situar a hermenêutica como desdobramento de tradição filosófica precedente, que é a fenomenologia (de Edmund Husserl [1859-1938], Martin Heidegger [1889-1976] e Maurice Merleau-Ponty [1908-1961], dentre outros), cuja preocupação é a descrição da realidade, tendo o ser humano como ponto de partida das reflexões. Um ser imbuído de intencionalidade consciente para explicar o que lhe é dado na experiência, descrevendo o que se passa efetivamente do ponto de vista daquele que vive determinada situação concreta – e desconsiderando toda indagação a respeito de uma realidade em si, separada da relação com o sujeito que conhece (ARANHA; MARTINS, 1986: 199).

Mais especificamente, a hermenêutica, na sua feição contemporânea, tem entre seus expoentes Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Paul Ricoeur (1913-2005) e Jacques Derrida (1930-2004). Os autores se debruçam sobre a natureza do fenômeno da compreensão. A “Enciclopédia Britânica” (BRITANNICA, 2019) classifica a “hermenêutica” como uma “ciência da interpretação de princípios” e não é incomum a sua definição como “metodologia de interpretação”, consoante Chrysostomos Mantzavinos (2016), na elaboração do verbete, na “*Stanford Encyclopedia of Philosophy*”.

Para os hermenêuticos, o cerne do problema da compreensão está na natureza do “ser”. As questões ontológicas levam à superação da dicotomia sujeito-objeto, colocando em seu lugar a relação sujeito-sujeito. Neste sentido, seus autores propõem uma epistemologia de análise do social, com base na história e na linguagem.

Como sugere Jean Grondin (2008), há três acepções possíveis para a hermenêutica: no sentido clássico do termo, designa a arte de interpretar textos; em decorrência de estudar as regras e os métodos das ciências da compreensão, assumiu a dimensão de reflexão metodológica sobre a pretensão da verdade e do status científico das ciências do espírito (as humanidades, a história, a teologia, a filosofia e o que se define hoje como ciências sociais); finalmente, como reação ao entendimento da hermenêutica como metodologia, emergiu como uma filosofia universal de interpretação.

Ainda segundo Jean Grondin (2008), em seu sentido mais restrito e usual, o termo serve para caracterizar o pensamento de alguns dos autores supracitados (como Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur), que desenvolveram uma filosofia universal da interpretação e das ‘ciências do espírito’, enfatizando a natureza histórica e linguística de nossa experiência do mundo. Tais ideias colocaram sua marca em grande parte dos grandes debates intelectuais que marcaram a segunda metade do século XX – incluindo, mas não se restringindo, ao estruturalismo, à crítica das ideologias, à desconstrução e o pós-modernismo (GRONDIN, 2008: 15-16).

Tal como pondera Arthur Ituassu (2008), tendo por base Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer, a escola hermenêutica coloca no lugar de um “ser” que interpreta o mundo, um sujeito formado por um *know-how* tácito que é anterior à interpretação dos fatos. Neste sentido, acompanhando a leitura de Hans-Georg Gadamer, os indivíduos estão inseridos em um “círculo hermenêutico” e o mundo só pode ser apreendido se for percebido como uma “rede de significações”, da qual os indivíduos “fazem parte” – analisando e agindo dentro de um “horizonte”, que comporta as crenças (tempo presente, o que se “acredita”), as pré-concepções (tradição/história) e o “estado da situação” (contexto), que possibilitam e limitam esses mesmos indivíduos. Portanto, para Arthur Ituassu (2008), o “fazer parte” de Hans-Georg Gadamer implica noções de “verdade” e de “razão” historicamente constituídas. O que o filósofo propõe é uma ontologia do “conhecimento”, da “verdade” e da “razão” que mostra como tais elementos “fazem parte” da história (ITUASSU, 2008: 49).

Ainda, em sintonia com o orientador desta pesquisa, compreendemos, nos termos do presente trabalho doutoral, que a hermenêutica difere da Teoria Crítica por não carregar “em si” um projeto de emancipação (como um fim). Mas, ao mesmo

tempo, não pode ser considerada “pós-moderna” na medida em que dá um certo sentido progressista ao “entendimento”. Entretanto, em “*contrario sensu*”, não há como deixar de reconhecer que a hermenêutica é, em parte, Teoria Crítica, porque em última instância acredita na emancipação pela razão (embora não identificada com o positivismo). Da mesma forma, tem algo de “pós-moderno”, na medida em que não se constituiu anteriormente como um projeto (ITUASSU, 2008: 50).

Em razão dos fins que interessam a esta pesquisa, cabe ainda sublinhar que a tradição hermenêutica tem uma forte conexão com a chamada “virada linguística”, termo que define uma revolução paradigmática para as ciências sociais, com a emergência de uma filosofia analítica (da linguagem). O movimento, bem eclético, teve como um de seus expoentes Ludwig Wittgenstein (1889-1951), para quem “nada se pode saber fora da linguagem”. Em linha com esta perspectiva, os autores que aderem ao “movimento” abandonam a noção do “sujeito que conhece”, para se limitar à investigação da linguagem, tendo por base o entendimento de que a relação com o mundo é, antes, uma relação de significação (ARANHA; MARTINS, 1986: 204).

São tais tradições que irão informar uma outra vertente teórica, que dá termos finais ao conjunto de referências epistemológicas que irão permitir formular um modelo de análise para a comunicação política na América Latina, objetivo principal deste trabalho. Trata-se da Escola Britânica dos Estudos Culturais, que tem em Stuart Hall (1932-2014) um interlocutor de maior relevo para esta pesquisa.

No trabalho do autor jamaicano, radicado no Reino Unido, legatário de algumas das tradições críticas anteriormente tratadas, a linguagem é compreendida como elemento fundamental para o entendimento da cultura, no sentido de a linguística estar profundamente associada à construção de identidade cultural de seus povos. Em sua instrumentalização teórica, se vale de uma abordagem hermenêutica para refletir sobre os modos de compreensão dos discursos que integram as rotinas das sociedades contemporâneas, a depender da posição que o receptor ocupa na cadeia comunicativa. Para Stuart Hall, as formas de representação do mundo (os textos) são resultado dos contextos em que se dão as apreensões de sentidos dos discursos.

Neste sentido, dialoga também com a obra de James Carey (2008), que compreende as práticas comunicativas como um fenômeno de proporções mais amplas do que aquele encerrado por uma ótica instrumentalista (transmissional), de uma relação de causa e efeito, inexorável, entre um emissor ativo e um receptor passivo. Embora percorram trajetórias distintas, James Carey e Stuart Hall são referências subsidiárias importantes à elaboração do modelo de análise perseguido por este trabalho.

4.2.2. Em defesa de uma epistemologia crítica

A discussão que alimentou a seção prévia teve como propósito identificar e incorporar elementos epistêmicos, que possibilitem a elaboração de um modelo comparado de análise para a comunicação política na América Latina. Os recortes apontados encontram-se em posição divergente com aquilo que denominamos “epistemologia dominante” – e que exerce influência sobre o campo da comunicação política, bem como sobre sua vertente comparada. Neste sentido, o argumento aqui defendido é que as perspectivas analíticas aludidas conduzem a um melhor enquadramento para o exame do objeto de pesquisa perseguido – as práticas de comunicação política latino americana, *per se* - dadas as suas especificidades, mas ao mesmo tempo, também, a enorme gama de possibilidades das suas manifestações.

O que reiteramos nesta seção, outrossim, é a pertinência do conjunto teórico e conceitual apresentado, na medida que, de alguma forma, as ideias se alinham com os esforços revisionistas que vem sendo feitos na área da comunicação política e comparada (BRANTS; VOLTMER, 2011; BARNHURST, 2011; BLUMLER; COLEMAN, 2015; HENN; VOWE, 2015, dentre outros). A “necessidade” apontada por alguns dos autores (acima) em referência “de um repensar a comunicação política” (BRANTS; VOLTMER, 2011), dado o “embaçamento conceitual” (HENN; JANDURA; VOWE, 2015) do campo, agravado pelo “desuso” (BLUMLER; COLEMAN, 2017) do seu objeto de atenção analítica só parece reforçar a urgência de uma mudança “em direção a outro paradigma” (BARNHURST, 2011).

Com base em tal percepção, entendemos que os repertórios acima apresentados podem contribuir para ampliar e renovar os horizontes em que se dão as discussões sobre a comunicação política na América Latina, em perspectiva comparada, face algumas das limitações analíticas do campo destacadas por esta pesquisa.

Dentre elas, as abordagens deterministas, excessivamente calcadas nas relações de causa e efeito, na sua maior parte orientadas por critérios normativos rígidos (e exógenos, em termos da realidade latino americana) e com ênfase na objetividade das análises geradas, que animam uma quantidade significativa de trabalhos.

Ao menos é isso o que se pode depreender da revisão entabulada no primeiro capítulo desta tese, em níveis de incidência diferentes, nos trabalhos de Elizabeth Fox (1988a;1988b; 2002), Silvio Waisbord (1998; 2000; 2002), Daniel Hallin e Stylianos Papathanassopoulos (2002), Fernando Azevedo (2006), Jairo Lugo Ocando (2008), Carolina Matos (2008; 2012) e Taylor Boas (2013), dentre outros.

As perspectivas epistemológicas destacadas ao longo desta seção, por outro lado, permitem dialogar com outros trabalhos menos convencionais (em termos do formalismo aqui criticado), como são os casos de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013), Afonso de Albuquerque (2011; 2012; 2013) e, em alguma medida, Mauro Porto (2003; 2015) e Christof Mauersberger (2016), por exemplo.

A partir de tais referências, como já sublinhado antes, são desenvolvidos os argumentos metodológicos subsequentes, para a conformação de um modelo de análise, que possibilite uma ampliação do entendimento das dinâmicas (*práticas*) de comunicação política no contexto regional da América Latina, em perspectiva comparada, tendo como eixo a relação entre mídia e democracia, a partir de uma abordagem analítica que dialogue com os esforços revisionistas da área.

Neste sentido, ao partir de uma revisão crítica à razão moderna, esta pesquisa se posiciona em outra tradição teórica (oposta à convencional). Acompanha (ao menos em sua essência) o corte epistemológico comportado pela premissa kantiana, de deslocamento dos questionamentos do objeto para o sujeito e suas possibilidades de conhecimento – e se estabelece no eixo de debates, em torno do problema das *representações subjetivas* construídas pelas faculdades humanas de cognição.

Em reforço a esta direção, incorpora os preceitos gerais informados pela Teoria Crítica, em consonância com alguns elementos das abordagens construtivistas e hermenêuticas. Deixa clara, assim, a opção por uma perspectiva de análise que confere mais ênfase à *complexidade*, à *diversidade* e à *subjetividade*, bem como aos aspectos de natureza *qualitativa* que cercam as práticas de comunicação política observados na região latino americana, no contexto das mudanças culturais, políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que marcam o início do século XXI.

Particularmente, no que tange à afiliação doutrinária à Teoria Crítica, abraça uma parte de seus argumentos, todavia, nem tanto pela forma com que propõe sua abordagem científica – que não se restringe a descrever e explicar os fenômenos sociais, mas também criticá-los, na medida do seu *animus* emancipatório – mas, sobretudo, pelo argumento nuclear defendido por uma maioria de seus autores, que é entender a cultura como elemento de transformação da sociedade.

Neste diálogo, assente à compreensão de James Carey (2008) de “comunicação como cultura”, refletimos sobre a comunicação política menos como produto de uma estrutura que condiciona suas possibilidades e mais como um *processo em contínua elaboração* (nos termos construtivistas) do qual “fazem parte” (nos termos hermenêuticos) contextos, estruturas, instituições e agentes, que se afetam mutuamente. Nisso, a tradição epistemológica aqui endossada vem ao encontro da premissa básica em que se apoia esta reflexão: a comunicação política *constitui* a realidade política – sem deixar de ser, também por esta, a todo tempo modificada.

A partir disso, o interesse da análise aqui proposta tem foco nas *práticas* da comunicação política, em termos de América Latina. Um conjunto de práticas orientado *para* a política – mas não necessariamente determinadas por esta (ou pelas mídias). Sob esta perspectiva é que se incorpora a noção do construtivismo em sentido amplo, em suporte à proposição do modelo de análise defendido por este trabalho. Um entendimento da comunicação política, antes com “construção” por parte de (um coletivo de) indivíduos, que se constituem através de suas interações com o mundo, ao mesmo tempo que constroem conhecimentos sobre o mundo e sobre si próprios. Neste processo dialético, o que se defende aqui é que a interação do sujeito com as estruturas que o cercam é sempre (e em todos os níveis) transformadora.

Não é outra a razão que se enfatiza, nesta pesquisa, a importância das *dinâmicas recursivas* para a compreensão da comunicação política, que tem o potencial de dinamizar a hierarquia entre os atores, modificar agendas, propor novas questões e ressignificar instituições – construindo, ao mesmo tempo em que é construída, uma cultura política. Nesse sentido, também como já foi assinalado antes, a *comunicação política* pode ser entendida, alternativamente, como um *espaço político*, uma arena de disputas, na qual atores políticos são aqueles que se comunicam politicamente, incluindo não apenas agentes políticos e midiáticos, mas também analistas e pesquisadores, cidadãos, instituições ou autoridades estatais ou cívicas.

Como forma de observar alguns dos fenômenos do campo da comunicação política (o debate público, as campanhas eleitorais, os movimentos sociais, o jornalismo político, dentre outras possibilidades) o recurso à metodologia hermenêutica contribui, igualmente, para concepção do modelo de análise pretendido. Com base na noção de “círculo hermenêutico”, a partir do qual se formam as “redes de significações”, os “textos” (isto é, os fenômenos de comunicação política como os que foram acima elencados) só podem ser compreendidos dentro de determinados contextos (no caso desta pesquisa, a realidade latino americana). É, portanto, uma tentativa de olhar que pretende analisar os processos e práticas da comunicação política como comunicação, *per se*, compreendidos, assim, como *fenômenos representacionais* (HALL, 2016) e, portanto, mais ligados à uma tradição de pesquisas que valoriza a crítica, a história, os discursos e a linguagem como constructos sociais da realidade.

Além disso, trata-se de uma abordagem que se articula com uma perspectiva de investigação mais integrada – em parte, consoante aquilo que é proposto por Mauro Porto (2003), acerca da possibilidade de aproximação das tradições de pesquisa sobre a recepção e a dos efeitos da mídia, que se desenvolveram no campo da comunicação e dos estudos culturais. Em sentido semelhante, compartilha, ainda, da posição de Richard Gunther e Anthony Mughan (2000), que condenam a separação dos níveis analíticos nos estudos sistêmicos de comunicação política comparada – levando esta pesquisa à proposição de um modelo que procura “combinar as perspectivas *macro* e *micro*” (GUNTHER; MUGHAN, 2000: 1-2), no intuito de examinar a relação entre mídia e política nas sociedades democráticas ou em processo de

democratização. E, também, em termos metodológicos, dialoga com parte das premissas teóricas levantadas por Charles Ragin (2014), no que tange a possibilidade de uma abordagem estratégica mais sintética nos estudos comparados, em seus aspectos relevantes de ordem qualitativa e quantitativa – pensador de forma mais associada. Estes, enfim, os parâmetros mais amplos da pesquisa aqui em tela.

4.3. Modelo de análise

Os argumentos até aqui apresentados servem à finalidade de subsidiar a proposição de um *modelo de análise* de comunicação política comparada, voltado à investigação da relação entre mídia e democracia na América Latina.

A proposta tem abrangência multinível e visa relacionar estruturas, processos e práticas de comunicação política. Neste sentido, consiste em um empreendimento de ordem metodológica, que se aplica ao desenvolvimento de estudos de caso futuros.

O intuito de associar esta metodologia a uma realidade regional específica, decorre da percepção de lacunas encontradas na revisão da literatura de comunicação política comparada da América Latina, acerca das discussões aqui apontadas.

Tais lacunas (de natureza epistemológica, principalmente) são a razão que anima a presente proposta metodológica, que se baseia na ênfase à *interdependência* e à *recursividade* como diretrizes importantes às reflexões empreendidas aqui.

A perspectiva assumida é alternativa à tradição racionalista, em suas inclinações funcionalistas, que nutrem parte considerável das reflexões do campo (as quais que podem ser resumidas pelo caráter determinista, normativo e com ênfase na objetividade das análises geradas). Neste sentido, o que se procura estabelecer com este estudo, é um *framework* que possibilite ampliar o entendimento das dinâmicas (práticas) da comunicação política *per se*, não apenas em seus termos quantitativos, mas também em seus aspectos qualitativos, contemplando a *complexidade*, a *diversidade* e a *subjetividade* dos fenômenos de tal natureza existentes.

Esta *proposta* é informada por algumas tradições de estudos aqui revisadas, como: a Teoria Crítica, no que tange a compreensão da cultura como elemento de transformação da sociedade; o construtivismo, no que diz respeito ao entendimento de que a realidade é produto da vida social, cuja constituição se dá através das interações dos sujeitos com o mundo, ao mesmo tempo que constroem conhecimentos sobre o mundo e sobre si próprios, em processo continuamente transformador; e da hermenêutica, com base na noção de “círculo hermenêutico”, a partir do qual se formam as “redes de significações”, informadas por uma determinada linguagem histórica.

Face estas orientações epistemológicas de caráter alternativo (àquilo que definimos aqui como uma “epistemologia tradicional e dominante”), o modelo de análise proposto encerra dois *elos* conexos: um *amplo*, em que se articulam determinados ambientes, de natureza sociocultural, política e midiática – e que conformam um *contexto* próprio da comunicação política; e outro *restrito*, em que se dão as *práticas de comunicação política per se*, a partir do contexto em que estão inseridas.

O segundo (elo) está circunscrito ao primeiro, porém aquele se traduz em uma variedade de potenciais manifestações. Isto é, enquanto o elo mais *amplo* (o *contexto*) é *uno* (integrado pelos ambientes acima referidos), o elo *restrito* expressa, de fato, diversas possibilidades de práticas de comunicação política (os *textos*), contíguas ao primeiro, embora diversificadas quanto as suas formas de materialização.

Naturalmente, os *elos* propostos não se encerram neles mesmos, estando sujeitos a incidência de um contínuo de *fluxos* ⁵, de naturezas múltiplas, que são potencialmente transformadores da realidade – mas, que também podem ser modificados a partir das dinâmicas emanadas do contexto em que se manifesta a comunicação política. O caráter necessariamente “indeterminado” com que se propõe estas relações, decorre da adesão desta tese a uma razão dialética – logo, menos fundada numa compreensão mecanicista e hermética dos acontecimentos (Figura 01).

⁵ Arjun Appadurai (2004) oferece um horizonte analítico interessante a respeito das dinâmicas globais que atravessam o ambiente internacional contemporâneo. Segundo o autor, constituem os nossos imaginários e conformam as dimensões culturais de um mundo global, determinadas paisagens (*scapes*), formadas pelo deslocamento de: pessoas (*ethnoscapes*), tecnologias (*technoscapes*), riquezas econômicas (*financescapes*), as informações (*mediascapes*) e as ideologias (*ideoscapes*).

Modelo de Análise: Concepção Geral

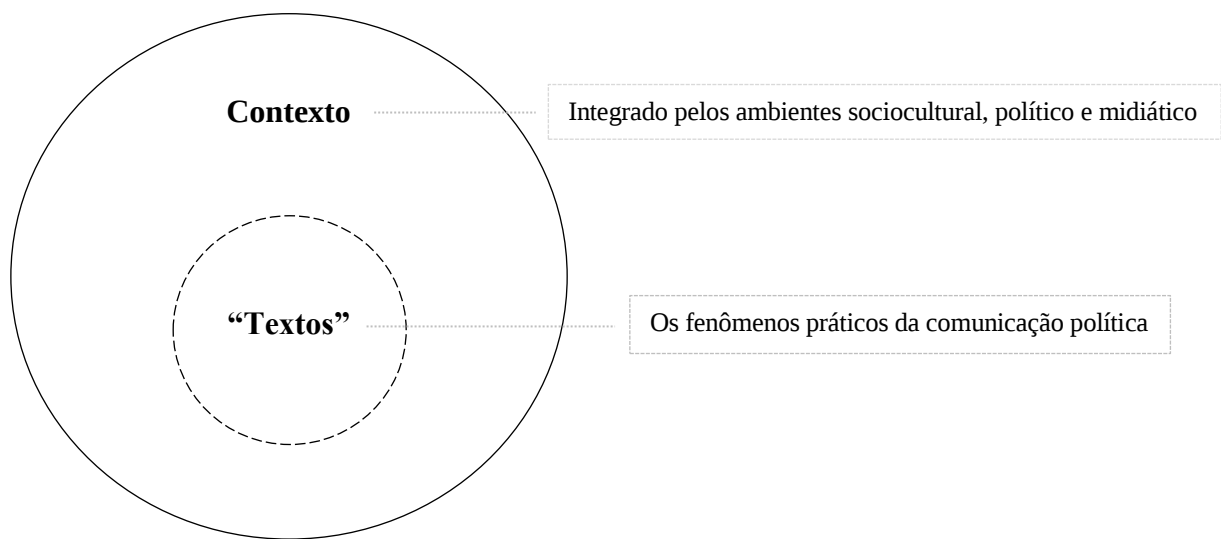


Figura 01: Modelo de Análise – Concepção Geral

O que se denomina aqui por “contexto” é o que consiste nos “ambientes” próprios da comunicação política. Estes, por sua vez, são constituídos em seus aspectos gerais, por características mais relevantes de natureza sociocultural, política e midiática – e que estabelecem os limites do modelo de análise em si. Já o que se denomina aqui por “textos” indica os fenômenos práticos da comunicação política, que se dão no “contexto” em referência, como, por exemplo, o debate público, as campanhas eleitorais, os movimentos sociais, o jornalismo político, dentre outras possibilidades. Os fenômenos práticos são alternativamente designados aqui também como “práticas”, encerrando ambas expressões os mesmos sentidos.

Este enquadramento metodológico se distancia relativamente de uma ortodoxia do campo, que dá mais ênfase às “dimensões sistêmicas” de análise, o que compreende maior relevo às estruturas e instituições, sob a suposição de que estas possam exercer condicionamentos (efeitos) sobre as práticas – estas entendidas, convencionalmente, como as relações que se estabelecem entre os agentes políticos, midiáticos e público. De forma alternativa, a perspectiva de análise aqui abraçada

entende as estruturas e instituições como parte de um contexto, que *afeta* (BARNHURST, 2011) as práticas (de comunicação política), mas que por estas também é *afetado*.

Dito de outra forma, esta tese não partilha, em seu todo, das premissas funcionais, que consideram haver um aparato sistêmico, *a priori*, gerador de efeitos sobre as práticas de comunicação política dele derivadas. Ou ainda, que haja uma relação inerentemente determinista, no sentido de causas (dimensões estruturantes ou aspectos institucionais da comunicação política) gerando condicionamentos (efeitos *a priori*) sobre as práticas (os fenômenos concretos da comunicação política).

O estudo aqui proposto persegue direção diferente, a partir de um recorte metodológico que contempla um sentido dialógico para os elementos em tela. Nele, “contexto” e “práticas” de comunicação política são percebidos como manifestações interdependentes e sempre cambiáveis. Neste sentido, o exame das práticas implica, ato contínuo, a compreensão do contexto em que se desenvolvem e que as *afeta* – na mesma medida em que, a percepção dos contextos só tem razão se orientada para um melhor entendimento de como as práticas que nele se dão, o *modificam*.

Conforme já foi examinado previamente neste trabalho, a tradição em que se funda o campo da comunicação política partilha da abordagem sistêmica originalmente proposta por Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995) – segundo a qual, para guiar uma reflexão sobre a comunicação política, seria preciso considerar que as mensagens políticas emanam de um *sistema* de comunicação política.

Na direção proposta pelos autores supracitados, as mídias não estariam subordinadas às forças políticas, mas entrelaçadas, gerando pressões e constrangimentos próprios (umas sobre as outras). Em tal *modelo estruturado*, há quatro *componentes* principais: (1) as *instituições políticas* em seus aspectos comunicativos; (2) as *instituições midiáticas* em seus aspectos políticos; (3) as *orientações da audiência* para a comunicação política; e, (4) os *aspectos relevantes* de comunicação da *cultura política*.

Nesta linha de argumentação, conformam o sistema de comunicação política dois conjuntos de instituições – organizações políticas e de mídia – que estão envolvidas na preparação de mensagens, em interação horizontal entre si. Em outro sentido, num eixo vertical, as mesmas instituições estão separadas e conjuntamente engajadas na divulgação e no processamento de informações e ideias *de e para* os cidadãos.

Sob esta ótica, as interações entre as instituições estariam condicionadas por relações mútuas de poder – poderes independentes, porém, emanados de uma mesma fonte, que são suas relações com a audiência/sociedade. Um pressuposto subjacente a tal abordagem é que, no processo de comunicação política que se desenvolve, a variação de um componente poderia estar associada à variação dos demais – através de um conjunto de relações entrada-saída, que vinculam os elementos constituintes em uma rede de dependências mútuas (BLUMLER; GUREVITCH, 1995: 12-13).

É preciso assinalar que, em algumas de suas reflexões mais recentes, Jay Blumler (2014) passou a reconhecer as limitações deste modelo de “fluxos estruturados” – essencialmente piramidal: tripartido (políticos, jornalistas, eleitores); linear e de cima para baixo na transmissão (políticos e repórteres disseminando ativamente as comunicações aos receptores); e com base fundamental em relações interinstitucionais estreitas e complexas entre políticos e jornalistas (BLUMLER, 2014: 38).

O autor faz uma espécie de “*mea culpa*” por ensejar (com o seu trabalho) uma perspectiva de análise que colocou demasiada ênfase em dois conjuntos de instituições – organizações políticas e de mídia – em detrimento de um exame mais acurado do papel desempenhado pelos cidadãos e da própria cultura política no processo de produção e disseminação de mensagens. Em sua revisão crítica, admite que o paradigma originalmente proposto tem sido “enfraquecido pela expansão, segmentação e fragmentação das *práticas de comunicação*, incluindo a crescente geração e utilização de instalações baseadas na internet” (BLUMLER, 2014: 38).

Apesar disso, o modelo tem sido regulamente adotado, ao menos em parte, por uma quantidade expressiva de estudos no campo da comunicação política. Em particular, por aqueles que se debruçaram sobre as análises comparativas regionais (NORRIS, 2000; HALLIN; MANCINI, 2004, 2011; CHADWICK, 2011; MATOS,

2012; GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMIREZ, 2014; NORDENSTRENG; THUSSU, 2015; ZIELONKA, 2015, dentre outros). Seu alcance e influência pode ser medido ainda hoje, dados os desdobramentos das reflexões para outros contextos regionais e objetos de interesse que a abordagem suscita (AHMED; JAIDKA; CHO, 2016; SHAHIN; ZHENG; STURM; FADNIS, 2016; OGUNDIMU, 2017; VAN AELST; STRÖMBÄCK; AALBERG; ESSER; DE VREESE; MATTHES; HOPMANN; SALGADO; HUBÉ; STEPÍŇSKA; PAPATHANASSOPOULOS; BERGANZA; LEGNANTE; REINEMANN; SHEAFER; STANYER, 2017).

É certo que, muitos destes trabalhos tem como fundamento apenas indireto o modelo originalmente proposto por Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995). Porém, com frequência, priorizam os aspectos funcionais da relação entre a mídia e a política (e, às vezes deliberadamente) reduzindo a importância da ação do público, bem como, dos aspectos relacionados à cultura política, nas análises. Trata-se, neste sentido, em nosso entendimento, de um desvio (e simplificação) do caminho de reflexão idealmente projetado pelos autores ingleses (cuja arquitetura, embora atravessada por um certo determinismo, apontava para possibilidades de análises mais complexas e plurais do que, de fato, foram exploradas pelos autores que deram continuidade à aplicação do modelo). Neste contexto, os estudos de comunicação política comparados passaram a se concentrar mais nos aspectos estruturais e institucionais (no que diz respeito às instituições políticas e midiáticas) que informam as análises, do que propriamente nas ações práticas da comunicação política relacionados a confluência dos níveis *macro* e *meso* (já destacados anteriormente).

Objetivamente, nada há de errado com os trabalhos acima aludidos. O que se destaca, aqui, é a sua adesão quase irrestrita a vertente epistemológica que vem sendo problematizada no contexto do presente trabalho. Os estudos citados, embora com variações de propósitos e intensidade, abraçam raciocínios deterministas, com rigidez normativa e valorizam critérios quantitativos, como motivações principais das investigações. Como já sublinhado mais de uma vez, tais abordagens guardam relevância e dão respostas importantes à determinadas questões colocadas pela confluência dos campos de comunicação e política. O que não significa que possibilitem uma compreensão integral do quadro, sobretudo quando aplicadas a contextos regionais mais específicos (como a América Latina) e, particularmente, no que diz

respeito a uma compreensão mais aprofundada das práticas de comunicação política *per se*, interesses principais perseguidos pela metodologia deste estudo.

Outrossim, no *framework* que passamos a desenvolver daqui para adiante (em mais detalhes e com maior refinamento conceitual), as “práticas” de comunicação política se dão necessariamente no “contexto” (em referência) e devem ser entendidas como uma extensão inexorável e relevantemente integradas a este último – *afetando-o* na mesma medida em que por aquele também são conjuntamente *afetadas*.

De acordo com o argumento que se sustenta aqui, o “contexto” a que fazemos alusão consiste numa combinação dinâmica de pelo menos três *ambientes* necessários às práticas de comunicação política: o ambiente sociocultural, o ambiente político e o ambiente midiático. Estes ambientes são integrados por *aspectos gerais*, dos quais, destacam-se algumas *características mais importantes*, que podem ser examinadas a partir de *variáveis analíticas* mais afins a cada um dos ambientes. Tais variáveis são constituídas, por sua vez, por *vertentes* específicas de análise, as quais, em última instância, são informadas pelo conjunto de referências empíricas que outras pesquisas já vêm empregando no campo, na forma de conceitos e dados (de fontes primárias ou secundárias, a depender daquilo que se está investigando).

Assim, em termos mais amplos, o ambiente sociocultural pode ser compreendido a partir de suas características demográficas, educacionais, econômicas, pelo conjunto de crenças, hábitos, valores e comportamentos, as quais, por sua vez, são *constitutivas* e (grosso modo) *ensejadoras* de uma *cultura política* – e onde estão inseridos os indivíduos que formam o público (mais do que mera audiência, hodiernamente, também agentes fundamentais das práticas comunicativas). Já o ambiente político pode ser compreendido a partir de suas características organizacionais, administrativas e legais, que *constituem* e (grosso modo) *representam* a sociedade como um todo e, portanto, os indivíduos e organizações que nela estão inseridos. Finalmente, o ambiente midiático, pode ser entendido a partir de suas características técnicas, econômicas e sociopolíticas, que *constituem* e (grosso modo) *refletem* a sociedade como um todo e, portanto, os indivíduos e organizações que nela estão inseridos. (Figura 02).

Modelo de Análise: Constituição dos Ambientes

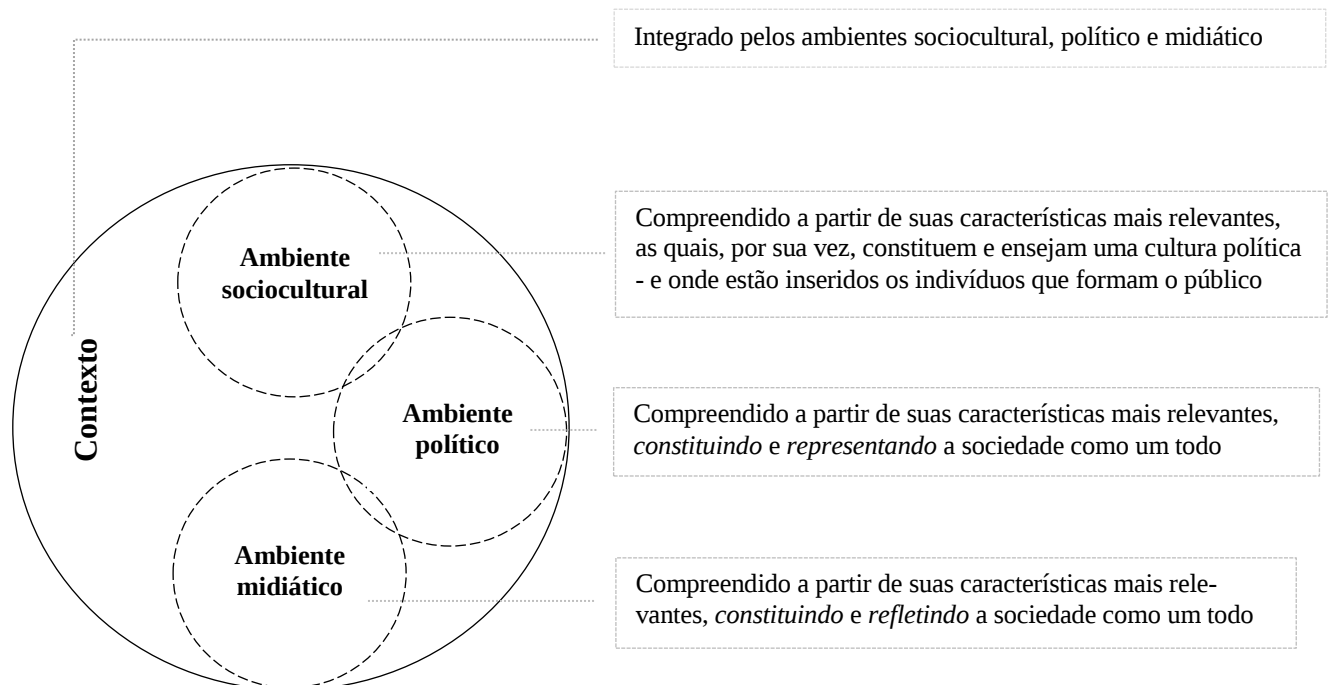


Figura 02: Modelo de Análise – Constituição dos Ambientes

Em linha com as tradições de pensamento “alternativas”, já examinadas, o presente trabalho assume como pressupostos à conformação dos respectivos “ambientes” que, em sentido amplo: a “cultura” é um elemento de transformação da sociedade (e os indivíduos que a integram, se constituem através de suas interações com o mundo, ao mesmo tempo que constroem conhecimentos sobre o mundo e sobre si próprios); a política é, sobretudo, um espaço de constituição e de representação dos interesses individuais e coletivos; e que, a(s) mídia(s) são instâncias que constituem e expressam as dinâmicas sociais, assim como constituem e refletem um conjunto de possibilidades, circunstâncias e interesses de múltiplas naturezas.

Também em decorrência desta “afiliação” epistemológica, algumas das expressões empregues neste texto, para indicar os sentidos pretendidos com as explicações do modelo de análise aqui em desenvolvimento, não seguem os padrões estabe-

lecidos. Deste modo, renunciou-se deliberadamente ao uso de “dimensões” (de análise), como um dos elementos típicos das análises sistêmicas – o que, por sua vez, no sentido com que normalmente é empregue pela literatura do campo, pressupõe um conjunto de categorias que as subordinam e conformam (isto é, as dimensões de análise), a partir de (ou seguidas por) um rol de indicadores (padrões normativos), extraídos de fontes de pesquisa (primárias ou secundárias, a depender do indicador) regulares.

Propomos aqui uma nomenclatura menos convencional. O modelo de análise defendido nesta tese pressupõe um *contexto* em que se manifestam os *fenômenos* da comunicação política. O contexto consiste numa combinação dinâmica de *ambientes* de natureza sociocultural, política e midiática, integrados por *aspectos gerais*, dos quais, destacam-se algumas *características mais importantes*. Os ambientes, por sua sorte, estão articulados entre si, embora informados por um conjunto de *variáveis* próprias a sua constituição (e que servem para o seu entendimento analítico). Estas variáveis podem ser desmembradas em *vertentes* mais específicas de análise, o que permite um refino da percepção de cada variável e, por extensão, dos ambientes as quais aquelas correspondem, em suas características mais importantes. *Variáveis analíticas* e *vertentes de análise* tem relações mais afins com os respectivos ambientes para os quais estão designadas, porém, em alguma medida se comunicam, tendo em vista que o modelo encerra a compreensão de ambientes que estão integrados entre si, constituindo um mesmo “contexto”. Para subsidiar as vertentes com informações mais objetivas, este trabalho dialoga, ao fim, com um conjunto de referências que a literatura da área já vem compartilhando, a partir de conceitos e fontes de dados (primários ou secundários, a depender da vertente) utilizadas em outras pesquisas.

Portanto, seja em razão do interesse em estabelecer uma diferenciação de nomenclaturas, seja em favor de demarcar uma especificidade própria para as definições que orientam esta pesquisa, aqui são adotadas expressões que encerram sentidos menos deterministas ao *framework* proposto – o que denota, também, o nosso alinhamento com uma epistemologia “alternativa” à tradição da área de estudos em tela.

Deste modo, em termos mais resumidos e definitivos: em lugar de “sistema”, empregamos o termo “contexto”. Como referência à ideia de “componentes” do modelo de análise, propomos um uso mais elástico da expressão “aspectos” (subsumindo

“tudo aquilo que é constitutivo do contexto” – em referência ao modelo aqui desenvolvido). Em correspondência a “dimensões” (de análise), “ambientes” (sociocultural, político e midiático), integrados por seus “aspectos gerais”, dos quais, destacam-se algumas “características mais relevantes”. Por fim, em vez dos vocábulos “categoria” ou “indicador” de análise (como “espécies” derivativas do “gênero” dimensões de análise), as locuções “variáveis” e “vertentes” significando a instrumentação analítica que permite traduzir as características mais importantes dos “ambientes” sociocultural, político e midiático e, em última instância, o “contexto” em que se dão as “práticas” de comunicação política, deste modelo aqui desenvolvido. Como referências empíricas que “alimentam” o modelo como um todo, esta pesquisa dialoga com repertórios extraídas da própria literatura (conceitos) ou de fontes de dados mais comumente utilizadas pelos outros estudos de comunicação política comparada.

Antes de avançar no detalhamento mais pontual dos recursos analíticos destacados, cabe sublinhar que esta não é uma “arquitetura” metodológica rígida. As variáveis e vertentes de análise (assim como as referências empíricas que as informam) estão a serviço de uma melhor compreensão das práticas da comunicação política, a partir do conjunto de *aspectos* assinalados. Assim, a depender do fenômeno em exame, pode ser considerada uma ênfase diferenciada no instrumental apontado.

Neste mesmo sentido, também se ressalta a inadequação quanto a uma hierarquia prévia e formalmente definida entre os “ambientes” aqui referidos. Na medida em que se propõe que os mesmos sejam pensados de modo integrado entre si, a configuração do modelo de análise encerra um sentido de maior interdependência do que de sobreposição das partes constitutivas do “contexto” aqui proposto.

Outrossim, reiteramos que o que esta pesquisa persegue é uma racionalidade menos causal e objetiva, nos sentidos tradicionais que tais ideias encerram. O modelo proposto está articulado com as noções emprestadas do construtivismo, em seu sentido amplo, já assinalado neste capítulo (CASTAÑON, 2015), que entende a realidade como uma construção social, por parte de (um coletivo de) indivíduos, que se constituem através de suas interações com o mundo, ao mesmo tempo que constroem conhecimentos sobre o mundo e sobre si próprios. E também da hermenêutica, como caminho reflexivo de interpretação dos fenômenos, posto que toda realidade

fenomenológica só pode ser percebida a partir do entendimento de *um todo* em que aquela se desenvolve (GADAMER, 2003; RICOUER, 1990; HEIDEGGER, 1989).

Conforme estas perspectivas, as características constitutivas de cada “ambiente” proposto pelo modelo deste estudo, são considerados como realidades interdependentes, afetando-se continua, mútua e assimetricamente. Ao afetarem-se, modificam-se uns aos outros, transformando não apenas o *contexto* como um todo, mas também as *práticas* comunicativas que o mesmo encerra – o que, por sua vez, é ensejador de modificações dos próprios ambientes que as abrigam e assim sucessivamente.

Há um sentido no raciocínio proposto para o modelo de análise abraçado por esta tese que é de natureza *circular, recursivo e interdependente*, afim àquilo que Jay Blumler (2011) clama como urgente para a atualidade da área de estudos da comunicação política, na forma de um “empirismo holístico” (BLUMLER, 2011: ix).

Mas, isso não implica abdicar completamente de preceitos comportados pela tradição dos estudos comparados de comunicação política. Conceitos e outras referências (fontes de dados), orientados *a priori* por critérios normativos convencionais, integram esta pesquisa, informando as “características” constitutivas dos ambientes (sociocultural, político e midiático), de uma forma mais específica, assim como (e por extensão), os “aspectos” gerais do “contexto”, de uma forma mais ampla.

A incorporação de tais recursos de análise reforça as ponderações que vêm sendo feitas ao longo de toda esta pesquisa, de que não há qualquer problema, em si, com os conceitos, referências, fontes, bem como com os demais padrões normativos convencionalmente adotados em outros estudos comparados do gênero – e que, de alguma forma, servirão de balizamento para este. No entanto, da maneira como estes recursos estão articulados neste *framework* de análise, sua importância é relativizada, pois os mesmos não constituem parâmetros que determinam, por si só, aquilo que se deseja observar. Ao contrário, são indicativos de conjunturas (contexto), mas na perspectiva aqui assumida, suscetíveis a se modificar, na medida do desenvolvimento das próprias práticas de comunicação política que ensejam.

Com efeito, na próxima sessão serão apresentados, primeiro em seu conjunto e depois separadamente, de forma específica e problematizada, os recursos analíticos (variáveis e vertentes de análise, bem como as referências empíricas que informam àquelas) que servem ao exame das características mais relevantes dos “ambientes” sociocultural, político e midiático, constitutivos do “contexto” do presente modelo.

4.3.1. Por um *approach* mais integrado

Como já foi destacado no segundo capítulo deste trabalho, quando da revisão das pesquisas sistêmicas de comunicação política comparada, com foco regional, uma abordagem que se aproxima daquilo que defendemos como um *framework* mais integrado para análise das práticas de comunicação política comparada para a América Latina é a desenvolvida por Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013). Em seu artigo, as autoras discutem alguns estudos comparados existentes e, em particular, propõem uma “redefinição” do modelo de análise que levou aos “tipos” ou “modelos” sistêmicos de mídia cunhados por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004).

Observando o particular cenário de emergência das novas democracias latino americanas, as autoras supracitadas condenam a operacionalidade das dimensões e categorias de análise propostas por “*Comparing media systems*”, por entendê-las como insuficientes à tarefa de contextualizar a relação entre mídia e política, nas parcelas de mundo além do Hemisfério Norte (Occidental). Seu estudo tem foco no desenvolvimento do jornalismo dos países da América Latina e, a partir disso, sugerem uma expansão e reelaboração dos critérios a serem levados em consideração para analisar comparativamente sistemas de mídia em contextos recém democratizados – o que inclui o exame de “fatores” políticos, econômicos, sociais, culturais e tecnológicos.

No quadro investigativo elaborado pela obra, destacam-se três dimensões principais (constituídas por seus respectivos “fatores” de análise): a política (tipo de regime político, estrutura política, nível de paralelismo político, cultura política e liberdade de expressão); o cultural (valores culturais na sociedade); e as características da mídia (intervenção/participação do Estado no sistema de mídia, desenvolvimento do mercado de mídia; e independência profissional no campo do jornalismo, tanto em nível estrutural quanto individual). Para cada “fator” de análise são identificados,

ainda, “indicadores” extraídos de fontes de dados específicas que, segundo o modelo de análise proposto, possibilitam entender a formatação assumida pelos sistemas de mídia nas realidades nacionais examinadas (MELLADO; LAGOS, 2013: 7).

Guiado por tal abordagem, esta tese propõe um conjunto de referências que dialoga com algumas daquelas apontadas pelo artigo de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013). Mas, vai além. Em primeiro lugar, questiona a lógica estrutural em que se apoia o raciocínio das autoras. Neste sentido, entende que o “refino” e o “redimensionamento” dos critérios de análise oriundos de “*Comparing media systems*” (com o intuito de aplicá-los à realidade latino americana, de forma a caracterizar os sistemas de mídia aqui existentes), em certa medida é uma reificação dos modelos de análise precedentes – fundados em uma normatividade exógena e em uma objetividade estreita. Mais do que um esforço que leve à tipificação de um pretenso “sistema de mídia” latino americano, esta pesquisa persegue a finalidade de identificar *aspectos* constitutivos de um “contexto” latino americano de comunicação política, que possibilite compreender as práticas de comunicação política inerentes a este – entendendo que tais fatores são mutuamente constitutivos e transformadores.

Não compartilha, portanto, em seu todo, das premissas contidas neste último trabalho em referência, de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013), de que “os sistemas de mídia são caracterizados por diferentes *aspectos* e influenciados por diferentes dimensões que os *moldam* e os (re)definem constantemente” (MELLADO; LAGOS, 2013: 3). A “modelagem” a que se referem as autoras parece mais afim à lógica determinista, fundada em explicações funcionalistas, que apontam para relações de causa e efeito na combinação das possibilidades de articulação entre mídia e política e que já foi extensamente criticada aqui, tendo em vista que, limitadora – ao menos quanto ao propósito de examinar as práticas de comunicação política *per se*.

Da mesma forma, este trabalho compreende a necessidade de ultrapassar os limites de uma reflexão acerca da mídia que não esteja adstrita ao jornalismo, como instituição definidora daquela. Como ponderam Adam Shehata e Jesper Strömbäck (2014), “o desenvolvimento de novas tecnologias de mídia fez com que o conceito de ‘mídia’ se tornasse mais heterogêneo e desfocado” (SHEHATA; STROMBACK, 2014: 95). A visão “abreviada” da mídia, a partir de uma compreensão mais “estreita”

do fenômeno de “mídiação” (MAZZOLENI; SCHULZ, 1999), dificulta a percepção de outras instâncias técnicas importantes (como a internet, por exemplo, compreendida em um sentido mais amplo de suas possibilidades) – que merecem mais relevo.

Ademais, as análises da mídia focadas preferencialmente no jornalismo (e nas notícias) terminam por restringir as análises da comunicação política ao que acontece nas dimensões *macro* e *meso* do modelo proposto por Jay Blumler e Michael Gurevitch (1995) – e endossada por outras pesquisas comparadas do gênero. Com efeito, este ângulo de abordagem pode trazer prejuízo a uma melhor compreensão acerca da apropriação e dos usos de tais tecnologias por cidadãos comuns, que vem tendo o potencial de exercer papéis muito mais ativos nas práticas de comunicação política contemporânea (nos termos do que os autores supracitados identificam como *micro nível*, de seu modelo de análise da comunicação política comparada).

Em particular na América Latina, em que os níveis de leitura são proporcionalmente menores que no hemisfério Norte (UNESCO, 2017) e os índices de leitura de jornais e revistas, da mesma forma, baixos, quando não declinantes (WAN-IFRA, 2018). Por outro lado, a disponibilidade de meios de comunicação eletrônicos e digitais (ITU, 2018) é uma marca significativa na rotina de tais populações – embora a “tradição” de uso com fins de comunicação política não seja uma consequência direta, necessitando, por isso mesmo, de um aprofundamento analítico.

Assim, em vez de refletir a partir de fatores que possibilitem a compreensão dos modelos de jornalismo que vigoram na América Latina, com vista a extrair, de forma dedutiva, o seu “tipo ideal” de sistema midiático, a orientação do presente estudo vai adiante. O modelo aqui proposto tem como objetivo identificar *aspectos* conjunturais da comunicação política na América Latina, que constituem, em seu conjunto, um “contexto” em que se dão as práticas de comunicação política latino americanas. Neste sentido, antes de restringir a identificação de fatores próprios e específicos do campo do jornalismo, este estudo combina outras possibilidades que conformam de maneira mais ampla o “ambiente” da mídia latino americano.

Por conseguinte, o quadro referencial que informa o “contexto” (amplo) deste *framework* de pesquisa é percebido fundamentalmente a partir de três “ambientes” integrados: a) o sociocultural; b) o político; e c) o midiático – conforme já assinalado antes. Estes ambientes, por sua vez, são atravessados por “aspectos gerais”, relevantes a sua constituição e de natureza interdependente, porém, destacados por algumas *características mais importantes*. Estas características, por seu turno, são informadas por *variáveis analíticas*, vertentes investigativas e referências empíricas oriundas de diversas procedências, que permitem um exame mais acurado dos ambientes – e, por extensão, do “contexto” da comunicação política como um todo.

Um quadro referencial e esquemático é apresentado a seguir. Primeiro, sistematizado de forma ampla. Depois, na sequência desta seção, pormenorizado e justificado quanto aos seus aspectos principais, em subseções (Quadro 01).

Quadro de Recursos Analíticos

Variáveis e Vertentes	Referências
Ambiente Sociocultural	
(a) Nível de Desenvolvimento Humano - Tamanho da população - Distribuição demográfica por gênero - Expectativa de vida ao nascer - Índices de acesso a educação - Índices de saúde - Índices habitacionais - Disponibilidade de serviços básicos	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) http://www.hdr.undp.org/ Anuário Estatístico de América Latina e Caribe (CEPAL) http://interwp.cepal.org/ Panorama Social de América Latina (CEPAL) https://www.cepal.org/es/publicaciones/44395-panorama-social-america-latina-2018
(b) Condições Socioeconômicas - Níveis de desigualdade - Índices de pobreza - Distribuição da renda - Condição de acesso à riqueza - Gastos sociais (públicos) - Mecanismos de inclusão social - Índices de acesso ao mercado de trabalho	

(c) Condições Culturais e Cultura Política - Hábitos e práticas culturais - Participação em eventos artísticos e culturais (cinema, teatro, concertos e apresentações) - Índices de leitura (livros, jornais e revistas) - Audiência de meios tradicionais (TV e rádio) - Uso de computador, internet e redes sociais - Consumo de música e vídeo - Acesso à patrimônio material e imaterial (bens e serviços culturais) - Percepções sociais sobre a cultura (valorização e expectativas de acesso à cultura) - Valores sociais, atitudes e estereótipos - Valores culturais e sistema de crenças - Valores e normas éticas - Valores religiosos - Interesse político e participação política - Cultura política e regimes políticos	World Values Survey (WVS) http://www.worldvaluessurvey.org Organização de Estados Ibero-americanos (OEI) http://ep00.epimg.net/descargables Latin American Public Opinion Project (LAPOP) https://www.vanderbilt.edu/lapop/
---	---

Ambiente Político	
(a) Condições do Regime Político - Forma de regime - Forma de democracia (b) Tipo de Estrutura do Estado - Organização política - Forma de governo (c) Condições de Cidadania Política - Direitos políticos - Liberdade civil	Democracy Index http://www.eiu.com/default.aspx Informe Latinobarômetro http://www.latinobarometro.org Index of Democratic Development in Latin America http://www.idd-lat.org/ The Democracy Ranking of the Quality of Democracy http://www.democracyranking.org/en/index.htm United Nations (UN) https://data.un.org/ World Bank (BIRD) https://www.worldbank.org/ The World Factbook (CIA) https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/299.html Freedom in the World https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019

Ambiente Midiático	
(a) Condições Técnicas - Configuração por segmento - Proporção da canais por meio - Nível de penetração geográfica por meio - Infraestrutura tecnológica existente - Perfil dos usuários (b) Condições Econômicas - Consumo de mídia (por setor) - Principais operadores do mercado - Movimentação financeira dos setores (dimensão econômica da indústria) - Orientação comercial dos meios	UNESCO http://data.uis.unesco.org/# ITU https://www.itu.int/en/Pages/default.aspx OCDE/IDB http://www.oecd.org/internet/broadband/lac-digital-toolkit/ PwC https://www.pwc.com/gx/en/industries/tmt/media/outlook.html Delloite https://www2.deloitte.com/global/en/industries/technology-media-and-telecommunications.html?icid=top_technology-media-and-telecommunications Zenith https://www.zenithmedia.com/product/media-consumption-forecasts-2018/ Idate https://en.idate.org/product/world-tv-video-services-markets-database-report-2/ Emarketer https://www.emarketer.com/content/latin-america-digital-video-2019 World Association of Newspapers (WAN-IFRA) http://www.wan-ifra.org International Federation of Periodical Publishers (FIPP) https://www.fipp.com/ Asociación Internacional de Radiodifusión (AIR-IAB) http://www.airiab.com/ RSF – MOM http://www.mom-rsf.org/ We are Social (WAS) https://datareportal.com/reports/digital-2019-global-digital-overview

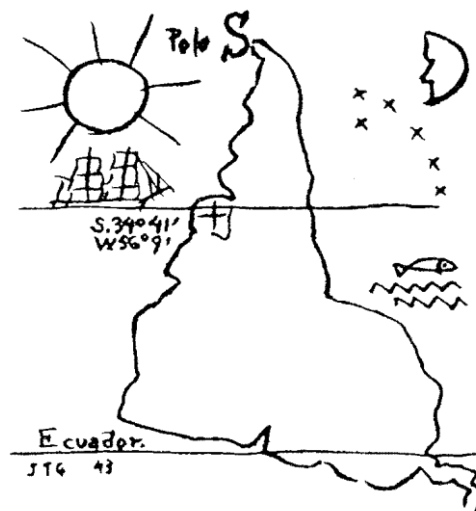
(c) Condições Políticas - Papel regulador do Estado - Alinhamento da mídia (com organizações políticas) - Engajamento do público (nas discussões públicas, através das mídias)	Organismos públicos (vinculados aos Estados) Organizações da sociedade civil (regionais e nacionais) Transparency International www.transparency.org/ RSF – MOM http://www.mom-rsf.org/
---	---

Quadro 01: Quadro de Recursos

A sistematização acima reúne o conjunto de referências analíticas que conformam o presente modelo de análise, nos termos daquilo que contribui para a percepção do “contexto” aqui em referência. Neste sentido, as variáveis constitutivas dos ambientes sociocultural, que servem ao exame de suas características mais importantes são: (a) o nível de desenvolvimento humano; (b) as condições socioeconômicas; (c) as condições culturais e a cultura política. As variáveis constitutivas do ambiente político, que servem ao exame de suas características mais importantes são: (a) as condições do regime político; (b) o tipo de estrutura do Estado; e (c) as condições de exercício de cidadania política. Por fim, as variáveis constitutivas do ambiente midiático, que servem ao exame de suas características mais importantes são: (a) as condições técnicas; (b) as condições econômicas; e (c) as condições sociopolíticas.

As variáveis analíticas se desdobram em vertentes de análise mais específicas, que são informadas por um conjunto de referências empíricas (conceitos e fontes), que serão desenvolvidas nas próximas páginas. Portanto, as subseções adiante, tratam dos ambientes, variáveis, vertentes e referências a eles correspondentes, segundo a ordem em que vem sendo destacadas na redação do presente texto (e em consonância com que foram apresentados pelo “Quadro de Recursos Analíticos”. Reforça-se que esta ordem é irrelevante para os propósitos que orientam esta pesquisa.

4.3.1.1. O ambiente sociocultural



Uma imagem icônica retratando a América Latina pode ser extraída do desenho (acima) do artista uruguaio Joaquín Torres García (1874-1949). A “América Invertida” (1943) é uma das expressões de um amplo debate sobre a arte moderna, que atravessou o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (CHILVERS; OSBORNE, 1988). Em meio a efervescência cultural do período, Torres García pleiteava um lugar próprio para a produção artística e cultural latino americana:

He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, nuestro Norte es el Sur. No debe haber Norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala, insistentemente el Sur, nuestro Norte (TORRES GARCIA, [1935] 2000: 393).

A reflexão acerca de uma América Latina pensada a partir de seu próprio “Sul” é um eixo perseguido por gerações de autores das mais diversas áreas do conhecimento. Desde o filósofo político cubano José Martí ([1891]/1986) até os mais contemporâneos Aníbal Quijano (2005), na Sociologia e Guillermo O’Donnell (2010), na Ciência Política, há uma riqueza intelectual singular na região.

Um breve cotejo desta “história intelectual” também é oferecido por Maria Elisa Noronha de Sá (2016), que organiza uma coletânea de artigos com foco no estudo comparado, abordando o pensamento de intelectuais que influenciaram, como autores e como atores, os processos de independência e a construção dos Estados nacionais ao longo do século XIX – no que a autora define como América Ibérica.

Acerca de tal nomenclatura, a propósito, cabe a ressalva de que, para alguns interlocutores, o mais adequado seria utilizar a denominação “Ibero-América” (e suas variações) para definição da região aqui em exame. O argentino Walter Mignolo (2007) critica a constituição histórica das ideias no continente americano. A referência à região, por exemplo, desde o surgimento da palavra América até o seu desenvolvimento em América Latina (decorrente de uma reordenação do mundo colonial moderno), traduziria um conjunto de interesses dos impérios coloniais a fim de preservar e ampliar seus domínios, bem como das elites (*criollas*) locais, interessadas em marcar diferença em relação aos índios e aos afro-americanos apropriando-se do pensamento europeu (MIGNOLO, 2007: 28-29).

Não obstante a pertinência de tais ponderações, esta tese adota a expressão “América Latina” (e suas variações), tendo em vista a recorrência de uso do termo nas discussões de comunicação política (e de sua vertente comparada).

Mas, naturalmente, as complexidades inerentes ao “contexto” regional aqui em referência não se restringem a sua denominação. O desafio de conceber a América Latina como um conjunto harmônico esbarra na diversidade de idiomas, na pluralidade de tradições, nas múltiplas formas de organização social, nas diferentes manifestações religiosas e, sobretudo, em uma rica e abrangente história que se inicia muito antes da chegada dos europeus ao continente.

Tratá-la numa perspectiva cultural é um exercício ainda mais laborioso, dada a miríade de referências. Para ficarmos apenas na literatura, a lista é praticamente interminável: Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Machado de Assis, Jorge Luís Borges, Mário Vargas Llosa, Carlos Drummond de Andrade, Miguel Angel Asturias, Pablo Neruda, Gabriel García Márquez, Isabel Allende, Jorge Icaza, Lúcia Fagundes Telles, Jorge Amado, Gabriela Mistral, Alfonso Reyes, dentre muitos e tantos outros.

A revista *Nueva Sociedad* (2012) em edição comemorativa de seus 40 anos de fundação, perguntou a intelectuais latino-americanos (dentre eles, Adolfo Gilly, Jesús Martín Barbero e Emir Sader), qual livro destacariam como fundamental para entender a América Latina. As respostas variadas (da literatura dos cubanos Alejo Carpentier e Leonardo Padura à filosofia histórica do uruguaio José Enrique Rodó) sugerem a natureza eclética, ampla e longínqua de referências que se renovam na condução de um pensamento crítico e de debate político intelectual latino americano.

Quem também enfrenta o dilema da pergunta sobre se é possível falar de um “pensamento” latino americano é Simone Rodrigues Pinto (2012). Defendendo a possibilidade de uma corrente que se desenvolveu a partir de influências exógenas, condena as teses de inautenticidade ou mera repetição da produção do continente. E identifica vertentes de análises que decorrem de uma esquerda nascente, dos nacionalismos, da emergência do desenvolvimentismo até as discussões em torno do dependentismo que se desdobram nas perspectivas críticas do pós-colonialismo.

Para a autora, a valorização do pensamento latino-americano (que carrega certo um viés progressista inato) enfrenta muitos obstáculos, mas passa sobretudo por dois deles: um externo, que diz respeito à dificuldade de ser reconhecido nos grandes centros; e um interno, que tem relação com um sentimento de inferioridade, historicamente imposto pelo modelo euroamericano, associado à incapacidade de produzirmos conhecimento de qualidade (PINTO, 2012: 338).

Um dos críticos mais contumazes a uma certa ordem científica (e geopolítica) que condena às sombras uma região tão rica e complexa como a América Latina é Eduardo Galeano (1999). Seu clássico “As veias abertas da América Latina”, embora datado, propõe uma importante reflexão sobre a história da América Latina, desde o ponto de vista da exploração econômica e da dominação política.

O texto é considerado uma obra chave na compreensão do imperialismo, debruçando-se sobre as primeiras expedições europeias rumo à Terra Nova até os embates decorrentes do contexto da Guerra Fria, quando começaram a ter início os regimes ditatoriais nos países latino-americanos, simultaneamente.

O espírito combativo de Eduardo Galeano (1988) é revelado na passagem de outra obra igualmente marcante do autor uruguaio: “A descoberta da América:

que ainda não houve”. Nela, advoga (em causa própria) sugerindo que o “destino de escritores latino americanos está ligado à necessidade de transformações sociais profundas” (GALEANO, 1988: 14). Ao conectar-se com suas próprias raízes, um Galeano sempre crítico não deixa de enxergar a multiplicidade, a alteridade e a diversidade como as essências próprias e inalienáveis dos povos e das culturas das Américas.

Como lembra Nestor Garcia Canclini (2006), a “América Latina já era culturalmente diversificada antes de ser chamada por esse nome” (CANCLINI, 2006: s/n). Hoje, em um contexto de maior complexidade, o quadro de diversidade só aumentou, reforçado pelas distinções étnicas, nacionais e regionais. Mas, a este processo mais recente também se soma um crescente movimento de exclusões e desigualdades, que promove uma assimetria de gêneros, faixas etárias e de acesso aos bens de consumo e às informações, no que constituiu um “novo mapa de diferenças e desigualdades” que vai “se configurando na interação das culturas latino-americanas entre si e com os movimentos globalizadores” (CANCLINI, 2006: s/n).

Embora rica em termos multiculturais, de um pluralismo linguístico (consideradas as diversas línguas indígenas faladas no continente – embora pouco conhecidas) e das interconexões entre as formas de organização social internas e de outras sociedades e culturas, a região é também estigmatizada por formas recorrentes de violência, pobreza e criminalidade. Na sua categorização como realidade regional, não é incomum que sejam destacados seus *déficits* estruturais e institucionais.

No âmbito econômico, a ênfase recai nas insuficiências que acompanham a infraestrutura de produção de bens, frequentemente retratada como muito dependente da exportação de matérias primas. Na dimensão política, as críticas são dirigidas à instabilidade dos regimes, à corrupção e ao caráter nacionalista de suas lideranças.

Outro pensador latino americano que oferece uma interpretação histórica (e simbólica) magistral sobre os caminhos que levam à (in)compreensão da América Latina é Octavio Paz (1993). Em “*Sor Juana Ines de la Cruz: o las trampas de la fe*”, o autor revela um México de múltiplas facetas, que poderia servir perfeitamente como alicerce de uma cosmovisão de Latino América, em todas as suas nuances.

Nas tentativas de entendimento de um passado que oscila entre os enaltecimentos e as negações, surgem dois Méxicos muito distintos (na literatura do premiado autor mexicano). Um que nasce com o Estado asteca ou até mesmo antes e perde a sua independência no século XVI, até recuperá-la em 1821 – numa espécie de continuidade entre passado e presente, no qual a colonização é “um interregno, um parêntese histórico, uma zona vazia na qual pouca coisa acontece” (PAZ, 1993: 23).

O outro México remete à concepção de um modelo de sociedade resultante dos três séculos de presença da Nova Espanha, mesclados a um rico passado pré-hispânico. Os caminhos que levam à independência revelam um processo de “amadurecimento” deste passado híbrido. No entanto, embora a continuidade dos arranjos sociais, institucionais e econômicos possam sugerir um quadro mais realista para o presente, o ritmo evolucionista esconde fraturas e desigualdades profundas.

Como sustenta Paz, sequer o passado pré-colombiano pode ser pensado em termos de uma unidade absoluta. Há divisões e descontinuidades. É um mundo rico em particularidades, antagonismos e diferenças. Sucodem-se teocracias em distintos períodos históricos – ainda que as rupturas tenham ocorrido dentre de uma mesma “ordem” civilizatória. A conquista (a Nova Espanha) implica um corte mais abrupto e civilizacional, “a linha divisória que quebra nossa história em duas partes: de um lado, o de lá, o mundo pré-colombiano; do outro, o de cá, o vice-reinado católico da Nova Espanha e a República laica e independente do México” (PAZ, 1993: 24).

O México atual, como de resto, boa parte da América Latina, equilibra-se entre um resgate das tradições nativas, com propósitos de autojustificação e idealização e um esforço de integração dos grupos “indígenas” na sociedade “tradicional”.

Em uma leitura muito singular à realidade mexicana (mas extensível, nos seus termos mais gerais a outras sociedades latino americanas) Octavio Paz argumenta que mudaram a retórica e as ideias, mas não o movimento geral da história. Esse movimento “se abre em duas direções contraditórias e complementares: à medida que em termos de raça o país se transforma mais e mais numa nação mestiça, em termos socioculturais ele se torna mais e mais ocidental” (PAZ, 1993: 25).

Em certo sentido, Octavio Paz enxerga, por meio de sua obra, um processo histórico não linear, que resulta em três sociedades (mexicanas) diferentes e sobrepostas entre si: uma antiga, negada pelos colonizadores; estes últimos, ao renegarem um passado, contradizem-se a si mesmos, dada a imbricação da Nova Espanha com o mundo “indígena”; por fim, a República do México, ao negar a Nova Espanha, a prolonga. Em cada movimento destes, há rupturas, por certo, mas que não negam uma certa continuidade secreta e persistente. Um todo derivado muito mais complexo, pois mesclado, porém, em essência, reduzido, deformado, empobrecido.

O que se procura articular aqui, com base nestas breves referências a uma literatura tão eclética, é que um olhar investigativo sobre a América Latina implica identificar, no seu contexto histórico de formação, as forças que disputam o poder nos principais países que integram o continente. Desde a chegada dos primeiros colonizadores, se estabeleceu uma oligarquia ligada às cortes europeias, que implementou práticas extrativistas das riquezas minerais e de exploração intensiva do solo, em troca de favorecimentos materiais e do domínio político das colônias.

Não obstante as muitas transformações sofridas pela região ao longo dos séculos, sobretudo com os movimentos de independência no século XIX, a renda e a propriedade permaneceram concentradas nas mãos de uma pequena elite.

Na entrada do século XX, o poder político de grandes proprietários de terra passou a ser compartilhado com uma nascente classe industrial e financeira. Neste desenho de sociedade incomum, a apropriação do Estado como agente fomentador do crescimento econômico (de setores inteiros), mistura-se ao nacionalismo, o reforço da lógica patrimonialista e à emergência de lideranças políticas carismáticas, que se alternam entre o conservadorismo e a modernização. Paralelamente, se mantém um regime de exclusão social imenso, que condena grandes massas populacionais à falta de acesso às estruturas produtivas, à terra, à educação e aos serviços públicos.

Informados por esta estrutura relativamente invariável (historicamente), algumas “características mais importantes” se destacam dos “aspectos gerais” que conformam o “ambiente sociocultural” latino americano. É com o propósito de delinear com mais precisão no que consistem, que esta pesquisa faz uso de um con-

junto de recursos analíticos, como parte do esforço de desenvolvimento de um modelo de análise de comunicação política comparada para a região. Neste sentido, passam a ser examinados: (a) o nível de desenvolvimento humano; (b) as condições socioeconômicas; (c) as condições culturais e a cultura política da América Latina.

No que corresponde ao nível de desenvolvimento humano, a desigualdade social é uma marca distintiva dos países da América Latina ainda hoje. Praticamente todas as nações da região estão abaixo da média mundial de igualdade na distribuição de renda (PNUD, 2018; OXFAM, 2019; CEPAL, 2018a; 2108b).

Não são outras as evidências que se extraem dos indicadores sociais, econômicos, políticos e culturais que algumas respeitáveis agências de pesquisa, organismos de controle e instituições multilaterais produzem. Embora orientados por uma normatividade mais afim à realidade de nações hegemônicas (do Norte Ocidental), tais documentos traduzem um quadro geral de valores e referências que ajudam a elaborar uma compreensão de uma América Latina em sua faceta social e cultural – naquilo que efetivamente mais interessa a esta pesquisa.

A começar pelos relatórios das Nações Unidas, divulgados anualmente, desde a década de 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), refletindo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de “desenvolvimento humano” (PNUD, 2018). A estatística é composta por três critérios básicos: a expectativa de vida ao nascer (vida longa e saudável), o nível de educação (com base no acesso ao conhecimento, pelos anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade) e o PIB per capita (padrão de vida decente), como indicadores das condições de vida dos indivíduos, recolhidos em nível nacional (de cada Estado).

A partir dos resultados obtidos, os países são classificados como: desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento alto e médio) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). Não sem surpresa, no IDH 2018 (relativo aos dados de 2017), o grosso dos 33 países que integram o continente latino americano integram uma faixa intermediária de desenvolvimento humano. Nos extremos, o Chile, 44º da lista, com IDH 0.843 (desenvolvimento humano muito alto), enquanto o Haiti, figura na 168º posição (de

cerca de 200 países examinados), com IDH 0.498 (desenvolvimento humano baixo).

Para semelhante finalidade servem os relatórios produzidos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), organismo multilateral criado em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros.

A entidade produz pelo menos dois relatórios anuais que também contribuem significativamente com o propósito de um melhor entendimento da realidade sociocultural latino americana. O “Anuário Estatístico de América Latina e Caribe” (CEPAL, 2018a) e “Panorama Social de América Latina” (CEPAL, 2018b).

No primeiro são mensurados aspectos demográficos e sociais da região, que incluem indicadores de população, trabalho, educação, saúde, habitação, acesso a serviços básicos, distribuição de renda e gênero. No segundo são aferidos dados relativos a desigualdades socioeconômicas (distribuição da renda e da riqueza), tendências recentes e de longo prazo da pobreza; gastos sociais (evolução e políticas públicas de mercado de trabalho); desafios estruturais da inclusão e do mercado de trabalho; e autonomia econômica das mulheres ante as mudanças no mercado de trabalho, dentre alguns dos aspectos mais importantes percebidos pelo órgão.

As informações oferecem uma perspectiva rica em detalhes do contexto social latino americano, formado por uma população superior a 650 milhões de pessoas (652.012.000 habitantes), com uma taxa de crescimento demográfica de 1% ao ano, dos quais somente metade tem acesso ao ensino superior, embora entre os jovens (até 24 anos), as taxas de alfabetização sejam superiores a 90%.

Destacam-se no ambiente social, as graves desigualdades entre gêneros, a precariedade de acesso a serviços básicos e a grave taxa de 40% da população vivendo entre a pobreza e a pobreza extrema. Os números dão o tom das desigualdades que atravessam a região, com discrepâncias significativas entre os países.

Como sustenta o relatório “Panorama Social”, embora tenham sido registrados progressos importantes nos últimos 15 anos, a América Latina e o Caribe continuam sendo a região mais desigual do mundo, mais até do que a África Subsaariana (a segunda região mais desigual), apresentando um Coeficiente de *Gini* (índice

utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo) médio quase um terço superior ao da Europa e Ásia Central (CEPAL, 2018b: 11).

As análises destacam a necessidade de esforços ainda mais concentrados na erradicação da pobreza e da pobreza extrema, bem como na redução da desigualdade, em todos os níveis, como os desafios fundamentais para os países da América Latina. Os avanços de anos recentes têm sido preocupantemente comprometidos com retrocessos, em particular nas iniciativas de combate à pobreza extrema.

Como sugerem os analistas da CEPAL, dado o contexto de baixo crescimento econômico da região e face as profundas transformações demográficas e no mercado de trabalho torna-se imperativo o desenvolvimento e o fortalecimento das políticas públicas de proteção social e do mercado de trabalho, abrangendo medidas de inclusão social e laboral, bem como políticas de redistribuição da renda.

Além disso, o organismo prega a defesa dos gastos sociais, assim como do fortalecimento da institucionalidade social e trabalhista, para que as minorias (crianças, adolescentes e jovens, as mulheres em idade produtiva e os indígenas e afrodescendentes) não sejam ainda mais desproporcionalmente afetadas.

Em termos práticos, nos últimos anos, muito pouco destas recomendações têm sido observadas pelos representantes políticos e lideranças econômicas da região latino americana. Neste contexto, os problemas sociais se avolumam, contribuindo para novas dinâmicas de ação da sociedade no âmbito dos interesses coletivos.

Para a comunicação política, que interessa a esta pesquisa, os desdobramentos são potencialmente significativos. A ênfase sobre algumas “vertentes” de análise mais específicas contribui para uma percepção mais acurada das características ligadas ao desenvolvimento humano na região, que afeta a maneira como as pessoas se colocam no mundo – e, por consequência, agem politicamente. Incidem sobre tais dinâmicas, condições como: o tamanho da população; a distribuição demográfica por gênero; as expectativas de vida ao nascer; os índices de acesso a educação; os índices de acesso à saúde; os índices de acesso à moradia; e, a disponibilidade de serviços básicos, dentre outras possibilidades existentes.

Da mesma maneira e, de certa forma, em caráter de complementariedade, os indicativos acima devem estar associados às condições econômicas a partir do que se desenvolvem as sociedades latino americanas. Neste sentido, o que o modelo aqui em proposição identifica como referenciais analíticos importantes contidos nas mesmas fontes de pesquisa acima aludidas (PNUD e CEPAL) e que contribuem para um mapeamento mais nítido das condições da região são: os níveis de desigualdade; os índices de pobreza; as formas de distribuição da renda; as condições de acesso à riqueza; os gastos sociais empenhados pelos entes públicos dos Estados; os mecanismos de inclusão social; e, finalmente (embora não exaustivamente), as políticas de inclusão e de garantia de acesso ao mercado de trabalho.

É, portanto, desta pluralidade de referências que começam a se revelar as primeiras angulações deste modelo de análise, naquilo que corresponde às características socioeconômicas mais relevantes das sociedades latino americanas.

Não temos dúvidas que constituem variáveis importantes para uma reflexão sobre a comunicação política, tendo que, em um cenário de desequilíbrios, instabilidade e demandas reprimidas (porém, simultaneamente, de maior facilidade de acesso aos dispositivos técnicos de comunicação) a “esfera pública” ganha novos contornos (DAHLGREN, 2005). E em conjunturas problemáticas (particularmente na região continental que esta pesquisa examina), a participação do público nos processos e práticas da comunicação política tem relevado novas facetas e possibilidades.

Lance Bennet e Barbara Pfetsch (2018) defendem que, em muitas democracias, a comunicação política tem refletido uma desconexão do público com as instituições midiáticas e políticas. Conclamam, neste sentido, um “repensar das suposições – há muito fundamentadas em concepções normativas idealizadas da política democrática - sobre sistemas de mídia e interações imprensa/política” (BENNET; PFETSCH, 2018: 243). Na América Latina, este quadro parece a cada dia mais revelador das possibilidades e ameaças desencadeadas pela “disruptura das esferas públicas” (BENNET; PFETSCH, 2018: 243) e das relações que passam a se estabelecer entre a mídia, os públicos e as instituições democráticas, no contexto regi-

onal de interesse desta pesquisa. Aprofundar a compreensão deste “ambiente” sociocultural, implica um passo adicional, em termos de inclusão de variáveis de análise ao modelo.

Portanto, no outro espectro desta discussão (o que, para os interesses desta pesquisa, tem um sentido de densificação) a cultura, em suas especificidades constitutivas em termos de América Latina tem igual relevância metodológica.

Porém, como já foi sinalizado neste texto, a cultura não consiste em elemento trivial de análise. Na perspectiva científica, a dimensão cultural tem sido objeto de desenvolvimento conceitual em diferentes frentes. Embora complexa em sua natureza constitutiva e como formulação teórica, há múltiplos esforços metodológicos e analíticos que vem sendo aperfeiçoados, de forma a oferecer a possibilidade de medir “valores culturais”. O modelo mais ambicioso é o relatório quinquenal produzido pela *World Values Survey* (WVS), entidade sem fins lucrativos, com sede em Viena, Áustria, formada por uma rede global de cientistas sociais que estuda os valores e crenças, suas mudanças e impacto na vida política e social.

A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 1981, abrangendo (atualmente) em torno de 80 países, que reúnem quase 90% da população mundial. O estudo mede, monitora e analisa diversos temas, como: valores culturais, atitudes e crenças em relação a gênero, família e religião; atitudes e experiências de pobreza; educação, saúde e segurança; tolerância social e confiança; atitudes em relação a instituições multilaterais; diferenças culturais e semelhanças entre regiões e sociedades. Os temas, por sua vez, são analisados a partir de uma série de subitens (indicadores).

Em sua 7ª onda (as ondas correspondem aos estágios de desenvolvimento da pesquisa, sendo a sétima relativa à cobertura do período 2017-2020), o questionário WVS-7 foi elaborado com a inclusão de novos tópicos, como questões de justiça, princípios morais, corrupção, responsabilidade e risco, migração, segurança nacional e governança global. Dentre outros países latino americanos cobertos pelo estudo estão Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru e México.

Nos levantamentos realizados ao longo de mais de três décadas, a organização procura demonstrar que as crenças das pessoas desempenham um papel funda-

mental em diversos âmbitos: do desenvolvimento econômico à emergência e fortalecimento das instituições democráticas. Os cientistas políticos Ronald Inglehart e Christian Welzel são os principais responsáveis pela análise dos dados. Suas reflexões os levaram a constatação de que existem duas dimensões principais de variação cultural e que traduzem, em termos mais específicos, parâmetros de “cultura política” das sociedades pesquisada: os valores tradicionais versus os valores racionais-seculares; e os valores de sobrevivência versus os valores de auto-expressão.

Com base nestas “dimensões de análise”, procuram enquadrar as sociedades analisadas em um “mapa cultural global” – a partir do qual, as mesmas se movimentam (para cima, refletindo uma mudança dos valores tradicionais para os valores racionais-seculares; para a direita, refletindo uma mudança dos valores de sobrevivência para os valores de auto-expressão). A normatividade que encerra a pesquisa é bastante discutida na literatura pelas suas pretensões de universalidade – e, não sem surpresa, o caráter etnocêntrico com que os diagnósticos são traçados.

Para os autores, os valores tradicionais enfatizam a importância da religião, os laços de parentesco (sobretudo entre pai e filho), a deferência à autoridade e os valores familiares tradicionais. As pessoas que adotam esses valores também rejeitam o divórcio, o aborto, a eutanásia e o suicídio. Essas sociedades têm altos níveis de orgulho nacional e uma perspectiva nacionalista. Os valores racionais-seculares têm preferências opostas aos valores tradicionais. Essas sociedades dão menos ênfase à religião, aos valores familiares tradicionais e à autoridade. Divórcio, aborto, eutanásia e suicídio são vistos como relativamente aceitáveis. Os valores de sobrevivência enfatizam a segurança econômica e física. De forma mais abrangente, estão ligados a uma perspectiva relativamente etnocêntrica e a baixos níveis de confiança e tolerância. Por fim, os valores de auto-expressão dão alta prioridade à proteção ambiental, a crescente tolerância a estrangeiros, gays e lésbicas e à igualdade de gênero e às crescentes demandas por participação na tomada de decisões na vida econômica e política.

Reforçando os traços paradoxais que caracterizam a América Latina, nas suas séries históricas (1981-2015) o estudo localiza boa parte das sociedades da região aferindo altas pontuações nos valores tradicionais e de autoexpressão (WVS, 2018).

Em alguma medida, no que corresponde aos interesses desta pesquisa, a percepção acerca de uma “cultura política” latino americana tem importância crucial. Naturalmente, um quadro mais amplo e interpretativo resulta da combinação dinâmica dos recursos analíticos aqui propostos. E, neste sentido, outro recurso que contribui para uma percepção mais objetiva de uma “cultura política” afim ao “ambiente sociocultural” latino americano são as bases de dados compiladas pelo LAPOP, o Projeto de Pesquisas de Opinião Pública Latino Americanas, com sede na Universidade de *Wanderbuit*, em Nashville, no Tennessee. Há diversas publicações orientadas para a região, com vista a medir valores e comportamentos democráticos nas Américas.

Possivelmente, o *survey* mais ambicioso é o “*AmericasBarometer*” (LAPOP, 2019a), que consiste em um estudo que alcança 34 países da região, abrangendo questões que vão desde a confiança nas instituições, ao engajamento eleitoral, passando por percepções do público quanto aos processos de governança democrática, bem-estar econômico, preferências políticas, saúde e felicidade, dentre outras. Derivam dos resultados obtidos um conjunto de análises que permitem uma compreensão mais aguda das circunstâncias em que se desenvolvem as sociedades democráticas latino americanas. O “*Pulse of Democracy*” (LAPOP, 2019b), que em sua última edição, relativa ao período 2018/2019, destaca o mal-estar democrático que se estabeleceu em partes importantes da região, percebida pela queda dramática dos índices de apoio e satisfação com a democracia medidos anualmente pela instituição. Na mesma medida em que o apoio a democracia declina, as sociedades demonstram uma diminuição de satisfação com o sistema político e com os processos eleitorais. Subjacente a esse retrato regional, há variações importantes e reveladoras entre os países: notadamente, onde as eleições produziram uma alternância de poder político, o compromisso público com a democracia e as instituições democráticas é maior. A pesquisa também analisa pela primeira vez o uso das mídias sociais. O apoio à democracia é maior entre os usuários frequentes das mídias sociais, enquanto a confiança nas instituições políticas é menor, dentre outros dados relevantes de uma dimensão própria da “cultura política” da região.

Em termos mais amplos, uma outra radiografia de aspectos culturais relativos à realidade latino americana é o estudo promovido pela Organização de Estados Ibero-americanos (OEI, 2014) e realizado em parceria com o *Latinobarómetro*. A

“Encuesta Latino-americana de Hábitos y Prácticas Culturales 2013”, embora razoavelmente datado é um estudo (que abrange 16 países da região) que se debruça sobre o acesso, a qualidade e a oferta de cultura na América Latina e se propõe a analisar os hábitos de consumo da cultura em uma grande variedade de dimensões, dentre as quais: a frequência de leitura de jornais e livros, a audiência de rádio e TV, o consumo de cinema e vídeo, frequência ao teatro, concertos, recitais e apresentações ao vivo, utilização de computadores, acesso a correio eletrônico, uso de internet e redes sociais, visitas a locais de patrimônio cultural, celebração de eventos culturais, e, em geral, acesso a bens e serviços culturais.

O objetivo da enquete (que consultou cerca de 1000 pessoas por país pesquisado) era aferir duas dimensões de análise: a percepção das ofertas culturais no passado e as expectativas sobre as mesmas ofertas nos anos futuros. Os resultados revelam uma percepção de aumento de oferta de oportunidades culturais e que as mesmas continuariam a crescer. No entanto, os dados também demonstram uma baixíssima proporção do Produto Interno Bruto (PIB) dedicada à cultura (em média, abaixo de 0,5%, na região). Em direção contrária, o estudo detecta uma ampliação da presença da internet na rotina das mesmas sociedades (em média 40% com acesso).

A iniciativa do levantamento é decorrente das demandas expressas em anteriores Conferências Ibero-americanas de Ministros da Cultura que formam o continente, com vista ao desenvolvimento de um Observatório de Cultura Ibero-Americana (OIBC). O intuito do trabalho era obter informações quantitativas e qualitativas que possibilitassem o aperfeiçoamento de estudos e metodologias que facilitassem a comparação entre os países da região e o auxílio a elaboração de políticas públicas no campo cultural. De toda feita, os autores do estudo reconhecem a impossibilidade de os dados capturarem toda a rica riqueza cultural existente na região, tendo em vista a variedade de expressões e condições sociais existentes.

A cultura, como demonstrada nas diferentes expressões analisadas no estudo é percebida como algo vago e ainda remoto para muitas pessoas que tiveram menos oportunidades na vida. Neste sentido, as dificuldades de acesso também manifestam as graves desigualdades econômicas e sociais presentes em toda a América Latina.

Embora possa servir como um “lugar” de encontros e de inclusão social, as informações coletadas revelam que ainda existem diferenças notáveis decorrentes dos desníveis sociais e educacionais das populações no acesso aos bens culturais.

Grosso modo, goza de mais destaque o hábito de ouvir música, seguido de assistir a vídeos e depois ler, que estão entre as práticas culturais favoritas dos latino americanos – em parte porque são gratuitas e de fácil acesso. Com relação à leitura, um dado chama a atenção: 45% dos entrevistados reconhece que não lê nunca ou quase nunca por motivos profissionais ou educativos. Enquanto isso, uma média de 3,5 horas por dia é dedicada à televisão e outras 3,7 horas a mais nos finais de semana. Em relação ao rádio, em média são dedicadas a esse veículo 3,9 horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira. A leitura de jornais consome 3,7 dias por semana. Quanto ao cinema 65% dos latino-americanos disseram não ter ido ao cinema no último ano, e só 9% realizaram a atividade uma vez por mês. No âmbito dos recursos digitais, uma parcela significativa da população acima de 51 anos (80%) nunca usou e-mail ou internet, contra 57% das pessoas com idades entre 31 anos e 50 anos, e 33% dos mais jovens. Estes dados, naturalmente, sofreram modificações significativas nos últimos anos, em razão das melhorias de acesso e de infraestrutura tecnológicas. Em certa medida, podem ser redimensionados pelo cruzamento com outros organismos de consulta, como a *International Telecommunications Union* (ITU, 2019), que mantém métricas e acompanhamentos constantes de tais índices, conforme será melhor detalhado adiante, ao tratarmos do “ambiente midiático”.

O que se pretende extrair destas informações, a partir das fontes de consultas relacionadas, é que as mesmas podem contribuir com o propósito de delinear um panorama mais claro e preciso do ambiente sociocultural da América Latina e, por decorrência, da natureza de sua “cultura política”, o que tem o potencial de informar, em alguma medida, as ações dos cidadãos (o público) nas dinâmicas práticas da comunicação política do continente, nas suas relações com a mídia e a política.

É, portanto, a partir destas considerações, premissas e recursos analíticos, que se constitui um primeiro conjunto de elementos que informam este modelo de análise. O corte dá ênfase às características mais importantes do que este estudo denomina como “ambiente sociocultural”, parte integrante do que propomos como o “contexto” em que se dão os fenômenos de comunicação política. A soma das

variáveis, vertentes e referências aqui apontadas, de forma mais ampla, integra o modelo de análise de comunicação política comparada proposto por esta pesquisa, com vista à compreensão das práticas de comunicação política na América Latina.

E, estas características que integram o ambiente sociocultural, naturalmente, se articulam ainda com outras, que se relacionam com os demais “ambientes” do presente “contexto” de análise. Na próxima subseção serão examinadas as características mais relevantes informam o “ambiente político” latino americano.

4.3.1.2. O ambiente político

A referência ao ambiente político implica, de antemão, o reconhecimento de inúmeros “instrumentos” analíticos que já vem sendo levados em consideração pela literatura do campo, nas análises comparadas de comunicação política. Parte destes recursos decorrem de tradições de estudos precedentes aos da comunicação política – e que a estes foram incorporados, de forma relativamente direta, com limitadas relativizações ou contextualizações prévias. É o caso mais específico de algumas noções oriundas da Ciência Política (e da própria Política Comparada), que carregam consigo suas próprias idiossincrasias – legando, assim, sua influência para alguns importantes estudos comparados de comunicação política.

Antes de identificá-las, cabe assinalar que a prevalência dos regimes democráticos é a realidade mais atual do continente latino americano. Porém, a natureza de grande parte destes regimes também comporta suas próprias especificidades. Examiná-los, a partir daquilo que já foi estabelecido pela literatura do campo é um passo inicial, mas não suficiente – tendo em vista os pressupostos desta pesquisa. Portanto, a partir dos recortes propostos por alguns dos estudos tradicionais de comunicação política comparada, que demarcam o que vem a ser a “dimensão” da política (na sua relação com as mídias), uma breve incursão pela literatura da Teoria Política Contemporânea latino americana também será empreendida – em auxílio a conformação do “ambiente político”, relativo ao modelo de análise do presente estudo.

A partir de um olhar mais recente para a produção de estudos comparados de comunicação política, um dos empreendimentos de maior fôlego é o realizado

por Pippa Norris (2000), com “*A virtuous circle: political communications in post-industrial society*”. O trabalho parte de uma indagação central: “seria o processo de comunicação política, orientado pelas organizações jornalísticas e pelos partidos políticos o responsável pelo mal-estar cívico?” (NORRIS, 2000, s/n).

Através de uma abordagem crítica a um certo “comodismo” da área em atribuir responsabilidade pela crise da democracia ao “mensageiro”, isto é, às mídias e aos jornalistas, a autora aponta para a necessidade de rever os preceitos da área e, sobretudo, atentar para as falhas profundas que cercam a democracia representativa.

O trabalho tem natureza comparativa e se debruça sobre a realidade de cerca de 30 países que integram a OCDE para avaliar seus sistemas de mídia e político. Naquilo que interessa ao recorte da presente pesquisa, no sentido de identificar “características importantes” que integram o “ambiente da política”, o trabalho de Pippa Norris (2000) aponta para dez fatores que configuram o “sistema político” dos cerca de 30 regimes democráticos presidencialistas e parlamentares que compõe a OCDE.

São os seguintes os fatores analíticos listados na obra: (a) o tipo de sistema eleitoral (que variam desde a representação proporcional usando listas de partidos nacionais ou regionais, a sistemas majoritários, sistemas de pluralidade até os sistemas mistos); (b) a quantidade de membros eleitos para as câmaras baixas; (c) o número efetivo de partidos existentes nos parlamentos; (d) o tipo de sistema partidário (bipartidário; pluralismo moderado; pluralismo fragmentado); (e) as formas de eleições populares para as câmaras altas (existência ou ausência; direta ou indireta; unicameral ou bicameral; ou mista); (f) as formas de eleição presidencial (existência ou ausência; majoritária em dois turnos; pluralista; por voto alternativo; ou mista); (g) a quantidade de referendos nacionais; (h) a classificação em termos de direitos políticos; (i) a classificação em termos de liberdades civis; e (j) o tipo de democracia (livre ou parcialmente livre) – (NORRIS, 2000: 50-51).

No trabalho em tela, os índices constitutivos do “sistema político” são informados por uma série de fontes de pesquisa, armazenadas historicamente por instituições de pesquisa ou organismos internacionais, que são combinadas a conceitos delimitadores dos parâmetros de análise utilizados. São exemplos destes recursos os “Indicadores Sócio Econômicos da OCDE” e o “*Freedom House*”. Combinam-

se a eles, noções extraídas da literatura, como o conceito de “sistemas eleitorais”, extraído da coletânea “*Comparing democracies*”, que tem a própria Pippa Norris como uma das organizadoras, ao lado de Lawrence LeDuc e Richard Niemi (1996).

Tendo em vista a singular realidade dos países retratados por Pippa Norris (2000) no seu levantamento de “critérios” constitutivos do “sistema político” dos membros que integram a OCDE, relativamente muito pouco poderia ser incorporado a esta metodologia aqui em desenvolvimento. A exceção são alguns parâmetros básicos, como os “tipos de democracia”, os “níveis de direitos políticos” e as “liberdades civis” que, com a adequação dos instrumentos analíticos adotados efetivamente por esta pesquisa, serão retomados adiante, ainda nesta subseção.

Em sentido razoavelmente em comum, na pesquisa comparada mais conhecida do campo da comunicação política, Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) delimitam a “dimensão política” de seu modelo sistêmico de mídia, a partir de determinadas “categorias” e “indicadores”, atribuindo-lhes a condição de “variáveis independentes” de análise. Neste sentido, a política (através dos parâmetros que a definem) é subsidiária à reflexão principal. A premissa da abordagem é que os “sistemas midiáticos” são “moldados pelo contexto mais amplo da história, das estruturas e da cultura política” (HALLIN; MANCINI, 2004: 46). Nesta perspectiva, os autores incorporam alguns conceitos tomados da Sociologia Política e de estudos clássicos de Política Comparada, para elaborar uma das dimensões de seu modelo de análise.

De forma resumida, são eles: (a) o papel do Estado: democracias liberais ou de Estado de bem estar social, diferenciados pela atividade intervencionista do Estado; (b) o tipo de democracia prevalecente: por consenso (caracterizado por um sistema multipartidário, no qual o poder é partilhado, de acordo com a representação proporcional) ou majoritário (formado por dois partidos dominantes, em que um concentra mais poder político que o outro); (c) o tipo de pluralismo prevalecente: individual (que se define pela relação entre as instituições governamentais e os cidadãos individuais) ou organizado (que tem foco nos grupos sociais organizados – ou em que corporativismo se integra ao processo político); (d) o grau de autoridade racional legal (seguindo Max Weber, um modelo de governança indepen-

dente e autônomo de interesses políticos e econômicos, pois baseado em regras formais e universais) e clientelismo (em que interesses individuais e privados afetam a forma de organização social e interferem nas dinâmicas políticas do Estado); e, finalmente, (e) o grau de pluralismo existente, que varia entre o moderado (em que há menos nuances entre as forças políticas existentes e mais alinhamento dos interesses em direção ao centro de um espectro ideológico, o que favorece os consensos) e o polarizado (em que há muitas divergências na configuração das forças políticas, maior propensão a contestação da ordem estabelecida e baixo consenso).

Embora sejam apresentadas como dicotomias, os autores entendem as “categorias” de sua análise como polaridades, em um contínuo de possíveis alternâncias. Res-salvam, ainda, que se aplicam, idealmente, a um contexto regional mais específico, objeto do estudo dos mesmos: parte da Europa Ocidental e América do Norte (Estados Unidos e Canadá). E informam, também, se tratar de parâmetros oriundos de campos de pesquisas conexos, portanto, não projetados a uma aplicação ao estudo da mídia, exigindo, assim, “uma adaptação que faça sentido” (HALLIN; MANCINI, 2004: 46).

A este respeito, conforme já sinalizamos antes (e retomamos uma vez mais agora), o trabalho de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013) faz uma importante contribuição, dado o seu manifesto interesse em expandir e reelaborar os parâmetros de estudo de “*Comparing media systems*” – para que façam mais sentido à realidade latino americana. As autoras apontam para uma relação de “fatores” de análise (acerca da política), “índices” e fontes de pesquisa que são, certamente, mais promissoras aos interesses desta tese. Neste sentido, destacam cinco “parâmetros” que conformam aquilo que definem por “dimensão política”, de seu modelo de análise comparado de comunicação política: o tipo de regime político, a estrutura política, o nível de paralelismo político, a cultura política e a liberdade de expressão. Para cada um deles, estabelecem ainda “critérios” de balizamento – ou indicadores.

Consideraremos, para efeito de desenvolvimento do modelo de análise de nossa autoria, alguns destes “fatores”, porém, adaptados à linha de reflexão suportada até aqui. Neste sentido, o que as autoras denominam por “fatores” que constituem a “dimensão política” de sua análise, serão tratados aqui por “variáveis analíticas”. E o que constitui os “índices” daquela pesquisa, nesta, são entendidos como “vertentes

de análise”. Do conjunto de referências propostas, algumas serão parcialmente aproveitadas – o que se aplica sobretudo às fontes de pesquisa, que serão acrescidas de outras.

De saída, Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013) advertem para a importância de se averiguar, no contexto regional em discussão, a própria existência da democracia, tendo em vista o que se discute sobre a precariedade institucional de muitos regimes políticos latino americanos. E conforme já assinalado nesta tese, os índices de apoio à democracia vêm declinando ano após ano na região (LATINO-BARÓMETRO, 2018). Neste sentido, não é sem surpresa que uma parte considerável das sociedades latino americanas sejam classificadas em posições secundárias, no que diz respeito aos níveis de desenvolvimento democrático (UNIT, 2019).

Portanto, como parâmetro importante de reflexão para o modelo, no que diz respeito as “variáveis” constitutivas do “ambiente político”, que integra o “contexto” de análise deste trabalho, não há dúvida de que é preciso considerar: primeiro, a existência ou não de um regime democrático; segundo, face a presença de tal regime, o tipo de democracia em exercício. Por certo, não se trata de algo simples. Na introdução, esta tese enfatizou a complexidade de definição do conceito de democracia (BOBBIO, 1998). Dimensionar sua presença em um crescente de aparente degradação dos preceitos democráticos consiste em uma tarefa ainda mais desafiadora.

Na literatura especializada da Ciência Política, a discussão sobre os pressupostos definidores dos regimes democráticos é imensa. E, também como já foi assinalado antes, não existe consenso sobre a melhor forma de definir democracia, sendo, por reflexo, o exercício teórico em torno deste fenômeno difuso e heterogêneo.

Por certo, algumas convenções já se estabeleceram no entorno deste debate – embora não haja uma tipologia única, comumente aceita. Em linhas gerais, a discussão acerca das vertentes democráticas contemporâneas passa por suas versões procedimental ou minimalista (tida como a mais recorrente) alcançando até sua feição deliberativa, bem como os menos frequentes modelos de democracia participativa (HELD, 2007; DAHL, 2009; PATEMAN, 1992; SCHUMPETER, 1961; SARTORI, 1994).

Mas, naturalmente, foge por completo a alçada deste trabalho investir em uma discussão de Teoria Democrática, em suas variadas vertentes, para extrair dela algo que possa subsidiar um estudo comparado de comunicação política na América Latina.

Ao contrário deste empreendimento inesgotável, o recorte aqui pretende ser mais pontual (e objetivo). Tendo em vista a maior incidência dos regimes eleitorais, constitucionais e representativos como expressões dos atributos democráticos mais típicos na região, não haveria por que ampliar demasiadamente o escopo desta reflexão acerca da democracia latino americana – embora sua diversidade seja um aspecto destacado em parte considerável das análises existentes (PNUD, 2011).

O que é preciso considerar é o contexto de transição que vivenciaram vários países latino-americanos, nas décadas de oitenta e noventa do século passado, na sucessão de regimes autoritários por regimes democráticos – que embora razoavelmente estabelecidos, comportam, ainda, resquícios autoritários e instituições híbridas que permaneceram em muitos de seus contextos institucionais (MÉNDEZ; O'DONNELL; PINHEIRO, 2000). Tendo por base esta percepção, não há também como ignorar que, em parte considerável das tentativas de “equiparação” das democracias do Sul com as do Norte, as avaliações surjam carregadas de “déficits”, sempre associados aos modelos democráticos da região. Neste sentido, quando contrapostos aos “tipos consolidados”, acentua-se a importância de uma literatura “nativa” para compensar tais “efeitos”, nas análises sobre os regimes democráticos latino americanos.

Guillermo O'Donnell (2010; 2013) é um dos autores que trabalha uma teoria da democracia, com intenção comparativa, buscando uma melhor compreensão do fenômeno tal como ele existe na realidade contemporânea da América Latina.

Em uma definição formal, que relaciona a noção de regime democrático às noções de Estado, governo e agência, o autor estabelece que:

Por regime democrático entendo um no qual o acesso às principais posições de governo se alcança mediante eleições que são por sua vez limpas e institucionalizadas e no qual existem, durante e entre essas eleições, diversas liberdades – habitualmente chamadas “políticas” – tais como as de associação, expressão, movimento e de disponibilidade de informação não monopolizada pelo estado ou por agentes privados (O'DONNELL, 2013: 22).

Observa, a partir de suas colocações, que em níveis diferentes, diversos países latino americanos satisfazem, atualmente, a definição proposta. Ou seja, em termos abrangentes, compartilham duas características principais à democracia: em uma direção, promovem eleições limpas, institucionalizadas e inclusivas; noutra, regulam determinados direitos importantes, em particular ao que se refere à opinião, à expressão, à associação, ao movimento e ao acesso aos meios de comunicação razoavelmente livres e pluralistas. Soma-se a isso, ainda, o fato de que na América Latina há também variações significativas em relação com o grau com que o Estado e seu sistema legal “cobrem o território e seus moradores, bem como na medida com que a legislação, as instituições estatais e a jurisprudência se prestam efetivamente a eliminar as diversas formas de discriminação e exclusão existentes” (O’DONNELL, 2013: 64).

Neste sentido (último), o que ganha relevo no raciocínio de Guillermo O’Donnell (2013) são suas reticências quanto a efetividade democrática no contexto latino americano. Uma efetividade que consiga ir além da existência de parâmetros normativos que são mais ou menos observados – por analistas ou instituições de pesquisa. Ponderando sobre o fato de a procedência das formulações teóricas acerca da democracia e dos regimes políticos originarem-se no “Noroeste” aponta para a necessidade do reconhecimento das discrepâncias entre aquelas realidades e às do Sul, cujas trajetórias históricas e conjunturas presentes são, para dizer o mínimo, distantes.

Não por outra razão, o autor alerta para a necessidade de uma teoria que dê conta das especificidades da região, como um dos grandes desafios das ciências sociais latino-americanas, “que por certo não estarão satisfeitas copiando as teorias e modelos elaborados no Noroeste” (O’DONNELL, 2013: 69).

Para o Guillermo O’Donnell (2013), na prática, as conquistas de direitos políticos não foram acompanhadas, em geral, pela conquista e implementação de direitos civis que, quando existentes, com frequência são precariamente distribuídos. Além disso, se observa na região, também retrocessos nos já tão limitados direitos sociais alcançados e, com poucas exceções, tudo isso reflete um crescente desencanto e diminuição de apoio aos regimes democráticos nos últimos anos.

As reflexões e parâmetros normativos que informam o trabalho de Guillermo O’Donnell (2013) também referenciam o já citado “*Informe Latinobarómetro*”

(2018), importante instrumento empírico de compreensão da natureza política e das dinâmicas democráticas no contexto próprio da região latino americana.

A pesquisa, disponibilizada anualmente pela *Corporación Latinobarómetro*, uma ONG sem fins lucrativos, com sede no Chile, tem seus “informes” publicados desde 1995, com estudos de campo que incluíam, então, oito países: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A partir 1996, o estudo passou a ser realizado em 17 países, ingressando em 2004 na República Dominicana, completando assim 18 países da América Latina, com exceção de Cuba ⁶.

O estudo encontra-se na sua 22ª edição, a partir de um total de mais de 400 mil entrevistas com amostras representativas da população de cada um dos 18 países, representando a população da região, que reúne mais de 650 milhões de habitantes.

Nas análises dos “Informes” são avaliadas questões como: (a) a satisfação com a economia; (b) o apoio à democracia; (c) a avaliação da democracia; (d) a satisfação com a democracia; (e) a aprovação do governo; (f) a confiança nas instituições públicas e privadas; (f) a percepção da violência; (g) a percepção da corrupção; (h) a satisfação com a vida; e, dentre outros indicadores, (i) o temor quanto ao desemprego. Por se tratar de um banco de dados de opinião pública abrangente, ultrapassa o limite de assuntos ligados à política, por relacioná-la a outros vários aspectos relevantes à realidade latino americana. Em linhas gerais, os dados têm revelado nos últimos anos que há um sentimento crescente de preocupação com o futuro, percepção aguda de retrocesso nas condições de vida, aumento de pessimismo em relação à situação política e um mal-estar geral quanto ao estado da democracia, na região.

Além deste importante recurso (para os fins deste trabalho), há outras referências de pesquisas que se debruçam sobre semelhante objetivo: delinear os contornos da realidade política atual, com base em dados empíricos de natureza quantitativa e qualitativa – a despeito de seus pressupostos de análise, com frequência, decorrerem de uma tradição epistemológica aqui já discutida (e criticada).

Alguns destes materiais podem contribuir para subsidiar as variáveis constitutivas do “ambiente político” do modelo de análise aqui em construção. São eles:

⁶ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

o “*Democracy Index*” (UNIT, 2019); o “*Índice de Desarrollo Democrático de América Latina*”, (IID-LAT, 2016); e o “*Democracy Ranking of the Quality of Democracy*” (CAMPBELL, 2106). Acrescidos do “*Informe Latinobarómetro*” (LATINOBARÓMETRO, 2018), que serão tomados em seu conjunto ou alternativamente.

Neste sentido, outra “variável” complementar à conformação presente modelo de análise, no que diz respeito ao “ambiente político” latino americano corresponde a “estrutura do Estado” – em equivalência aquilo que Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013) denominam em seu trabalho de “estrutura política”. Como lembram as autoras, a centralização do poder político nas mãos de um mesmo ente da organização institucional dos Estados latino americanos concentra muito poder nas mãos de poucos, invariavelmente levando a processos de continuísmo eleitoral, que é uma marca forte da região (também já discutida nos primeiros capítulos deste trabalho).

Assim, distinguir as “estruturas de Estado”, a partir dos parâmetros de “organização política” mais típicos da região (“Estados unitários” e “Estados federados”) consiste em outro elemento para a elaboração do presente modelo de análise. Dada a característica geográfica da maior parte dos Estados latino americanos, os Estados unitários prevalecem. Entretanto, há países, com o Brasil e o México, cujos processos históricos levaram à afirmação de seus limites físicos em proporções continentais, implicando a adoção de uma configuração federativa, em que subdivisões administrativas conferem aos “entes” políticos resultantes relativa autonomia.

Em sentido comum às formas de organização política, a identificação das “formas de governo” mais incidentes no “ambiente político” proposto é uma outra “vertente” de análise, complementar esta última “variável”. Consoante aos padrões mais convencionais que cercam a compreensão do tema na literatura, o “parlamentarismo” e o “presidencialismo” representam as formas de governo mais recorrentes na democracia – e são, de fato, aquelas que estão presentes (alternativamente) no continente. Grosso modo, no primeiro, os partidos gozam de maior prestígio; no segundo, a força da representação se concentra nos políticos. A tradição latino americana, de forte personalização dos quadros políticos, exerce uma pressão constante sobre as instituições, reforçando aspectos de uma democracia atravessada por práticas populistas.

Portanto, as características da organização política e das formas de governo configuram a variável “estrutura do Estado” do modelo de análise em construção aqui. Como as demais até então relacionadas, possuem um potencial significativo de afetação sobre as dinâmicas da comunicação política da região – embora, na perspectiva de reflexão aqui trabalhada, estejam proporcionalmente sujeitas (ainda que indiretamente) as injunções dos outros aspectos que constituem o “contexto” em tela.

Alguns recursos de pesquisa estão disponíveis para um efetivo “mapeamento” das características constitutivas deste tópico do modelo. Tanto a ONU (UN, 2019) quanto o Banco Mundial (BIRD, 2019) mantêm em seus bancos de dados informações que identificam a “estrutura do Estados”, a partir das vertentes aqui em referência. De forma mais sistematizada, a informação também está disponível no “*World Factbook*”, compilado pela (CIA, 2019), que disponibiliza os dados comparativamente.

A cidadania política é outro fator de análise contido no modelo comparado de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013). Para efeito da presente pesquisa, aqui a “cidadania política” será desmembrada em torno de duas vertentes mais específicas, compondo a terceira variável constitutiva do “ambiente político” do modelo de análise desta tese: os “direitos políticos” e a “liberdade civil”, categorias de análise destacadas do trabalho de Pippa Norris (2000) – e que foram aludidas alguns parágrafos acima.

Para aferi-las, os relatórios anuais produzidos pela “*Freedom House*” constituem a fonte de pesquisa mais adequado ao propósito. A “*Freedom House*” é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Washington, fundada em 1941. Seus relatórios sobre direitos políticos e liberdades civis são produzidos desde 1973 e cobrem 195 países e 14 territórios. Os países e territórios são avaliados por analistas externos, usando principalmente contatos no país, pesquisa de campo, relatórios não governamentais e governamentais, artigos de notícias e outras informações de código aberto, segundo as informações contidas no site da organização (www.freedomhouse.com).

No detalhamento da metodologia que orienta as pesquisas, a organização esclarece que medir a “liberdade” é sempre uma tarefa inerentemente subjetiva. Por

esta razão, os relatórios são concebidos de forma a minimizar eventuais enviesamentos (tanto políticos, quanto etnocêntricos) por meio de uma série de padrões e indicadores (derivados principalmente da Declaração Universal dos Direitos Humanos) e revisados por uma equipe técnica multidisciplinar e multiétnica, em diversas etapas.

Relativo a 2018, o “*Freedom in the World 2019: democracy in retreat*” (FH, 2019), retrata o declínio pelo 13º ano consecutivo na liberdade global. Os editores da publicação advertem nas páginas de abertura do relatório que “As perdas globais ainda são superficiais em comparação com os ganhos do final do século XX, mas o padrão é consistente e ameaçador. A democracia está em retirada” (FH, 2019: 1).

Em termos de América Latina, o quadro é igualmente preocupante. Envolvida entre crises migratórias, ascensão de lideranças populistas e recrudescimento da violência, os dados da pesquisa revelam uma região atravessada pelo aumento do autoritarismo, da repressão e das campanhas de desinformação. A soma de tais fatores, por certo, coloca em risco os direitos civis e as liberdades políticas, sobretudo das parcelas menos favorecidas da população, impactando, a liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, com consequências para as práticas de comunicação política.

No trabalho de Claudia Mellado e Claudia Lago (2013), que tem nos guiado parcialmente, através desta subseção, integram ainda como “fatores” de análise da “dimensão” política do estudo das autoras, o “paralelismo político” e a “cultura política”. Não há maiores justificativas por parte das autoras sobre o motivo que as levaram a incluir tais critérios na “dimensão política” de seu modelo. Consideramos, por bem, traçar algumas considerações a respeito, aproveitando o ensejo.

A noção de “paralelismo político” (isto é, da relação entre os sistemas político e midiático) é um dos aspectos centrais – e mais debatidos – no campo da comunicação política comparada. Constitui um indicador importante da “dimensão midiática” no modelo de análise proposto por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004). Entretanto, Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013) o incorporam a sua “dimensão” de análise da “política”. Sem maiores explicações sobre as razões do “remanejamento” do critério (da mídia à política), as autoras ponderam que o contexto histórico e político dos países latino americanos implica uma compreensão do “paralelismo” em duas perspectivas. De um lado, podendo se referir à forma com que diferentes mídias

refletem diferentes orientações políticas em seu conteúdo. De outro, podendo estar relacionado à instrumentalização dos meios de comunicação, no sentido de um controle dos dispositivos técnicos por interesses privados com vista a alcançar fins políticos – por meio de alianças e acordos indiretos. Lembrem, também, que tais orientações podem se dar concomitantemente – o que é o mais frequente, a propósito.

No contexto deste trabalho, divergimos da inclusão da “categoria” de análise do “paralelismo político” na conformação da “dimensão política”, nos termos da abordagem proposta por Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013). Acompanhando Afonso de Albuquerque (2012), entendemos a inadequação do que o conceito enseja para a compreensão da realidade (em termos de comunicação política) da América Latina – no sentido de ser um fenômeno histórico “bastante contingente”, para ser empregue como referência comparativa internacional (ALBUQUERQUE, 2012: 19).

Outrossim, a incorporação desta “variável” no modelo de análise aqui proposto só faria sentido se associada ao “ambiente midiático”, mas, ainda assim, se tomada na perspectiva defendida pelo autor supracitado. A discussão será retomada na próxima subseção, dedicada a conformação do (nosso) “ambiente midiático”.

Claudia Mellado e Cláudia Lagos (2013), no trabalho que vem sendo tomado em referência até aqui, também associam como “fatores” de seu modelo de análise, no que tange à dimensão da política, a “cultura política” e a “liberdade de expressão”. Por entendermos que tais “fatores” já estão incorporados, em alguma medida, às “variáveis” de análise já propostas (em nosso modelo), no exame daquilo que integra o “ambiente sociocultural” que nos interessa examinar, os critérios não serão considerados para efeito de integração ao “ambiente político” aqui em proposição.

No entanto, cabe ressaltar que, na perspectiva de trabalho abraçada por esta tese, as variáveis constitutivas de um “ambiente” relacionam-se de forma interdependente entre si, mas também com aquelas que correspondem aos demais “ambientes” que integram, no seu todo, o “contexto” deste modelo de análise de comunicação política comparada. Portanto, ao preterir o exame de um “fator” como a “cultura política” (nos termos propostos por Claudia Mellado e Claudia Lagos), por exemplo, não significa que o mesmo esteja sendo deixado de lado. Ao contrário, a

percepção da “cultura política”, para esta pesquisa é determinante. No entanto, o “ambiente” mais indicado para apreendê-la, em seus aspectos constitutivos, diverge do enquadramento indicado pelo trabalho das autoras aqui em discussão.

Em síntese, informados por alguns dos critérios apresentados nesta subseção, o modelo de análise aqui proposto, no que tange as variáveis mais adequadas à conformação do “ambiente político”, que integra o “contexto” em que se dão os fenômenos de comunicação política, constitui-se pelo exame de: (a) o regime político existente (em termos das formas de regime e de democracia); (b) a estrutura do Estado em vigor (em termos de organização política e da forma de governo); e (c) as formas de cidadania política em exercício (em termos dos direitos políticos e das liberdades civis).

Tendo em vista estas delimitações, que se somam às da subseção anterior (em que se tratou do “ambiente sociopolítico”, em seus pressupostos analíticos específicos), na próxima subseção, serão contextualizadas as variáveis que integram o “ambiente midiático” do modelo de análise de comunicação política comparada aqui defendido.

4.3.1.3. O ambiente midiático

O propósito de identificar “variáveis analíticas” que remetam às “características mais relevantes” do “ambiente midiático”, relativo ao “contexto” do presente modelo de análise encerra as seguintes possibilidades, segundo o nosso entendimento.

Primeiro, endereçar as investigações que levem a uma compreensão das (a) condições técnicas do “ambiente midiático” latino americano. Segundo, com base nestas percepções de ordem técnica, relativas às conjunturas tecnológicas, organizacionais e de uso dos recursos de mídia, avançar na direção de uma melhor compreensão das (b) condições econômicas do mesmo “ambiente midiático”, no que diz respeito aos aspectos do mercado, do consumo e dos interesses financeiros que cercam a atividade, no continente. Por fim, em terceiro, a partir das indicações encontradas quanto as condições tecnoeconômicas do ambiente em questão, consolidar referên-

cias acerca de (c) as condições políticas que manifestam o “ambiente midiático” latino americano, decorrentes das ações empreendidas pelos Estados, pelos alinhamentos que se estabelecem entre os operadores do mercado de mídia e organizações política e, ainda, das iniciativas de participação do público, na política, através dos meios.

Não obstante estas orientações, que interessam mais diretamente a esta pesquisa, por uma questão de coerência, a nossa reflexão deve remeter, antes, às complexidades que envolvem a própria natureza do fenômeno comunicativo, dada sua amplitude, variedade e dispersão de abordagens (LITTLEJOHN; FOSS, 2009; SORDÉ, 2012), como já foi sinalizado antes, no capítulo de introdução deste trabalho.

A doutrina discute as dificuldades de se consolidar em bases sólidas, distintivas e coerentes um campo próprio de estudos da comunicação – e, por extensão, dos estudos de mídia. Atravessados por diversas teorias concorrentes, interesses empíricos diferentes e nutrido por áreas de conhecimento heterogêneas, a fragmentação das pesquisas envolvendo comunicação (e mídia) tem sido apontada como um problema relevante para a área (WIEMANN; PINGREE; HAWKINS, 1988; CORNER, 2013).

Silvio Waisbord (2014a) defende que, na América Latina, há uma trajetória de estudos de comunicação e de mídia que se construiu em torno de uma certa “unidade” em termos de suas raízes teóricas e analíticas – embora, uma vez consolidadas, estas tenham se expandido e proliferado através de uma relativa “fragmentação” empírica do campo, por meio do desenvolvimento de múltiplas e paralelas linhas de pesquisas.

Esta trajetória histórica é razoavelmente conhecida e mapeada (MELO, 1988; CHAFFEE; GOMEZ-PALACIO; ROGERS, 1990; RODRÍGUEZ; MURPHY, 1997; MATTELART; MATTELART, 2014; BELTRÁN, 2000; NAVARRO, 1992, dentre outros). Porém, longe de significar um consenso, as “disputas” sobre um entendimento mais amplo, preciso e harmônico sobre a área da comunicação continuam (DONSBACH, 2007; CRAIG, 2008; NORDESTRENG, 2007).

Rosa Dalla Costa, Rafael Machado e Daniel Sequeira (2006) constroem um panorama do pensamento comunicacional latino-americano dividido em quatro fases:

uma primeira que se estende do século XIX até o final da década de 1950, caracterizada por uma recuperação histórica e documental; a segunda, cobrindo as décadas de 1960 e 1970, em que a fundação da CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina), criada pela UNESCO, promove os primeiros desenvolvimentos em termos de pesquisas; é apenas no terceiro período, que vai de meados da década de 1970 ao fim dos anos 1980, em meios aos processos de redemocratização de diversos países da região, que começam a ser elaboradas teorias voltadas para a compreensão dos fenômenos comunicacionais latino-americanos; o atual (quarto) período tem início nos anos 1990 e se caracteriza pelos estudos ligados à recepção e pela influência dos Estudos Culturais, com a incorporação dos conceitos de mediação e hibridização cultural, na tradição de pesquisas latino americanas.

Os autores acima indicados defendem o pressuposto de que os estudos de Teoria da Comunicação latino-americanos tiveram como origem uma herança ibérica (fundados em posturas funcionalistas, acríticas e conformistas) e só aos poucos foram se consolidando e ganhando autonomia e identidade própria, mediante a associação com determinados autores estrangeiros e de sua relação com os contextos históricos nos quais os autores do continente foram desenvolvendo seus trabalhos.

Com base neste contexto, ao menos em parte, as reflexões sobre a comunicação na América Latina decorreram de uma conjugação de variadas teorias, conceitos, metodologias e linhas de pesquisa que foram sendo elaboradas em torno de uma epistemologia menos ortodoxa (em alusão ao sentido positivista que o termo encerra).

Em particular, as análises ligadas à Economia Política da Comunicação (EPC) desempenharam (e, de certa forma, continuam desempenhando) um papel fundamental na região – integrando um subcampo dos estudos de comunicação que se dedica a uma abordagem mais crítica sobre a problemática dos meios e produtos da comunicação, relacionando-os com processos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Naquilo que interessa a esta tese, embora sejam campos de pesquisa relativamente distintos, os estudos de Comunicação Política e de Economia Política da Comunicação têm aspectos complementares importantes (e lacunas epistemológicas parecidas).

Quanto a sua complementariedade, o mais evidente é a ênfase dada à dimensão econômica nas dinâmicas comunicativas, nas análises promovidas pelos autores ligados à escola da Economia Política da Comunicação – aspecto este frequentemente “esvaziado” pela vertente da Comunicação Política.

Em termos ainda mais específicos, a EPC privilegia como objeto de análise as “relações de poder” que se estabelecem entre os “meios de comunicação” e a sociedade, enquanto os estudos de comunicação política concentram-se mais nos fluxos informativos de natureza política e nos processos de influência resultantes da relação entre atores políticos, midiáticos e cidadãos.

Mesmo examinando questões diferentes, grosso modo, as “escolas” compartilham uma certa limitação epistemológica, que se traduz pelo caráter determinista emprestado às análises da dimensão comunicativa, com base em seus aspectos estruturantes – aspecto que já foi largamente explorado em outros capítulos deste trabalho.

Limitações à parte, a maior proximidade dos estudos da Economia Política da Comunicação com uma tradição de pensamento mais crítica (à ortodoxia) e sua relevância como eixo de discussões na América Latina faz dela um referencial subsidiário importante para esta pesquisa. Partindo do recorte situacional proposto por Mosco (1999), a EPC situa-se como área de conhecimento derivada da Economia Política, cuja matriz teórica se constitui por volta do século XVII e, a partir de então, se desenvolveu em várias escolas de pensamento e pontos de vista concorrentes.

Das concepções mais à direita, que procuram justificar as necessidades do mercado, àquelas mais à esquerda, que adotam posturas críticas (ANDRADE, 2013), há toda uma sorte de interlocutores que problematizam “o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação”, na clássica definição de Mosco (1999). Tais estudos começam a tangenciar a questão da comunicação ainda nas últimas décadas do século passado, quando se inicia uma acentuada reestruturação do modelo capitalista (internacionalização dos mercados), somado à emergência de novas tecnologias de informação e comunicação. A conjugação de tais fatores dá lugar a um remodelamento do aparato institucional das in-

dústrias comunicativas (e por extensão, culturais) marcadas, então, por forte concentração de propriedade e estreita associação com o capital financeiro internacional (FONSECA, 2007).

É esta a base analítica em que se assentam os primeiros estudos que buscam aproximar a teoria da Economia Política com a área de pesquisas da comunicação. Uma transição nada fácil, tendo em vista que “a economia política se distingue, igualmente, pelas várias escolas de pensamento, que garantem uma variedade significativa de pontos de vista e um aceso debate interno” (MOSCO, 1999, p. 100).

Vincent Mosco (1999) sintetiza pelo menos quatro tradições de pesquisa, em termos de suas orientações ideológicas, que influenciaram os estudos da EPC: a vertente ortodoxa (de caráter mais conservador), a institucional (mais moderada em relação aos papéis que exercem as instâncias de controle social), as correntes neomarxistas e aquelas geradas nos movimentos sociais (de naturezas mais críticas).

Ainda segundo Mosco (1999), a apropriação destas tradições de análise da Economia Política levou ao desenvolvimento de linhas de reflexão próprias da EPC em diferentes regiões do planeta. Assim, formou-se uma vertente de investigações europeia (de base neomarxista), outra norte-americana (influenciada pelas tradições institucional e marxista) e, ainda, uma terceira, de raízes terceiro mundistas (cobrindo um espectro amplo de influências, com mais ênfase para as análises que refutavam o paradigma desenvolvimentista) – em que as contribuições latino americanas se destacam.

Armand e Michelle Mattelart (2014) propõem um recorte relativamente diferente para este desenvolvimento teórico, baseado em uma interpretação de natureza mais histórica. Segundo eles, os estudos de Economia Política da Comunicação teriam dado seus primeiros passos nos anos 60, concentrados na questão dos desequilíbrios dos fluxos de informação e produtos culturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no que se convencionou chamar de “teorias da dependência – com forte contribuição de pensadores latino americanos. O segundo estágio das análises só teria início nos anos 70, com os estudos sobre as indústrias culturais (que, em alguma medida, rompem com as teses da Escola de Frankfurt, ao propor uma reflexão sobre o crescimento das empresas de comunicação e o alcance

de suas interferências sociais e econômicas, que perpassam a produção de seus conteúdos).

Naturalmente, há uma intercessão de ideias e abordagens científicas entre os autores que transitam de uma fronteira à outra: da Comunicação Política à Economia Política da Comunicação. Nomes como Dallas Smythe, Herbert Schiller, Graham Murdock, Dan Schiller e Robert McChesney, mais afins à EPC, nas suas origens, mesclam seus esforços e compartilham suas influências com Dan Nimmo, David Swanson, Brian McNair e, mais recentemente, Jonathan Hardy, Christian Fuchs e Manuel Castells, dentre muitos outros interlocutores, cujas obras, aproximam as duas vertentes.

Em termos de América Latina, os desdobramentos deste legado de reflexões informa, ainda que em parte, os trabalhos de importantes teóricos da região, mais ligados ao campo de estudos da comunicação, como Nestor Garcia Canclini (1997;1998) e Jesús Martín-Barbero (1997) e da própria comunicação política, como Elisabeth Fox (1988; 1988a; 1988b; 2002), Silvio Waisbord (1998; 2000; 2002; 2012) e Manuel Alejandro Guerrero e Mireya Ramiro-Martinez (2014), dentre outros.

Suas perspectivas de análise incorporam aspectos de referência importantes para o ambiente de mídia latino americano. Em particular a dimensão econômica, tão representativa da natureza da mídia no continente que, consoante as interpretações de Manuel Guerrero e Mireya Márquez-Rarmírez (2014), é um “sistema liberal” e predominantemente comercial que já nasce “capturado” (simultaneamente) pelas forças do mercado e da política (através da ação de governos). O termo “capturado” é empregue pelos autores para sinalizar “tanto a capacidade dos grupos de distorcer as regras a seu favor ou tornar sua aplicação seletiva e ineficaz, quanto a condição em que critérios extra-jornalísticos moldam, determinam e limitam o papel de fiscalização da mídia” (GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014: 56).

No contexto do raciocínio proposto pelos autores, o “sistema de mídia liberal capturado” da América latina é resultado de um conjunto de pressões que podem vir de políticos e agências estatais ou dos interesses políticos ou econômicos dos proprietários (e às vezes também dos editores) das empresas de mídia.

Thus, [...] the term 'capture' is not linked only to the specificities defining state capture, but to the condition where it depicts two aspects [...]: the regulatory inefficiency of the state and the constantly challenged watchdog role of journalism in a context dominated by private commercial media organizations (GUERRERO; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, 2014: 56).

Em alguma proporção, os mesmos argumentos são endossados e, de certa forma, ampliados por Silvio Waisbord (2014b), levando-o a relativizar a aplicabilidade do paradigma da globalização na análise da conjuntura midiática da região, tendo em vista as discussões em torno de questões envolvendo a articulação dos meios regionais com as demandas de fora, como algo recorrente no contexto latino americano.

Before media globalization became a central matter of analysis in media studies in the West, it was already a key issue in Latin American communication scholarship. No matter how globalization is understood – either as a process by which media policies, economies, institutions, and actors are increasingly connected across borders, or as another name for 'neoliberalism' – it has been a constant scholarly preoccupation in the region. Understanding media systems, policies, and content within the context of globalization has been a singular characteristic in the way communication studies in the region approached the media. In fact, the genealogy of the field is grounded in the conviction that virtually any question about the media needs to consider the context of international flows of media capital, production, content, and reception (WAISORD, 2014b: 24-25).

Em linha próxima a tais debates, Néstor García Canclini (1997) também direciona uma análise crítica acerca as transformações experimentadas pelas dinâmicas globais e os conflitos gerados no âmbito da cultura, da sociedade e dos mercados, em referência à realidade latino americana – naquilo que o autor problematiza como sendo a “conversão” de “cidadãos” em “consumidores” (CANCLINI, 1997: 14). Além disso, examina as complexidades da formação de uma dimensão mais “híbrida” (CANCLINI, 1998) para a cultura, nos intercâmbios entre o local e o global, de modo geral, como reflexo da conversão das sociedades à modernidade, atravessadas que estão por um processo contínuo de interseções entre diferenças, fusões e contradições, que não cessam, tendo na comunicação um elemento de conexão importante.

Também, em alguma medida, os trabalhos supracitados dialogam com a concepção de comunicação derivada da obra de Jesús Martín-Barbero (1997; 2002;

2014). Em seus estudos sobre o fenômeno, o autor se aproxima da tradição dos estudos culturais, procurando perceber a comunicação a partir de uma perspectiva mais regional.

Sua reflexão desafia o distanciamento e as diferenças com que parte das tradições teóricas norte-americanas e europeias se dedicam ao tema da comunicação, desconsiderando a realidade latino americana, em termos das características históricas e culturais do continente. Ao deslocar suas preocupações analíticas dos meios para as “mediações” (BARBERO, 1997), o autor se insere numa tradição epistemológica de crítica a uma visão mecanicista e funcional dos dispositivos técnicos de comunicação, para situar-se entre aqueles que compreendem a comunicação como um “regime de interações”, em que os elementos constitutivos das práticas comunicativas operam de forma interdependente, articulados a um contexto cultural mais amplo.

Por aproximação, a orientação racional que conduz a obra de Jesús Martín Barbero é convergente com as reflexões de James Carey (2008), por exemplo, na medida em que ambos enxergam a impossibilidade de separação (e compreensão) da comunicação da cultura. Naturalmente, James Carey (2008) parte de uma realidade distinta (e bastante específica, como é a norte-americana). No entanto, em linhas gerais, partilham de um corte epistemológico afim àquilo que esta tese vem propondo, no sentido de uma crítica ao legado de um pensamento mais tradicional (e dominante), nos termos de Boaventura de Souza Santos (1998), já enfatizados anteriormente.

É, portanto, a partir deste amplo escopo teórico, derivado de uma rica tradição de pesquisas de comunicação na América Latina, que este trabalho passa a ponderar sobre a pertinência das “variáveis” de pesquisa mais adequadas à conformação do que se denomina aqui por “ambiente midiático”, que integra o “contexto” relativo ao modelo de análise de comunicação política em desenvolvimento.

Em se tratando das pretensões comparativas que enseja tal *framework*, novamente, a remissão a estudos comparados anteriores é um indicativo valioso daquilo que já foi testado. Como é o caso do recorrentemente citado “*Comparing media systems*”, de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), que se estabeleceu como

uma das referências mais importantes para os estudos de comunicação política comparada.

No estudo, cujo propósito era determinar os “tipos” sistêmicos de mídia prevalentes em um conjunto de nações democráticas do hemisfério norte, o *framework* conceitual do estudo se baseava em quatro dimensões (relativas à mídia). Neste sentido, a abordagem dos autores visava a compreensão das características estruturantes dos sistemas midiáticos de cada país em exame, a partir de preceitos normativos próprios (ou afins) a realidade político-midiática da região em escrutínio – com a intenção de comparar suas semelhanças (ou eventuais diferenças).

As dimensões de análise adotadas pelos autores foram: (a) a estrutura do mercado de mídia (baseada nas características constitutivas do segmento impresso), que incluíam variáveis como: as taxas de circulação de jornais; a relação de leitores de jornais (orientação de elite vs. massa); as diferenças de gênero no alcance do jornal; a importância relativa dos jornais e da televisão como fontes de notícias; a proporção de jornais locais, regionais e nacionais; o grau de separação entre imprensa de massa sensacionalista e imprensa de qualidade; a segmentação regional ou linguística dos mercados de mídia; e a influência dos países vizinhos no sistema nacional de mídia; (b) o paralelismo político (em termos simples, o grau de ligação entre atores políticos e os meios de comunicação, cujos indicadores para avaliar a extensão do fenômeno eram: o grau de orientação política dentro do conteúdo midiático; as conexões organizacionais entre a mídia e organizações políticas; a tendência do pessoal da mídia de participar da vida política; o partidário das audiências da mídia; as orientações e práticas de papel dos jornalistas (mais orientados à informação ou à opinião, por exemplo); o grau de pluralismo interno (cobrir diferentes opiniões e perspectivas dentro de um meio) ou pluralismo externo (cobrir opiniões e perspectivas diferentes dentro de um segmento da mídia); a regulação do serviço público de radiodifusão; (c) o nível de profissionalização do jornalismo (de maior independência a maior instrumentalização), tendo como variáveis de análise: o grau de autonomia; o desenvolvimento de normas e regras profissionais distintas (rotinas práticas ou princípios éticos); a orientação ao serviço público dos jornalistas (consciência pública x interesses pessoais); e, finalmente, (d) o papel do Estado (o grau de interferência do poder político em moldar a estrutura e o funcionamento do sistema de mídia), medido a partir

de variáveis como: a existência (ou não) de censura ou outros tipos de pressão política; a dotação da mídia com subsídios econômicos; a propriedade de organizações de mídia ou telecomunicações; a provisão de regulamentos para a mídia; o Estado como fonte de informação e como “definidor primário” de notícias.

Com a intenção de um remodelamento do estudo original de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), o trabalho de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013), como já foi destacado outras vezes ao longo da redação, dialoga uma vez mais com os interesses desta tese. As autoras procuram expandir e redefinir os “fatores” que, segundo elas, devem ser levados em consideração para analisar comparativamente sistemas de mídia em contextos recém democratizados, com vistas a entender o desenvolvimento do jornalismo dos países da América Latina (MELLADO; LAGOS, 2013: 4).

No que tange à mídia, refletem sobre a correspondente dimensão de análise originalmente elencada por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), identificando novos indicadores e fontes de pesquisa, em tentativa de contextualização do modelo. Assim, relacionam categorias de análise como: (1) a intervenção/participação do Estado no sistema de mídia (na forma de subsídios estatais aos meios de comunicação, políticas de nacionalização ou privatização e intervencionismo nos meios); (2) o desenvolvimento do mercado de mídia (em termos de número de formatos de mídia existentes, o tamanho e o escopo da indústria, o tipo de orientação comercial dos meios, o consumo de mídia, em termos de tiragem, vendas e leitores e o acesso à mídia em geral; e (3) a independência profissional no campo do jornalismo, tanto em nível estrutural quanto individual (no que corresponde aos níveis autonomia profissional, nas atitudes e valores profissionais, nos regulamentos acerca da liberdade de imprensa, no número de jornalistas graduados, sindicalizados ou colegiados e, finalmente, no número de programas de jornalismo de graduação e pós-graduação).

A percepção que se forma, aqui, é que o recorte analítico proposto pelas autoras avança pouco em relação a obra pioneira. Carece, sobretudo, de uma identificação mais ampla de outros aspectos característicos e fontes de pesquisa sobre o ambiente midiático da região (para além do jornalismo), que possibilitem compreender um “contexto” mais geral em que se dão as práticas de comunicação política latino americanas. Porém, também é certo que o estudo de Claudia Mellado e Claudia Lagos

(2013) insere-se em uma tradição de pesquisas do campo que entende o jornalismo como um dos dois eixos estruturantes da comunicação política (ao lado da política feita pelos políticos, partidos e congêneres). Portanto, dá maior peso às estruturas e instituições como parâmetros centrais de investigação – o que é legítimo.

Uma vez que o recorte perseguido pelo modelo de análise aqui em construção é outro, para alcançar uma melhor compreensão das práticas de comunicação política no cenário regional de interesse desta pesquisa, este estudo se propõe a ultrapassar os limites convencionais do campo, combinando possibilidades que possibilitem “enxergar” o “ambiente” da mídia latino americana mais amplamente.

Este caminho implica, considerar algumas das variáveis mais específicas, que incidem sobre os aspectos técnicos, econômicos e políticos preponderantes na constituição do ambiente em questão (quanto a sua natureza midiática), de forma a retratá-lo em sua efetiva forma atual, mais integrada, multissegmentada e globalizada.

Neste sentido, o primeiro recorte a examinar é as “características técnicas” que constituem as mídias, no seu conjunto, em termos de suas funcionalidades, segmentação, alcance, infraestrutura e níveis de acesso dos usuários (dentre outras possibilidades).

Há diversas fontes de informação disponíveis (tanto públicas quanto privadas) que podem contribuir para a elaboração de um quadro de referências a respeito. A mais ampla (embora datada), é o que a UNESCO produz, acerca da conjuntura dos meios de comunicação no mundo. Em sua base de dados estatísticos (UIS, 2019) ou mesmo em seu “*Statistical Yearbook*” (UNESCO, 2019) a instituição disponibiliza uma variedade de dados relativos as atividades de “comunicação e informação”, mapeando o desenvolvimento das mídias mais tradicionais (televisão, rádio, jornal, revistas, livros, internet), através de um processo de constante monitoração e avaliação das regulamentações que incidem em cada país objeto da pesquisa.

Os critérios de análise comportam informações tradicionalmente consideradas em estudos sistêmicos de comunicação política comparada, relativas aos jornais impressos (como, proporção de títulos diários e não diários por habitante, proporção de títulos por formato de publicação e frequência de publicação, proporção de títulos

por frequência de publicação e cobertura geográfica, número de títulos diários por milhão de habitantes alfabetizados, circulação média por formato de publicação e frequência de edição, dentre outras). Além disso, alcança também outros meios, como rádio, televisão aberta e internet, com indicadores como: proporção de organizações de mídia de difusão por tipo de propriedade; proporção de canais por propriedade e tipo de mídia; número médio de canais por organização de mídia de transmissão, por propriedade e tipo de mídia; proporção de canais por tipo de mídia e penetração técnica; proporção de canais digitais por tipo de mídia e propriedade; proporção de canais da comunidade por tipo de mídia e tipo de comunidade, dentre outras possibilidades. Por esta linha de investigação, o cenário retratado é de uma América Latina desproporcionalmente dividida entre uma relativa “escassez” de experiência de mídia impressa e uma relativa “fartura” comunicativa em termos de *broadcasting*.

Outra base de dados relevante para uma compreensão mais apurada do “ambiente” de mídia latino americano, a partir do cenário de aceleradas transformações tecnológicas que vem acontecendo, em razão da emergência de tecnologias digitais nas últimas duas ou três décadas, é a produzida pela ITU. Seja através de seu “*ICT Statistics*” (ITU, 2019) ou de seus relatórios, como o “*ITU Yearbook of Statistics*” (ITU, 2018a) ou “*Measuring the Information Society Report*” (ITU, 2018b), a agência especializada das Nações Unidas para as telecomunicações (que tem como funções principais a gestão do espectro de frequências, o controle do espaço físico dos sinais de telecomunicações e o desenvolvimento de padrões técnicos que viabilizam as comunicações pelo mundo) promove importantes diagnósticos acerca das principais tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) em todas as regiões do mundo.

Neste contexto, os colaboradores do órgão avaliam critérios de ordem estrutural, como: número de domicílios com rádio e televisão (terrestre e multicanal), número de assinaturas de telefone fixo, número de assinaturas de celular, número de assinaturas ativas de banda larga móvel, número de assinaturas de banda larga fixas (com fio); quantidade de famílias com um computador, quantidade de famílias com acesso à internet em casa, indivíduos que usam a Internet, , dentre outros.

Os dados são disponibilizados regionalmente, cabendo à porção das “Américas” (o que inclui Estados Unidos e Canadá) índices de inclusão digitais significativos. Porém, quando examinados os países individualmente, os desequilíbrios ficam

mais evidentes. Apenas para ilustrar, enquanto Chile e Argentina apresentam índices alto de domicílios com internet (87,5 e 75,9% dos lares, respectivamente), o Haiti registra apenas 7% de seus domicílios providos do mesmo recurso. Neste último país, os números melhoram um pouco quando se trata do número de usuários individuais com acesso à internet (32,5%). Entretanto, a proporção é de distância significativa para aqueles mais bem posicionados na região: Chile (82,3%) e Argentina (74,3%).

Quando direcionados à avaliação da infraestrutura tecnológica que possibilita o acesso aos meios digitais, outros documentos também ajudam a traduzir um contexto mais profundo da mídia na América Latina. Um deles é o levantamento produzido pela OCDE, em parceria com o IDB, a partir dos informes anuais compilados pela ITU, acerca das TIC's na região. O *“Broadband policies for Latin America and the Caribbean”* (OCDE/IDB, 2016) apresenta um retrato de contrastes.

Perto da metade da população da América Latina e Caribe (LAC) “vive” *offline* (301 milhões de habitantes) – segundo os dados de 2015. Na média, existem menos de 10 assinaturas de telefone fixo para cada 100 habitantes na região (em comparação com as perto de 30 linhas fixas para cada 100 habitantes, da estimativa média dos países integrantes da OCDE). Os dados só não são piores em razão de uma expressiva penetração dos serviços de telefonia móvel, que na média da região registram cerca de 50 assinaturas para cada 100 habitantes (na LAC), comparadas as cerca de 80 na OCDE; ou, em números ainda mais favoráveis, para a média de cerca de 110 aparelhos móveis existentes na OCDE (para cada 100 habitantes) equivalem 120 aparelhos móveis (para cada 100 habitantes) na LAC.

Ainda nesta mesma perspectiva, há como deixar de reconhecer que a entrada em cena dos recursos e funcionalidades provenientes das novas tecnologias digitais é o que parece estar trazendo um maior diferencial ao cenário midiático regional latino americano (como de resto, no mundo). Neste sentido, um exame mais atento das circunstâncias deste desenvolvimento é mais do que oportuno aos interesses desta pesquisa.

A análise conduzida pela agência inglesa especializada em mídias sociais, *We Are Social*, através de seu *“Global Digital Overview”* (WAS, 2019) demonstra que, em termos de acesso às plataformas de mídias sociais a América do Sul está entre as regiões do mundo com maior penetração (com 66% da população figurando como

usuários ativos mensais das principais plataformas existentes); o percentual é um pouco menor entre os usuários da América Central (62%) e Caribe (46%), só perdendo para os cerca de 70% de usuários ativos na América do Norte.

Dentre os países com populações mais ativas das mídias sociais, aparecem a Colômbia (com 68%), México (com 67%) e Brasil (com 66%). O quadro é ainda mais intrigante, quando se contabiliza a média de tempo gasto com o uso de mídia social: os brasileiros, com suas 3 horas e trinta e quatro minutos só perdem para os Filipinos (com suas 04 horas e doze minutos) e estão bem acima da média de tempo dedicada pelos usuários globalmente: 02 horas e 16 minutos. Consideradas as possibilidades de participação e “voz” oferecidas pelos dispositivos digitais, em particular através das funcionalidades proporcionadas pelas plataformas de mídias sociais, os desdobramentos para as práticas de comunicação política não podem ser ignorados.

Há, ainda, outras fontes que podem ser combinadas a estas principais. No entanto, devido a sua natureza particularmente mais orientada *para e pelo* mercado, devem ser consideradas em sintonia mais direta com as próximas “variáveis de análise”, relativas às “características econômicas” do “ambiente midiático. Neste sentido, podem ser utilizadas subsidiariamente, no que couber, para uma melhor percepção dos aspectos “técnicos” acima referidos. Porém, constituem a base de dados para o exame dos próximos “aspectos” que interessam a este trabalho.

Por conseguinte, na conformação do modelo de análise aqui em proposição, interessa também examinar o que definimos como “características econômicas” que integram o “ambiente midiático”. Estas, em seu conjunto, podem ser identificadas em termos de: (a) o consumo de mídia; (b) os principais operadores do mercado e a relação proprietária das organizações de mídia ou telecomunicações; (c) a movimentação financeira dos setores, o tamanho e o escopo da indústria; e (d) o tipo de orientação comercial dos meios, dentre outras possibilidades.

Para atender a algumas destas finalidades, destacam-se, sobretudo, pesquisas produzidas por consultorias privadas e por organizações internacionais que representem interesses comerciais da indústria – as quais procuram traçar cenários panorâmicos da conjuntura midiática em questão. Por sua ênfase na conjuntura do mercado, privilegiam o tratamento das variáveis já identificadas – no seu todo ou em parte.

É o caso do “*Global Entertainment & Media Outlook 2019–2023*” (PWC, 2019) que apresenta dados relativos a dezenas de segmentos que integram a atividade da mídia (e do entretenimento), incluindo os setores editoriais de livros, jornais e revistas, os mercados de cinema, música, games, as atividades ligadas a rádio, televisão (aberta e por assinatura), internet, dentre outros. O estudo, produzido pela empresa de consultoria financeira inglesa *PricewaterhouseCoopers*, tem uma orientação para o mercado anunciante (incluindo dados relativos a gastos do consumidor com entretenimento e mídia; gastos com acesso à internet; e gastos do anunciante com a publicidade), fazendo projeções e traçando cenários com dados bem atuais.

Em sentido semelhante vão as análises de conjuntura da divisão de “Tecnologia, Mídia e Telecomunicações” (TMT) da *Deloitte*, empresa de auditoria e consultoria empresarial norte americana. O “*TMT Predictions*” (DELLOITE, 2019), por exemplo, dá destaque as tendências de desenvolvimento dos mercados de mídia digitais, em um cenário global, de transição tecnológica, apontando para desafios e oportunidades para os operadores do segmento de mídia, face sua necessidade de atualização.

Também próximo a esta linha é o *survey* produzido pela *Zenith*, agência inglesa de avaliação de “Retorno sobre o Investimento em Mídia” (ROI). No “*Media Consumption Forecasts 2018*” (ZENITH, 2019), examinam o consumo de mídia em 63 países ao redor do mundo (parte deles, latino americanos), analisando os padrões diários e sazonais de consumo dos meios e traçando uma evolução história do tempo gasto com a mídia no passado e fazendo previsões para o futuro. O relatório mapeia o consumo de jornais, revistas, televisão, rádio, cinema, atividades ao ar livre e na internet.

Insere-se nesta mesma vertente as análises geradas pela *Idate*, consultoria francesa especializada em TIC, com ênfase no desenvolvimento regional digital e análises orientadas para os mercados de telecomunicações e de mídia. Em um de seus relatórios mais importantes, o “*World TV & Video Services Markets – Database & Report*” (IDATE, 2019), traça um panorama de desenvolvimento do mercado de TV e serviços de vídeo (o que abrange a TV terrestre, a TV por satélite, a TV por cabo, o IPTV, o OTT e o VOD), na transição para o ambiente digital, com previsões para

2023. Nele, alguns países latino americanos ganham destaque, respondendo por aproximadamente 10% das movimentações financeiras do setor audiovisual global.

Em caráter complementar, por produzir material de análise semelhante à linha de investigação anterior, a empresa de pesquisas de mercado *Emarketer* fornece informações e tendências relacionadas ao marketing digital, mídia e comércio. Com ênfase na América Latina, a pesquisa “*Latin America Digital Video 2019*” (EMARKETER, 2019) aponta para o crescimento intenso do vídeo digital na região, alimentado pela demanda do consumidor por conteúdo “a qualquer hora, em qualquer lugar”, o que já leva perto da metade da população do continente a esse tipo de consumo.

Outras fontes que complementam as anteriormente mencionadas são aquelas ligadas às entidades organizacionais, que representam “atividades” de comunicação relacionadas com setores específicos (em termos de suas origens).

Assim, no que diz respeito às empresas ligadas aos jornais e as revistas, há, respectivamente, duas entidades internacionais que exercem o papel institucional em nome de um conjunto de empreendimentos desta natureza: a WAN-IFRA e a FIPP. Cada uma delas reúne uma base de dados com informações relativas aos interesses comerciais dos operadores a quem representam, defendendo e manifestando seus objetivos.

A WAN-IFRA é uma organização global constituída por cerca de 3.000 empresas de jornalísticas e empreendedores de tecnologia, distribuídos em torno de 60 associações nacionais de editores de jornais, representando perto de 18.000 publicações em 120 países. Representa a indústria jornalística em todas as discussões internacionais, para defender tanto a liberdade de imprensa e do jornalista, como os interesses financeiros da imprensa. Produz anualmente o “*World Press Trends*” (WAN, 2019), um relatório reunindo dados, números e tendências que moldam o setor.

A FIPP também é uma organização internacional de defesa dos interesses comerciais de mais de 500 empresas membros, 30 associações nacionais, mais de 350 proprietários de revistas e mais de 80 prestadores de serviços do setor e organizações associadas, em mais de 60 países. Ao todo, mais de 5.000 títulos de revistas são re-

presentados pela organização, o que inclui quase todas as principais marcas de revistas do mundo. A organização publica diversos relatórios refletindo as dinâmicas do setor, como, por exemplo, o “*World Magazine Trends*” (FIPP, 2016).

No campo das mídias audiovisuais, a AIR-IAB é uma organização não governamental que agrupa associações privadas de rádio e televisão das três Américas, como parceiros institucionais e canais de televisão e estações de rádio, em vários países e regiões. É associada à UNESCO, membro da ITU e vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), dentre outras afiliações. Tem importância no contexto desta pesquisa, no sentido de permitir uma melhor identificação de algumas das associações nacionais de radiodifusão e seus correspondentes integrantes, isto é, empresas de comunicação de rádio e televisão, que exercem um peso estratégico importante na América Latina, como são os casos da mexicana *Televisa*, da brasileira Rede Globo, da argentina *Clarín* e da venezuelana *Venevision*, atualmente operada pelo grupo norte americano *Turner Broadcasting System (WarnerMedia)*.

Em termos ainda mais específicos para o exame da conjuntura econômica das mídias no contexto latino americano, à luz de um quadro corporativo e comercial que encerra as principais organizações da região, um trabalho de levantamento de dados recente (e dos instrumentos mais úteis a esta pesquisa) é o mapeamento sobre concentração de mídia (não apenas na América Latina, mas em outras regiões do globo), empreendido pela organização não governamental francesa, Repórteres sem Fronteira (RSF).

O “*Media Ownership Monitor*” (RSF, 2019) consiste em uma iniciativa global de pesquisa sobre o processo de controle dos meios de comunicação, com vistas à defesa da transparência e da liberdade de expressão, “fornecendo ao público uma fonte facilmente acessível, continuamente atualizada e pesquisável, que permite descobrir quais interesses estão por trás das notícias que eles assistem, leem ou ouvem” (op. cit. s/n). Os levantamentos já abrangem mais de 20 países atualmente, sendo cinco deles latino americanos: Argentina, Brasil, Colômbia, México e Peru.

O trabalho se baseia em três dimensões de análise: (a) o contexto, que oferece um olhar panorâmico sobre o mercado de mídia, a estrutura regulatória relativa a questões de propriedade, informações gerais sobre o país pesquisado e dados específicos da mídia, possibilitando uma melhor conjugação dos resultados das dimensões

de análise subsequentes, de forma a contextualizar os riscos estimados para a pluralidade da mídia; (b) o mercado de mídia, percebido a partir da identificação dos tipos de mídia mais relevantes (10 meios de comunicação por tipo de mídia - TV, rádio, impressos e internet) para a formação da opinião pública, com base no alcance daqueles; e, (c) a propriedade dos meios, em que são identificados o(s) proprietário(s), acionista(s) ou as pessoas com influência na mídia mais relevante – possibilitando que as empresas de mídia sejam definidas economicamente (com base em suas receitas) e investigadas com relação às características de propriedade.

Todos os dados que integram a pesquisa são obtidos a partir de fontes públicas e privadas, informando os “indicadores” da pesquisa, que permitem calcular um índice para o risco (alto, médio ou baixo) ao pluralismo da mídia causado por um certo nível de controle de propriedade da mídia. Os indicadores se dividem em: concentração de audiência, concentração de mercado, proteção legal contra a concentração de propriedade (horizontal), concentração de propriedade cruzada, proteção legal contra a propriedade cruzada, transparência na propriedade da mídia, proteção legal contra a transparência no controle da mídia, controle político sobre os veículos de comunicação e redes de distribuição, controle político sobre o financiamento da mídia e, finalmente, proteção legal acerca da neutralidade da rede.

Os resultados aplicados à realidade da América Latina são preocupantes. Em quase todos os indicadores (percebidos nos países até então investigados na região continental) prevalece a condição de risco alto e médio à pluralidade da mídia, face os altos graus de concentração das operações e negócios da região – o que, na maioria dos casos, significa estar em linha com políticas frágeis endereçadas ao setor – contribuindo, assim, para um quadro desanimador e de rápida degradação.

Naturalmente, os critérios apontados pelo MOM (RSF, 2019) são indicativos precisos à percepção de algumas das “variáveis” propostas por este modelo de análise aqui em desenvolvimento. Neste sentido, a partir dos indicadores e fontes identificadas pelo trabalho em referência, aplicam-se, ainda que parcialmente, as suas orientações para a obtenção de informações a respeito de operadores influentes dos mercados nacionais em exame; da relação de propriedade quanto as organizações de mídia ou telecomunicações por país; das movimentações financeiras dos setores (ainda que por estimativas e cruzadas com outras fontes de dados já citadas); quanto ao tamanho

e o escopo da indústria, em termos regionais (por estimativas e cruzadas com outras fontes de dados já citadas); bem como, e na medida do possível, quanto ao tipo de orientação comercial dos meios de comunicação existentes no contexto regional.

Tais indicativos conduzem ao terceiro aspecto proposto por esta pesquisa, no sentido de dimensionar as “características políticas” mais representativas à conformação do ambiente midiático latino americano. Aqui se faz necessária uma remissão à literatura de comunicação política já examinada, no sentido de incorporar algumas de seus parâmetros analíticos, advindos de “categorias”, “indicadores” e “fontes de pesquisas”.

Daquele rol de critérios, já tão extensamente discutidos nos capítulos e seções precedentes, esta pesquisa incorpora ao seu modelo de análise algumas variantes. Neste caso, integram o “ambiente midiático” aqui em elaboração, nos seus “aspectos políticos”, as seguintes “variáveis” de análise: (a) o papel regulador do Estado; (b) o nível de alinhamento dos meios com as organizações políticas; e, (c) o engajamento do público nas discussões públicas, através das mídias, dentre outras possibilidades.

No que tange à percepção quanto ao papel regular do Estado, a análise se remete ao trabalho de Claudia Mellado e Claudia Lagos (2013), mas também guarda alguma intercessão com a obra original de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004).

No seu artigo, as autoras fazem alusão a “intervenção/participação do Estado no sistema de mídia (na forma de subsídios estatais à mídia, políticas de nacionalização ou privatização e intervencionismo nos meios)”, como um dos “fatores” de análise da dimensão midiática de seu modelo (MELLADO; LAGOS, 2013: 15-16).

Já os autores referem-se ao “papel do Estado”, isto é, “o grau de interferência do poder político em moldar a estrutura e o funcionamento do sistema de mídia, medido a partir de critérios como: a existência (ou não) de censura ou outros tipos de pressão política; a dotação da mídia com subsídios econômicos; o controle de meios públicos; a provisão de regulamentos para a mídia; o Estado como fonte de informação e como “definidor primário” de notícias, etc (HALLIN; MANCINI, 2004: 41-43)

Naquilo que constitui as “vertentes” de análise da “variável” aqui em exame, a abordagem se pretende um pouco mais simples (e, dentro do possível, direta).

A partir do recorte proposto por Christof Mauersberger (2016), que examina as reformas jurídicas recentes do setor de radiodifusão latino americano, a orientação desta pesquisa é no sentido de: (1) identificar as mudanças recentes nos marcos regulatórios que cercam as atividades ligadas à comunicação na região e contextualizar, na medida do possível, seu alcance e efetividade; (2) identificar as “inversões” de recursos públicos para as empresas de comunicação e dimensioná-las, na medida do possível, assim como, se couber, a procedência dos recursos privados que alcançam as empresas de comunicação; e, (3) identificar iniciativas de participação (política) da sociedade civil no espectro midiático, nos termos que Mauersberger identifica como a “luta das coalizões da sociedade civil na América Latina”, para mudar um quadro em que “os meios de comunicação de massa se concentram em poucas mãos e estão intimamente ligados a setores políticos específicos”, sendo usados “explicitamente para defender um programa político específico” e silenciar sobre tantas outras questões relevantes, de interesse da cidadania (MAUERSBERGER, 2016: 4).

De antemão é válido enfatizar que a natureza dos conteúdos, bem como as fontes de referências que informam as variáveis ora em discussão não são, em seu todo, de natureza objetiva e, nem necessariamente, de ordem quantificável. Neste sentido, contrastam com os outros recursos de análise que foram associados anteriormente, à percepção dos aspectos “técnicos” e “econômicos” do “ambiente midiático” em tela. O que este recorte pretende alcançar é um quadro mais panorâmico e designativo das “características políticas” ora em “evidência” na mídia latino americana.

Assim, no que diz respeito as disposições sobre a regulamentação dos meios é imperativo considerar um cenário mais recente de mudanças legislativas na região. Gilberto Maringoni e Verena Glass (2012) recordam que a década de 2010 foi plena de transformações. A Venezuela iniciou sua reforma constitucional em 2000. Primeiro com a Lei Orgânica de Telecomunicações (2000), depois seguida da Lei de Responsabilidade Social no Rádio e Televisão (2004). A Argentina promulgou, em 2009, a “*Ley de Medios*”, uma abrangente e detalhada legislação para o setor de comunicações. O senado boliviano aprovou em 2011 a sua Lei Geral de Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação. O Equador instituiu sua Lei Orgânica de Comunicação em 2013. Um ano depois foi a vez do Uruguai, com sua “*Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*”, ainda sob a presidência de Pepe Mujica.

Os maiores países da região seguiram caminhos diferentes. Enquanto o México iniciou suas reformas em 1995, não impondo restrições ao capital externo, no Brasil, o debate sobre uma nova legislação faz parte da demanda de diversos setores sociais, mas tem encontrado muita resistência político-institucional (MARINGONE; GLASS, 2012: s/n). O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) brasileiro é um dos artífices da “disputa”, no campo institucional, por uma reforma legal que incida sobre a realidade comunicativa do país. A organização não governamental brasileira congrega mais de 500 entidades afiliadas, entre associações, sindicatos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e coletivos que se articulam, desde os anos 1990, para, segundo seu site “denunciar e combater a grave concentração econômica na mídia, a ausência de pluralidade política e de diversidade social e cultural nas fontes de informação, os obstáculos à consolidação da comunicação pública e cidadã e as inúmeras violações à liberdade de expressão” ⁷.

Neste contexto, a configuração de um quadro acerca das regulações da mídia no ambiente regional da América Latina exige uma consulta direta às organizações e instituições públicas que se dedicam à discussão da causa (como o FNDC e outras associações congêneres no continente), bem como aos próprios dispositivos legislativos de cada Estado nacional da região, em seus respectivos domínios de consulta pública (como o “Portal da Legislação”, mantido pelo governo federal do Brasil) ⁸.

Quanto a percepção do nível de alinhamento da mídia com as diferentes formas de organizações políticas, esta pesquisa se desvia da problemática categoria/noção de “paralelismo político”. Consoante as críticas já formuladas em capítulos e seções anteriores, acompanhamos as ponderações de Afonso de Albuquerque (2011; 2012; 2013) acerca das tendências negativistas com que se examina a relação entre políticos e operadores da mídia na América Latina, a partir de critérios normativos exógenos.

Em particular, isso se aplica às reflexões do autor quanto ao viés etnocêntrico comportado pelo conceito de “paralelismo político” – como lembra Afonso de Albu-

⁷ FNDC: <http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>

⁸ Portal da Legislação: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>

querque (2013), introduzido por Seymour-Ure nos anos 1970, reelaborado por Blumler e Gurevitch nos anos 1990 e “popularizado” por Hallin e Mancini em inícios de 2000.

Em suas leituras, Afonso de Albuquerque entende se tratar de um parâmetro de análise pouco afeito às trajetórias histórico-políticas de países mais ao Sul do Equador. Propõe, em seu lugar, uma interpretação mais elaborada que possibilite examinar as rotinas colaborativas entre o ambiente político e a mídia, sem incorrer em determinismos redutores e depreciativos (2012) – como parece ser, também, sua avaliação acerca da noção de clientelismo político, alternativamente colocada em perspectiva comparada, por Daniel Hallin e Stylianos Papathanassopoulos (2002), na análise dos sistemas de mídia de quatro países do sul da Europa (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) e de três países da América Latina: Brasil, Colômbia e México.

Afonso de Albuquerque (2012) prefere um caminho diferente na reflexão sobre a adequação do uso do “paralelismo político”. Define seu emprego nas análises orientadas aos estudos comparados de comunicação política globais como uma abordagem alternativa, que associa duas variáveis: o grau de competitividade do sistema político e o grau de estabilidade do relacionamento entre mídia e política. Delas resultam quatro grupos básicos de ambientes de comunicação política, que são identificados pelo autor como: (1) competitivo/estável; (2) competitivo/instável; (3) não competitivo/estável; (4) não competitivo/instável. Cada grupo abrange perfis bem diferentes de sociedades e arranjos de comunicação política e o modelo tem a finalidade de fornecer um sistema geral de referência para permitir que os estudiosos comparem diferentes sociedades coexistindo em um determinado momento, ou a mesma sociedade em diferentes períodos (ALBUQUERQUE, 2012: 754).

De modo ainda mais abrangente, Afonso de Albuquerque (2011) e Afonso de Albuquerque e Pâmela Pinto (2014) discutem as referências centro e periferia para sustentar a necessidade de ampliação do conhecimento dos eixos periféricos e regionais, que levem a uma melhor compreensão das relações entre a mídia e a política.

Na perspectiva defendida pelos autores, assim como o conceito de “paralelismo político” pode ser disfuncional às análises comparadas, quando incorporado de forma imperativa, outras categorias analíticas eivadas de semelhantes invariân-

cias (como a noção de “clientelismo”) não são indicativos de avanço para as pesquisas comparadas do campo. Todavia, como lembram Afonso de Albuquerque e Pâmela Pinto (2014), não se trata de ignorar o clientelismo, por exemplo, mas deixar de tomá-lo como característica universal e definidora “da natureza da comunicação política” das sociedades periféricas em geral e das latino americanas em particular (rótulo com o qual são frequentemente retratadas). Evita-se, com isso, uma espécie de geografia moral, “que marginaliza um conjunto de sociedades, considerando-as problemáticas e disfuncionais, ao mesmo tempo em que, por efeito de comparação, legitima outras como virtuosas” (ALBUQUERQUE; PINTO, 2014: 543).

O que se pretende no modelo de análise aqui em construção é uma abordagem em sintonia com as preocupações assinaladas pelos autores supracitados. Sem incorrer nos dogmatismos que encerram algumas das análises sistêmicas entre mídia e política, o que este estudo persegue é fomentar indicativos mais concretos das formas com que se estabelecem eventuais “alinhamentos” entre as instâncias midiáticas e as diferentes formas de organizações políticas, o que inclui forças que estão além dos Estados, governos, partidos ou políticos – mas que agem politicamente.

Neste sentido, a identificação dos modos como se dão as “inversões” de recursos públicos para as organizações de mídia pode ser um indicativo de potenciais vínculos que se estabelecem entre o campo da política (na forma do Estado e suas derivações) e o campo da comunicação. Subsidiarão estas informações, como um referencial mais amplo, a condição de transparência de cada Estado nacional da região, a partir dos critérios de classificação instituídos por organismos como a *Transparency International* (TI), através de seu “*Corruption Perceptions Index*” (TI, 2018) – observadas, naturalmente, as ponderações feitas alguns parágrafos acima, acerca dos potenciais enviesamentos contidos em análises do gênero, decorrentes da incidência de critérios de avaliação que tem pretensão universalizante.

Ademais, contribui para uma percepção ainda mais apurada deste “cenário”, os indicativos extraídos do já citado “*Media Ownership Monitor*” (RSF, 2019), no que corresponde à dimensão de análise do trabalho que se debruça sobre o exame da “propriedade dos meios, em que são identificados o(s) proprietário(s), acionista(s)

ou as pessoas com influência na mídia mais relevante – possibilitando que as empresas de mídia sejam definidas economicamente (com base em suas receitas) e investigadas com relação às características de propriedade” (RSF, 2019: s/n).

Idealmente, contribuiria para uma percepção ainda mais elaborada da “vertente” dos “alinhamentos” aqui proposta uma análise que pudesse ir além da inversão dos recursos públicos. Há toda uma sorte de recursos que são deslocados regularmente para os veículos de comunicação. No âmbito privado estas relações são menos perceptíveis, na medida que, em geral, desconcentradas – embora os grandes financiadores dos meios de comunicação sejam companhias particulares (normalmente multinacionais) que perseguem seus interesses comerciais, usando os veículos de comunicação de forma a alcançar consumidores para seus produtos e serviços.

Na sua forma mais convencional, isso é feito através da publicidade – e neste contexto mais geral, os dados existentes são menos representativos para os interesses da vertente aqui em análise (mas que, de toda forma podem ser obtidos a partir de uma multiplicidade de índices disponíveis, inclusive de fontes já mencionadas anteriormente, como o *eMarketer* e *Zenith* ou ainda da *Ad Age* ⁹).

Todavia, novas formas de monetização têm subsidiado meios de comunicação, particularmente os digitais, contribuindo para os já mencionados efeitos “disruptivos” da esfera pública (BENNET; PFETSCH, 2018: 243). O tema tem sido destaque em diversos fóruns, sobretudo a partir do emblemático caso envolvendo a “*Cambridge Analytica*” e as práticas nada convencionais da consultoria inglesa na mineração e análise de dados em redes sociais, com fins estratégicos eleitorais.

Neste sentido, parecem ser potencialmente reveladoras as dinâmicas das ações financiadas – no ambiente digital, principalmente – para as práticas de comunicação política, naquilo que corresponde aos interesses desta pesquisa. No entanto, ainda são incipientes as ferramentas de investigação disponíveis, bem como métricas confiáveis a esse respeito. Soma-se a isso a ferrenha resistência demonstrada

⁹ *Ad Age Agency Report 2019: ranking and analysis*. Disponível em <<https://adage.com/article/data-center/ad-age-agency-report-2019-rankings-and-analysis/2165526>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

pelas principais plataformas *pontocom* em abrir seus dados relativos à entrada de receitas com investimentos publicitários para o escrutínio público.

Mesmo no âmbito do que esta abordagem propõe acerca das “inversões públicas”, os caminhos de empiria não são nada triviais. O alcance dos dados de tal natureza não estão facilmente disponíveis e exigem uma investigação metódica para a obtenção de referências que permitam a formação de algum tipo de percepção.

As informações sobre os recursos de natureza pública empregues pelos Estados nacionais, com fins “publicitários”, se encontram dispersas, frequentemente submetidas a critérios de “proteção” que atendem a interesses de segurança estratégica de Estado e governos. Os mecanismos de transparência internacional têm contribuído para a disponibilização de acessos mais efetivos acerca de tais informações, como parte de um esforço institucional em prol do direito à informação pública, como uma das dimensões de reconhecimento dos regimes democráticos.

Porém, ainda assim não é simples obter os dados. Na América Latina, as informações estão frequentemente vinculadas a departamentos de Estado e pouco sistematizadas. Na Argentina, os dados são parcialmente acessíveis através da “*Jefatura de Gabinete de Ministros*”¹⁰, órgão ligado à presidência da República. No Brasil, os gastos com mídia são compilados pela SECOM¹¹, secretária também vinculada ao gabinete presidencial. Enquanto no México um organismo autônomo, o *Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales* (INAI)¹², é quem oferece formalmente o acesso à quantidade de investimentos promovidos pelos governos mexicanos na mídia, ao longo das últimas décadas.

Neste país, por exemplo (e a apenas para ilustrar), o quadro é de extrema concentração na distribuição dos recursos, cabendo a apenas cinco veículos (*Televisa*, *TV Azteca*, *El Universal*, *Excélsior* e *Imagen Televisión*) mais de 1/3 do total de gastos realizados pelo ex-presidente Enrique Peña Nieto, ao longo de seu último mandato.

¹⁰ Jefatura de Gabinete de Ministros - Dirección Nacional de Inversión Pública: <https://www.argentina.gob.ar/jefatura/evaluacion-presupuestaria/dnip>

¹¹ SECOM: <http://www.secom.gov.br/atuacao/publicidade>

¹² INAI: <http://inicio.ifai.org.mx/SitePages/ifai.aspx>

Como já destacado, complementam estas referências os indicativos de “transparência” de cada Estado nacional a partir das classificações instituídas pelo “*Corruption Perceptions Index*” (TI, 2019), bem como, também de forma subsidiária, os indicativos “de risco ao pluralismo midiático”, que constituem a análise proposta pelo “*Media Monitor Ownership*” (RSF, 2019), no que tange a identificação do(s) proprietário(s), acionista(s) ou as pessoas com influência na mídia mais relevante.

Tendo em vista estes recortes, a última “variável” deste modelo de análise, no que corresponde a conformação do “ambiente midiático”, nos seus “aspectos políticos”, aqui em elaboração, diz respeito à identificação de formas de engajamento do público nas discussões públicas, através dos meios de comunicação existentes.

Para efeito desta percepção, novamente, a remissão ao trabalho do alemão Christof Mauersberger (2016) é oportuna. Na sua pesquisa, o autor destaca um conjunto de iniciativas que materializam a “luta das coalizões da sociedade civil na América Latina” (MAUERSBERGER, 2016: 4). Defendendo, como perspectiva de análise, que os meios de comunicação são parte integrante das esferas públicas das sociedades modernas, pondera sobre a necessidade de intervenções regulatórias que assegurem o caráter democrático de desempenho das mídias. Nesse sentido, examina a formação das “coalizões advocatícias” (por parte da sociedade civil) na região, que promovem ações com vista a favorecer o acesso aos meios de comunicação social, independentemente de status social, posição, etnia, gênero ou classe.

Cabe ressaltar aqui (em sentido idêntico ao que já foi feito no segundo capítulo desta tese) que, embora faça uma série de ponderações quanto aos sistemas de mídia predominantes da região, Christof Mauersberger (2016) alerta que “isso não deve ser confundido com uma condenação da mídia comercial *per si*” (MAUERSBERGER, 2016: 23). O autor apenas diverge, em seus pontos de vista, dos argumentos de inclinação liberal (no sentido econômico do termo), de que as interferências regulatórias impliquem ou se confundam necessariamente com censura.

Para Christof Mauersberger (2016), a entrada em cena da internet, principalmente, favoreceu a reivindicação de papéis mais relevantes para o ativismo na

região – o que é evidenciado, segundo o autor, no caso em estudo, com as mobilizações promovidas por diversas organizações da sociedade civil do continente, em prol de reformas do aparato sistêmico da comunicação em diversos Estados.

De fato, da perspectiva de mais de uma década passada, após as primeiras movimentações que levaram às principais reformas nos anos 2010, a participação cidadã nos espaços de discussão pública latino americanos parece ter se acentuado – como, de resto, em outras porções de mundo, que experimentam semelhante dinâmica. E é, sobretudo, no “espaço digital” que estes movimentos parecem ter uma expressão de maior destaque (MOSSBERGER; TOLBERT; MCNEAL, 2007).

As discussões teóricas em torno de como as crescentes possibilidades de participação *online* podem afetar a política não são consensuais. Como já examinamos no primeiro capítulo desta tese, as posições se dividem entre um maior otimismo e um maior pessimismo (BOHMAN, 2004), refletidas nas pesquisas e nas formas como “os acadêmicos tem se alternado em ondas sucessivas, de entusiasmo precoce ao pessimismo exacerbado” na busca por “abordagens mais equilibradas e empiricamente sustentadas acerca da era *pontocom*” (CHADWICK, 2009: 11).

Em relação ao ferramental teórico que possibilita examinar o tema, o trabalho pioneiro de Paul Sabatier e Hank Jenkins Smith (1994) introduziu o “*Advocacy Coalition Framework (ACF)*” com o intuito de refinar as ferramentas teóricas e metodológicas disponíveis para o estudo do processo político. O método original proposto pelos autores já passou por diferentes revisões, mas tem como premissa nuclear a ideia de que é o compartilhamento de crenças o que move e mantém unidos os grupos de indivíduos, seja para a formulação, seja para a proposição de mudanças nas políticas públicas, tendo como base múltiplas variáveis. Entre estas, estão aquelas relacionadas à formação das coalizões de defesa, entendidas como pessoas de uma variedade de posições (representantes eleitos e funcionários públicos, empresários, líderes de grupos de interesse, representantes da sociedade civil, pesquisadores, etc.), que compartilham interesses e agem politicamente.

Naturalmente, para as pretensões que encerram o modelo de estudos aqui em elaboração, não caberia um aprofundamento teórico mais amplo. O interesse da “vergente” de análise aqui proposta é mais pontual e direto. Neste sentido, a luz da compreensão de que as “coalizões advocatícias” são espécies de um gênero mais amplo

do fenômeno de participação política nas sociedades democráticas (PATEMAN, 1992; DAHL, 1997), entendemos que, contribuiria para um melhor percepção acerca do “ambiente midiático” latino americano, em seus “aspectos políticos” constitutivos a identificação de movimentos sociais nacionais e regionais que atuam *através* das mídias na persecução de seus objetivos e interesses de natureza política.

O espectro potencial deste tipo de exame é certamente muito amplo. Não apenas são diversos os meios em atividade naquilo que alguns autores definem por “ecologia” midiática (MCLUHAN, [1962]/1972; STRATE, 2004) – ainda que, neste caso, de alcance regional. Mas, também há incontáveis formas de organização social e movimentos de indivíduos operando nesta conjuntura em referência (isto é, na mídia). Assim sendo, a proposta aqui é relacionar alguns deles e, dentro do possível, considerar a natureza de suas demandas, em termos dos interesses políticos perseguidos.

São exemplos de algumas iniciativas de tal ordem, além do já citado Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) brasileiro:

- (a) a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) representa cerca de 5000 rádios comunitárias brasileiras e dá suporte na produção e distribuição de conteúdos radiofônicos de interesse das comunidades atendidas ¹³;
- (b) a *Asociación por los Derechos Civiles* (ADC) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos sediada em Buenos Aires, que promove os direitos civis e sociais na Argentina e em outros países da América Latina ¹⁴;
- (c) a *Asociación Latinoamericana de Internet* (ALAI), associação civil de caráter internacional sem fins lucrativos, com sede no Uruguai, que defende o desenvolvimento da Internet na América Latina e no Caribe ¹⁵.
- (d) a *Asociación Mundial de Radios Comunitarias - América Latina y Caribe* AMARC-ALC) é uma ramificação regional da Associação Mundial de Rádios Comunitárias, reunindo mais de 4.000 rádios comunitárias, federações e centros de produção em mais de 115 países (com mais de 500 associados diretos e 1500 indiretos, através de suas redes nacionais na LAC ¹⁶;

¹³ ABRAÇO: <http://abracobrasil.org.br/>

¹⁴ ADC: <https://adc.org.ar/>

¹⁵ ALAI: <https://www.alai.lat/>

¹⁶ AMARC ALC: <http://www.amarcalc.org/>

- (e) a *Asociación Nacional de Radios Comunitarias y Ciudadanas de Chile* (ANARCIHI) reúne mais de duas centenas de rádios comunitárias chilena, promover a comunicação participativa, plural e solidária no campo das rádios locais, garantindo a programação com conteúdo sociocultural e questões cidadãs e promovendo o desenvolvimento social por meio de ¹⁷;
- (f) o Centro de Mídia Independente (CMI Brasil) é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente ¹⁸.
- (g) a *Coalición por una Radiodifusión Democrática* (CRD) é um grupo eclético formado por membros de sindicatos de imprensa, de universidades, de organizações sociais, de rádios comunitárias, de rádios para pequenas empresas e de organizações de direitos humanos argentinos, que se reuniu em 2004 para a proposição de contribuições à formulação da “Ley de Medios” ¹⁹;
- (h) o *Foro Argentino de Radios Comunitarias* (FARCO) é uma organização que reúne as principais rádios populares e comunitárias argentinas, contando com aproximadamente 100 associados em todo o território nacional ²⁰;
- (i) a IFEX ALC é uma aliança de 23 organizações que promovem e defendem o direito à liberdade de expressão na América Latina e no Caribe, braço regional da IFEX, uma rede global de defesa da liberdade de expressão ²¹;
- (j) a *Inter American Press Association* (IAPA) é uma organização sem fins lucrativos dedicada a defender a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa nas Américas, composta por meios de comunicação membros ou redes de jornais que hoje incluem mais de 1300 publicações afiliadas ²²;
- (k) o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização formada por ativistas e profissionais de diversas áreas, que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, como direito indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia ²³;

¹⁷ ANARCIHI: <https://twitter.com/anarcich>

¹⁸ CMI Brasil: <https://midiaindependente.org/>

¹⁹ CRD: <http://www.coalicion.org.ar/>

²⁰ FARCO: <https://www.farco.org.ar/>

²¹ IFEX ALC: <https://ifex.org/alc/>

²² IAPA: <https://en.sipiapa.org/contenidos/home.html>

²³ INTERVOZES: <https://intervozes.org.br/>

- (l) o *Instituto Prensa y Sociedad Venezuela* (IPYS) é uma organização não governamental que trabalhou na promoção, defesa e treinamento em liberdade de expressão, jornalismo investigativo e direito à informação, com o desejo de contribuir para a conquista de uma cidadania mais consciente, em vista da necessidade de defender e exercer esses direitos ²⁴;
- (m) a *Red Nacional de Medios Alternativos* (RNMA) é uma organização civil argentina que se define como espaço de articulação, organização, debate e ação, através da comunicação comunitária ²⁵;
- (n) TEDIC é uma ONG paraguaia que desenvolve tecnologia cívica aberta e defende os direitos digitais de uma cultura livre na Internet ²⁶;

O quadro acima é meramente ilustrativo e não encerra uma sistematização quanto as possibilidades de referências. As organizações foram selecionadas aleatoriamente, para servirem como indicativos das possibilidades de identificação de “atores” da sociedade civil latino americana, agindo como “advogados de defesa” (*advocacy coalition*) de interesses coletivos mais amplos. Algumas delas são mais conhecidas por sua militância em casos de maior repercussão regional e internacional, como a argentina “*Coalición por una Radiodifusión Democrática*” (CRD), que teve papel decisivo na reforma constitucional do país, acerca de sua legislação comunicativa.

Outras, como a brasileira Intervozes é colaboradora ativa de diversas entidades internacionais ligadas a direitos humanos, à defesa de minorias e organizações profissionais, como a Repórteres sem Fronteiras, com a qual, contribuiu, no Brasil, para a elaboração do MOM (“*Media Ownership Monitor*”) brasileiro.

Neste contexto, são todas expressões que traduzem o que aqui está se definindo como “variável” de análise do modelo comparado de comunicação política, proposto por esta tese, no que diz respeito a conformação do “ambiente midiático”, nos seus “aspectos políticos”, em termos da identificação de formas de engajamento do público nas discussões públicas, através dos meios de comunicação existentes.

²⁴ IPYS: <https://ipysvenezuela.org/>

²⁵ RNMA: <https://rnma.org.ar/>

²⁶ TEDIC: <https://www.tedic.org/>

Existem, por certo, muitas outras maneiras através das quais as formas de participação podem ocorrer (e elas estão efetivamente ocorrendo a cada dia mais). Mas, não é a intenção deste recorte estabelecer os limites que as investigações futuras poderão alcançar. Como resta evidente, para os interesses desta pesquisa, a quantidade dos dados em si importa menos do que a qualidade do material reunido para exame.

Assim sendo, com a conclusão deste tópico, encerra-se uma extensa exposição de elementos que integram a metodologia de pesquisa defendida por este trabalho.

Em termos definitivos, o que esta última seção reúne é um detalhamento das variáveis, vertentes e fontes de dados que podem contribuir para um melhor entendimento dos “aspectos políticos” que informam o “ambiente midiático” da América Latina. Este, por sua vez, está articulado com os “ambientes sociocultural e político” examinados antes, os quais, de forma integrada e interdependente, constituem o “contexto” em que se dão as práticas de comunicação política, conforme nosso argumento.

4.4. Síntese do modelo de análise, limites e apontamentos para o futuro

O propósito deste capítulo foi apresentar um modelo de análise de comunicação política comparada para a América Latina. A abordagem tem como eixo condutor a relação entre mídia e democracia, em torno da qual se procurou enfatizar uma perspectiva de análise mais “holística” (BLUMLER, 2011), que se aproxima de alguns esforços revisionistas que estão sendo desenvolvidos pelo campo da comunicação política (e de sua vertente comparada), nos últimos anos.

O modelo proposto, de forma resumida, encerra dois *elos* conexos: um amplo, em que se articulam determinados ambientes, de natureza sociocultural, política e midiática – e que conformam um *contexto* próprio da comunicação política; e um restrito, em que se dão as *práticas de comunicação política per se* (isto é, o debate público, as campanhas eleitorais, os movimentos sociais, o jornalismo político, dentre outros exemplos), a partir do respectivo *contexto* em que estão inseridas.

O “contexto” consiste numa combinação dinâmica dos ambientes acima referidos, em seus *aspectos gerais*. Deles, se destacam características mais importantes, que podem ser examinadas a partir de *variáveis* próprias a cada ambiente, constituídas, por sua vez, por *vertentes* de análise ainda mais específicas, as quais, em última instância, são informadas pelas referências empíricas que outras pesquisas de natureza semelhante já vêm empregando no campo, na forma de conceitos e dados (de fontes primárias ou secundárias, a depender daquilo que se está investigando).

Em termos amplos, o ambiente sociocultural, pode ser compreendido a partir de suas características demográficas, educacionais, econômicas, pelo conjunto de crenças, hábitos, valores e comportamentos, as quais, por sua vez, *constituem* e são ensejadoras de uma *cultura política* – e onde estão inseridos os indivíduos que formam o público (mais do que mera audiência, hodiernamente, também agentes fundamentais das práticas comunicativas). Já o ambiente político pode ser compreendido a partir de suas características organizacionais, administrativas e legais, que *constituem* e *representam* a sociedade como um todo e, portanto, os indivíduos e organizações que nela estão inseridos. Finalmente, o ambiente midiático, pode ser entendido a partir de suas características técnicas, econômicas e sociopolíticas, que *constituem* e *refletem* a sociedade como um todo e, portanto, os indivíduos e organizações que nela estão inseridos.

São variáveis constitutivas dos ambientes sociocultural, servindo ao exame de suas características: (a) o nível de desenvolvimento humano; (b) as condições socioeconômicas; (c) as condições culturais e a cultura política. São variáveis constitutivas do ambiente político, servindo ao exame de suas características: (a) as condições do regime político; (b) o tipo de estrutura do Estado; e (c) as condições de exercício de cidadania política. E, finalmente, são variáveis constitutivas do ambiente midiático, servindo ao exame de suas características: (a) as condições técnicas; (b) as condições econômicas; e (c) as condições sociopolíticas.

Cada uma das variáveis acima identificada se desmembra em um conjunto plural e dinâmico de vertentes mais específicas, que são informadas por uma diversidade de conceitos e fontes de referência, consolidados no quadro 01, desta tese. No seu todo, “traduzem” o “contexto” em que se dão as práticas de comunicação política, potencializando uma compreensão mais elaborada de seus desenvolvimentos.

É necessário reconhecer, no entanto, que o modelo não tem a pretensão de exaurir todos os aspectos constitutivos do contexto de análise em questão. Muito menos abranger a totalidade de fenômenos de comunicação política existentes. Ao contrário, o que se objetivou foi refinar e diversificar os parâmetros que informam a tradição de estudos comparados de comunicação política, abraçando uma orientação epistemológica alternativa, que não nega a importância dos esforços de pesquisa convencionais – mas, procura ampliar e potencializar suas possibilidades.

Desta forma, é natural que a metodologia aqui desenvolvida comporte limites. Ainda que se tenha procurado explorar *aspectos gerais* mais importantes e característicos de cada ambiente de análise que integra o “contexto” pode haver outros que não foram considerados. Cabe empregar a mesma linha de raciocínio no que diz respeito às variáveis elencadas e, por extensão, às vertentes de análise e às referências empíricas (conceitos e fontes de dados) selecionadas para o estudo. As nossas escolhas não excluem outras. A ampliação do modelo é possível – e desejável.

A inspiração em Jay Blumler (2011), na busca por um tipo de análise orientada por um “empirismo [mais] holístico” leva a desafios incomuns na área da comunicação política. Os pressupostos funcionalistas, que resultam em análises comparadas de caráter sistêmico quase sempre voltadas para relações de *causa* e *efeito*, limitam o espectro de parâmetros de análise existentes e, sobretudo, a disponibilidade de referências empíricas, quase sempre orientadas pela mesma lógica causal. De forma alternativa, a perspectiva de análise aqui abraçada entende as estruturas e instituições como parte de um contexto, que *afeta* (BARNHURST, 2011) as práticas (de comunicação política), mas que por estas também é *afetado*.

Embora o modelo tenha como “diferencial” a intenção de articular os níveis *macro*, *meso* e *micro* de análise (BLUMLER; GUREVITCH, 1995), privilegiando a *interdependência* e a *recursividade* como diretrizes de análise, sua efetividade depende, naturalmente, de sua implementação prática, em fenômenos concretos.

Assim, a proposta investigativa aqui apresentada ainda precisa ser testada empiricamente, para uma melhor avaliação de suas possibilidades. As considerações de caráter mais geral, que serviram para delinear a estrutura de análise conceitual e teórica, não são uma garantia de sua funcionalidade para a compreensão da real natureza dos fenômenos práticos de comunicação política a serem examinados.

O objetivo para o futuro é a continuidade do estudo, aplicando o *framework* em situações concretas, visando seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

5. Conclusão

O presente trabalho é vinculado a área da comunicação. Tem foco na comunicação política e, em particular, nas análises comparadas do campo. De forma extensiva e complementar, dialoga também com os estudos sobre mídia e democracia.

A pesquisa apresenta um modelo de análise comparada de comunicação política, voltado à investigação da relação entre mídia e democracia na América Latina. A metodologia aqui desenvolvida destina-se à aplicação em estudos de casos futuros e visa ampliar o entendimento dos fenômenos de comunicação política dos países do continente, no contexto de sua particular realidade democrática.

Como diretriz principal, a pesquisa confronta alguns limites estabelecidos pela tradição do campo de pesquisas da comunicação política comparada. Defende uma análise multinível que contemple estruturas, processos e práticas, de forma a integrá-las. Dá relevo ainda, tanto a aspectos quantitativos, quanto qualitativos, nas análises. Avança, assim, nas discussões sobre a importância das mídias em contextos democráticos em transição, como é o caso dos países latino americanos.

Com isso, a tese não tem um caráter empírico, mas, antes, teórico (e metodológico). Propõe uma crítica às premissas (epistêmicas) assumidas pelo campo da comunicação política e, de certa forma, reificadas pela literatura da área.

Desenvolve, a partir de uma revisão a tais fundamentos, um modelo de investigação alternativo àqueles orientados por uma racionalidade determinista (baseadas em relações de causa e efeito). Por meio deste modelo, discute a lógica dos efeitos da comunicação e da política na vida em sociedade, privilegiando a compreensão de como tais fenômenos *afetam* e *são afetados* pelas dinâmicas sociais, a partir do entendimento da *interdependência* e à *recursividade* como diretrizes de análise.

Em essência, a metodologia proposta, em termos de uma análise de comunicação política, em viés comparado, procura ultrapassar, a dimensão (sistêmica) das estruturas e processos (institucionais), para incorporar, também as práticas (a

comunicação política *per se*) – trazendo relevo (ainda) para o público, frequentemente “negligenciado” pelos estudos do gênero (de comunicação política comparada).

A linha de reflexão assumida por esta pesquisa é alternativa, sobretudo, à lógica funcionalista que, em nosso entendimento, atravessa grande parte dos estudos sistêmicos comparados do campo. Sem deixar de reconhecer os avanços alcançados pelos estudos do gênero, o que este trabalho argumenta, em seus termos mais amplos, é que há limites que vem sendo pouco discutidos pela literatura estabelecida. E, neste sentido, defende que o campo necessita de uma reavaliação e atualização de alguns de seus pressupostos básicos. Como forma de contribuir com este debate, aponta para alguns dos problemas teóricos, conceituais e metodológicos que precisam ser enfrentados. E desenvolve a pesquisa a partir destes problemas.

De certa forma, o trabalho também dialoga com os questionamentos que vem sendo feitos à própria comunicação política (NORRIS, 2000; BRANTS; VOLTMER, 2011; BARNHURST, 2011; NIELSEN, 2014; BLUMLER; COLEMAN, 2015; HENN; VOWE, 2015). E se insere entre aqueles advogam a necessidade de um “*rethinking*” para o campo – endossando os termos de Jay Blumler (2011), quanto a urgência por um “empirismo holístico” para as pesquisas da área.

Assim sendo, destaca alguns dos problemas comportados pelas análises já estabelecidas de comunicação política e de sua vertente comparada, na medida em que promove uma revisão da literatura, nos capítulos em torno dos quais a tese se desenvolve. Problemas como: a ênfase excessiva na perspectiva sistêmica (isto é, macro); o foco praticamente restrito nas relações de causa e efeito da mídia em relação à política (ou vice versa); a ampla preponderância das análises quantitativas às qualitativas, no exame dos fenômenos de comunicação política; a noção limitada (pois, frequentemente instrumental) de comunicação nos debates sobre mídia e política; o papel passivo do público como sujeito *de* efeitos da comunicação política; e, entre outras coisas, a ênfase, muitas vezes excessiva, quanto ao estado dos meios na atualidade, face suas transformações tecnológicas e econômicas mais recentes.

Decorrente destas problematizações, consolida pelo menos três percepções críticas que determinam a orientação de toda a pesquisa e, em particular, iluminam o desenvolvimento do modelo de análise comparado, proposto pela tese.

Primeiro, questiona o relativo conformismo em relação aos pressupostos epistemológicos que informam grande parte dos estudos da comunicação política e comparada, na forma de abordagens de cunho excessivamente determinista (isto é, com foco predominante em relações de causa e efeito – lógica causal).

Segundo, identifica a prevalência de critérios normativos mais afins à realidade do hemisfério Norte (Ocidental), que levam a análises carregadas de etnocentrismo e resultados, por vezes, enviesados, nos estudos comparados da área.

Terceiro, contorna a reduzida atenção à comunicação política *per se* – no sentido de que desenvolve um modelo de análise mais voltado para o entendimento concreto e mais específico dos fenômenos de comunicação política em si mesmos, resultantes das interações entre os agentes envolvidos no processo.

Por tudo isso, este trabalho doutoral não teve natureza empírica. Dedicou-se, noutra direção, a confrontar, no plano teórico, conceitual e metodológico, alguns dos condicionamentos apontados, esperando, com isso, contribuir com uma nova abordagem que ajude a preencher lacunas importantes do campo. Neste sentido, também, a metodologia de análise proposta, com vista a que possibilite, futuramente, uma avaliação das práticas de comunicação política no contexto latino americano.

Em termos de organização, o trabalho foi dividido em três partes principais (capítulos), além de uma introdução e desta conclusão.

Na primeira localiza algumas das contribuições teóricas que conformam as discussões da área da comunicação política, em seu sentido mais amplo e revisa, de forma crítica, estudos que empregam a perspectiva comparada nas análises de comunicação política. Na segunda, relaciona e discute pesquisas que examinam a comunicação política, na América Latina, por um viés comparado. Na terceira, desenvolve um modelo alternativo de análise comparada de comunicação política, voltado à investigação da relação entre mídia e democracia na América Latina, que possibilite ampliar o entendimento das dinâmicas (*práticas*) da comunicação política dos países do continente, no contexto de sua particular realidade democrática.

No primeiro capítulo, as atenções se concentraram na revisão da literatura da área de comunicação política, com um esforço dirigido à localização das contribuições teóricas mais relevantes e, a partir destas, foram destacados alguns dos aspectos estruturantes da discussão sobre a relação entre comunicação e política – o que incluiu a elaboração de referências mais precisas sobre conceitos que atravessam esta pesquisa em tempo contínuo, como as noções de comunicação, política, mídia e democracia. A segunda parte do capítulo foi dedicada a uma revisão mais aprofundada de alguns dos estudos de comunicação política comparada, a partir de sua problematização, bem como de suas implicações, desenvolvimentos desafios e tendências, com base no que tem sido produzido pelos autores nos últimos anos.

O segundo capítulo se voltou para a produção bibliográfica dos estudos comparados sistêmicos de comunicação política – que, conforme foi destacado no texto, consiste em uma espécie do gênero da comparação. Os estudos sistêmicos gozam de notoriedade na área e, dentre eles, algumas obras possuem um reconhecimento ainda mais expressivo, caso de “*Comparing media systems*”, de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004) – exaustivamente discutido ao longo de todos os capítulos da tese. Além deste, outros estudos foram revisados e problematizados, à luz das críticas já sinalizadas. Uma ênfase maior foi dada às pesquisas de comunicação política comparada, de caráter sistêmico, latino americanas. Neste sentido, o capítulo perseguiu um duplo propósito: desenvolver uma tomada de perspectiva mais panorâmica sobre as discussões sistêmicas de pesquisa comparada e empregar mais densidade analítica aquelas com eixo na realidade latino americana.

Assim sendo, na primeira parte do capítulo foram sintetizados alguns dos principais trabalhos que tratam da perspectiva sistêmica das análises comparadas de comunicação política. Ao mesmo tempo, ainda que de forma pontual, foram sistematizados alguns dos problemas encontrados nas obras e contextualizadas alternativas, nos termos que interessam a esta pesquisa. Na segunda parte, foram relacionados estudos com algum nível de preocupação sistêmica, com foco na realidade da América Latina. Novamente, ao colacionar tais pesquisas, a revisão procurou assinalar aspectos estruturantes dos trabalhos dos autores visitados, para fins de desenvolvimento da proposta metodológica que encerra o terceiro (e último) capítulo da tese.

Finalmente, no terceiro capítulo, a proposta foi mais pragmática: o desenvolvimento de um modelo de análise comparado de comunicação política para a América Latina. Com este intuito, o capítulo foi dividido em quatro partes. A primeira, retomou as discussões apontadas nos dois primeiros capítulos, de forma a contextualizar o desenvolvimento da tradição de pesquisa do campo, discutindo seus limites da tradição e encaminhando a crítica epistemológica que sustenta esta abordagem. A segunda parte do capítulo apresentou os argumentos teóricos e conceituais que conformam o modelo de análise proposto, com vistas a possibilitar uma reflexão (futura) sobre as práticas de comunicação política na América Latina, em perspectiva comparada. Nesta mesma parte, indicou também os avanços que o modelo proposto (e seu enquadramento) comporta, além da pertinência prática de sua proposição. Tais argumentos levaram a uma terceira parte, em que se estabeleceram os aspectos metodológicos, constitutivos do modelo de análise em si, objetivo principal do estudo. Por fim, a quarta parte, fez uma breve sintetiza o modelo de análise apresentado e refletiu sobre seus limites e possibilidades de aperfeiçoamento e aplicação empírica futura. É o que se segue, a título de conclusão desta conclusão.

Primeiramente, justificamos que a decisão de construir um modelo/metodologia de análise voltado a uma realidade regional específica, decorre da percepção de lacunas e limites encontradas na revisão da literatura de comunicação política comparada da própria América Latina (e além). Estas lacunas e limites são sobretudo de ordem epistemológica, o que conduziu o trabalho a toda uma extensa problematização da tradição científica racionalista, que conforme resumimos, pode ser entendida por seu caráter determinista, normativo e com ênfase na objetividade das análises geradas – nos termos propostos por Boaventura de Souza Santos (1988).

Neste sentido, o caminho de reflexão assumido pelo trabalho é alternativo. Diverge, sobretudo, de uma certa lógica funcionalista que, em nosso entendimento, atravessa grande parte dos estudos sistêmicos comparados do campo – e é extensivo à própria comunicação política, de uma maneira constante e irrefletida.

Informado por estas percepções, o modelo resultante desta pesquisa persegue uma maior ênfase na *complexidade*, na *diversidade* e na *subjetividade*, acerca dos aspectos de natureza *qualitativa* que caracterizam as práticas de comunicação

política observadas na região latino americana, no contexto das inúmeras mudanças culturais, políticas, sociais, econômicas e tecnológicas que marcam o século XXI.

Em desafio à tradição da área, o modelo que desenvolvemos propõe que a comunicação política *constitui* a realidade política – sem deixar de ser, também por esta, a todo tempo modificada. A perspectiva defendida é menos de um determinismo formal, normativo e objetivo para a explicação dos fenômenos – e mais de um viés crítico, construtivista e hermenêutico, como vertentes teóricas de apoio à nossa reflexão.

Consoante esta direção, o modelo apresentado, pode ser resumido da seguinte forma: consiste em dois *elos* conexos: um amplo, em que se articulam determinados ambientes, de natureza sociocultural, política e midiática – e que conformam um *contexto* próprio da comunicação política; e um restrito, em que se dão as *práticas de comunicação política per se*, a partir do contexto em que estão inseridas.

Enquanto as práticas são (potencialmente) múltiplas, o contexto é *uno*, embora integrado dinamicamente por ambientes interdependentes e mutuamente constitutivos, que afetam as práticas, na mesma proporção que se modificam a medida em que aquelas ocorrem, sempre de forma circular, recursiva e sucessiva.

Em termos ainda mais descritivos, o contexto consiste numa combinação dinâmica de *aspectos gerais*, dos quais se destacam características mais importantes, que podem ser examinadas a partir de um conjunto de *variáveis* próprias a cada ambiente, constituídas, por sua vez, por *vertentes* de análise ainda mais específicas, as quais, em última instância, são informadas pelas referências empíricas que outras pesquisas de natureza semelhante já vêm empregando, na forma de conceitos e fontes de dados (primários ou secundários, a depender daquilo que se está investigando).

Numa perspectiva ampla, o ambiente sociocultural, pode ser compreendido a partir de suas características demográficas, educacionais, econômicas, pelo conjunto de crenças, hábitos, valores e comportamentos, as quais, por sua vez, *constituem* e são ensejadoras de uma *cultura política* – e onde estão inseridos os indivíduos que formam o público (mais do que mera audiência, hodiernamente, também agentes fundamentais das práticas comunicativas). Já o ambiente político pode ser compreendido

a partir de suas características organizacionais, administrativas e legais, que *constituem e representam* a sociedade como um todo e, portanto, os indivíduos e organizações que nela estão inseridos. Finalmente, o ambiente midiático, pode ser entendido a partir de suas características técnicas, econômicas e sociopolíticas, que não apenas *constituem*, mas também *refletem* a sociedade como um todo e, portanto, os indivíduos e organizações que nela estão inseridos.

São variáveis constitutivas dos ambientes sociocultural, servindo ao exame de suas características: (a) o nível de desenvolvimento humano; (b) as condições socioeconômicas; (c) as condições culturais e a cultura política. São variáveis constitutivas do ambiente político, servindo ao exame de suas características: (a) as condições do regime político; (b) o tipo de estrutura do Estado; e (c) as condições de exercício de cidadania política. E, finalmente, são variáveis constitutivas do ambiente midiático, servindo ao exame de suas características: (a) as condições técnicas; (b) as condições econômicas; e (c) as condições sociopolíticas.

Cada uma das variáveis acima identificada foi desmembrada em um conjunto plural e dinâmico de vertentes mais específicas que, por sua vez, são informadas por uma diversidade de conceitos e fontes de referência, consolidados no quadro 01, desta tese. Em essência, todo esse instrumental analítico serve à finalidade de revelar o “contexto” mais amplo em que se dão as práticas de comunicação política, potencializando uma compreensão mais elaborada de seus desenvolvimentos.

Este objetivo, de aplicação da metodologia em casos concretos, no futuro, caminha em paralelo com a necessidade de aperfeiçoamentos desta proposta aqui formulada. Os limites existem e precisam ser testados. E não há outro caminho, senão à luz do emprego regular deste *framework* em situações de mundo, sobretudo por outros pesquisadores, visando seu desenvolvimento e correções.

Todas estas considerações devem ser observadas segundo a perspectiva mais geral de que os estudos comparados de comunicação política na América Latina compreendem muito mais coleções de ensaios do que, de fato, um esforço sistemático de desenvolvimento dos recursos analíticos mais amplos, que possibilitem o encaminhamento de investigações contínuas. Neste sentido, não se dedicam necessariamente ao aprofundamento teórico e metodológico, a despeito de uma forte tradição latino americana desta ordem – que pode ser encontrada no trabalho de

alguns importantes teóricos da região, mais ligados ao campo de estudos da comunicação, como, por exemplo, Nestor Garcia Canclini (1997;1998) e Jesús Martín-Barbero (1997) e da própria comunicação política, como Elisabeth Fox (1988; 1988a; 1988b; 2002), Silvio Waisbord (1998; 2000; 2002; 2012) e Manuel Alejandro Guerrero e Mireya Ramiro-Martinez (2014), dentre outros.

Estas ricas contribuições são uma evidência de que há um caminho já trilhado, de desenvolvimento de um arcabouço de teorias, conceitos e métodos que dialogam com as complexidades inerentes do continente. A presente tese ambiciona um espaço nesta seara de reflexões, pretendendo se colocar como mais um recurso que permita novos avanços na compreensão dos fenômenos de comunicação política em uma América Latina urgente de transformações, em meio a um cenário de profunda crise democrática e de crescente onipresença dos meios nas rotinas sociais.

Mais do que tudo isso, o modelo de análise aqui desenvolvido espera contribuir mais diretamente ainda com uma nova visada sobre a importância do público nos processos e práticas da comunicação política regional. A América Latina é um celeiro de inovações no que tange à participação do público nas dinâmicas de interesses coletivos. Muitas experiências transformadoras foram (e continuam sendo) conduzidas em diferentes países da região: das iniciativas de democracia participativa aos esforços por transparência pública, há um conjunto plural de movimentos sociais, organizações civis, ações voltadas para as inovações políticas e um sem número de práticas emergentes, que frequentemente passam ao largo das pesquisas alinhadas a uma lógica mais tradicional de comunicação política e comparada.

O esforço metodológico aqui empreendido está comprometido em oferecer mais amplitude de análise para tais fenômenos em particular – em sua articulação com as instâncias política e midiática –, na tessitura das práticas de comunicação política. Embora não se trate do relevo mais importante do trabalho - dadas as demais contribuições que julgamos advir da obra – é, sem dúvida, um diferencial significativo e necessário ao esforço de um desenvolvimento mais holístico para a pesquisa de comunicação política e comparada, na direção de novos horizontes.

6. Referências bibliográficas

- AALBERG, Toril; CURRAN, James (Eds.). **How media inform democracy: a comparative approach**. London: Routledge, 2011.
- AALBERG, Toril; VAN AELST, Peter; CURRAN, James. Media systems and the political information environment: a cross-national comparison. **International Journal of Politics**, 15(3), 255–271, 2010.
- ABENSOUR, Miguel. Filosofia política crítica e emancipação? In: NOVAES, Adauto (Org). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 193-220.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Media/politics connections: beyond political parallelism. **Media, Culture & Society**, 35 (6), p. 742–758, 2013.
- ALBUQUERQUE, Afonso. O paralelismo político em questão. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 1, p. 5-28, 2012.
- ALBUQUERQUE, Afonso. On models and margins: comparative media models viewed from a Brazilian perspective. In: HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo (Eds.). **Comparing media systems beyond the western world**. New York: Cambridge University Press, 2011. p. 72-95.
- ALBUQUERQUE, Afonso; PINTO, Pâmela. O inferno são os outros: mídia, clientelismo e corrupção. **Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 541-562, maio-agosto 2014.
- ALGER, Dean. **Megamedia: how giant corporations dominate mass media, distort competition and endanger democracy**. Maryland: Rowman & Littlefield, 1998.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.
- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc-CEBRAP, 2016.
- ALTHEIDE, David L. Media logic and political communication. **Political Communication**, v. 21, n. 3, p. 293-296, 2004.
- ANDRADE, Samária A. Economia política da comunicação: origens, reflexões e tendências. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.28, n. 1, p. 92-113, janeiro/junho, 2013. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0591-1.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização. A modernidade sem peias**. trad. Telma Costa com revisão científica de Conceição Moreira. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.
- ARANHA, Maria Lúcia de A.; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas do Prof. Mário da Gama Kury. 3ª edição. Brasília: UNB, 1997.
- ARTERTON, F. Christopher. **Media politics: the news strategies of presidential campaigns**. New York: Lexington Books, 1984.
- ATWOOD, Rita; MCANANY, Emile G. **Communication and Latin American society: trends in critical research, 1960-1985**. Madison: University of Wisconsin Press, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, abril/maio, 2006.
- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BAGDIKIAN, Ben H. **O monopólio da mídia**. São Paulo: Scritta, 1993.
- BARBERO, Jesús Martín. **A comunicação na educação**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BARBERO, Jesús Martín. **Oficio de cartógrafo – travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- BARNHURST, Kevin G. The new “media affect” and the crisis of representation for political communication. **The International Journal of Press/Politics**, v. 16, n. 4, p. 573-593, 2011.
- BARNOUW, Eric et al. **Conglomerates and the media**. New York: New Press, 1998.
- BELTRÁN SALMÓN, Luis Ramiro. **Investigación sobre comunicación en Latinoamérica: inicio, trascendencia y proyección**. La Paz: Universidad Católica Boliviana y Plural Editores, 2000.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. **Investigación sobre comunicación en Latinoamérica: inicio, trascendencia y proyección**. La Paz: Plural Editores, 2000.
- BENNETT, W. Lance. **Toward a theory of press-state relations in the United States**. **Journal of communication**, v. 40, n. 2, p. 103-127, 1990.

BENNETT, W. Lance; ENTMAN, Robert M. (Ed.). **Mediated politics: communication in the future of democracy**. Cambridge University Press, 2000.

BENNETT, W. Lance; PFETSCH, Barbara. Rethinking political communication in a time of disrupted public spheres. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 243-253, 2018.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 2001.

BLOCH, Marc. Comparação. In: BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p. 111-118.

BLUMLER, Jay G. Foreword: In praise of holistic empiricism. In BRANTS, Kees; VOLTMER, Katrin (Ed.). **Political communication in postmodern democracy: challenging the primacy of politics**. UK: Palgrave Macmillan/Springer, 2011.

BLUMLER, Jay G. Mediatization and democracy. In: ESSER, Frank; STRÖMBÄCK, Jesper (Ed.). **Mediatization of politics: understanding the transformation of Western democracies**. Palgrave Macmillan, London, 2014. p. 31-41.

BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. State of the art of comparative political communication research. In: ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (Ed.). **Comparing political communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, 2004, p. 325-344.

BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. Towards a comparative framework for political communication research, In: CHAFFEE, Steven H. (Ed.). **Political communication: strategies and issues for research**. Beverly Hills, CA: Sage, 1975, p. 165-184.

BLUMLER, Jay G.; KAVANAGH, Dennis. The third age of political communication: Influences and features. **Political communication**, v. 16, n. 3, p. 209-230, 1999.

BLUMLER, Jay; COLEMAN, Stephen. A democracia e a mídia – Revisitadas. **Compólitica**, v. 7, n. 2, p. 7-34, 2017.

BLUMLER, Jay; GUREVITCH, Michael. **The crisis of public communication**. Routledge/Psychology Press, 1995.

BOAS, Taylor C. **Presidential campaigns in Latin America: electoral strategies and success contagion**. Cambridge University Press, 2016.

BOAS, Taylor. Mass media and politics in Latin America. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I; SHIFTER, Michael (Eds.). **Constructing democratic governance in Latin America**. The John Hopkins University Press, 4th Edition, 2013, p. 48-77.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, Volume 1 e Volume II.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOHMAN, J. Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. **The Sociological Review**, 2004, p. 131-155.

BOLTANSKI, Luc. **Dominación y emancipación: una crítica radical del capital sin nostalgia estatista** / Luc Boltanski; Nancy Fraser. 1ª edição, Buenos Aires, Capital Intelectual, 2016, 112 p.

BRAGA, Adriana A. Que comunicação ensina afinal o curso de comunicação? In: Bruck, M.; Oliveira, M. (Org.) **A atividade comunicacional em ambientes midiáticos: reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues**. 1ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2016, v. 1, p. 187-195.

BRANTS, Kees; VOLTMER, Katrin (Ed.). **Political communication in post-modern democracy: challenging the primacy of politics**. UK: Palgrave Macmillan/ Springer Springer, 2011.

BRITANNICA. Verbete “Critical Theory”. In: **Encyclopaedia Britannica** Online. Publicado em 10 de novembro de 2015. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/critical-theory>>. Acesso em 20 de junho de 2019.

BRÜGGEMANN, Michael; ENGESSER, Sven; BUCHEL, Florin; HUMPRECHT, Edda; CASTRO, Laia. Hallin and Mancini revisited: Four empirical types of western media systems. **Journal of Communication**, 64 (6), p. 1037-1065, 2014.

CAMPBELL, David F. J. **Democracy Ranking of the Quality of Democracy**. Vienna: Democracy Ranking, 2016. Disponível em <<http://democracyranking.org/wordpress/>>. Acesso em 12 de agosto de 2018.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2ª edição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

CANCLINI, Néstor García. Verbete Cultural, Diversidade. In SADER, Emir et al. (Ed.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cultural-diversidade>>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

CANEL, María José; VOLTMER, Katrin. **Comparing political communication across time and space: conceptual and methodological challenges in a globalized world**. Palgrave Macmillan UK, 2014.

- CAPPARELLI, Sérgio. Da política de comunicação à comunicação política. In: LOPES, Maria Immacolata; BONANNO, Milly. (Orgs.). **Comunicação Plural. Estudos de comunicação no Brasil e na Itália**. São Paulo: Intercom/EDUC, p. 147-164, 2000.
- CAREY, James W. **Communication as culture, revised edition: Essays on media and society**. Routledge, 2008.
- CASTAÑON, Gustavo Arja. Construtivismo e ciências humanas. **Ciências & Cognição**, v. 5, 2005.
- CASTAÑON, Gustavo Arja. O que é Construtivismo. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência** (UNICAMP), v. 1, p. 160-180, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Volume 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHADWICK, Andrew. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. **I/S A Journal of Law and Policy for The Information Society**. Vol. 5, n. 1, 2009.
- CHAFFEE, Steven H.; GOMEZ-PALACIO, Carlos; ROGERS, Everett M. Mass Communication Research in Latin America: views from here and there. **Journalism Quarterly**, v. 67, n. 4, p. 1015-1024, 1990. Disponível em < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/107769909006700402>>. Acesso em 12 de abril de 2018.
- CHAUI, Marilena. O que é política? In: NOVAES, Adauto (org). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro, Agir, 2007, p. 27-53.
- CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- CHILVERS, Ian; OSBORNE, Harold (Ed.). **The Oxford dictionary of art**. Oxford University Press, 1988.
- COMPAINE, Benjamin; GOMERY, Douglas. **Who owns the media? competition and concentration in the mass media industry**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Association, 2000.
- COOK, Timothy. E. **Governing with the news: the news media as a political institution**. 2nd Edition. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2005.
- COOK, Timothy. E. **The news media as a political institution: looking backward and looking forward**. Political Communication, 23(2), 159–171, 2006.
- CORNER, John. Is there a ‘field’ of media research? – The ‘fragmentation’ issue revisited. **Media, Culture & Society**, v. 35, n. 8, p. 1011-1018, 2013.
- CRAIG, Robert T. Communication in the conversation of disciplines. **Russian journal of communication**, v. 1, n. 1, p. 7-23, 2008.

CUPANI, Alberto Osmar. A objetividade científica como problema filosófico. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 6, p. 18-29, 1989.

CURRAN, James; PARK, Myung-Jin (Ed.). **De-Westernizing media studies**. London; New York: Routledge, 2000.

DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DAHL, Robert. **Sobre Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

DAHLGREN, Peter. The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political communication*, v. 22, n. 2, p. 147-162, 2005.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso; MACHADO, Rafael Costa; SEQUEIRA, Daniele. **Teoria da comunicação na América Latina: da herança cultural à construção de uma identidade própria**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

DEWEY, John. **The Public and its problems: an essay in political inquiry**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, [1927]/2012.

DONSBACH, Wolfgang (Ed.). **The international encyclopedia of communication**. John Wiley & Sons Publishing, 2008.

DONSBACH, Wolfgang. The identity of communication research. **Journal of Communication**, v. 56, n. 3, p. 437-448, 2006.

DOWNEY, John; STANYER, James. Using fuzzy set qualitative comparative analysis in comparative political communication research: applying fuzzy set theoretic thinking to small-N case-oriented research. In: CANEL, María José; VOLTMER, Katrin. **Comparing political communication across time and space: conceptual and methodological challenges in a globalized world**. Palgrave Macmillan UK, 2014, p. 228-240.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 17^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ESPINOLA, Roberto. Electoral campaigning in Latin America's new democracies. The Southern cone. In: Voltmer, Katrin (Ed.). **Mass media and political communication in new democracies**. London/New York: Routledge, 2006, p. 115–132.

ESSER, Frank. Methodological challenges in comparative communication research: advancing cross-national research in times of globalization. In: CANEL, María José; VOLTMER, Katrin. **Comparing political communication across time and space: conceptual and methodological challenges in a globalized world**. Palgrave Macmillan UK, 2014, p. 15-30.

ESSER, Frank. Methodological challenges in comparative communication research: advancing cross-national research in times of globalization. In: CANEL, Maria; VOLMER, Katrin. **Comparing political communication across time and space**. Palgrave Macmillan, London, 2014. p. 15-30.

ESSER, Frank; HANITZSCH, Thomas (Eds.). **The handbook of comparative communication research**. Routledge, 2012.

ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (Eds.). **Comparing political communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, 2004.

ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara. Comparing political communication: an updated. **Working Paper N° 89. National Center of Competence in Research (NCCR)**. Challenges to Democracy in the 21st Century, 2016, p. 1-36.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FONSECA, Virgínia. A economia política e os estudos de comunicação. **Verso e Re-verso**, ano XXI, número 48, 2007/3, Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/viewArticle/5761/5219>>. Acesso em 12 agosto de 2015.

FOX, Elizabeth. Las políticas de los mass media en Latinoamérica. In FOX, Elizabeth (Ed.). **Medios de comunicación y política en América Latina**. Mexico City: Gustavo Gili, 1988a.

FOX, Elizabeth. **Media and politics in Latin America: the struggle for democracy**. London: Sage, 1988b.

FOX, Elizabeth; WAISBORD, Silvio (Eds.). **Latin politics, global media**. University Texas Press, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GALEANO, Eduardo. **A descoberta da América: que ainda não houve**. Ed. da UFRGS, 1988.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 12ª Edição. São Paulo: L&PM, 1999.

GERMANO, Marcelo Gomes. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. EDUEPB, 2011.

GEUSS, Raymond et al. **The idea of a critical theory: Habermas and the Frankfurt School**. Cambridge University Press, 1981.

GOMES, Wilson. Democracia digital: Que democracia?, In: MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

GRESKOVITS, Béla. Capitalist Diversity and the Media. In ZIELONKA, Jan (Ed.). **Media and politics in new democracies: Europe in a comparative perspective**. UK: Oxford University Press, 2015, p. 58-70.

GRONDIN, Jean. ¿ **Qué es la hermenêutica?**. Herder Editorial, 2008.

GUERRERO, M.A.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M. (Eds.). **Media Systems and Communication Policies in Latin America**. Nova York: Palgrave-Macmillan, 2014.

GUO, Lei; MCCOMBS, Maxwell (Ed.). **The power of information networks: New directions for agenda setting**. Routledge, 2015.

GUO, Lei; VARGO, Chris. The power of message networks: A big-data analysis of the network agenda setting model and issue ownership. **Mass Communication and Society**, v. 18, n. 5, p. 557-576, 2015.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Why deliberative democracy?**. Princeton University Press, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Cambridge, Polity Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista**/trad. Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, [1981]2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1962]2003.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & realidade, v. 22, n. 2, 1997.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo (Eds.). **Comparing media systems beyond the Western world**. Cambridge University Press, 2011.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Americanization, globalization, and secularization: understanding the convergence of media systems and political communication. In ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (Ed.). **Comparing political communication: Theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, p. 25-44, 2004a.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Comparing media systems: a response to critics. **Media & Jornalismo**, nº 17, Vol. 9, Nº 2 - Outono/Inverno, p. 53–67, 2010.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems: Three models of media and politics**. Cambridge university press, 2004.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Ten years after comparing media systems: What have we learned?. **Political Communication**, v. 34, n. 2, p. 155-171, 2016.

HALLIN, Daniel C.; PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos. Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective. **Media, culture & society**, v. 24, n. 2, p. 175-195, 2002.

HALLIN, Daniel. **Typology of media systems**. Oxford Research Encyclopedia of Politics, Online Publication, 2016.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. Americanization, globalization and secularization: understanding the convergence of media systems and political communication. In: ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (Eds.). **Comparing political communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, 2004a, p. 25-44.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. Comparing media systems: a response to critics. In: ESSER, Frank; HANITZSCH, Thomas (Eds.). **The handbook of comparative communication research**. New York and London: Routledge, 2012, p. 207–220.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, [1927]1989.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Madrid: Alianza Editorial, 2007

HENN, Philipp; JANDURA, Olaf; VOWE, Gerhard. The traditional paradigm of political communication research reconstructed. In: HENN, Philipp; VOWE. **Political Communication in the Online World**. Routledge, 2015. p. 11-25.

HERMAN, Edward S. **The myth of the liberal media: an Edward Herman reader**. New York: Peter Lang Pub Incorporated, 1999.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent: The political economy of the mass media**. Random House, 2010.

HJARVARD, S. **The mediatization of culture and society**. London: Routledge, 2013.

HOKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; DE MELLO FRANCO, Francisco Manoel. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUGHES, Sallie; LAWSON, Chappell. The barriers to media opening in Latin America. **Political communication**, v. 22, n. 1, p. 9-25, 2005.

ITUASSU, Arthur. **1989, um país de cabeça para baixo: o Brasil e a economia mundial no ano da virada – uma análise política de representações midiáticas**. 191 p. 2008. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ITUASSU, Arthur. Epistemologia e jornalismo: a falência da objetividade. **Alceu: revista de comunicação, cultura e política**, v. 6, p. 87-95, jul./dez. 2005.

ITUASSU, Arthur. **Tradição e política externa americana, de 1898 a 1917 – Uma discussão sobre ideias e política**. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2000, 105 p.

JAMIESON, Kathleen Hall. Creating the hybrid field of political communication: a five-decade-long evolution of the concept of effects. In KENSKI, Kate; JAMIESON, Kathleen. **The Oxford handbook of political communication**, Oxford University Press, p. 15, 2017. Disponível em <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199793471.001.0001/oxfordhb-9780199793471-e-27>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

JENKINS-SMITH, Hank C.; SABATIER, Paul A. Evaluating the advocacy coalition framework. **Journal of public policy**, v. 14, n. 2, p. 175-203, 1994. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-public-policy/article/evaluating-the-advocacy-coalition-framework/70C169002A3BA01B1B3434A71F2E5A4C>>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

KAID, Lynda Lee (Ed.). **Handbook of political communication research**. Routledge, 2004.

KALB, Marvin. “Press-Politics and Improving the Public Dialogue”. **Political Communication Report**, v. 3, n. 2, 1992.

KLEINSTEUBER, Hans J. Comparing mass communication systems: media formats, media contents and media processes. In: ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara

- (Eds.). **Comparing political communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, 2004, p. 64-86.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: norte e sul** - Manual de Comunicação, São Paulo: Edusp, 1997.
- LAMBETH, Edmund B. Global media philosophies. In: MERRILL, John; **Global journalism**. Survey of International Communication. White Plains, NY: Longman, 1995, p. 3-18.
- LANIGAN, Richard L.; STROBL, Rudolf L. A critical theory approach. In NIMMO, Dan D.; SANDERS, Keith R (Eds.). **Handbook of political communication**. Sage Publications. p. 142-167, 1981.
- LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORRIS, Pippa. **Comparing democracies: elections and voting in global perspective**. London: Sage, 1996.
- LÈVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- LÈVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2000.
- LÈVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.
- LÈVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÈVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- LÈVY, Pierre; AUTHIER, Michel. **As árvores de conhecimentos**. São Paulo: Escuta, 1995.
- LÈVY, Pierre; LEMOS, André. **O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LIJPHART, Arend. Comparative politics and the comparative method. **American Political Science Review**, vol. 65, no. 3, 1971, p. 682-693.
- LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. Nova York, McMillan Co, [1922]/1961.
- LITTLEJOHN, Stephen W.; FOSS, Karen A. (Eds). **Encyclopedia of communication theory**. Sage, 2009.
- LUGO, Jairo Ocando (Ed.). **The media in Latin America**. UK: McGraw-Hill Education, 2008.
- LUGO-OCANDO, Jairo; SANTAMARÍA, Sara García. Media, hegemony and polarization in Latin America. In ZIELONKA, Jan (Ed.). **Media and politics in new democracies: Europe in a comparative perspective**. UK: Oxford University Press, 2015, p. 265-276.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMANN, Niklas. **Social systems**. Stanford University Press, 1995.

MANCINI, Paolo. The News Media between Volatility and Hybridization. In ZIELONKA, Jan (Ed.). **Media and politics in new democracies: Europe in a comparative perspective**. UK: Oxford University Press, 2015, p. 25-37.

MANCINI, Paolo; SWANSON, David L. Politics, media, and modern democracy: Introduction. In MANCINI, Paolo; SWANSON, David L. **Politics, media and modern democracy. An international study of innovations in electoral campaigning and their consequences**, p. 1-26, 1996.

MARINGONI, Gilberto; GLASS, Verena. A regulação da mídia na América Latina. **IPEA: Revista desafios do desenvolvimento**, v. 9, n. 71, p. 74-79, 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2723:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: Hucitec, [1891]/1986.

MATOS, Carolina. **Media and politics in Latin America: globalization, democracy and identity**. IB Tauris, 2012.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MAUERSBERGER, Christof. **Advocacy coalitions and democratizing media reforms in Latin America: whose voice gets on the air?**. Switzerland: Springer International Publishing, 2016.

MAZZOLENI, Gianpietro; SCHULZ, Winfried. Mediatization of politics: a challenge for democracy?. **Political communication**, v. 16, n. 3, p. 247-261, 1999.

MCCHESNEY, Robert Waterman. **Corporate Media and the Threat to Democracy** (Open Media Pamphlet Series), New York: Seven Stories, 1997.

MCCHESNEY, Robert Waterman. **Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times**. New York: New Press, 2000.

MCLEOD, Jack M.; KOSICKI, Gerald M.; MCLEOD, Douglas M. "The expanding boundaries of political communication effects", in BRYANT, Jennings; ZILLMANN, Dolf. (Eds). **Media effects: Advances in theory and research**, 2nd edition, Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1994, p. 123-162.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, [1962]/1972.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

MCQUAIL, Denis. **Mass communication theory: an introduction**. London: Sage, 1994.

MELLADO, Claudia; LAGOS, Claudia. Redefining comparative analyses of media systems from the perspective of new democracies, **Communication & Society**, Vol. 26, n. 4, 2013, pp. 1-24.

MELLALO, Claudia; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya; MICK, Jacques; OLLER ALONSO, Martín; Oliveira, Dasniel. Journalistic performance in Latin America: a comparative study of professional roles in news content. **Journalism**, 18(9), 1087-1106, 2017.

MELO, Jose Marques. Communication theory and research in Latin America: A preliminary balance of the past twenty-five years. **Media, Culture & Society**, v. 10, n. 4, p. 405-418, 1988. Disponível em < <https://journals.sage-pub.com/doi/10.1177/016344388010004002> >. Acesso em 12 de abril de 1988.

MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo A.; PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. **Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina**. Paz e Terra, 2000.

MERRILL, John. **The four theories of the press four and a half decades later: a retrospective**, Routledge – Journalism Studies, 3:1, 2002, 133-136.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGUEL, Luis Miguel; BIROLI, Flávia (orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MORLINO, Leonardo; SARTORI, Giovanni. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MOSCO, Vincent. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Comunicação e sociedade 1 – Cadernos do Nordeste**, Braga, v. 12, ns. 1-2, p. 97-120, 1999.

MOSSBERGER, Karen; TOLBERT, Caroline J.; MCNEAL, Ramona S. **Digital citizenship: the internet, society, and participation**. Cambridge: MIT Press, 2007.

NAVARRO, Raúl Fuentes; Consejo Nacional para la Enseñanza y la investigación de las Ciencias de la Comunicación (Mexico). **Un campo cargado de futuro: el estudio de la comunicación en América Latina**. México: Consejo Editorial FELAFACS, 1992. Disponível em < <https://rei.iteso.mx/handle/11117/2901> >. Acesso em 12 de abril de 2018.

NEGRINE, Ralph; PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos. The “Americanization” of political communication: a critique. **Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 1, n. 2, 1996, p. 45-62.

NERONE, John C. (Ed.). **Last rights: revisiting four theories of the press**. Volume 137, University of Illinois Press, 1995.

NIMMO, Dan D.; SANDERS, Keith R. (Eds.). **Handbook of political communication**. London: Sage Publications, 1981.

NORDENSTRENG, Kaarle. Beyond the four theories of the press. In SERVAES, Jan; LIE, Rico. **Media and politics in transition: cultural identity in the age of globalization**. Belgium: Acco, 1997, p. 97-109.

NORDENSTRENG, Kaarle. Discipline or field? Soul-searching in communication research. **Nordicom Review**, Jubilee Issue, 2007, pp. 211-222.

NORDENSTRENG, Kaarle; THUSSU, Daya Kishan (Eds.). **Mapping BRICS media**. Routledge, 2015.

NORRIS, Pippa. **A virtuous circle: political communications in postindustrial societies**. UK: Cambridge University Press, 2000.

NORRIS, Pippa. Comparative political communications: common frameworks or Babelian confusion?. **Government and Opposition**, v. 44, n. 3, 2009, p. 321-340.

NORRIS, Pippa. Comparative political communications: common frameworks or Babelian confusion?. **Government and Opposition**, v. 44, n. 3, 2009, p. 321-340.

NORRIS, Pippa. Political Communications. In: CARAMANI, Daniele (Ed.). **Comparative politics**. Oxford University Press, 2008.

NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro, Agir, 2007, 458 p.

NUEVA SOCIEDAD, ¿Qué nos cuentas, América Latina? **Nueva Sociedad**, n. 238, março/abril, 2012. Disponível em <<https://www.nuso.org/revista/238/que-nos-cuentas-america-latina/>>. Acesso em 15 de Novembro de 2018.

O'DONNELL, Guillermo. “Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos”. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan-abr 2013, p. 15-114.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracy, agency, and the state: theory with comparative intent**. UK: Oxford University Press, 2010.

OSTINI, Jennifer; FUNG, Anthony. Beyond the four theories of the press: A new model of national media systems. **Mass Communication and Society**, v. 5, n. 1, p. 41-56, 2002.

PASTI, Svetlana; RAMAPRASAD, Jyotika; NDLOVU, Musawenkosi. BRICS journalists in global research. In NORDENSTRENG, Kaarle; THUSSU, Daya Kishan (Ed.). **Mapping BRICS media**. Routledge, 2015, p. 205-227.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAZ, Octavio. **Sor Juana Ines de la Cruz: o las trampas de la fe**. Grupo Editorial Mexicano, 1993.

PFETSCH, Barbara. Conclusion: comparing across space and time – challenges and achievements in political communication research In: CANEL, María José; VOLTMER, Katrin (Eds.). **Comparing political communication across time and space: conceptual and methodological challenges in a globalized world**. Palgrave Macmillan UK, 2014, p. 228-240.

PFETSCH, Barbara. From political culture to political communication culture: a theoretical approach to comparative analysis. In: ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (Eds.). **Comparing political communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, 2004, p. 344-366.

PINTO, Simone Rodrigues. O pensamento social e político latino-americano: etapas de seu desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012, p. 337-359.

PORTO, Mauro P. A pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia: propondo um enfoque integrado. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. INTERCOM, Belo Horizonte, MG. Anais. 2003. p. 2-6. Disponível em <<http://www.tulane.edu/~mporto/intercom2003.pdf>>. Acesso em 04 de maio de 2017.

PORTO, Mauro P. Political communication research in Latin America. In: MAZZOLENI, Gianpietro. **The International Encyclopedia of Political Communication**, 3 volume set. John Wiley & Sons Inc, p. 1-9, 2015. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118541555.wbiepc219>>. Acesso em 12 de abril de 2017.

PORTO, Mauro P. The changing landscape of Brazil's news media. In: LEVY, David A. L.; NIELSEN, Rasmus Kleis. **The Changing Business of Journalism and its Implications for Democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, p. 107-124, 2010. Disponível em <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2017-11/The%20Changing%20Business%20of%20Journalism%20and%20its%20Implications%20for%20Democracy.pdf#page=113>>. Acesso em 27 de outubro de 2018.

PORTO, Mauro P.; HALLIN, Daniel C. Media and democratization in Latin America. **The International Journal of Press/Politics**, v. 14, n. 3, p. 291-295, 2009. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1940161209336231?journalCode=hijb>>. Acesso em 27 de outubro de 2018.

PORTO, Mauro. **Media power and democratization in Brazil: TV Globo and the dilemmas of political accountability**. New York: Routledge, 2012.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, n. 153, p. 11-33, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana Setúbal (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

RAGIN, Charles C. **The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies**. University of California Press, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento – política e filosofia**. São Paulo, Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Boitempo Editorial, 2015.

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**: Edição ampliada. Traduzido por Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

RICOUER, Paul. **Interpretação e ideologias**; organização, tradução e apresentação de Milton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

RODRIGUES, Adriano D. O que são afinal os media? In: BRUCK, Mozahir Salomão; OLIVEIRA, Max Emiliano (Orgs.). **A atividade comunicacional em ambientes mediáticos: reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues**. 1ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2016, v. 1, p. 175-185.

RODRÍGUEZ, Clemencia; MURPHY, Patrick D. The study of communication and culture in Latin America: from laggards and the oppressed to resistance and hybrid cultures. **Journal of International Communication**, v. 4, n. 2, p. 24-45, 1997. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13216597.1997.9751853>>. Acesso em 22 de dezembro de 2018.

ROHLF, Michael. “Immanuel Kant”, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (Ed.), 2018. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/kant/>>. Acesso em 21 de abril de 2018.

RUBIM, Antonio Albino. **Comunicação e Política**. São Paulo: Editora Hacker, 2001.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Edicon, 1998.

SADER, Emir et al. (Ed.). **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em <<http://latinoamericana.wiki.br/>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

SADER, Emir; JINKINS, Ivana et al. **Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna”, **Estudos avançados** 2, no. 2, 1988, p. 46-71.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994a.

SCHEMER, Christian et al. The role of measurement invariance in comparative communication research. In: CANEL, María José; VOLTMER, Katrin. **Comparing political communication across time and space: conceptual and methodological challenges in a globalized world**. Palgrave Macmillan UK, 2014, p. 31-46.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

SHEHATA, Adam; STRÖMBÄCK, Jesper. Mediation of political realities: Media as crucial sources of information. In: ESSER, Frank; STRÖMBÄCK, Jesper (Ed.). **Mediatization of politics: Understanding the transformation of Western democracies**. Springer, 2014. p. 93-113.

SIEBERT, Fred Seaton; PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. **Four theories of the press: The authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do**. University of Illinois Press, 1956.

SISTEMA. In: Oxford Living Dictionary. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/system>>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

SMILOVA, Ruzha; SMILOV, Daniel. Informal Politics and Formal Media Structures. In ZIELONKA, Jan (Ed.). **Media and politics in new democracies: Europe in a comparative perspective**. UK: Oxford University Press, 2015, p. 197-213.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **MATRIZES**, v.5, n.2, p. 11-27, 1992. Disponível em <<file:///Users/luizleo/Downloads/38325-Article%20Text-45196-1-10-20120814.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

SORJ, Bernardo (org). **Revista da USP - Dossiê democracia na América Latina**, n.109, abril/maio/junho de 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/9221>. Acesso em 10 de junho de 2017.

STANDFORD. Verbete Kant's Transcendental Idealism. In **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2016. Disponível em <https://plato.stanford.edu/entries/kant-transcendental-idealism/>. Acesso em 10 de abril de 2019.

STRATE, Lance. Media ecology review. **Communication Research Trends**, v. 23, n. 2, p. 1-48, 2004.

SWANSON, David L. Transnational trends in political communications. In: ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (Eds.). **Comparing political communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, 2004, p. 45-63.

TERRA, Ricardo; REPA, Luiz. Teoria crítica: introdução. **Caderno CRH** 24.62. p, 245-248, 2011.

THUSSU, Daya Kishan. Digital BRICS: building a NWICO 2.0?. In: NORDENSTRENG, Kaarle; THUSSU, Daya Kishan (Ed.). **Mapping BRICS media**. Routledge, 2015, p. 242-263.

TILLY, Charles. **Big structures, large process, huge comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

TOEPFL, Florian. Beyond the four theories: toward a discourse approach to the comparative study of media and politics. **International Journal of Communication** n° 10, 2016, p. 1530–1547.

TORRES-GARCÍA, Joaquín. La escuela del sur, In: TELES, Gilberto Mendonça; MÜLLER-BERGH, Klaus. **Vanguardia latinoamericana: historia, crítica y documentos**. Iberoamericana Editorial, v.5, 2000, p. 393-398.

TORRES-GARCÍA, Joaquín. **Universalismo constructivo: contribución a la unificación del arte y la cultura de América**. Editorial Poseidon, 1944.

URIARTE, Mercedes Lynn. Book Reviews. **Journalism Quarterly**, v. 66(2), 1989, p. 484-485. Disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769908906600234>>. Acesso em 02 de janeiro de 2018.

VALENTE, Leonardo. **Política externa na era da informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas relações internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VARGO, Chris J.; GUO, Lei; AMAZEEN, Michelle A. “The agenda-setting power of fake news: A big data analysis of the online media landscape from 2014 to 2016”. **New media & society**, v. 20, n. 5, p. 2028-2049, 2018.

VOLTMER, Katrin. Converging and Diverging Pathways of Media Transformation. In ZIELONKA, Jan (Ed.). **Media and politics in new democracies: Europe in a comparative perspective**. UK: Oxford University Press, 2015, p. 217-230.

VOLTMER, Katrin. How far can media systems travel. In: HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems beyond the Western world**, Cambridge University Press, 2011. p. 224-245.

WAISBORD, Silvio. Latin America Media and the Limitations of the Media 'Globalization' Paradigm. In: GUERRERO, Manuel A.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya. (Eds.). **Media systems and communication policies in Latin America**. Nova York: Palgrave-Macmillan, 2014b.

WAISBORD, Silvio. Leviathan dreams: State and broadcasting in South America. **The Communication Review**, v.1, n. 2, p. 201-226, 1995. Disponível em < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714429509388259>>. Acesso em 12 de maio de 2018.

WAISBORD, Silvio. Political communication in Latin America. In SEMETKO, Holi; SCAMMELL, Margaret. **The SAGE handbook of political communication**. New Delhi: Sage, 2012, p. 437-449.

WAISBORD, Silvio. The ties that still bind: media and national culture in Latin America. **Canadian Journal of Communication**, v. 23, n.3 p. 381–411, 1998. Disponível em < <https://www.cjc-online.ca/index.php/journal/article/view/1050/956>>. Acesso em 19 de abril de 2018.

WAISBORD, Silvio. United and fragmented: Communication and media studies in Latin America. **Journal of Latin American Communication Research**, v. 4, n. 1, p. 55-77, 2014a. Disponível em < <https://www.alaic.org/journal/index.php/jlacr/article/view/95/77>>. Acesso em 14 de janeiro de 2018.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in South America: news, accountability and democracy**. New York: Columbia University Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **World-systems analysis: an introduction**. Duke University Press, 2004.

WASSERMAN, Herman; PAULINO, Fernando O.; STROVSKY, Dmitry; PIETILÄINEN, Jukka. Intra-BRICS media exchange. In NORDENSTRENG, Kaarle; THUSSU, Daya Kishan (Ed.). **Mapping BRICS media**. Routledge, 2015, p. 228-241.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais**, 13. São Paulo: Ática, 2006.

WIEMANN, John M.; PINGREE, Suzanne; HAWKINS, Robert P. Fragmentation in the field—and the movement toward integration in communication science. **Human Communication Research**, v. 15, n. 2, p. 304-310, 1988.

WILDEN, Anthony. **Enciclopédia Einaudi: comunicação – cognição**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001. v. 34.

WIRTH, Werner; KOLB, Steffen. Designs and methods of comparative political communication research. In: ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (Eds.). **Comparing political communication: theories, cases, and challenges**. Cambridge University Press, 2004, p. 87-111.

YIN, Jiafei. Beyond the four theories of the press: a new model for the Asian & the world press. **Journalism & Communication Monographs**, v. 10, n. 1, 2008, p. 3-62.

ZIELONKA, Jan (Ed.). **Media and politics in new democracies: Europe in a comparative perspective**. UK: Oxford University Press, 2015.

ZOVATTO, Daniel. A democracia na América Latina sob juízo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 de fevereiro de 2016, Opinião, s/n. Disponível em <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-democracia-na-america-latina-sob-juizo,10000017365>>. Acesso em: 23 de março de 2016.

7. Fontes e Referências

BIRD. **Latin America & Caribbean GDP 2019**. BIRD. Washington: The World Bank, 2019. Disponível em <<https://data.worldbank.org/region/latin-america-and-caribbean>>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe 2018**. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Santiago: CEPAL, 2018a. Disponível em <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/44445-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2018-statistical-yearbook-latin>>. Acesso em 20 de Setembro de 2019.

CEPAL. **CEPALSTAT | Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**. Santiago do Chile. 2019. Disponível <<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2018**. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Santiago: CEPAL, 2018b. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

CIA. World Factbook”. Virginia: Central Intelligence Agency, 2019. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

DELLOITE. **Technology, Media, and Telecommunications Predictions 2020**. New York: Deloitte Touche Tohmatsu Limited, 2019. Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/insights/us/articles/722835_tmt-predictions-2020/DI_TMT-Prediction-2020.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

EMARKETER. **Latin America Digital Video 2019**. New York: Emarketer Inc, 2019. Disponível em <<https://www.emarketer.com/content/latin-america-digital-video-2019>>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

FH. **Freedom in the World 2019: democracy in retreat**. Freedom House Annual Report. Washington: Freedom House, 2019. Disponível em <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2019/democracy-in-retreat>>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

FIPP. World Magazine Trends Report 2015-2016. London: FIPP, 2016. Disponível em <<https://www.fipp.com/insight/publications/fipp-world-magazine-trends-2014-15>>. Acesso em 02 de outubro de 2018.

IDATE. **World TV & Video Services Markets – Database & Report**. Montpelier. Idate Digiworld, 2019. Disponível em <<https://en.idate.org/product/world-tv-video-services-markets-database-report-2/>>. Acesso em 27 de outubro de 2019.

IDD-LAT. **Índice de Desarrollo Democrático de América Latina: IDD-Lat 2016**. Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer, 2016. Disponível em <<http://idd-lat.org/2016/downloads/idd-lat-2016.pdf?nocache=7687652837>>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

ITU. **ICT Statistics**. 2019. Disponível em <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>>. Acesso em 20 de Julho de 2019.

ITU. **ITU Yearbook of Statistics 2018**. Genebra: ITU, 2018a. Disponível em <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/yb2018.aspx>>. Acesso em 23 de Julho de 2019.

ITU. **Measuring the Information Society Report 2018**. International Telecommunication Union. Genebra: ITU, 2018b. Disponível em <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/publications/misr2018.aspx>>. Acesso em 23 de Julho de 2019.

LAPOP. **AmericasBarometer 2019**. Nashville: Department of Political Science - Vanderbilt University, 2019a. Disponível em <https://www.vanderbilt.edu/lapop/LAPOPbrochure2014_english_121814.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

LAPOP. **Pulse of Democracy 2018/2019**. Nashville: Department of Political Science - Vanderbilt University, 2019b. Disponível em <https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2018/2018-19_AmericasBarometer_Regional_Report_10.13.19.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

LATINOBARÓMETRO. Informe Latinobarómetro 2018. Santiago: Latinobarómetro Corporation, 2018. Disponível em <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em 01 de julho de 2019.

OEA. **Estados Membros**. Washington: Organização dos Estados Americanos, 2019. Disponível em <http://www.oas.org/pt/estados_membros/default.asp>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

OECD/IDB. **Broadband Policies for Latin America and the Caribbean: A Digital Economy Toolkit**. OCDE-IDB, 2016. Disponível em <<http://www.oecd.org/internet/broadband/lac-digital-toolkit/Data/KeyGraphson-Penetration.htm>>. Acesso em 22 de Setembro de 2019.

ONU. **Departament for General Assembly and Conference Management**. United Nations Regional Groups of Member States. New York: United Nations, 2019. Disponível em <<https://www.un.org/depts/DGACM/Regional-Groups.shtml>>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

ONU. **Relatório do Compêndio Estatístico do Programa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**. A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos. Abril de 2004. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

ONU. **World population prospects - the 2019 revision population database.** New York, United Nations Population Division, 2019. Disponível em <<https://population.un.org/wpp/DataQuery/>>. Acesso em 21 de outubro de 2019.

OXFAM. **Annual report 2019: public good or wealth?** UK: Oxfam International, January, 2019. Disponível em < <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620599/bp-public-good-or-private-wealth-210119-en.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2019.

PNUD. **Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update.** United Nations Development Program. New York: United Nations, 2018. Disponível em <<http://report.hdr.undp.org/>>. Acesso em 24 de Setembro de 2019.

PNUD. **Nuestra democracia: our democracy in Latin America.** United Nations Development Program. New York: United Nations, 2011. Disponível em < https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/UNDP-OAS_Our_Democracy_in_Latin_America.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

PWC. **Global Entertainment & Media Outlook 2019.** Netherlands: PwC, 2019. Disponível em < <https://www.pwc.com/gx/en/industries/tmt/media/outlook.html>>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

RSF. **Media Ownership Monitor.** Paris: RSF-MOM, 2019. Disponível em <<http://www.mom-rsf.org>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

TI. **Corruption Perceptions Index 2019.** Berlin: Transparency International, 2019. Disponível em < <https://www.transparency.org/cpi2019?/news/feature/cpi-2019>>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

UIS. **Unesco Institute for Statistics.** 2019. Disponível em <<http://data.uis.unesco.org/>>. Acesso em 12 de Setembro de 2019.

UN. United Nations

UNESCO. **Institute for Statistics, eAtlas of Literacy.** New York, UNESCO, 2017. Disponível em <https://tellmaps.com/uis/literacy/#!/tellmap/-601865091>. Acesso em 20 de Julho de 2019.

UNESCO: **Statistical Yearbook 2019.** Paris: UNESCO Press, 2019. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/publications/statistical-yearbook/files/syb62/syb62.pdf>. Acesso em 12 de Setembro de 2019.

UNIT, Economist Intelligence. **Democracy Index 2016: revenge of the “deplorables”.** The Economist Intelligence Unit: The Economist Group, January, v. 25, 2017. Disponível em < https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2016>. Acesso em 22 de novembro de 2016.

UNIT, Economist Intelligence. **Democracy Index 2018: Me too? Political participation, protest and democracy**. The Economist Intelligence Unit: The Economist Group, 2019. Disponível em <https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=Democracy2018>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

WAN-IFRA. **World Press Trends 2018**, Word Association of Newspapers, 2018. Disponível em <<http://www.wptdatabase.org/world-press-trends-2018-facts-and-figures>>. Acesso em 20 de Julho de 2019.

WAS. Digital 2019: Global Digital Overview. London: We Are Social, 2019. Disponível em <<https://datareportal.com/reports/digital-2019-global-digital-overview>>. Acesso em 20 de Agosto de 2019.

WVS. World Values Survey (1981-2015) – Findings & Insights 2018. In: Inglehart, R., C. Haerpfer, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (Eds.). **World Values Survey: All Rounds**. Madrid: JD Systems Institute, 2018. Disponível em <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp?CMSID=Findings>>. Acesso em 23 de Agosto de 2018.

ZENITH. **Media Consumption Forecasts 2018**. London: Zenith, 2019. Disponível em <<https://www.zenithmedia.com/product/media-consumption-forecasts-2019/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2019.